



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROGRAMA
mais
infância
CEARÁ



PORTUGUÊS



ENGLISH



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROGRAMA

mais
infância
CEARÁ



MAIS INFÂNCIAS

RUI RODRIGUES AGUIAR
Chefe do Escritório do UNICEF em Fortaleza

A infância é tão curta que, para torná-la maior, a contamos em dias no seu começo, valorizando os primeiros mil dias, quando tudo acontece. Depois, contamos em meses, à medida que as crianças sobrevivem aos desafios da vida em sociedades cada vez mais complexas. Em seguida, contamos em anos, quando a autonomia exige delas todo o aprendizado dos primeiros dias e meses para atuarem de maneira independente, interagindo e integrando-se na comunidade de outros adultos e tantas crianças.

Até tornarem-se prioridade absoluta nas políticas públicas, as crianças precisaram vencer uma série de erros e enganos dos adultos. Isto significou perdas históricas de desenvolvimento social e econômico, corrigidas apenas recentemente, após a Segunda Guerra Mundial, quando os direitos humanos tornaram-se mais específicos, geracionais, de gênero e de condição pessoal.

Há quatro décadas, o Ceará vive um estado de mais infâncias, implementando uma série de tecnologias sociais que têm induzido a moderna política pública brasileira para a infância.

Desde os anos 1980, quando uma geração de idealistas gestou os Agentes Comunitários de Saúde, chave da superação da mortalidade infantil e porta para a saúde da família, o estado tem acumulado uma série de expressivas vitórias em torno do desenvolvimento infantil, da aprendizagem, da inclusão, da redução da vulnerabilidade e da redução da violência na infância. Assim indicam os números que nos dão conta da superação do analfabetismo em idade escolar, do crescimento dos serviços integrados de atendimento a crianças com deficiência, da ampliação dos serviços da rede de proteção social ou mesmo uma expressiva queda do trabalho infantil.

Estas vitórias, entretanto, não podem significar que todas as crianças cearenses foram alcançadas pelo estado. Nas zonas rurais e periféricas dos 184 municípios cearenses, devido à pobreza multidimensional, todos os dias são registradas violações de direitos humanos, muitas delas vinculadas ao machismo crônico e a diferentes formas de racismo. Estas violações sugerem a urgência de novas abordagens para a promoção de dinâmicas familiares e comunitárias protetivas, bem como o acesso a bens e serviços em uma sociedade de desemprego e redução de direitos.

Ou, para sermos mais diretos, precisamos promover mais direitos e cidadania para os sujeitos, com menos adjetivos de louvação e mais verbo de ação concreta para a proteção social. Precisamos de mais infâncias.

É a infância que qualifica a criança. A palavra *infância* só faz sentido em ambiente de direitos humanos. Sem infância, crianças são unicamente pacientes, alunos, clientes e beneficiários de políticas públicas desenhadas sem o cuidado que exige a primeira e inesquecível fase da vida.

Definitivamente, precisamos de mais infância e cidadania, criando mais oportunidades de ser criança em todo tempo, em todo lugar, com todos, com tudo, criando novas formas de viver infâncias singulares e plurais.



PROGRAMA

mais infância

CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO E PRESIDENTE DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Onélia Maria Moreira Leite de Santana

2015 - 2018

GABINETE DO GOVERNADOR
José Elcio Batista

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Jobertini Virgínio Clementino e Francisco José Ibiapina

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Antônio Idilvan de Lima Alencar

SECRETARIA DA SAÚDE
Henrique Jorge Javi de Sousa

SECRETARIA DA CULTURA
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Francisco José Teixeira

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)
Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

SECRETARIA DO ESPORTE
José Euler de Oliveira Barbosa

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Francisco Williams Cabral Filho

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

2019 - DATA ATUAL

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL
José Elcio Batista

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS
Maria do Perpétuo Socorro França

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Eliana Nunes Estrela

SECRETARIA DA SAÚDE
Carlos Roberto Rodrigues Sobrinho

SECRETARIA DA CULTURA
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E TRABALHO
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Carlos Mauro Benevides Filho

SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE
Rogério Nogueira Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a todos que acreditam na importância do investimento em políticas públicas voltadas à infância.

Aos que conhecem o potencial existente em cada uma das nossas crianças e que contribuem para ampliar as oportunidades de desenvolvimento de cada uma delas.

À sensibilidade de parceiros como UNICEF, Fundação Maria Cecília Vidigal, Instituto pela Infância, Instituto da Primeira Infância, SESC, Associação de Prefeitos do Ceará, pactuados no consenso sobre o protagonismo da criança.

Aos professores, pesquisadores e estudiosos que contribuíram com o respaldo científico para a estruturação do Programa e a produção deste livro.

À Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pela aprovação da legislação necessária que fez do Programa Mais Infância Ceará uma política de Estado.

Aos servidores das Secretarias da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social e demais instâncias administrativas comprometidas com a causa do desenvolvimento infantil.

E, muito especialmente, às mulheres e mães que compõem a equipe do Programa Mais Infância Ceará, profissionais dedicadas à construção da cidadania de tantos cearenses, unidas nos embates e nas conquistas inerentes à construção de um futuro mais digno para o nosso povo.



CAMILO SANTANA

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Costumo dizer que nada me orgulha mais do que ter recebido a confiança e a responsabilidade de liderar a implementação de políticas públicas que venham a modificar, decisiva e definitivamente, as vidas de milhões de irmãos e irmãs cearenses. Responsabilidade que passa pela delimitação de bandeiras que considero imutáveis, prioritárias mesmo em um ambiente marcado por demandas emergenciais, distorções históricas a serem sanadas e uma conjuntura nacional e internacional

que desafia a capacidade de gestão a todo momento. Investir fortemente na infância é a nossa escolha, independente dos percalços que se apresentem ao longo do caminho.

Convictos de que nenhuma política pública no Estado será verdadeiramente efetiva sem o olhar atento e carinhoso para as crianças, ainda em agosto de 2015, nossos esforços desencadearam no lançamento do Programa Mais Infância Ceará, tendo, à frente, a primeira-dama Onélia Santana. Um conjunto de debates, estudos e atividades de campo deram vida ao Programa. E, desde então, dia após dia, o Mais Infância se prova uma iniciativa de sucesso, atualizando conceitos, reinventando seus “Tempos” e agregando parceiros de diferentes matizes em prol de um objetivo comum: investir no protagonismo infantil.

Foi assim quando, em meio a casos até então pouco compreendidos de microcefalia, o Programa articulou, junto à Universidade Federal do Ceará, a capacitação de profissionais da Secretaria da Saúde para atuação junto aos recém-nascidos nos Núcleos de Estimulação Precoce nas policlínicas distribuídas por todo o Ceará. Ali fomos, novamente, pioneiros. E o que dizer do Cartão Mais Infância? Outra inovação que muda a vida de mais de 50 mil famílias cearenses que vivem em vulnerabilidade social.

Articulado com ações como um programa de alfabetização na idade certa, que é referência nacional, a universalização da educação em tempo integral em andamento, investimentos em praças que proporcionam o brincar e reforçam os vínculos familiares, dezenas de areninhas já construídas e em construção, e valorização do papel dos agentes de saúde, entre dezenas de outras ações, o Mais Infância, recentemente transformado por nós em política de estado, dissemina boas práticas não apenas pelo Ceará, mas por todo o Brasil.

Hoje, não tenho dúvidas em afirmar que o Mais Infância Ceará é a iniciativa governamental brasileira mais efetiva na sedimentação de um caminho que visa à construção de um presente justo e um futuro mais igualitário para nossa sociedade.

Estamos satisfeitos? Em parte. Temos ainda muito o que avançar. E temos pressa. A sensação é que os primeiros passos foram dados e de forma firme.

O Programa Mais Infância está germinando um novo tempo para o Ceará.



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: PRIMEIRA INFÂNCIA NO CEARÁ

FLÁVIO CUNHA

Professor de Economia, Rice University, Houston, EUA

Professor Fundador, Texas Policy Lab, Rice University, Houston, EUA

Professor Visitante, briq, Universidade de Bonn, Bonn, Alemanha

Pesquisador Afiliado, National Bureau of Economic Research, Boston, EUA

Para as pessoas que estudam ciências econômicas, a questão mais importante é a seguinte: quais fatores determinam crescimento de longo prazo? Por qual razão alguns países conseguem ter crescimento da renda *per-capita* de três por cento ao ano por muitos anos e outros países têm taxas de crescimento próxima de (ou até mesmo) zero década após década? Romer (1990) argumenta que é necessário investir na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias para ter crescimento econômico de longo prazo. Novas tecnologias levam ao crescimento econômico, pois elas nos tornam mais produtivos, ou seja, elas nos permitem produzir mais bens e serviços utilizando menos recursos.

Às vezes, é difícil perceber como o crescimento econômico afeta positivamente a nossa vida. Permita-me ilustrar os benefícios com o seguinte exemplo: imagine que tenhamos voltado no tempo e estamos no ano de 1969. Mais precisamente, chegamos em um grande hospital em Fortaleza e lá encontramos a Maria, uma senhora de 65 anos de idade, que está na sala de espera. Em alguns minutos, a Maria descobrirá que tem câncer nas mamas. Os hospitais daquela época não tinham a tecnologia que temos hoje. Os médicos e os enfermeiros não tinham o conhecimento que os profissionais da saúde têm atualmente. Por todas essas razões, naquele tempo, 63% das mulheres diagnosticadas com câncer de mama sobreviviam por, pelo menos, cinco anos. Hoje, a taxa de sobrevivência é de mais de 99%.

Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias salvam vidas. Porém, apesar dos avanços tecnológicos nos hospitais, das invenções de novos medicamentos e do aprofundamento do conhecimento sobre doenças, existe uma coisa que é, mais ou menos, a mesma de 50 anos atrás: a forma como financiamos os sistemas públicos de saúde. De certa maneira, é surpreendente que a política de saúde pública ainda seja assim apesar do enorme avanço que registramos no diagnóstico e no tratamento de doenças.

Infelizmente, a falta de inovação em programas governamentais não ocorre apenas na área de saúde. A falta de progresso também está presente em outras muitas políticas públicas que, todos os dias, atendem a milhões de brasileiros em nosso país e bilhões de cidadãos no mundo inteiro. A falta de progresso é especialmente preocupante nas circunstâncias atuais, nas quais, por um lado, os governos enfrentam orçamentos cada vez mais engessados e, por outro, a sociedade espera educação de

qualidade para as nossas crianças, provimento de uma velhice digna para os nossos pais e de garantia de segurança pública para todos. Existe apenas uma maneira de balancear ambos os lados desta equação: é mister fomentar inovação em políticas públicas para que possamos melhor atender a população brasileira e, ao mesmo tempo, utilizar eficientemente escassos recursos públicos. Não se trata de uma defesa de um Estado mínimo ou um Estado intervencionista, mas sim de uma visão de que o Estado deve ser eficiente qualquer que seja o seu tamanho.

Esta visão pragmática de um Estado eficiente é exemplificada pela maneira como o Estado do Ceará, nos últimos anos, tem encarado o desafio de inovar nas políticas públicas em primeira infância. A parceria tríplice entre o Governo do Estado – representado pelo Escritório da Primeira-dama, pela Secretaria Estadual de Educação e pelo IPECE – com o Banco Mundial e a Rice University gerou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), que é uma das iniciativas do Programa Mais Infância Ceará. Como descrito em Uchoa (2018), o PADIN promove o desenvolvimento infantil trabalhando diretamente com a família e a comunidade. É uma política inovadora, não só no diagnóstico, mas também na sua abordagem, no seu escopo e no custo aos cofres públicos.

Além disso, o PADIN é o primeiro programa de desenvolvimento infantil no Brasil com um robusto protocolo de avaliação de impacto na sua gênese. Em cada município no qual o PADIN foi implementado, foram selecionadas duas regiões. Uma região do município foi escolhida para receber o programa no primeiro ano da implementação. A segunda região, com características semelhantes à primeira, foi escolhida para receber o programa após o final do primeiro ano. Este calendário de implementação para cada região nos permite estimar os impactos do programa de uma forma objetiva e não viesada. Além de estimar os impactos do Programa, a equipe de avaliação de impacto poderá informar ao Estado do Ceará quais tipos de família se beneficiam mais com o Programa. Esta informação é importante para que o Estado possa alocar eficientemente recursos que são escassos. A avaliação de impacto documentará em quais dimensões do desenvolvimento infantil o PADIN tem maior ou menor impacto. Este tipo de informação é importante para que o PADIN continue a ser aprimorado, para que todas as crianças do Estado do Ceará realizem todo o seu potencial de desenvolvimento humano.

Crescimento de longo prazo é produto de inovação tecnológica. Inovação tecnológica, por sua vez, requer uma população que seja educada e com elevado nível de capital humano. E, como explicado em Cunha e Heckman (2007), o processo de formação de capital humano começa na primeira infância e continua ao longo de toda a vida. Neste sentido, será importante documentar objetivamente não apenas os impactos de curto prazo do programa, mas também como ele poderá afetar toda a trajetória de vida das crianças diretamente beneficiadas e a trajetória de desenvolvimento de suas comunidades.

BIBLIOGRAFIA

- Cunha, Flavio e Heckman, James J. (2007). "The Technology of Skill Formation," *American Economic Review*, vol. 97(2), 37-41.
Romer, Paul M. (1990). "Endogenous Technological Change," *Journal of Political Economy*, 1990, vol. 98(5 pt. 2), S71-S102.
Uchoa, Benildes (2018). "Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Infantil – PADIN."

“Se mudarmos o começo da história,
mudamos a história toda.”

RAFFI CAVOUKIAN,
FUNDADOR DO CENTRE FOR CHILD HONOURING

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
NO CEARÁ, CRIANÇA É PRIORIDADE	10
INTRODUÇÃO	
INFÂNCIA E CIÊNCIA	12
PILARES DO PROGRAMA	34
TEMPO DE CRESCER	36
TEMPO DE BRINCAR	62
TEMPO DE APRENDER	76
TEMPO DE NASCER	84
MAIS INFÂNCIA, MAIS PRESENTE, MAIS FUTURO	88
SÍNTESE	96
O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS	104
MARCOS LEGAIS	136
REFERÊNCIAS TÉCNICAS	144

NO CEARÁ, CRIANÇA É PRIORIDADE



ONÉLIA LEITE DE SANTANA

PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO E
PRESIDENTE DO COMITÊ CONSULTIVO
INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

É com imensa alegria e contentamento que entregamos esta publicação cujo objetivo é apresentar as experiências desenvolvidas ao longo

da gestão do governo Camilo Santana, a partir da opção do Governo do Estado em investir no desenvolvimento e no protagonismo das crianças do nosso Ceará. Para nós, é um livro de boas notícias, em que intencionamos deixar o registro de um relevante trabalho coletivo gerado a partir da escuta de inúmeras instituições parceiras, da crença e do consenso político em relação à urgência de se investir na infância como forma de garantir um presente digno para os pequenos e um futuro próspero para a sociedade.

Os investimentos em políticas públicas centradas nas necessidades das crianças – como a valorização e a garantia da educação infantil enquanto direito fundamental, a adoção de políticas de intervenções que reforcem o vínculo familiar, o fortalecimento em ações de formação dos profissionais ligados à criança, além de ações que possibilitem o livre brincar como desencadeador do desenvolvimento psicomotor, sociocognitivo e emocional – são alguns exemplos de objetivos consensuais afirmados e repetidos pelos pesquisadores da infância. Entender a importância desses preceitos faz com que avancemos nas mudanças necessárias, saindo de intenções e recomposições superficiais para práticas reais e concretas, fundamentadas em concepções e princípios inovadores. Os estudos sobre desenvolvimento infantil explicitados na neurociência e em outras teorias no campo das ciências humanas, o amparo em números das pesquisas locais, além dos textos de referência, nacionais e internacionais, dão suporte às nossas opções mais imediatas.

Nesse contexto, surge o Programa Mais Infância Ceará, voltado para gestantes, crianças e suas famílias e criado pelo atual Governo justamente com o propósito de englobar as várias

etapas do desenvolvimento infantil, numa atuação multidisciplinar capaz de trazer novo impulso às áreas com maior número de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Os leitores encontrarão aqui reflexões teóricas acompanhadas da descrição das ações do Programa, apresentando resultados que demonstram como o Estado vem enfrentando os desafios ligados à infância, ao meio social, à saúde, à educação e à capacidade de atuação do poder público, em parceria com os que desejam e se empenham em construir uma sociedade na qual os direitos humanos – em especial, os direitos das crianças pequenas – sejam promovidos e respeitados.

Na forma em que foi estruturado, o Mais Infância se apoia nos pilares Crescer, Brincar e Aprender. No pilar Aprender, estão incluídas construção e qualificação de creches, facilitando a realidade da mãe trabalhadora. O pilar Brincar se volta à criação de espaços lúdicos em áreas públicas, oferecendo Espaço Mais Infância, Brinquedocreches, Brinquedopraças e Praças Mais Infância, recuperando praças municipais para o lazer educativo. Por fim, no pilar Crescer, tratamos das formações de profissionais que lidam com a infância, serviços e visitas domiciliares, com ênfase especial na fase de zero a 3 anos de vida.

O Programa traz novos e importantes desafios para os próximos anos. Trabalharemos incansavelmente, associados aos nossos parceiros, para a qualidade e o fortalecimento das ações já existentes e buscaremos instituir novas ações que contribuam para a redução das enormes desigualdades sociais que ainda acometem as crianças de nosso Estado.

Por entender a importância do Mais Infância para os cearenses, especialmente para as famílias e as crianças em vulnerabilidade social, é que manifestamos a nossa alegria e satisfação em dar visibilidade à presente publicação e desejamos que este livro possa estimular o debate e contribuir para a proposição de políticas públicas de atenção à infância que garantam o desenvolvimento integral da criança.

“Precisamos priorizar
a primeira infância
e focar nos mais
vulneráveis.
Só assim teremos
uma sociedade menos
desigual.”

ONÉLIA LEITE DE SANTANA

INTRODUÇÃO

INFÂNCIA E CIÊNCIA

Aprendizado, comportamento e saúde. A estrutura para tais fatores, ao longo do ciclo completo da vida, ergue-se sobre as experiências vivenciadas na primeira infância.

Não se trata de conceito novo. Aristóteles, dois mil anos atrás, já dizia que *“a criança é o pai do homem”*. Mas, há pouco tempo, é que vem se estabelecendo o consenso, em uma parte relevante do mundo acadêmico, que, dentre todos os investimentos sociais, aquele que se volta à primeira infância é o que oferece maior retorno.

A neurociência mergulhou nos mais profundos recantos do cérebro e trouxe à tona importante constatação: tudo o que acontece com o indivíduo na primeira infância – amadurecimento do cérebro, desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado, aquisição de movimentos, crescimento físico, iniciação de contatos sociais, formação afetiva – vai exercer influência fundamental no decorrer de sua vida.

Os estudos mostraram a assombrosa velocidade com que o cérebro dos bebês se desenvolve, em uma conjuntura única, jamais repetida. Até os 3 anos de idade, as 100 bilhões de células cerebrais com as quais uma criança nasce se multiplicam para 1 quatrilhão de ligações – um inimaginável número com 15 zeros (UNICEF).

O que era percebido de forma intuitiva foi confirmado numericamente pelos economistas, estando, à frente das pesquisas, o professor James Heckman, da Universidade de Chicago, um dos nomes mais respeitados na área e detentor de um Prêmio Nobel concedido por seu trabalho relacionando conquistas individuais e ganhos comunitários.

Heckman provou que cada dólar investido no programa de educação com crianças – envolvendo também os pais – pode trazer um retorno de nove dólares ou mais para a sociedade. E ainda: para ele, quando a criança chega à escola já preparada, e com maior motivação, a *performance* do sistema de ensino, no geral, será bem mais efetiva.

“UM PROGRAMA DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE QUALIDADE PARA A POPULAÇÃO É CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA AVANÇARMOS EM DIREÇÃO A UMA SOCIEDADE MAIS EDUCADA, IGUALITÁRIA E, SOBRETUDO, MENOS VIOLENTA.”

James Heckman (2009). Prêmio Nobel de Economia.

1.000.000.000.000.000 (um quatrilhão)
de ligações se formam no cérebro do bebê até os 3 anos.

São nos primeiros anos de vida que se forma a arquitetura do cérebro. Quanto melhores forem as condições para o desenvolvimento durante a primeira infância, maiores as probabilidades de que a criança atinja seu inteiro potencial, tornando-se um adulto equilibrado, produtivo e realizado. Pesquisas e experimentos concretos constataram que investir nessa fase da vida é a melhor forma de se obter retorno em prevenção e do ponto de vista econômico, favorecendo a sociedade em seu todo.

As investigações científicas indicam que a produtividade de qualquer cidadão está diretamente relacionada aos investimentos destinados à primeira infância e que a qualidade do capital humano mantém relação direta com o que for feito nesse período. Investimentos qualitativos darão ao jovem e ao adulto melhores condições para desenvolver de forma multidimensional suas capacidades socioemocionais e cognitivas, para tomar medidas preventivas contra os males físicos e, principalmente, para estabelecer o desenvolvimento emocional e os laços afetivos. São fatores de prevenção, *lato sensu*.

Em resumo, asseguram os cientistas, crianças bem assistidas se tornarão indivíduos mais pro-

ditivos, mais criativos, mais aptos a influir na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. São certezas como essas que têm ocupado um espaço cada vez maior no Governo do Ceará, com a participação de diversos atores e suas políticas, e vêm conduzindo o estado a novos rumos.

As crianças têm
direito a especial
proteção para o seu
desenvolvimento
físico, mental e social.

PRINCÍPIO I
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
DAS CRIANÇAS - UNICEF

O PODER DAS INTERVENÇÕES

Em âmbito internacional, a Universidade de Harvard se colocou entre as primeiras instituições a tomar posição no setor, criando o Centro de Desenvolvimento Infantil, valiosa fonte de pesquisa, conceitos e resultados para o mundo inteiro em relação à temática da primeira infância. Hoje, o Diretor do CDI, Jack Shonkoff, é uma das vozes mais fortes a afirmar que experiências adversas vivenciadas na infância resultam em maior probabilidade de atrasos no desenvolvimento da criança e no surgimento de problemas de saúde, incluindo doenças cardíacas, diabetes, abuso de substâncias e depressão.

Da mesma forma, há indicativos que relacionamentos precoces com pais ou cuidadores atentos e cuidadosos podem prevenir, ou até mesmo reverter, os efeitos nocivos da adversidade no início da vida.

Pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento Infantil (2011) concluiu que na, relação entre presente e futuro, *“as habilidades socioemocionais desenvolvidas na primeira infância determinarão a capacidade da criança em lidar com suas emoções nas próximas etapas, com mais desenvoltura para construir relacionamentos saudáveis na fase adulta”*.

Vem do mesmo Centro a listagem de oito fatos relevantes a serem conhecidos sobre a primeira infância:

1. Situações de estresse na família podem afetar até mesmo os bebês mais jovens;
2. A herança genética é importante, porém não influencia tudo, já que o desenvolvimento é um processo interativo;
3. O vínculo estabelecido com cuidadores pode ser tão benéfico quanto o vínculo com os pais;
4. A janela de oportunidades na arquitetura do cérebro não se fecha aos trinta e seis meses;
5. Tanto o abuso físico como a negligência são ameaças à saúde e ao desenvolvimento da criança;
6. Não há uma relação direta entre a exposição à adversidade ou à violência e a formação de adultos violentos;
7. A remoção da criança de um contexto danoso não garante reversão dos impactos negativos vivenciados; e
8. Resiliência (habilidade de superar dificuldades) requer relacionamentos.

A QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA PRODUZ OS SEGUINTE

BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO

- HABILIDADES COGNITIVAS
- HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS
- RENDIMENTOS
- DESIGUALDADE

+ INVESTIMENTOS

Investir recursos na educação para o desenvolvimento das famílias em vulnerabilidade social, proporcionando acesso equânime e de qualidade no desenvolvimento da primeira infância

+ DESENVOLVIMENTO

Nutrir o desenvolvimento precoce de habilidades cognitivas e sociais em crianças desde o nascimento até os cinco anos de idade

+ SUSTENTAÇÃO

Sustentar o desenvolvimento com educação efetiva até a idade adulta

= GANHO

Obter uma mão de obra capacitada, produtiva e valiosa, que paga dividendos para uma nova geração que está por vir

FONTE
James Heckman, Paul Gertler e outros
www.heckmanequations.org

Se, de zero a 2 anos, o instinto é o elemento fundamental para a sobrevivência, dos 2 aos 4 anos, soma-se a ele o pensamento. Aos 4 anos, a criança já atingiu metade de seu potencial intelectual. Daí aos 6 anos, aprimora suas habilidades de movimentação, conhecimento e comunicação, aprende a ler e a escrever, amplia seu ambiente de socialização, ganha iniciativa e independência. Passa a ser, conforme os especialistas, 100% estratégia.

No conceito de Piaget, por exemplo, quanto mais experiências e interações a criança constrói com o meio e com os outros, mais ela evolui no seu desenvolvimento e amplia sua capacidade cognitiva, sendo capaz de criar e recriar situações e resolver problemas com autonomia, impulsionando, assim, seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, um ambiente organizado e rico de possibilidades interativas, especialmente em relação à linguagem e às experiências físicas e lógico-matemáticas, é fundamental para a transformação de estruturas elementares em estruturas de conhecimento de mundo mais qualificadas e equilibradas.

Há um consenso no pensamento nacional e internacional sobre a relevância do trabalho junto às crianças. A conceituada Fundação Maria Ce-

cília Souto Vidigal, referência nos estudos sobre desenvolvimento infantil no Brasil e parceira do **Mais Infância Ceará**, é mais uma instituição a afirmar que “o grau de aprendizagem de uma criança chega a ser três vezes maior quando acompanhado por algum Programa durante a primeira infância”. E ainda: “menos da metade dessas crianças tem problemas por envolvimento com drogas, quando comparadas a crianças do mesmo meio, sem acompanhamento”.

O mesmo diz Jack P. Shonkoff (Harvard, 2010), ao registrar que um dos caminhos para reduzir a pobreza seria justamente o desenvolvimento de programas de intervenção, capazes de prover o suporte social às famílias, auxiliando assim as crianças expostas aos tristes efeitos do ambiente adverso.

“INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA É UM CAMINHO PARA O PAÍS CRESCER”

James Heckman, Prêmio Nobel de Economia

Está comprovado que crianças com desenvolvimento integral saudável durante os primeiros anos de vida apresentam maior facilidade de se adaptarem a diferentes ambientes e de adquirirem novos conhecimentos, o que contribui, posteriormente, para a obtenção de um bom desempenho escolar, para o alcance da realização

pessoal, vocacional e econômica, e para que se tornem cidadãos responsáveis e produtivos.

De acordo com a especialista do Banco Mundial, pediatra Mary Young, citada pelo professor Álvaro Madeiro em artigo ao final deste livro, “a pobreza reduz os recursos espirituais da pessoa. (...) E, infelizmente, a pobreza é como um gene ruim – é herdada”.

Embora o argumento em favor de programas de intervenção fundamente-se na fria lógica econômica, calculando que proteger o desenvolvimento na primeira infância reduziria despesas futuras, resultantes do estresse tóxico ao qual essas crianças são submetidas, o aspecto humano de facilitar oportunidade às novas gerações se impôs na estruturação do **Programa Mais Infância Ceará**.

Ao confirmar a relação entre a condição social da criança e seu desenvolvimento cerebral, os estudos e as pesquisas traduzem uma dura realidade: a disponibilidade de recursos financeiros da família está associada ao estímulo infantil, influenciando diretamente na capacidade cognitiva dos pequenos.

As estruturas cerebrais responsáveis pela capacidade de aprendizado, de leitura e de tomada de decisões tendem a ser menos desenvolvidas nas crianças em situação de vulnerabilidade social

do que naquelas em situação social mais privilegiada, que, crescendo em uma esfera de relacionamentos estáveis, estimulantes e protetores, reúnem condições mais propícias à construção de uma base sólida para a aprendizagem e para a vida.

Isso porque o organismo humano reage a estímulos externos, em um processo de adaptação constante. Crianças pequenas sujeitas a grandes adversidades apresentam excesso de atividade em seus sistemas de resposta ao estresse, o que prejudica os circuitos cerebrais, em pleno processo de amadurecimento, influencia na regularidade do metabolismo e afeta de modo negativo o desenvolvimento dos órgãos.

O resultado é o aumento na probabilidade de atraso no desempenho escolar, problemas no comportamento e danos à saúde física e mental, indicativos de baixo rendimento na futura vida profissional. Conclui-se que direcionar atenções ao desenvolvimento infantil integral, a partir da gestação, é a única estratégia capaz de descontinuar o ciclo de pobreza, reduzir a violência e fortalecer o desempenho escolar, promovendo uma sociedade mais justa e equânime. É precisamente o que busca a atual administração do Governo do Ceará, assumindo esta como uma das suas maiores responsabilidades.

NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, O DESENVOLVIMENTO DE UM POVO

Teve início nos anos 1970 o processo de estabelecimento de consenso global envolvendo pesquisadores, cientistas e gestores, em vários níveis, no epicentro do qual estava a certeza da necessidade de articular, no mundo inteiro, políticas públicas integradas voltadas ao fortalecimento dos cuidados com a primeira infância. Este apelo alcançou o Brasil, sem obter, de imediato, a devida resposta.

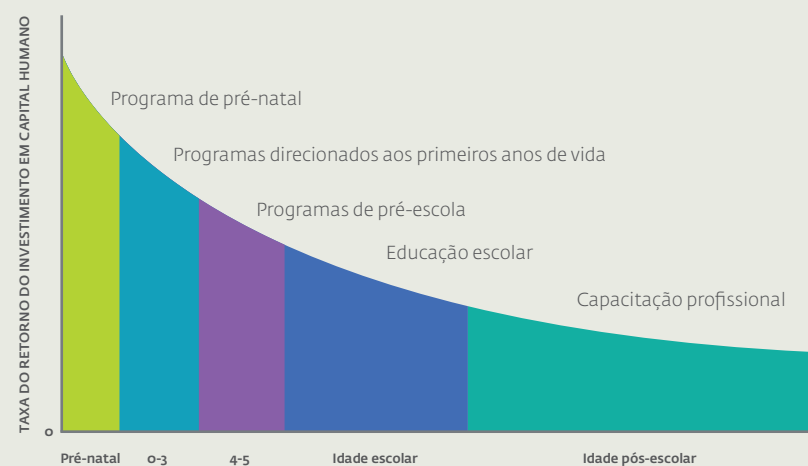
O País demorou a atender esse chamado e o mesmo se deu com o Ceará. Praticamente 15 anos depois, o esforço do estado ainda era reduzir os índices devastadores da mortalidade infantil, que chegava a 126 mortos para cada mil crianças nascidas vivas. Uma crescente conscientização dos gestores conduziu à redução constante desse indicador no Brasil e no Ceará, tanto que, três décadas mais tarde, em 2015, o índice nacional havia diminuído para 12,9/1000, e o do Ceará, para louváveis 12,1/1000, tomando por parâmetro ser de 10/1000 o índice aceitável pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Com tudo isso, as necessidades básicas das crianças cearenses ainda estavam distantes de serem

supridas. Apesar de terem conseguido fôlego para sobreviver, a questão mudava de foco: o desafio não era mais lutar apenas pela vida das crianças, mas sim proporcionar a elas condições para seu desenvolvimento.

O desenvolvimento na primeira infância é um investimento inteligente

QUANTO MAIS CEDO O INVESTIMENTO, MAIOR O RETORNO



FONTE
James Heckman, Prêmio Nobel de Economia
www.heckmanequations.org

Dados levantados pela Fundação Abrinq para o relatório *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2015* mostravam que quase 1,2 milhão de crianças e adolescentes vivia em situação de pobreza no Ceará, e que 61% das pessoas entre zero e 14 anos habitavam domicílios em situação de pobreza, ou seja, de cada cinco crianças, três sobreviviam em condições de desnutrição, nutrição inadequada, doenças evitáveis e criminalidade.

É a partir daí que se desenvolve a narrativa das políticas públicas e de como a ideia do **Programa Mais Infância Ceará** chegou ao Governo do Estado e aos municípios cearenses, em 25 de agosto de 2015, dois meses após o lançamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, iniciativa da Secretaria da Educação, incorporada em um dos eixos do **Mais Infância Ceará** e apresentada em detalhes mais à frente.

A visibilidade nacional do **Programa Mais Infância Ceará** despertou a atenção de entidades e instituições dedicadas ao mesmo objetivo. Uma visita de representantes da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, interessados em conhecer o Programa, abriu novas possibilidades de trabalho.

A Primeira-dama do estado, Onélia Leite de Santana, foi convidada a participar de Seminário temático na Universidade de Harvard, voltado à

primeira infância. Pesquisadores da Universidade visitaram também o Ceará, estabelecendo-se, a partir daí, produtiva parceria para intercâmbio de experiências e de propostas destinadas ao combate à desnutrição e a investimentos institucionais que favorecessem o aproveitamento dos “mil dias” de vida.

Como um dos frutos dessa parceria, em 2017 deu-se a bem-sucedida realização do I Seminário Internacional **Mais Infância Ceará**, com o tema “Criança é Prioridade”. Seu objetivo era estratégico, tanto no sentido de destacar o encaminhamento dos trabalhos locais quanto no de sensibilizar os gestores municipais, eleitos no ano anterior, para a causa da primeira infância.

Representantes do Canadá, Chile, Peru, China e Estados Unidos estiveram presentes no evento, que, na avaliação final, foi um “divisor de águas”. As explanações, debates e discussões entre os 1.500 participantes originaram um novo olhar, no sentido de que o cuidado com as crianças não era preocupação de pequeno porte, mas sim um movimento coletivo a favor de conquistas sociais para o presente e o futuro da comunidade.

A continuada valorização de ações e iniciativas de intervenção precoce deveria ser inserida no cerne das políticas públicas do estado e de seus 184

municípios, favorecendo a prevenção e redução de possíveis danos durante essa etapa de crescimento, centrada especialmente nas crianças em situações de risco e vulnerabilidade social. Como ilustrou a Primeira-dama Onélia Leite de Santana, para que se obtenha sucesso, é preciso entender o estado como um braço, e o município como o outro braço: “Tudo dará certo quando os dois se derem as mãos”.

No contexto de uma região profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica, tais ações se constituíram, desde o início, uma importante provocação política, em especial, quando já se sabe que a formação de um povo deriva, diretamente, do desenvolvimento de suas crianças.

Era a favor delas que a administração pública do Ceará se mobilizava para atuar, priorizando a faixa que vai da gestação aos 6 anos de idade, ciente de estar aí uma das mais valiosas estratégias para interromper o ciclo da pobreza, diminuir a violência, prevenir problemas de saúde e promover o desempenho escolar, ou seja, para desenvolver a criança na promoção de uma sociedade mais justa.

Largos passos já haviam sido empreendidos nesse sentido pelos governos estaduais anteriores no campo dos direitos civis: a criação do **Programa**

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL HUMANO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

- I. Promoção do desenvolvimento infantil de crianças de famílias em situação de extrema pobreza por meio da expansão e melhoria de qualidade dos programas para o desenvolvimento da primeira infância;
- II. Melhoria da qualidade da educação para a aprendizagem na idade certa;
- III. Redução da evasão escolar, promoção da qualificação profissional e inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

PAIC: ALFABETIZAÇÃO TEM HORA

O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC foi implantado em 2007 como política pública prioritária do governo. Por meio do fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios, o Programa previa formação continuada aos professores e apoio à gestão escolar no sentido de garantir a alfabetização dos alunos de 6 e 7 anos, da rede pública de ensino até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. Junto a com outras experiências, o PAIC contribuiu para a estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, do Ministério da Educação.

Saúde da Família – PSF, raiz da Estratégia Saúde da Família; do **Pacto pela Infância**, que resultou no Fundo Estadual para a Infância e Adolescência e na implantação dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente; o **Fundo de Combate à Pobreza – FECOP**, financiado por uma parte da arrecadação do ICMS do estado; o **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC**; e o estabelecimento de **Centros de Educação Infantil - CEI**, entre outros avanços.

Do somatório desses programas e projetos, da iniciativa de modificações benéficas para as gerações seguintes, do empenho coletivo, surgiram as ações que viriam modificar o panorama da atenção à criança cearense. Era inadiável firmar um planejamento estratégico e estabelecer parcerias.

OS DIFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DO CEARÁ

A proposta apresentada em Fortaleza a um público de prefeitos cearenses, em agosto de 2015, dirigia atenção máxima às crianças, em suas diferentes etapas de desenvolvimento, numa atuação multidisciplinar. Se ser criança é “estar cheio de céu por cima”, como diz o escritor angolano Mia Couto, o Programa Mais Infância Ceará ambicionava contribuir para que elas se desenvolvessem sob esse céu, sem limites para seus sonhos.

O Programa atravessara um longo tempo de discussões, que haviam amadurecido e consolidado o reconhecimento quanto à sua importância e urgência. A semente havia sido plantada dois anos antes, com a publicação do Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013, aquele que instituía, no âmbito do **Programa para Resultados do Estado do Ceará – PforR**, o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará. O momento agora era de agir.

De fato, o Ceará precisava priorizar uma política abrangente de combate à pobreza e à extrema pobreza, em especial aquela que ainda se registrava no interior e nas zonas rurais, alcançando as famílias com crianças de zero a 6 anos incompletos. Com os municípios, e interligando as Secretarias de Estado em atuação multidisciplinar o governo que iniciava em 2015, colocou a educação infantil como prioridade em sua agenda de

política pública e se preparou para não apenas dar sequência ao que havia sido executado antes como também para avançar, incorporando novos elementos e estruturando o sistema para obter os melhores resultados.

A Primeira-dama do estado assumiu com determinação o gerenciamento do processo e toda a mobilização em seu entorno. Os cursos realizados por ela em Harvard, de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, assim como sua formação em Letras e Psicopedagogia

PforR: PROGRAMA PARA RESULTADOS

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – resumidamente, Programa para Resultados, é uma parceria com o Banco Mundial tendo como foco o fortalecimento local da gestão pública nas áreas de Capacitação Profissional, Assistência à Família e Qualidade da Água (IPECE, 2013). No que diz respeito à área social, o Programa se destina a acompanhar e monitorar famílias com crianças entre zero e 6 anos incompletos, o que é feito por meio do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. São capacitados os técnicos de nível superior e médio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e a execução está a cargo da Secretaria da Educação – SEDUC.

Atuação multidisciplinar

COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ



gogia, a credenciaram para tal e se mostraram fundamentais para o sucesso obtido à frente desta missão.

Em novembro de 2014, logo após o resultado das eleições daquele ano, havia sido apresentado o Plano de Ação do Governo Camilo Santana (2015-2018) para o biênio 2015-2016, descrevendo as ações a serem realizadas pelo **Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI**, o que pode ser considerado o ponto de partida das ações estruturantes que se seguiriam.

Resultante de uma decisão planejada e participativa, organizado na forma de colegiado, o Comitê passava a ser responsável por propor “a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil”, bem como por promover “a articulação de políticas, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida na primeira infância”.

Na intersectorialidade de sua composição, estavam incluídos representantes das Secretarias do Desenvolvimento Agrário, do Planejamento e Gestão, da Saúde, da Educação e do Trabalho e Desenvolvimento Social (esta última, em 2019, teve sua denominação alterada para Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos – SPS), além do Instituto de Pesquisas do Ceará – IPECE. Em um segundo momento, passariam a participar do CPDI as Secretarias da Cultura, do Esporte, da Justiça e o Gabinete do Governador.

O que se impunha em 2015 era se valer da *expertise* de todas elas, com a capilaridade exercida em todo o estado, nos setores ligados a uma questão fundamental: o desenvolvimento infantil.

Constavam como competências do CPDI: “*conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil*;

monitorar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento infantil; definir, acompanhar e divulgar os principais indicadores de resultados na área de desenvolvimento infantil; propor a realização e apoiar a divulgação de estudos e pesquisas sobre desenvolvimento infantil no Estado do Ceará”.

Isso porque, apesar de todos esforços anteriores, que levaram o crescimento do Ceará nos últimos anos a apresentar excelentes indicadores macroeconômicos, não se deu a esperada contrapartida no que se referia à qualidade de vida dos cearenses. A vulnerabilidade imposta pela pobreza diminuía, sem alcançar, porém, a redução desejada. O avanço da Ciência mostrava a importância do fortalecimento das políticas públicas estaduais direcionadas ao desenvolvimento da criança, e uma tomada de decisão nesse sentido não podia mais esperar.

Doze ações foram assumidas pelo Conselho, para o biênio 2015-2016, e descritas em seu Regimento Interno (ver listagem a seguir), a partir da definição de metas mensuráveis, passíveis de verificação. O alcance das metas estabelecidas para cada ação traria o acúmulo de conhecimento e experiências necessárias para a construção do **Plano Estadual pela Primeira Infância**, que contemplaria todos os programas, projetos e ações dos

órgãos estaduais que atuam, direta ou indiretamente, com crianças de zero a seis anos. Houve uma construção participativa, complementada e articulada com o **Plano Nacional pela Primeira Infância**.

A participação coletiva estimulou a elaboração de 140 Planos de Primeira Infância em municípios cearenses, reunindo, sob as mesmas diretrizes, a administração estadual, o IFAN e o Unicef, pactuados com o Ministério Público.

Em termos de decisões governamentais, era bem vasto o leque de opções que poderiam ter sido tomadas pelo Executivo na busca pela construção de uma política pública de valorização das pessoas. No entanto, a perda precoce de tantas vidas, os prejuízos no desenvolvimento físico e motor das crianças, a destruição de futuros, o custo al-

140 municípios
cearenses
elaboraram
seus Planos de
Primeira Infância

As doze ações assumidas pelo CPDI

Biênio 2015-2016

Estas são as ações propostas como atribuições do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI descritas no seu Regimento Interno, a partir da definição de metas mensuráveis, passíveis de verificação.

1. Apoiar a realização de campanhas e demais estratégias de comunicação a respeito da estimulação do desenvolvimento infantil e outros tópicos relevantes para a vida saudável durante a primeira infância, tomando como referência o Plano Nacional pela Primeira Infância.
2. Promover a realização de eventos relativos ao desenvolvimento infantil.
3. Fortalecer as articulações intersetoriais dos programas de apoio ao desenvolvimento infantil.
4. Acompanhar a aplicação de recursos públicos com o objetivo da redução das desigualdades municipais e entre diferentes grupos populacionais.
5. Estabelecer metodologia de monitoramento dos programas e projetos de atenção à família estabelecidos no âmbito do PforR voltados ao desenvolvimento infantil.
6. Apoiar a elaboração e formulação de políticas e diretrizes de programas de estímulo ao desenvolvimento infantil adaptados às necessidades de indígenas, quilombolas e outras comunidades isoladas.
7. Realizar de estudos e pesquisas de diagnósticos sobre o desenvolvimento infantil em parceria com universidades e organizações governamentais e não-governamentais.
8. Criar de uma Biblioteca Virtual da Primeira Infância que reúna as informações sobre os programas e políticas públicas para o desenvolvimento infantil.
9. Apoiar a implantação dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).
10. Acompanhar indicadores sobre violação de direitos das famílias com crianças de zero a 5 anos.
11. Acompanhar as metas da educação infantil do Plano Nacional de Educação (PNE) no Estado do Ceará.
12. Apoiar e fortalecer as discussões acerca da elaboração de um Plano Estadual pela Primeira Infância.

tíssimo pago pela sociedade, tudo isso confirmou a relevância de ouvir os especialistas, aprimorar processos e quebrar paradigmas ao **definir a infância como alvo**, priorizando o cuidado das questões – literalmente – ainda no berço.

Para o estado, era vital traçar estratégias direcionadas à redução sustentável da pobreza, à tentativa de corrigir ou minimizar as desigualdades de oportunidades, construindo uma intervenção satisfatória em múltiplas frentes. Os responsáveis pelo **Programa Mais Infância Ceará** aprofundaram os estudos, buscando informações em fontes qualificadas de toda a rede da primeira infância, num trabalho de *benchmark* preliminar e necessário ao traçado do projeto.

Em primeiro lugar, fez-se bem claro que a abordagem deveria ser voltada prioritariamente para as crianças, vistas de maneira holística. Havia no Ceará um sem número de ações desenvolvidas para elas. Ações direcionadas, por exemplo, ao crescimento, satisfazendo-se em avaliar peso e altura; ações de saúde, voltadas apenas ao acompanhamento das imunizações; ações de assistência, preocupadas com drogadição nas famílias. Eram iniciativas que costumavam ver a criança sob diferentes ângulos, cada um deles restrito à sua especialidade, mas que poderiam,

perfeitamente, ser reunidas sob uma política pública em comum.

Assim, ficou decidido que a **criança cearense passaria a ser a protagonista de sua história de maneira integral e integrada**. **Integral** significando que seria atendida em suas necessidades fundamentais. **Integrada** por ser o foco de diversas políticas públicas de atenção à infância.

Destaque-se aqui a diferença entre **crescimento** da criança, termo definidor de processos biológicos naturais, e seu **desenvolvimento**, conceito que remete à construção pessoal dela. Por isso mesmo, entra em cena o **segundo diferencial** da estratégia do Ceará, que é o **reforço à formação**.

CRESCIMENTO

aspecto físico mensurável,
como peso e altura.

DESENVOLVIMENTO

aspectos cognitivo, psicomotor,
emocional e social.

Enquanto nascia a regulamentação federal de políticas públicas para as crianças, o Ceará já estava à frente.

Relevante componente do processo, a **formação** aponta para a criação de condições propícias ao desenvolvimento, de ambientes favoráveis, de estímulos de toda ordem, o que se ampara, naturalmente, na **parentalidade responsável**. Os pais passariam a receber orientação e formação básicas quanto à relação existente entre o desenvolvimento infantil e o impacto na vida futura da criança, o que se dá por meio da palavra.

Como afirma a Coordenadora Técnica do **Mais Infância Ceará**, fonoaudióloga Dagmar Soares, trata-se de “uma tecnologia simples e eficiente, dependente tão somente da conscientização transmitida aos pais pelos profissionais”.

Os profissionais que lidam diretamente com as crianças compõem um outro nível de formação, no qual estão incluídos os visitantes domiciliares: são os agentes do Desenvolvimento Infantil e os agentes Comunitários de Saúde, os visitantes do PADIN e os agentes do Programa Criança Feliz, originalmente dedicado à área de assistência social.

O trabalho dos agentes passou a ser formatado de modo a alcançar até mesmo as crianças residentes distante da escola, a quem não chegam com facilidade as políticas públicas. Nesse caso, as famílias não buscam o serviço: é o serviço que vai até onde elas estão. A minuciosa formação desses profissionais se deu em ritmo constante e crescente, nos próprios municípios onde atuam, por meio de cursos, seminários, palestras e treinamentos práticos.

Todo esse processo de formação levou em conta as especificidades de cada área, com suas características próprias, agregando a elas a indispensável visão geral do desenvolvimento. Três eixos foram assim trabalhados: a **importância do vínculo**, da linguagem e do brincar com a criança; o **cuidado com a saúde**, da gestação aos 6 anos de vida; e a **segurança**, intensificando a atenção para os riscos de acidentes domésticos e despertando para a prevenção da violência e para uma cultura de paz.

Como a política pública da primeira infância passou a ser exercida ao nível de agenda de estado, superando o âmbito tradicional de Secretarias específicas, a totalidade das Secretarias de Governo, além daquelas já vinculadas ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desen-

volvimento Infantil no Ceará, foi incumbida de atuar com o foco na primeira infância.

Após a implantação do **Programa Mais Infância Ceará**, passaram todas elas a mobilizar-se para o trabalho em conjunto, de forma articulada, disponibilizando seus instrumentos de ação, reduzindo ou evitando duplicação de iniciativas e desperdício de esforços, harmonizando discursos e agregando recursos em favor do interesse em comum.

Tal **intersetorialidade** constitui o terceiro diferencial estabelecido pelo Programa, para o qual se fez vital a *expertise* de todas elas e da sua capilaridade nas regiões do estado, atendendo à questão fundamental do desenvolvimento infantil.

VIVENCIANDO O PRESENTE COM UM OLHAR PARA O FUTURO

Logo após ser lançado, em 2015, o **Mais Infância** já precisou crescer. Se de início previa atender apenas às crianças na etapa da primeira infância, residentes nos 36 municípios do Estado com menor IDH, sua atuação logo foi estendida a de-

zenas de outros municípios, abrindo seu leque para outras etapas da infância e outras ações indispensáveis para o bem-viver: saúde, educação, nutrição (os três pilares do desenvolvimento humano, conforme a publicação *The State of the World's Children 1980-1981*, do Unicef), além de arte, esporte, cultura e lazer.

Em 2016, a Lei Federal nº 13.257 – considerada Marco Legal da Primeira Infância – definiria essa como sendo a etapa do desenvolvimento que vai da gestação aos seis primeiros anos completos, ou 72 meses de existência, ou ainda os “mil dias” cruciais, capazes de exercer influência sobre toda a extensão da vida.

Pesquisas científicas haviam embasado leis e políticas públicas, e agora se mostrava que o Ceará estava no caminho certo: era exatamente esse o foco do **Programa Mais Infância Ceará**, que antecipara a determinação do Art. 3º da referida Lei, dispondo sobre “o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância, que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral”. Dessa forma, enquanto nascia a regulamentação federal de políticas públicas para as crianças, Ceará já estava à frente.

Era, de fato, impositivo reconhecer a urgência de ações direcionadas à primeira infância, extraindo máximo proveito da interdisciplinaridade, identificando como público-alvo do **Programa Mais Infância Ceará** os formadores de opinião; gestores públicos (em especial dos municípios); pesquisadores; profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, ONGs; comunidades e estruturas familiares; e as próprias crianças.

Chega-se então à conclusão que o **Programa Mais Infância Ceará** colaborou grandemente para o reconhecimento de que o desenvolvimento integral e saudável, durante os primeiros anos de vida, instrumenta a criança para alargar sua capacidade de adaptação a ambientes novos, bem como para acumular um quantitativo maior de conhecimentos, fatores que contribuem para que ela, mais adiante, apresente condições de um bom desempenho escolar, alcance sua realização pessoal, vocacional e econômica, mantenha-se inserida na comunidade e forme, assim, sua cidadania.

Na concepção de um planejamento coletivo para o **Programa Mais Infância Ceará**, foram traçadas metas, debatidos métodos, firmadas parcerias, definidas **Visão de Futuro** e **Missão**.

A Visão de Futuro – **Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade** – tem como relevantes desafios o combate à desigualdade, a promoção da justiça social e a isonomia na oferta de oportunidades, a partir dos primeiros anos de vida, com o objetivo de se ampliar a inserção social hoje existente.

Já os desafios da Missão – **Gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança** – surgem como oportunidades para oferecer serviços realmente transformadores a esse público.

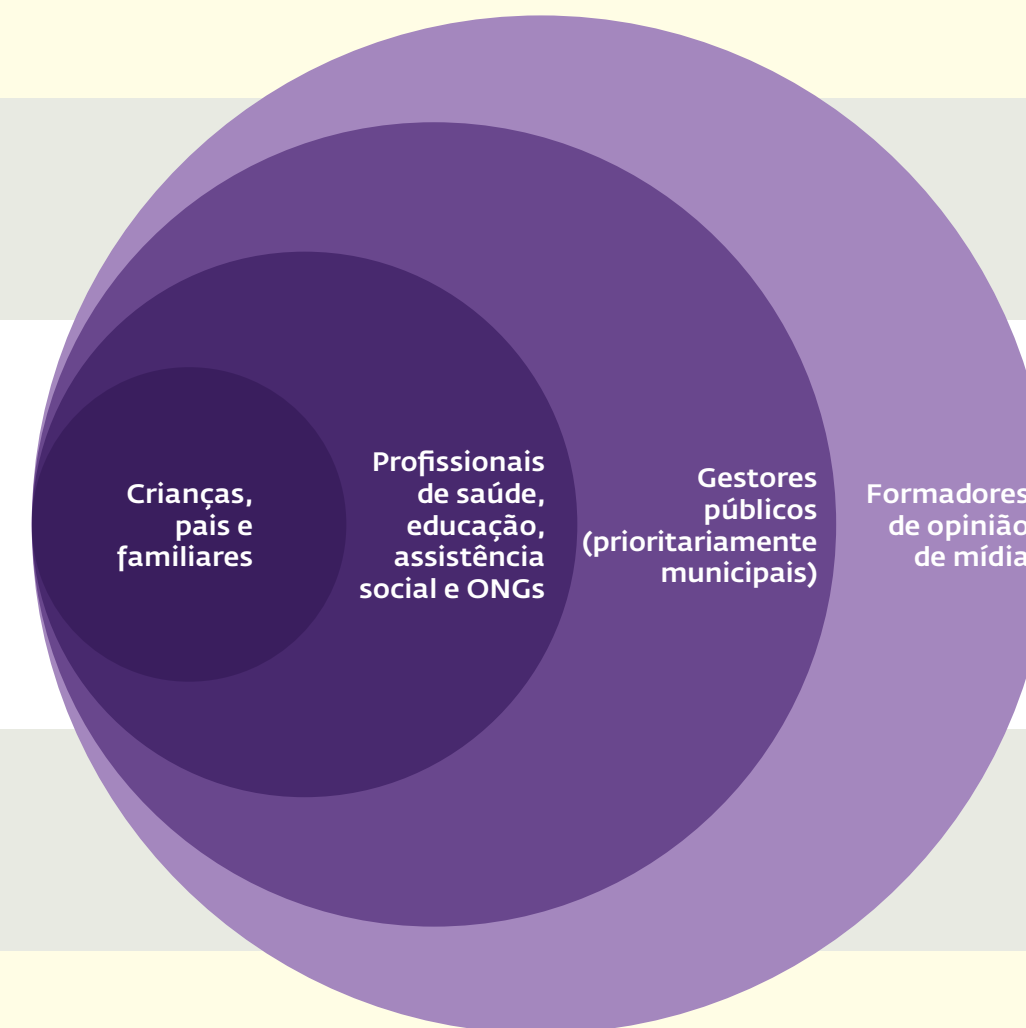
VISÃO DE FUTURO

Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.

MISSÃO

Gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.

PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA



MOBILIZAÇÃO DE TODOS, SUCESSO DE CADA UM

No Ceará, evidencia-se que a valorização continuada de ações e estratégias de intervenção precoce é ponto fundamental nas políticas públicas, favorecendo a prevenção e redução de possíveis danos durante a infância, essa delicada etapa do desenvolvimento – especialmente quando se trata de crianças inseridas em situações de risco e vulnerabilidade social, que somam centenas de milhares de pequenos cidadãos cearenses.

Por conhecer a fundo a situação do Ceará em relação à infância, e por reconhecer as condições adversas ainda presentes em muitos lares cearenses, onde residem crianças nesta etapa especial da vida durante a qual o futuro pode ser moldado pela interferência de um poder transformador, o Governo do Ceará chamou para si a responsabilidade de modificar tal realidade.

Tudo aquilo que a sociedade fizer pela criança, esta dará em retorno à sociedade.

Daí haver definido, como ação prioritária da administração pública, a aplicação de políticas de atenção integral à infância, mostrando-se em sintonia com o que existe de mais contemporâneo em termos de consenso científico mundial. No contexto não só de um estado, mas de uma região secularmente marcada pela desigualdade socioeconômica, essa definição se configurara uma importante decisão política, pelo reconhecimento oficial de que tudo aquilo que a sociedade fizer pela criança, esta dará em retorno à sociedade.

Indicadores de pesquisas do IBGE referentes a 2018 confirmam que o Ceará, um estado nordestino com IDH de 0,682, ocupando a décima sétima posição entre os 27 estados brasileiros, vem conseguindo reduzir os números da mortalidade infantil e corrigir alguns índices que estavam à margem da média aceita pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O resultado positivo é, sem dúvida, fruto do trabalho que tem sido realizado com a união entre todas as esferas públicas, com a cooperação dos governos municipais e com a indispensável colaboração dos parceiros externos e da sociedade em seu todo.

Em outra frente de ação, o Ceará determinou-se a estabelecer uma ruptura epistemológica e política, buscando deixar claro para a sociedade que

.....
No dia 28 de fevereiro de 2019, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou Mensagem do Governo do Estado, instituindo o Programa Mais Infância Ceará. Em 22 de março do mesmo ano, deu-se a sanção da Lei do referido Programa como política de estado.

não cabe mais preservar crenças antigas. É preciso também que a sociedade assuma seu papel no rompimento com um pensamento estrutural binário, imbuído no âmago do inconsciente nacional, responsável até hoje pela existência de uma lógica enviesada de superior/inferior, que se mostrou incapaz de impulsionar o potencial de crescimento do país.

São ideias que não mais dispõem de espaço no mundo atual e que precisam, urgentemente, ser substituídas por um modelo de desenvolvimento inclusivo, menos desigual, capitaneado pela educação.

As ações foram longamente pensadas e discutidas em conjunto com especialistas nacionais em desenvolvimento infantil. O Ceará qualificou-se para mostrar consistência no que já realizou e no que tem plenas condições de ainda realizar, amparado sobre os fundamentos fortes e os processos sólidos do **Programa Mais Infância Ceará**,

comprovando assim, de forma exemplar, tudo o que é possível ser feito pela criança, a favor do futuro.

É aí que se coloca o protagonismo do qual o estado se orgulha, de transformar a atenção à primeira infância em uma política pública integrada, com visão de longo prazo.

O Programa traz representações dignas de nota, que até agora não haviam sido executadas e que podem se configurar, de maneira tangível, por meio de um simples exemplo: quando se têm mais de 15 mil agentes de saúde nas comunidades e se leva a elas a ideia da importância do desenvolvimento infantil e do fortalecimento do vínculo, é como se fosse colocado um exército inteiro na rua, lutando a favor das crianças.

Novos projetos continuam a ser debatidos, postos em prática ou estão sendo fortalecidos. É o caso do **Cartão Mais Infância**, pensado para transferência de renda a famílias em condição de extrema pobreza, com crianças menores de seis anos, em conjunto com ações de assistência social. Ao todo, mais de 50 mil famílias serão beneficiadas. O Cartão foi lançado em 2018, sofreu interrupção no período eleitoral, tendo sido retomado em janeiro de 2019.

É o caso também do **Projeto Mais Nutrição**, de enorme relevância social. Uma boa alimentação se configura fundamental para o desenvolvimento infantil, desde a gestação. Ao lado disso, sabe-se que persiste no mundo um imenso desperdício diário de alimentos, tantos nas centrais de produção como nos locais de comercialização. O projeto pretende participar da solução local para tal problema, aproveitando esses alimentos de maneira científica e favorecendo hábitos alimentares saudáveis nas entidades selecionadas da rede socioassistencial da Região Metropolitana de Fortaleza, que receberão ainda uma educação alimentar e nutricional.

Hoje se vê que a sociedade cearense amadureceu para iniciativas cuja sinergia se consolide em um amplo consenso. Todos são convidados ao engajamento nas decisões favoráveis às crianças – universidades, empresários, prefeituras, ONGs, lideranças, cidadãos – e todos podem assumir papel relevante, que deixe marcas positivas no desenvolvimento da primeira infância.

O bom desempenho continuado de modelos de organizações não-governamentais, como é o caso do Instituto da Infância – IFAN e do Instituto da Primeira Infância – IPREDE, entidades cearenses voltadas aos cuidados com esta faixa etária, ou como o plano municipal da primeira infância Cresça com Seu Filho, conduzido pela prefeitura de Fortaleza, ou Trevo de Quatro Folhas, implementado pelo município de Sobral, comprova os exemplos exitosos de iniciativas de política pública na esfera municipal. Que venham outros. O futuro agradece.

OS PILARES DO PROGRAMA

Desde seu início, o Programa Mais Infância Ceará contou com a contribuição de instituições reconhecidas pelo trabalho executado em favor do público infantil, o que foi demonstrado por meio de um planejamento estratégico envolvendo representantes das três instâncias de poder (federal, estadual e municipal), universidades, associações comunitárias, Fundações e UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O Mais Infância Ceará é responsável por reunir o maior número de projetos e programas voltados aos pequenos cearenses, organizando intersetorialmente as ações na busca de significados e alcance social único. Três pilares constituem suas bases: Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender, resumidos nos tópicos a seguir e devidamente detalhados mais adiante.

TEMPO DE CRESCER

Entende que o desenvolvimento infantil requer, desde a concepção, uma abordagem integral e integrada, e que o bem-estar físico e intelectual da criança, assim como seu desenvolvimento socio-emocional e cognitivo, estão inter-relacionados. Neste pilar, está proposta a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de serviços e formações especializadas que contemplem pais, profissionais e demais envolvidos nos processos de atenção à criança.

TEMPO DE BRINCAR

Foca nos benefícios das brincadeiras e da ludicidade como favorecedores do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, integrados ao convívio familiar; da socialização; e de sua inclusão na cultura da comunidade. O objetivo deste pilar é aproveitar espaços públicos para implantar e revitalizar áreas que garantam o direito da criança ao brincar e às brincadeiras.

TEMPO DE APRENDER

Reconhece a escola como direito de todos, contribuindo, com isso, para atender as metas de universalizar a oferta de pré-escola e de ampliar a disponibilidade de creches, tão necessárias às mães que trabalham fora de casa. O apoio à construção e qualificação dos Centros de Educação Infantil – CEI, dado por este pilar, contribui para o fortalecimento das famílias no cuidado e na promoção do desenvolvimento de seus filhos.



Nenhuma dessas ações teria sentido se empreendidas isoladamente. Articulações intersetoriais permanentes e cotidianas foram estabelecidas, agregando a elas programas e instituições capazes de atender também a situações de maior urgência. Desenvolver o ser humano no seu todo, com ações iniciadas ainda no berço, e facilitar as condições para que ele se integre a um ambiente equilibrado, justo e produtivo. Um quarto pilar, o Tempo de Nascer, teve sua implantação iniciada em 2018 e já dispõe de resultados positivos para mostrar. Essa é a contribuição que o Programa Mais Infância Ceará deseja continuar compartilhando com os cearenses.



TEMPO DE CRESCER

FORTALECENDO VÍNCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Ação integrada de formação de profissionais, educadores e familiares para a promoção do desenvolvimento infantil, por meio de abordagens holísticas que contemplam aprendizado, crescimento e desenvolvimento humano, que desconhecem soluções isoladas e que mostram ser indispensável o inter-relacionamento entre o bem-estar físico e intelectual da criança e seu desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Essa é a essência do pilar Tempo de Crescer.

Se o foco na formação profissional predomina quando o assunto são ações relacionadas aos aspectos de capacitação e qualificação, tal abordagem se mostra diversa ao se tratar do desenvolvimento infantil: a primazia é assumida pelos pais e/ou cuidadores, já que a família continua a ser o primeiro e mais eficaz sistema de apoio na garantia dos cuidados essenciais para com a criança.

Envolvimento, proximidade, carinho, o bem-estar que o núcleo familiar é capaz de proporcionar, fazem-se fundamentais frente às necessidades das crianças, em especial, na primeira infância, quando estas se encontram em total dependência do ambiente doméstico.

Respeitando a importância do papel da família, o acompanhamento prestado por profissionais da área da saúde, por meio de visitas domiciliares, é imprescindível ao desenvolvimento infantil no instante em que uma maior orientação se faz necessária. Os profissionais estão qualificados a contribuir para reforçar a importância da parentalidade responsável e do cuidado adequado que os pequenos necessitam e merecem.



“Não podemos nos dar ao luxo de adiar o investimento nas crianças até que elas se tornem adultas, nem podemos esperar até que elas entrem na escola, pois pode ser muito tarde para intervir.”

James Heckman,
Prêmio Nobel de Economia

Os números documentam as ações do PADIN: de 2015 até dezembro de 2018, foram realizadas 47.365 visitas domiciliares, em 48 municípios, além de terem sido realizados 4.603 encontros coletivos. Cerca de 4.120 famílias desses municípios receberam as visitas. No total, 4.232 crianças foram assistidas por 49 Supervisores e 392 Agentes do Desenvolvimento Infantil. Foram capacitados 767 profissionais.

Reconhecer o desenvolvimento na primeira infância como um dos investimentos com o retorno mais seguro que a gestão pública e as famílias podem empreender, no sentido de construir vidas produtivas capazes de impulsionar melhorias individuais e sociais, é a chave do futuro.

Dentro desse pilar, o Programa Mais Infância acompanha, por meio de parcerias interseto-

riais, três programas que incluem formação profissional e visitas domiciliares, voltados às crianças e suas famílias:

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, executado pela Secretaria da Educação do Estado – SEDUC e municípios;
- Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental – PforR, executado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS.
- Projeto Criança Feliz/SUAS, de âmbito nacional, no qual o Ceará tem mostrado um destaque crescente.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADIN

Com financiamento do Banco Mundial, e vigência de três anos, o PADIN foi projetado para prestar atendimento a 36 municípios cearenses e duas Regionais de Fortaleza identificados como os que detêm maior percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social, e sem acesso aos Centros de Educação Infantil – CEI.

Organizando-se, inicialmente, em torno de três eixos estruturantes – família, comunidade e estado –, o PADIN é um programa que busca facilitar as condições de uma participação mais ativa no desenvolvimento das crianças, fortalecendo vínculos familiares e os cuidados na educação daquelas entre zero e 3 anos e 11 meses de idade.

Em sua execução, tem facilitado às famílias as condições de uma participação mais ativa no desenvolvimento integral de seus filhos, graças às visitas domiciliares. Por essa proximidade, vem se mostrando instrumento adequado para fortalecer a competência do núcleo familiar, sem dúvida, a primeira e mais importante instituição responsável pela criança em seus anos iniciais de vida.

Sem pretender substituir a estrutura da educação infantil, e sem caráter assistencialista, as ações do PA-

DIN partem do princípio que o vínculo entre pais, cuidadores e crianças é fundamental para o desenvolvimento infantil (SEDUC, 2016). Para isso, apoia e orienta as famílias no estabelecimento de conexões produtivas entre os participantes do processo – pais, cuidadores e crianças –, favorecendo assim o desenvolvimento integral delas e explorando todo o potencial que dispõem para virem a ser sujeitos ativos, criativos e dinâmicos.

As numerosas e intensas transformações físicas e cognitivas que o ser humano atravessa na primeira infância irão possibilitar a aquisição de



“ VALOR AGREGADO DA METODOLOGIA DA VISITA DOMICILIAR

Entrar na residência de uma família significa muito para ela e para o visitante. O receber é um ato de vontade própria da família, é um compartilhar de sua identidade, suas condições de relação familiar, suas pautas culturais...

A metodologia de visita domiciliar tem uma mão dupla e que se cruza. De um lado, a mãe, o pai ou cuidador; na outra mão, a criança. E acentua-se principalmente quando o foco é na primeira infância. O benefício é mútuo.

A visita deve ter sempre objetivo e metas claras. Não é uma visita de amigas ou amigos, de comadres ou compadres! É uma visita de cunho profissional, dentro dos paradigmas claros da metodologia: colaborar com a família para vencer os seus próprios desafios nos cuidados e educação da criança pequena; ajudando-a a compreender melhor a importância de suas práticas de afeto e

estimulação através do brincar, da conversa, da atenção e carinho, da contação de histórias, da escuta participativa da criança, da compreensão que disciplina é diferente de violência; e que cuidados da saúde são também prevenções que acontecem dentro de casa.

Os desafios do exercício da parentalidade são paradoxais. Se, por um lado, ser pai e mãe é um processo natural de vida do ser humano, esse papel muitas vezes traz dúvidas sobre como exercê-lo. Ter um visitador que escute e tire as dúvidas da mãe ou cuidador e ilumine sua condição de ver e sentir as potencialidades de seu filho ou filha é facilitar a integração do desenvolvimento da criança, permitindo-a crescer e encontrar-se em um mundo mais feliz.

“
LUZIA LAFFITE - Superintendente Executiva do Instituto da Infância - IFAN

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PADIN

SÃO EIXOS NORTEADORES DO PADIN:

o respeito, a solidariedade e a autonomia, pensados em uma construção nas relações sociais envolvendo pais, mães, cuidadores e outras crianças.



competências necessárias para o desempenho de atitudes progressivamente mais qualificadas, nos diversos campos do seu desenvolvimento. Essas competências emergem a partir dos modelos vivenciados, das relações e dos vínculos estabelecidos com as pessoas consideradas pelas crianças como referenciais.

Dessa forma, a proposta do PADIN é contribuir para valorizar o desenvolvimento progressivo e autônomo dos pequenos, prezando por sua existência e oferecendo a segurança e os cuidados próprios para cada fase dessa etapa da vida.

Público-alvo do PADIN

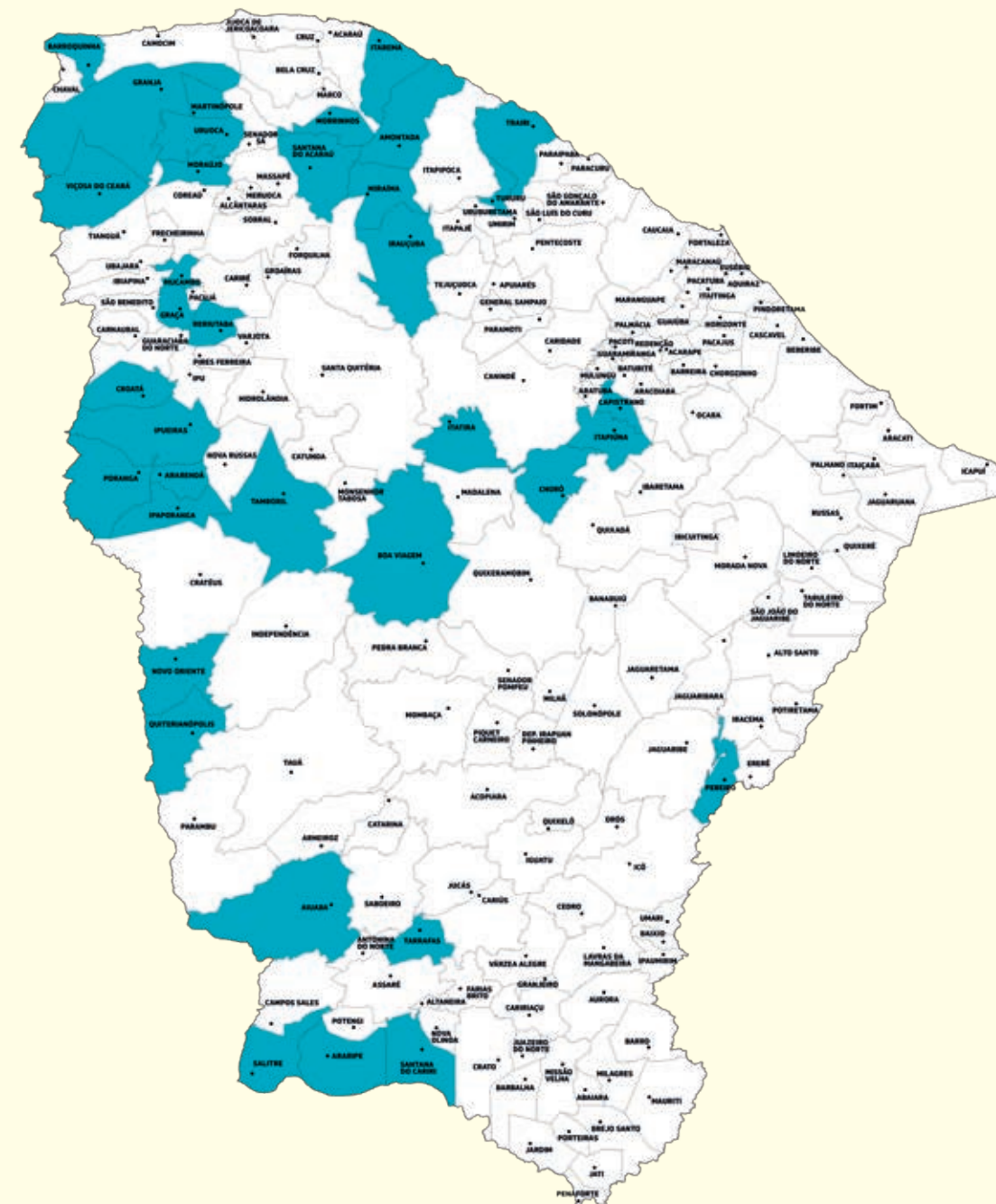
O critério para selecionar o público atendido pelas ações do PADIN definiu-se a partir da identificação de 36 municípios cearenses com elevado percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social, e com o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, indicador que mensura os avanços sociais levando em conta as dimensões de renda, saúde e educação.

O processo seletivo esteve sob condução do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, órgão do Governo Estadual responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas do Estado. Ao fim do levantamento, chegou-se a um quantitativo de 3.040 famílias residentes na zona rural. Vulnerabilidade social e IDH baixo foram os indicadores levados em conta para elencar os municípios.

Visando a prestação de um atendimento correto, foram identificadas para participação as famílias que atendiam a dois critérios específicos: aquelas com maior número de crianças na faixa etária dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, e as que tinham entre seus componentes bebês de zero a 11 meses.

Relação dos 36 municípios com menor IDH
(Famílias com crianças de 0 a 6 anos com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00)

- Aiuaba
- Amontada
- Ararendá
- Araripe
- Barroquinha
- Boa Viagem
- Capistrano
- Choró
- Croatá
- Graça
- Granja
- Ipaporanga
- Ipueiras
- Irauçuba
- Itarema
- Itatira
- Itapiúna
- Martinópolis
- Miraíma
- Moraújo
- Morrinhos
- Mucambo
- Novo Oriente
- Pereiro
- Poranga
- Quiterianópolis
- Reriutaba
- Salitre
- Santana do Acaraú
- Santana do Cariri
- Tamboril
- Tarrafas
- Trairi
- Tururu
- Uruoca
- Viçosa do Ceará



PRIORIDADES DO PADIN

1. Fortalecer a competência do núcleo familiar como primeira e mais importante instituição de cuidados e de educação da criança nos primeiros anos de vida;
2. Apoiar as ações educativas voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância e, por consequência, à redução das desigualdades de aprendizagem;
3. Garantir o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil mais eficientes e eficazes. (IPECE)

“O PADIN mudou muito a vida da Giovana. Como mãe, me sinto tão feliz que você nem imagina! É um conselho que eu dou: quem tiver a chance de participar, participe. Só tenho coisa boa a dizer do PADIN. É nota mil!”

Ana Paula Alves Vasconcelos, mãe da Giovana. Monsenhor Tabosa

Quem faz o PADIN

As visitas domiciliares e os encontros comunitários para acompanhamento e orientação dos pais e/ou cuidadores – irmãos, tios, avós – são realizados por uma equipe de profissionais qualificados: professores denominados Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Supervisores, de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento da criança.

ADI – AGENTES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

São professores de educação infantil, moradores do município ou comunidade participante que receberam formação inicial, foram acompanhados por meio de supervisões técnicas mensais e participaram de um programa de educação permanente com professores especializados no tema.

Características gerais do PADIN

Os ADI são responsáveis pelas visitas domiciliares, encontros de orientação para pais, cuidadores de bebês, desenvolvimento de grupos de brincadeira e convivência, além da participação em eventos comunitários. Cada um deles recebe do Governo um apoio financeiro mensal para prestar acompanhamento a 20 famílias, cumprindo carga horária de 20 horas semanais.

SUPERVISOR

É o gerente local do PADIN. A função é exercida por um profissional de nível superior, vinculado à Secretaria Municipal da Educação, com atuação no **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC** na área da educação infantil. Tem como principais atividades participar de reuniões quinzenais com os ADI; supervisionar as atividades do PADIN, garantindo as condições necessárias para seu desenvolvimento; elaborar os relatórios de gestão do programa; produzir o Relatório Anual contendo os resultados das atividades; e promover a articulação com as demais Secretarias e instituições parceiras.

- A área da Educação responde pela coordenação;
- A família é o núcleo central das ações direcionadas às crianças;
- Atua com a participação efetiva da comunidade, em atividades que reúnem as famílias em espaços próprios;
- É intersetorial, envolvendo várias instâncias dos governos estadual e municipais, bem como entidades da sociedade civil;
- Constrói redes de apoio comunitário, socializando e ampliando experiências que enriquecem as estratégias de cuidado e de educação favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança;
- Oferece a possibilidade de vivências comunitárias entre as crianças, fator estimulador do desenvolvimento.



O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC – foi instituído como política pública prioritária do Governo do Ceará, tornando-se, depois, modelo para estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, implementado em todo o país.



PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PforR

O longo nome oficial do Programa pode ser reduzido a três palavras: Programa para Resultados, ou PforR (*Program for Results*), como é denominado pelo Banco Mundial. Sua característica é o desembolso de fundos diretamente para o alcance de resultados de programas específicos.

No Ceará, o Programa contribuiu para implementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de até seis anos de idade, para formar técnicos e orientadores sociais do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e para qualificar os profissionais, expandindo assim saberes e experiências.

Até dezembro de 2018, foram atendidas 5.041 famílias, com 8.704 crianças, em um trabalho do qual participaram 760 profissionais capacitados para o desempenho do valioso acompanhamento familiar. Em média, ao longo do período, foram realizadas 15.042 visitas domiciliares.

Público-alvo do PforR

O Programa definiu como critério para indicação dos municípios a serem atendidos aqueles que apresentassem maior percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social. A seleção coube ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, órgão responsável por estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas do Estado, que manteve os mesmos 36 municípios referidos anteriormente, ampliando um pouco mais para incluir famílias com crianças de zero a cinco anos e 11 meses, da zona urbana, além de comunidades quilombolas e indígenas.

A meta foi capacitar 120 profissionais do CRAS (técnicos e orientadores sociais) desses 36 municípios com menor IDH, e acompanhar 5 mil famílias das zonas urbana e rural.

Objetivos do PforR

O objetivo maior é que o serviço junto a crianças, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social seja aplicado com qualidade, alcançando os fundamentos do Serviço de Proteção Social Básica. Ao lado disso, pode ser referenciado o desenvolvimento de algumas competências nos técnicos e orientadores sociais, trabalhando em conjunto com as instâncias decisórias de poderes administrativos envolvidos, para que possam:

Os Centros de Referência da Assistência Social são equipamentos que oferecem apoio e incentivo em serviços de proteção social básica, de assistência social e de proteção social especial para famílias com crianças de zero a 6 anos.

- Complementar as ações de proteção ao desenvolvimento das crianças e fortalecer os vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, bem como o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Contribuir para a interação entre crianças do mesmo ciclo etário;
- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras, promovendo vivências lúdicas;
- Desenvolver estratégias que potencializem recursos de crianças com deficiência e estimular o papel de famílias e comunidades no processo de proteção social;
- Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção da criança e no processo de desenvolvimento infantil.

Características do PforR no eixo Assistência à Família

O Programa contribui com ações que estruturam novas formas de estar na família e na comunidade e que reduzem a incidência de situações de risco no território – como é o caso do trabalho infantil, da negligência, do abuso e maus-tratos, da

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PforR

Garantir o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças nos **Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**, assegurando o acolhimento às demandas e dificuldades das famílias.



Prevenir os fatores desencadeadores de vulnerabilidade e risco no convívio sociofamiliar.

violência doméstica, física ou psicológica, e da privação emocional e nutricional.

Sendo assim, tem como características ser um serviço complementar, diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (BRASIL, 2010); ter sua Coordenação sob responsabilidade da área da Assistência Social; complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças, fortalecendo vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; além de fortalecer vínculos através do brincar e da interação entre crianças, entre elas e adolescentes, entre elas e suas famílias, entre elas e adultos e entre as famílias.



PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Às 4h da manhã, Conceição de Sales Moreira já estava acordada, estudando para o curso de Agente Comunitário de Saúde, no Trairi, município a 129 km de Fortaleza. O curso era puxado, cansativo, como ela própria reconhece, mas talvez, por isso mesmo, o resultado final tenha sido “excelente”. Sem tempo para estudar durante o dia, ocupava as madrugadas repassando o conteúdo das aulas e aprendendo como desempenhar melhor a função de verificar, de casa em casa, os calendários de vacinação, as doenças, as curas, sempre pronta a oferecer ajuda.

Conceição é um dos mais de 10 mil profissionais capacitados até o final de 2018 como Agente Comunitário de Saúde, em processo conduzido pela

Escola de Saúde Pública (ESP) e pela Secretaria da Saúde do Estado (SESA). A seleção dos professores e facilitadores

da formação que ela recebeu seguiu critérios estabelecidos em edital pela ESP.

Entre as múltiplas funções de Conceição e seus colegas, estão as visitas domiciliares na área de abrangência da sua unidade, o fortalecimento de elos entre a comunidade e o serviço de saúde e a importante coleta de dados sociais, econômicos, sanitários e culturais, que possibilitem ao Governo uma noção mais precisa dos principais problemas locais de saúde.

Naturalmente, a formação desses profissionais logo se configurou como ação de impacto. Assim como Conceição, os Agentes são pessoas amigas, de confiança, percebidos como importantes mediadores entre as comunidades e a Equipe de Saúde da Família. Estabelecem um contato permanente, mantido tanto no desenvolvimento de ações preventivas e educativas como no levantamento dos problemas de saúde e situações de risco enfrentadas.

Nesse contexto, e sempre ao lado dos demais profissionais da Estratégia Saúde da Família, o Agente Comunitário de Saúde se coloca como um dos profissionais com maiores condições de realizar trabalho preventivo e orientador quanto ao respeito às garantias básicas de saúde, no início da vida da criança, justamente pela capacidade

que tem de promover ações conjuntas de acompanhamento às gestantes e suas crianças, por toda a primeira infância.

O resultado da implantação da Estratégia Saúde da Família, da manutenção do calendário básico de vacinação, da mobilização para universalizar a cobertura vacinal, do incentivo ao aleitamento materno, da atenção humanizada à gestante e do programa Bolsa-Família contribuiu, significativamente, para reduzir, no Ceará, a mortalidade na infância (menores de 5 anos) em 77%, em 22 anos; a mortalidade infantil (menores de 1 ano) em 42%, em 11 anos; e a mortalidade neonatal (até 27 dias) em 36%, em 11 anos.

Princípios norteadores para o desenvolvimento das atividades dos ACS

Pode-se resumir entre os princípios norteadores a oferta de atenção integral e integrada desde a gestação, e ao longo da primeira infância, favorecendo o desenvolvimento das crianças cearenses por meio da prevenção e promoção da saúde. De fato, o foco está no fortalecimento do vínculo familiar, da parentalidade responsável e do suporte comunitário, conforme os princípios da Neu-

A meta é capacitar cerca de 15 mil Agentes Comunitários de Saúde.



OBJETIVO DA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Promover a saúde integral mãe-bebê, favorecer o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, evitar violação de direitos no ambiente familiar e no contexto social.

rociência e o que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da Criança – PNAISC.

Os cursos de aperfeiçoamento oferecidos aos agentes são coordenados pela área da Saúde, em parceria com a Escola de Saúde Pública – ESP. Nesse sentido, a formação conjunta para enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde fortalece a Estratégia Saúde da Família no território, articulando em rede a atenção básica ao ordenar e coordenar os cuidados.

Não há dúvida que o investimento em formação continuada de profissionais tem sido fundamental para garantir os números expressivos e a qualidade do atendimento prestado.

DE CASA EM CASA

As visitas domiciliares são de importância incalculável em um território de longas distâncias. Representam a atuação do Governo na ponta da linha, e impactam sobre a base mais necessitada. Nesta tecnologia social de extrema importância para o acompanhamento infantil e fortalecimento de vínculos familiares integram-se PADIN, PforR e Programa Criança Feliz/SUAS, este detalhado na página 57. Todos eles alcançam as localidades mais distantes com a mesma mensagem de que é possível construir uma nova realidade abrindo as portas da casa aos profissionais capacitados.

Capacitação de profissionais

FORMAÇÃO	Nº DE PROFISSIONAIS
PADIN (ADI E SUPERVISORES)	767
PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/PCF	1664
PforR (TÉCNICOS DO CRAS)	760
PROFISSIONAIS DO NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE	131
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	10.132
PREVENÇÃO EM FAMÍLIA	200
SEMENTES DO AMANHÃ	150
NASCER NO CEARÁ	1.300
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.494
TOTAL	16.598

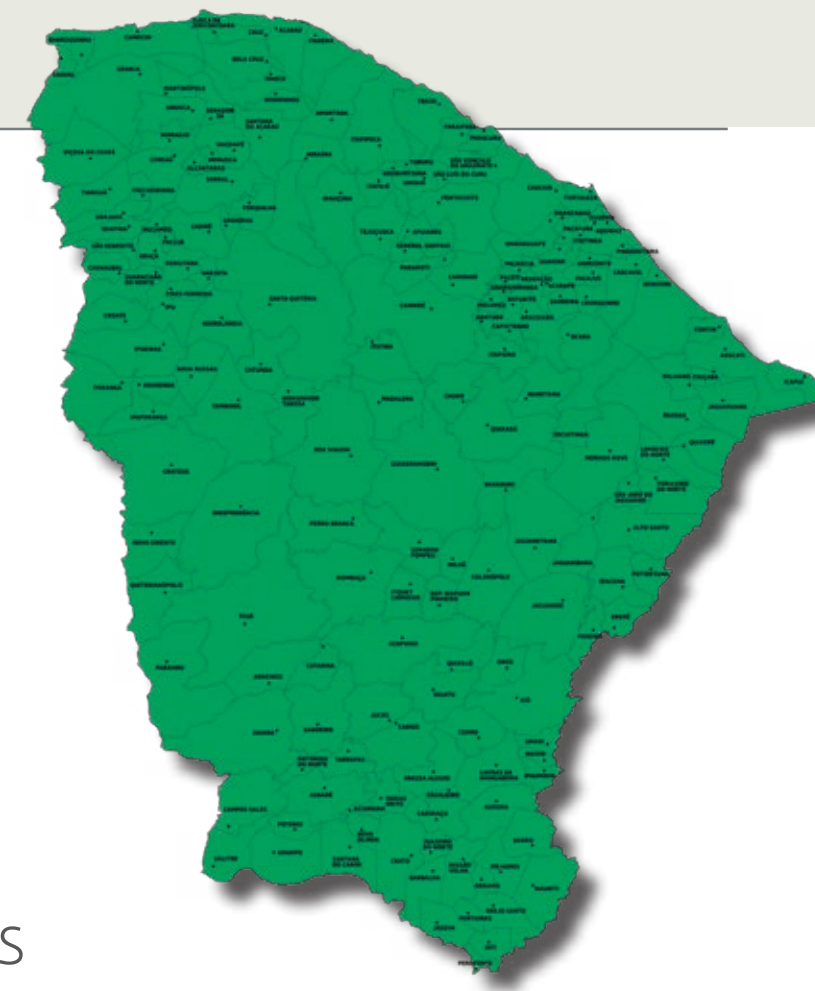
NÚMEROS DO PROGRAMA TEMPO DE CRESCER

51.000
crianças atendidas
pelo PADIN, PforR e Primeira Infância no SUAS/PCF

184 municípios
executando os programas

9.000 gestantes

1 milhão de visitas domiciliares



FONTE
Prontuário Eletrônico do SUAS - 15.02.2019

COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O Seminário “**Compreendendo o Desenvolvimento Infantil**” reuniu profissionais da saúde dos 184 municípios cearenses, entre agentes comunitários de saúde, coordenadores da atenção primária e secretários de saúde, com o objetivo de capacitar esses profissionais e gestores na temática da Primeira Infância. Foram abordados temas de desenvolvimento infantil em conferências, palestras e mesas redondas conduzidas por especialistas da área. A ação foi realizada pelo Governo do Ceará por meio da Escola de Saúde pública do Ceará (ESP-CE) e contou com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Instituto da Primeira Infância (Iprede).

A atividade fez parte da etapa inicial de capacitação dos agentes comunitários de saúde

de em desenvolvimento infantil. Ao todo, o curso teve a carga horária de 100 horas/aulas, sendo 60 horas *on-line*, orientadas para a iniciativa “Família Brasileira Fortalecida na Atenção à Primeira Infância”, e 40 horas divididas entre encontros presenciais e atividades práticas voltadas ao desenvolvimento infantil, atenção à saúde, cultura de paz e educação na infância.

A capacitação consistiu na identificação, por parte dos profissionais, de aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da primeira infância, bem como do olhar interessado para essa temática no território. A formação contemplou ainda um diagnóstico situacional dos municípios e um plano de intervenção para a primeira infância em cada um deles.

TEMAS ABORDADOS

DESENVOLVENDO COM AFETO

- a importância do vínculo
- a importância do brincar
- a importância da linguagem

DESENVOLVENDO COM SAÚDE

- gestação, parto e puerpério
- primeira infância

DESENVOLVENDO COM SEGURANÇA

- prevenção da violência e cultura de paz
- prevenção de acidentes



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MAIS INFÂNCIA CEARÁ

Em 2017, deu-se a bem-sucedida realização do **I Seminário Internacional Mais Infância Ceará**, com o tema “Criança é Prioridade”. Seu objetivo era estratégico, tanto no sentido de destacar o encaminhamento dos trabalhos locais quanto no de sensibilizar os gestores municipais, eleitos ano anterior, para a causa da primeira infância.

Parceiros e palestrantes nacionais e internacionais, representantes do Canadá, Chile, Peru, China e Estados Unidos estiveram presentes ao evento que, na avaliação final, foi um verdadeiro “divisor de águas”. As explicações, debates e discussões entre os 1.500 participantes originaram um novo olhar, no sentido de que o cuidado com as crianças não era preocupação de pequeno porte, mas sim um movimento coletivo a favor de conquistas sociais para o presente e o futuro da comunidade.

O **I Seminário** atuou como estratégia de *advocacy*, sensibilizando, comunicando e mobilizando em prol do desenvolvimento da infância cearense e de uma sociedade mais justa e humanizada.





O "Seminário Mais Infância Ceará: Criança é Prioridade" tem como objetivo sensibilizar gestores municipais para um olhar especial e mais direcionado à infância. O evento é mais uma ação do Programa Mais Infância Ceará, iniciativa do Gabinete do Governador do Estado, que busca promover o desenvolvimento infantil em toda a Ceará.

O Programa é estruturado em três pilares: Tempo de Ouvir, que cria los e revitaliza espaços públicos para garantir o direito da criança ao brincar e à brincadeira; Tempo de Aprender, que entende a escola como direito de todos, buscando ampliar a oferta de creche e Tempo de Brincar, que visa a construção de um rede de fortalecimento de famílias e comunidades através de serviços e formações que contemplem profissionais, pais e cuidadores.

Além disso, no desenvolvimento dos canais é prevista no fortalecimento da sociedade.

PAI PARTICIPANTE INTERNACIONAL

	ANA BEATRIZ Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.		MÔNICA CASTRO Professora de Psicologia, Universidade de Harvard.
	FABIANO PIÚBA Coordenador do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.		MÔNICA CASTRO Professora de Psicologia, Universidade de Harvard.

PAI PARTICIPANTE NACIONAL

	LINO DE MACEDO Coordenador do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.		LUCIVAN MIRANDA Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.
	JEANET LEGUAS Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.		LUCIVAN MIRANDA Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Secretaria de Estado da Criança e Juventude.

MODERADORES

- ANA BEATRIZ
- FABIANO PIÚBA
- MÔNICA CASTRO
- LINO DE MACEDO
- LUCIVAN MIRANDA
- JEANET LEGUAS
- ONÉLIA LEITE DE SANTANA
- DAGMAR SOARES

PROGRAMAÇÃO 1º DIA

CONFERÊNCIA MAGNA: **PORQUE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA.** MARY YOUNG - Diretora do Centro para o Desenvolvimento Infantil da Fundação de Investigação para o Desenvolvimento da China

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: **A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

FLÁVIO CUNHA - Universidade Rice

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: **A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO E DO APEGO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

ÁLVARO MADEIRO LEITE - UFC/IPREDE

MESA REDONDA: **MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E A REDE DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**

VITAL DIDONET - UNB
HUGO MENDONÇA - Ministério Público Estadual
LUZIA LAFFITE - IFAN

2º DIA

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: **DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA DIVERSIDADE E EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE**

MÁRCIA CASTRO - Universidade de Harvard

MESA REDONDA: **POLÍTICAS PÚBLICAS DA INFÂNCIA NO CEARÁ: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA.**

- Tema 1 SAÚDE HENRIQUE JAVI
- Tema 2 EDUCAÇÃO MAIS PAIC E PADIN IDILVAN ALENCAR
- Tema 3 ASSISTÊNCIA SOCIAL JOSBERTINI CLEMENTINO
- Tema 4 CULTURA FABIANO PIÚBA

EXPOSIÇÃO DIALOGADA: **CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIAS PARA APRENDIZAGEM**

LINO DE MACEDO - USP/Instituto Pensi

MESA REDONDA: **EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E A INTERFACE COM O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL- PADIN.**

PROGRAMA CHILE CRECE CONTIGO JEANET LEGUAS - Coordenadora Nacional do Programa Chile Crece Contigo
PROGRAMA CUNA MÁS DO PERU BEATRIZ SALAZAR

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE NOS TRANSTORNOS NEUROPSICOMOTORES – EXPERIÊNCIA DOS NUEPS

LUCIVAN MIRANDA - NUTEP/UFC

MESA REDONDA: **PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL – EXPERIÊNCIAS DO CEARÁ**

Tema 1 PROGRAMA CRESÇA COM SEU FILHO – EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA CAROLINA BEZERRA

Tema 2 PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ ONÉLIA LEITE DE SANTANA
DAGMAR SOARES



ADVOCACY PELA INFÂNCIA Nossa Constituição Federal, no seu artigo 227, coloca as crianças, os

adolescentes e os jovens como prioridade absoluta da Nação e determina que seus direitos são responsabilidade do Estado, da família e da sociedade.

Cabe à sociedade, portanto, exigir a proteção da criança junto ao setor público. Uma ferramenta legítima para cidadãos, cidadãs e organizações vocalizarem suas demandas em defesa da criança é o advocacy, que materializa o direito à participação nos espaços institucionais e de tomada de decisão. Esta atuação pode se dar tanto no âmbito dos

Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes quanto nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipais, estaduais e federal, que formulam políticas públicas, regulatórias ou judiciais.

A participação da sociedade em reuniões, audiências públicas, consultas públicas, em constante interlocução com seus representantes, é fundamental para a proteção e promoção dos direitos da criança.



RENATO GODOY, assessor de relações governamentais do Instituto Alana: organização socioambiental sem fins lucrativos, criada em 1994, que tem como missão fomentar e promover a assistência social, a educação, a cultura e a vivência plena da infância.



O público-alvo foi constituído por Prefeitos, Primeiras-damas, Secretários de Educação, Saúde e Assistência Social do Estado e municípios; profissionais e entidades que realizam trabalhos em prol da infância (Instituto da Primeira Infância – IPREDE, Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP, Instituto da Infância – IFAN, Centro de Educação Vital Didonet); representantes do Banco Mundial, de Universidades locais, nacionais e internacionais (UFC, UnB, USP/Instituto Pensi, Harvard, Rice University); de entidades da China, Chile e Peru; do Ministério da Saúde; Ministério Público Estadual; Secretarias da Saúde de outros Estados, além de FIOCRUZ e UNICEF.

MATERNIDADE E A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO

Há muito se sabe que o leite materno possui todos os nutrientes necessários para o bebê se desenvolver. Ao aspecto puramente alimentar, soma-se o afeto, o momento especial de mãe e filho juntos, reforçando o vínculo entre ambos. O estímulo à amamentação exclusiva até os seis meses faz parte das políticas de prevenção e proteção à saúde da criança, e encontrou guarida de várias formas no **Programa Mais Infância Ceará**.

A realização de campanhas informativas sobre a importância do aleitamento materno tem seu ponto de destaque na **Semana do Aleitamento Materno**. São abordados temas como promoção, apoio e proteção às mães que amamentam – a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto e nutrição para a criança, e a intervenção mais sensível, econômica e eficaz na redução da mortalidade infantil.

Em 2015, o Governo do Estado lançou a campanha publicitária **“Orgulho no peito”**, veiculada em todas as mídias, inclusive em horário nobre. Também em 2015 aconteceu a inauguração da sala de apoio à amamentação na Secretaria da Saúde, tendo a Primeira-dama como madrinha.



Os eventos da **Semana do Aleitamento Materno no Ceará**, desde 2015, envolveram conferências, palestras, exibição de vídeos, relatos de experiências e exposições dialogadas tendo como temas: **“Amamentação e trabalho. Para dar certo, o compromisso é de todos”** (2015); **“Amamentação, uma chave para o desenvolvimento sustentável”** (2016); e **“Amamentar. Ninguém pode fazer por você. Todos podem fazer junto com você”** (2017).



“

AMAMENTAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Décadas atrás, a amamentação era prática pouco adotada entre as mulheres. Tínhamos em nosso país um cenário de elevada mortalidade infantil, de alto índice de doenças que poderiam ser evitadas na primeira infância, um cenário que nos assustava e nos deixava indignados, mostrando um sistema de atenção materno-infantil de péssima qualidade.

A partir da determinação de diversos grupos e instituições públicas, passaram a ser estimuladas, nos ambulatórios de pré-natal, nas maternidades e visitas domiciliares, estratégias para orientar sobre o cuidado com a mama puerperal e, mais importante: sobre retomar a autoestima e autoconhecimento do corpo da mulher, que seria capaz de estimular a produção de leite e amamentar exclusivamente – uma prática natural que salvaria a vida de muitas crianças.

”

O leite humano contém todos os componentes nutricionais, proteicos, energéticos e imunológicos capazes de oferecer à criança tudo o que ela necessita para um crescimento e desenvolvimento adequados. Amamentar nos faz lembrar de uma das maiores e melhores interações entre os humanos: contato pele a pele, formação de vínculos e afetos. A cada toque, a cada olhar, gestos deliciosos e sorrisos há uma conexão capaz de estabelecer a estimulação precoce, necessária para ampliar as relações de cuidado e afeto. Políticas públicas que apoiem a amamentação exclusiva, respeitando a decisão da mulher, devem ser sistematicamente incentivadas para que tenhamos um cenário social permeado de crianças saudáveis e pais felizes.

”

MARCIA MARIA TAVARES MACHADO
Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Ceará. Enfermeira, Doutora em Saúde Pública. Iniciou o primeiro banco de leite humano do Ceará, na Maternidade Escola Assis Chateaubriand.

Os nove Bancos de Leite Humano do Estado receberam a certificação do **Selo Padrão Ouro**. Destaque para o município de Farias Brito, onde todas as unidades básicas foram certificadas pela Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, que visa qualificar as ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de 2 anos de idade, certificando as unidades que atingem esses objetivos.

E uma ação inédita mobilizou os municípios cearenses: a realização da **Semana do Bebê**, oferecendo palestras, oficinas, passeatas, eventos científicos, apresentações culturais e exibição de filmes. Muitos municípios instituíram a concessão do título de

Bebê Prefeito à primeira criança a nascer no município durante a Semana, representando o compromisso com a Primeira Infância (Brasil, 2010).

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE – NEP

Embora não se trate de um programa, mas sim de um equipamento, a implantação dos Núcleos de Estimulação Precoce (NEP) como parte do **Mais Infância Ceará** trouxe grandes mudanças na vida de quem necessita de atendimento especializado para seus filhos.

Tudo começou com a descentralização do atendimento à saúde, assinalando no mapa do Ceará 19 municípios que passaram a dispor de 19 Policlínicas estaduais, destinadas também a aten-

der outros municípios em sua área de abrangência. Todas elas disponibilizam um Núcleo de Estimulação Precoce – NEP, priorizando as famílias de bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) ou diagnosticadas com algum atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

“ **A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE** *O ser humano nasce pronto para aprender, e o seu cérebro se desenvolve através do estímulo. Não haverá um aumento do número de células cerebrais, mas sim de suas conexões. Para que isso aconteça, é necessário um ambiente adequado, rico em atenção e no brincar. Os adultos de hoje foram moldados nas experiências vividas essencialmente nos primeiros seis anos de vida.*

A estimulação precoce em crianças saudáveis não deve ser vista como uma terapia, nem como método de educação diferenciado. O objetivo não é acelerar o desenvolvimento, forçando a criança a alcançar metas que não é capaz de cumprir.

Nas crianças portadoras de algum transtorno do neurodesenvolvimento – motor, cognitivo, de linguagem, autismo, de aprendizagem, de

comportamento – se impõe que a estimulação seja iniciada o mais cedo possível, mesmo sem um diagnóstico definitivo, tendo como princípio a plasticidade cerebral. Dados científicos comprovam sua eficácia desde que seja realizada adequadamente.

É isso o que fazemos em nosso trabalho diário no NUTEP. E foi isso que realizamos para os NEPs – implantados no interior do Ceará pelo Governo do Estado, em parceria com as Prefeituras – usando nossas mais de três décadas de experiência para capacitar equipes multiprofissionais na estimulação precoce, ressaltando que o foco não se detém na criança, e que deve ser estendido à família e seu entorno.

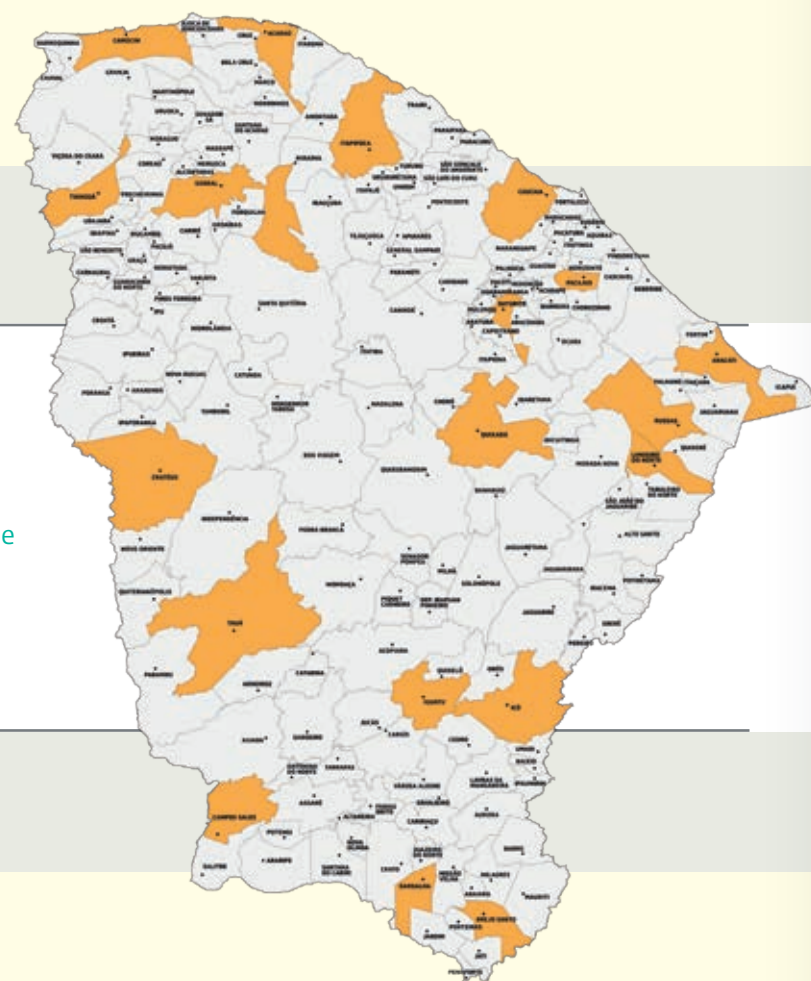
“ **LUCIVAN MIRANDA, Neuropediatra. Professor da Universidade Federal do Ceará. Diretor do Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP.**



19 Núcleos de Estimulação Precoce

Atendimento descentralizado

Diante da epidemia de Síndrome Congênita do Zika Vírus, foram criados núcleos de Estimulação Precoce em 19 Policlínicas do Estado, com equipe composta por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo e um quinto profissional, que pode ser assistente social ou enfermeiro.



Profissionais e técnicos dos municípios receberam capacitação para o atendimento em estimulação precoce, e um total de 131 profissionais qualificou-se para conhecer o potencial da plasticidade do cérebro infantil, cuidando de 898 crianças desde 2016.

Com as Policlínicas mais perto, o tratamento se tornou bem mais simples para pais e cuidadores. É o caso da família da pequena Marina Vitória, 1 ano, nascida com SCZV. Uma equipe qualificada e multiprofissional se dedica a ela e a outros bebês e crianças em condições semelhantes, registrando melhoras lentas, porém significativas.

“Minha filha faz fisioterapia aqui, faz terapia ocupacional, fonoterapia, tudo num lugar só. Para nós, é muito bom ter o NEP aqui. O tratamento é muito bom.”

Patrícia Cordeiro, dona de casa, mãe da Marina Vitória. Russas

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/ CRIANÇA FELIZ

Conforme referido na página 46, além do PADIN e do PforR há um terceiro programa que também tem seu ponto forte nas visitas domiciliares: Criança Feliz/SUAS. Instituído pelo Governo Federal em 2016, este programa nasceu como propósito de promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, levando em conta a família e o contexto em que ela vive. Entre seus objetivos estão:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

No final de 2018, o Ceará recebeu premiação nacional pela melhor execução e desempenho do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. Foi o Estado com o maior número de municípios, proporcionalmente, e maior

número de visitas realizadas, atendendo ao maior número de crianças e superando a meta de atendimento estabelecida.

Em 2019, 90 municípios conseguiram duplicar a meta de atendimento.



NOVAS CONDIÇÕES PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Nós ficamos muito bem impressionados com o trabalho que está sendo feito no Ceará. É um dos estados brasileiros que trabalha com mais municípios envolvidos nos programas para a primeira infância, e é uma parceria forte do programa Criança Feliz.

Estamos muito satisfeitos com o compromisso do Ceará e de sua Primeira-dama com o desenvolvimento das crianças. Sabemos que é bem no início da vida que se formam as competências humanas, e a nova geração virá ao Ceará em melhores condições graças a esse trabalho que está sendo feito agora, pelo Programa Mais Infância.

OSMAR TERRA, Médico pediatra, Ministro da Cidadania.

- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem.

O Ceará integrou o esforço às atividades que já vinham sendo mobilizadas pelo Governo estadual. Os resultados de dezembro de 2018 mostram o Programa presente em 182 dos 184 municípios cearenses, tendo realizado quase 1 milhão de visitas em domicílios sujeitos a situação de vulnerabilidade e risco social.

Mil seiscentos e três coordenadores, supervisores e visitantes do programa receberam capacitação para acompanhar os 42.400 beneficiados de seu

público prioritário: gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças de zero a 6 anos em serviços de acolhimento. Foram atendidas 8.128 gestantes e 34.272 crianças, sendo 764 receptoras do BPC – Benefício de Prestação Continuada.

SEMENTES DO AMANHÃ

Mais um projeto importante para os mil dias que compõem a primeira infância, Sementes do Amanhã é a formação de profissionais da saúde de 75 municípios cearenses, visando oferecer atenção qualificada às gestantes em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de álcool e outras drogas.

Em agosto de 2018, os Secretários da Saúde dos referidos municípios foram sensibilizados sobre o assunto, em encontro realizado na Assembleia Legislativa do Ceará. Foi demonstrada a importância de contribuir na Rede de Atenção à Saúde, por meio da capacitação dos profissionais da área, para uma atuação humanizada, orientada em práticas transformadoras e direcionada a situações do cotidiano.



A ESTRELA É A CRIANÇA

Em 2016, a sala de exibição do tradicional Cineteatro São Luiz, no Centro de Fortaleza, encheu-se de convidados interessados em assistir o documentário *O Começo da Vida*, produção que mostra pais e cientistas do mundo inteiro investigando de que maneira os primeiros cuidados com as crianças podem dar um novo rumo à sociedade humana.

O filme documenta a importância desses primeiros mil dias de vida, reconhecidos como vitais para o desenvolvimento saudável da criança e formação do adulto. Pela força de sua mensagem, o filme foi distribuído em escolas públicas e unidades de atendimento da antiga Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, sensibilizando pais, cuidadores, gestores e profissionais que lidam diretamente com crianças, para uma questão que é do interesse de todos.

Na perspectiva de reduzir riscos e promover a saúde da gestante e do bebê, em 2018, o projeto alcançou cerca de **3.500 gestantes**, atendidas em equipamentos da Rede de Atenção Primária à Saúde.

PREVENÇÃO EM FAMÍLIA

Formações de profissionais da saúde, educação e assistência para orientar famílias de crianças de zero a 6 anos, de 50 municípios selecionados, com ênfase no fortalecimento de vínculos para prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Este Projeto foi criado para atuar em proximidade com as famílias, atuando como uma ferramenta de cuidado preventivo. Para isso, foram capacitados 200 profissionais até 2018.



TEMPO DE BRINCAR

UM UNIVERSO NA MENTE E NAS MÃOS

Para o filósofo francês Gilles Brougère (2011), *“a criança não brinca numa ilha deserta. Ela brinca com as substâncias materiais e imateriais que lhe são propostas, ela brinca com o que tem na mão e com o que tem na cabeça”*. Portanto, é através do brincar que a criança toma consciência do mundo que a cerca, podendo o ato de brincar ser considerado atividade condutora e determinativa do desenvolvimento humano.

Essa perspectiva científica sobre a relevância do brincar consolidou-se a partir do início do século XX, ganhando força estruturante com as investigações de educadores e filósofos interessados em estabelecer uma eventual relação entre a atividade lúdica infantil e a capacidade evolutiva da mente de um ser ainda em processo de formação.

Vigotski (1991), um dos mais respeitados autores nessa área, endossa em uma síntese precisa esse conceito: *“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar”*, escreve ele, *“aquisições que, no futuro, tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade”*.

O final do século XX se mostrou fecundo para ações e intervenções a favor dos pequenos, recebendo endosso institucional e uma sólida base legal. *“Toda criança tem direito ao descanso e ao lazer, a engajar-se no brincar e às atividades recreativas apropriadas à sua idade, e a participar livremente da vida cultural e das artes”* – é o que assegura o artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas – ONU, protegendo os direitos desse público.



“Como no foco de uma lente de aumento, o brincar contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento.”

VIGOTSKI (2007)

No Brasil, o Plano Nacional para a Primeira Infância (PNPI) descreve o brincar como o melhor caminho para uma educação integral, já que proporciona à criança benefícios como o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, de valores culturais, a socialização e o convívio familiar.

Ao brincar, a criança entra em contato com suas fantasias, desejos e sentimentos. Conhece a força e os limites do próprio corpo. Estabelece relações de confiança com o outro. Enquanto descobre o mundo, a criança, ao brincar, testa habilidades e competências, aprende regras de convivência com outras crianças e com adultos, desenvolve diversas linguagens e formas de expressão, ampliando sua visão sobre o ambiente que a cerca (PNPI, 2010).

O ato de brincar favorece vários aspectos do desenvolvimento infantil. As brincadeiras proporcionam interações insubstituíveis e levam a criança a distintas situações de aprendizagem e de desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, ampliando também sua autoestima, autonomia e capacidade de solucionar problemas (VIGOTSKI, 1986).

Por meio de jogos e brincadeiras, as crianças ampliam curiosidade, criatividade, habilidades e estratégias para solucionar conflitos emocionais, construindo uma estrutura de conhecimentos. Favorecer o brincar é dar atenção fundamental, necessária e especial à criança. Conforme os estudiosos Dahrouj e Paschoarelli (2017), brincar é *“uma atividade produtiva que envolve a criança*

e os brinquedos, os quais devem proporcionar oportunidades para que sejam desenvolvidas suas habilidades físicas e emocionais”.

Qualquer brinquedo é importante e possibilita a percepção da realidade. Já os brinquedos em espaços públicos, como praças, oferecem outras experiências. Exigem habilidades e capacidades físicas, mentais e cognitivas diferenciadas, adequadas a esses espaços lúdicos compartilhados, nos quais há mais oportunidade para a criança interagir com outras crianças, de culturas e idades diferentes, ampliando assim seu repertório social.

Inclusive, vale ressaltar que existem dispositivos legais garantindo à criança o direito a brincar no espaço público com segurança e qualidade, como se vê no artigo 59, Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: “Os municípios, com apoio do Estado e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

Está confirmada a relação direta entre lazer, condições de vida das pessoas e possibilidade de redução da violência. Crianças e jovens se configuram como os mais prejudicados pela ausência de espaços públicos e pelas consequências trazidas pela falta de iniciativas nos campos das artes, esportes, cultura e lazer.

Ao brincar, as crianças conquistam as condições para desenvolver integralmente o conjunto de habilidades motoras, cognitivas, intelectuais e emocionais próprias do ser humano. Entretanto, por várias razões, a maior parte dos municípios

cearenses vivencia a carência de espaços públicos aptos à convivência comunitária e que ofereçam às crianças alternativas lúdicas e recreativas. Quando existem, os espaços não favorecem as áreas periféricas, restringindo-se à zona central das cidades.

Conforme enfatiza publicação da coleção *Primeiríssima Infância*, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, “os espaços lúdicos têm o poder de congregar as famílias da comunidade”.

Esse conjunto de fatores fez com que o **Programa Mais Infância Ceará** estabelecesse o pilar **Tempo de Brincar**, no qual se concentra a implantação e a revitalização de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil. Além de favorecer ações de arte, cultura e lazer nas praças municipais, essa ação contribui para melhorar a qualidade de vida e fortalecer vínculos familiares e comunitários, proporcionando o desenvolvimento integral das crianças nas regiões onde os espaços são implantados. Mais do que um projeto de Governo, este é um projeto de vida.



Em 32 municípios do Ceará estão sendo implantadas Praças Mais Infância

PRAÇAS MAIS INFÂNCIA

“A praça é do povo”, afirmava o poeta Castro Alves, louvando esses lugares especiais abertos onde não existem muros, receptivos a encontros e interação comunitária, que se constituem como o mais democrático espaço das cidades e o primeiro berço social das crianças.

Ao interferir na criação dessas áreas, o **Programa Mais Infância Ceará** passou a facilitar para os municípios a consciência de uma contribuição enriquecedora de cultura e lazer, sistematicamente organizados, uma alternativa a mais para a vivência coletiva saudável de sua população.

As Praças Mais Infância, planejadas para implantação em 32 municípios, contam com a parceria das prefeituras na doação do terreno, que deve ocupar mais de 2,5 mil m², área considerada suficiente para receber quadra poliesportiva – basquete, vôlei, futsal e espirobol – brinquedos temáticos e interativos, área de convivência, *playground*, bicicletário e pistas de skate.



“Essa praça vai melhorar bastante para nossos jovens e crianças. A gente estava precisando disso. Eu até comentei com o meu marido que quero vir frequentemente com meus dois filhos pequenos e minha filha, que já é uma adolescente, e também aproveitar bastante.”

Irenice Araújo, dona de casa. São Benedito



Incluem também academia esportiva ao ar livre, banheiros acessíveis e área para piquenique, dispondo de espaços cobertos multiuso para a realização de atividades culturais, educacionais e de lazer, qualificados até mesmo para ampliar as dimensões coletivas das ações de saúde pública.

Cinco delas foram construídas, equipadas e entregues

à população até dezembro de 2018 – em Viçosa do Ceará, Acaraú, São Benedito, Amontada e Pentecoste. Outras 27 estão sendo construídas em Amontada, Acopiara, Aquiraz, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Granja, Icó, Iguatu, Itapipoca, Itarema, Juazeiro do Norte, Mauriti, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá e Trairi.



BRINQUEDOPRAÇAS

Esta ação diferencia-se da anterior no sentido de que o município já dispõe de uma praça, ou de um espaço comunitário de convivência, do qual não é extraído o melhor proveito. É nesse território que o **Programa Mais Infância** irá atuar, com um trabalho voltado a revitalizar o que se encontrava sem uso, requalificando aquele espaço para plena utilização e inserção diferenciada na vida comunitária.

O investimento do Estado na implantação de uma Brinquedopraça é da ordem de R\$ 180 mil. O espaço de 230 m² é cercado, tem piso anti-impacto e disponibiliza uma casinha dupla, com ponte de playground, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, escorregadores com balanço triplo, gangorras e brinquedos em mola. Compete ao

140

Brinquedopraças estão sendo implantadas no estado.

município garantir o bom estado de conservação dos brinquedos.

Um município pode receber mais de uma Brinquedopraça. É o caso, por exemplo, de Baturité e Rendenção, que receberam duas, ou de Fortaleza, com cinco Brinquedopraças. O modelo de instalação é o mesmo, de eficiência testada e comprovada na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento integral das crianças: são kits de brinquedos

“Qual mãe não fica feliz em saber que os filhos agora contam com um espaço como esse? A praça está linda e tenho certeza que as crianças gostaram. Vir aqui agora vai fazer parte da nossa rotina.”

Adriângela Gadelha, mãe do Pedro e da Ana Luiza. Conjunto Ceará

executados em madeira de eucalipto, adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil e ao aprimoramento das capacidades emocionais, motoras e cognitivas dos pequenos usuários.

Em 2018, foram entregues 84 Brinquedopraças. Com as que se encontram em processo de execução, se alcançará o total de 140, a meta do Programa. Além das cinco Brinquedopraças instaladas em Fortaleza, outras se encontram em funcionamento nos seguintes municípios: Altaneira, Alto Santo, Aracati, Araripe, Assaré, Banabuiú, Barro, Baturité (2), Brejo Santo, Campos Sales, Carida-

de, Caririaçu, Cedro, Chorozinho, Coreaú, Crato, Farias Brito, Fortim, Granjeiro, Guaramiranga, Ibiapina, Ibicuitinga, Independência, Ipueiras, Iracema, Irauçuba, Itaitinga, Itatira, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Missão Velha, Mauriti, Marco, Milagres, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Ocara, Orós, Palmácia, Paraipaba, Pedra Branca, Porteiras, Quixadá, Redenção (2), Reriutaba, Russas, Santana do Cariri, Saboeiro, Senador Pompeu, Tamboril, Tarrafas, Tejuçuoca, Ubajara e Várzea Alegre.



Entregues **35**
Brinquedocreches
até o final de 2018

BRINQUEDOCRECHES

Ação destinada a reavivar creches municipais, instalando kits de brinquedos e outros recursos lúdicos adequados a essa faixa especial da vida, estimulando assim criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção e imaginação, formando ainda o senso de organização nas crianças. Até dezembro de 2018, foram inauguradas 35 Brinquedocreches.





"Foi muito legal. Eu gostei muito, eu estava me sentindo como se eu estivesse numa aventura, sem destino!"

Otávio, 9 anos. Fortaleza

ARTE NA PRAÇA

Se tem gente na praça, é fácil fazer a festa. E se tem criança por perto, aí então é que a festa toma conta do mundo. Transformar as praças em ambiente propício ao desenvolvimento infantil é o propósito desse projeto cheio de alegria, voltado a ampliar o acesso à arte, ao esporte, à cultura e ao lazer nos municípios.

Mostras de artes plásticas, apresentações artísticas didáticas, exposições teatrais, aulas de pintura, música e dança, tudo isso tem lugar na

programação mensal dessa ação, que tem conseguido fortalecer vínculos familiares e comunitários, e ultrapassou as barreiras entre gerações. Até o final de 2018, o **Programa Mais Infância Ceará**, tendo o SESC como parceiro na execução das atividades, já realizou 131 edições em 88 municípios.



131 edições em
88 municípios
até o final de 2018



ESPAÇO MAIS INFÂNCIA

Uma das casas que rodeiam a Praça Luíza Távora, em Fortaleza, foi reformada e adaptada internamente como mais um espaço para o desenvolvimento das crianças entre 3 e 12 anos, conforme os pilares Crescer, Brincar e Aprender do **Programa Mais Infância**. O Espaço Mais Infância funciona exclusivamente em Fortaleza.

Brinquedoteca, biblioteca, sala de multimídia, cozinha *gourmet* e cineminha estão em pleno funcionamento no local, onde também são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde, educação e palestras sobre o universo infantil, apresentadas aos pais, cuidadores e profissionais. O Espaço visa

estimular o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, cognitivo e emocional, bem como fortalecer a socialização, o convívio familiar e os valores culturais.

Por integrar o roteiro de alunos de escolas públicas municipais, o retorno vem demonstrando a aprovação e adesão à proposta: cerca de 125 mil crianças já participaram do projeto, que também atendeu 21 mil pais, em simples visitas ou como participantes da Escola dos Pais.



125 mil
crianças
atendidas

AÇÕES DE CINEMA

O Plano Cultura Infância, desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura, deu origem a um novo projeto integrado ao programa **Mais Infância Ceará**. Um edital lançado em 2016 para apoiar especificamente projetos culturais voltados à infância, com investimento de R\$ 1 milhão, selecionou 25 projetos de todas as regiões do Estado.

A ação pioneira era – e continua sendo – inédita no Brasil. Da maneira como foi planejada, focava justamente na ampliação das garantias da criança à cultura e à arte, formando e ampliando seus repertórios artísticos e culturais, ou seja, expandindo os horizontes infantis para a imaginação e a criatividade.

Surgiu desse esforço a série “Tempo de Brincar”, produção de cinco pequenos documentários, com cerca de 5 minutos cada, tratando das variadas formas como as crianças cearenses brincam. Todos os filmes são inspirados nos cinco direitos fundamentais do brincar: brincar com todos, brincar o tempo todo, brincar com tudo, brincar em todo lugar e brincar criando.

Os filmes giram em torno de cada um desses direitos, aplicados em situações reais, mostrando como se dá o brincar em diferentes comunidades cearenses. A produção contou com a parceria da TV Ceará, do Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura, e mereceu o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Os vídeos foram exibidos pela TV Ceará e disponibilizados no site do Governo para acesso geral.





PROJETO PRAIA ACESSÍVEL

De grande importância em um Estado com 573 quilômetros de litoral, e onde o banho de mar é momento especial de lazer, esse projeto inédito no Ceará permite que crianças, adultos e idosos com deficiência, ou com mobilidade reduzida, possam usufruir de tudo de bom que a praia oferece. Em um trecho de litoral onde as ondas são mansas, o sonho de muitos cearenses, grandes e pequenos, é realizado.

Piscina, frescobol, quadra de vôlei adaptados, esteiras e cadeiras anfíbias, capazes de vencer a areia, banheiro acessível e vagas de estacionamento adequadas integram o projeto, hoje com duas estações: a capital, Fortaleza, e o município de Caucaia.

“Eu estou nervoso, mas dizem que há coisas na vida que a gente nunca esquece, como andar de bicicleta e mergulhar no mar. Hoje é um dia feliz para mim.”

Marcelo Negreiros, jogador de basquete. Caucaia

mais de
5000 participantes
até final de 2018



Mais de 4.900 pessoas que não dispunham dessa opção aproveitaram o banho de mar em Fortaleza, onde o Praia Acessível teve início em janeiro de

2016; e cerca de 300 banhistas de Caucaia, onde o lançamento se deu em junho de 2018, usufruíram a liberdade do sol, da areia e do mar. Somados, os atendimentos até 2018 ultrapassaram o número de 5 mil.

“Sempre gostei muito do mar. Mas, há dez anos, a lesão [mielite transversa] dificultou bastante minha ida à praia. Hoje, com o Praia Acessível, consegui resgatar o prazer de retornar ao local que sempre visitei. Encontramos um espaço adequado e profissionais que falam a nossa língua.”

Aline Martins, atleta de natação e basquete paraolímpico. Caucaia



São parceiros do projeto Praia Acessível a Prefeitura Municipal de Fortaleza e Hotel Sonata; e a Prefeitura de Caucaia, juntamente com o Cumbuco Acqua Beach.



TEMPO DE APRENDER

VIVENDO E APRENDENDO

A educação é um direito humano fundamental, qualquer que seja o tempo, qualquer que seja o território. É um fator relevante para reduzir a pobreza e o trabalho infantil, para o crescimento individual e para a promoção de uma cultura democrática de paz e tolerância, promovendo o desenvolvimento pessoal e comunitário.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é particularmente importante para atender ao desenvolvimento integral da criança até cinco anos, "em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (LDBE, art. 29).

LDBE - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Por entender a escola como um direito de todos e por buscar atender às metas da universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e de ampliação da oferta de creches para aquelas de zero a 3 anos, o pilar Tempo de Aprender se configura como o terceiro sustentáculo do **Programa Mais Infância Ceará**. Como o espaço pedagógico que é, o Programa visa apoiar, construir e qualificar os Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios.

TEMPO DE APRENDER

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...]
IV) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade."

CF 1988 – Art. 208

"É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]
IV) atendimento em creche e pré-escola às crianças.

(Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016). Estatuto da Criança e do Adolescente – Art. 54, Capítulo IV

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

PIAGET (1970)



Centros de Educação Integrada

A meta é entregar 167 CEIs, dos quais 39 foram inaugurados até dezembro de 2018. As obras foram conduzidas pela Secretaria da Educação e pela antiga Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (hoje Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos), que responde pelas creches, em parceria com os municípios cearenses.

Um dos CEIs entregue recentemente no município de Horizonte, Região Metropolitana de Fortaleza, ilustra o padrão dos demais. São unidades que contam com recepção, quatro salas de aula, laboratório de informática, berçário, fraldário e *playground*, além de cozinha, copa, refeitório e dormitório.

O Ceará contará com **167 novos CEIs**. Destes, 39 já foram inaugurados. A SEDUC capacitou 1.494 gestores da educação infantil para o atendimento às crianças.



Cada unidade é capaz de atender a até 208 crianças, entre zero e 5 anos de idade. Os recursos financeiros para a construção, da ordem de R\$ 70 milhões, integram o Programa de Ampliação da Oferta Municipal de Educação Infantil, sendo provenientes do Governo do Estado, de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da necessária contrapartida do município beneficiado.

A unidade educacional reúne, em um só local, oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças, já que a melhoria da educação para esse público é um dos compromissos assumidos pelo **Programa Mais Infância Ceará**.

“É muito bom a gente ter um local para que as crianças fiquem enquanto a gente trabalha, tendo atividades lúdicas. Meus dois filhos mais novos já estudam na escola do município, mas a pequena ainda não. E ter essa opção é ótimo.”

Vanessa Araújo, manicure, mãe de Dávila, Sabrina e Samuel. São Gonçalo do Amarante



Em relação às creches, desde 2015, foram entregues nove creches à população cearense, estando prevista a construção de mais 30 unidades. As creches oferecem condições adequadas para a promoção da educação infantil de qualidade para até 100 crianças, de 2 a 6 anos, através de um conjunto de ações nas áreas de estimulação, educação e alimentação, prestando ainda apoio e acompanhamento às famílias.

Com o objetivo de ampliar a oferta de creches e estabelecimentos de pré-escola para a promoção do desenvolvimento integral das crianças cearenses nos municípios, foi que se deu a opção de um tratamento integral, envolvendo diversos aspectos do desenvolvimento infantil e evidenciando a indissociabilidade entre o educar e o cuidar no atendimento às crianças.

No caso brasileiro, ao se falar de educação infantil, constata-se a apresentação, em sua série histórica, de crescimento considerável. O país saiu da quase inexistência dessa modalidade educadora para quase 8 milhões de matrículas em 2014. No entanto, como a educação nessa faixa se encontra dividida em dois momentos distintos – de zero a 3 anos, creche, e de 4 a 6 anos, pré-escola – o crescimento maior foi verificado na segunda etapa.

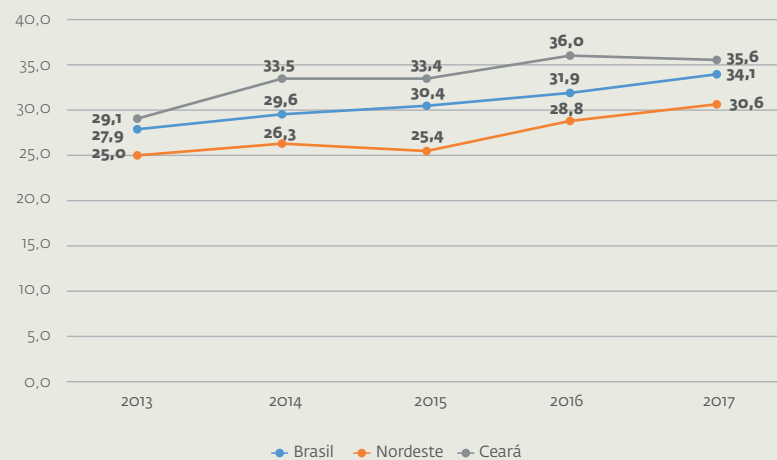
No Ceará,
97,8% das crianças de
4 e 5 anos estão matriculadas
na pré-escola.

São mudanças cujos marcos referenciais estão na Constituição Federal de 1988, na qual a Educação Infantil é incorporada ao âmbito do Direito à Educação, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Em ambos os documentos, a Educação Infantil é tratada como **um dever do Estado e um direito da criança**, e não mais como um serviço assistencial oferecido às populações pobres.

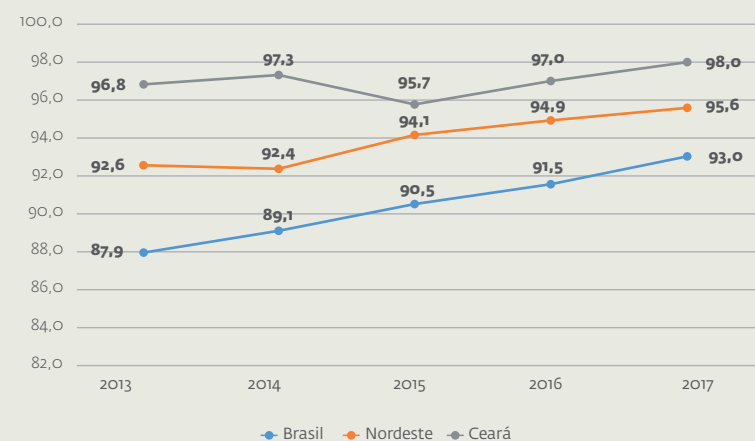
Os avanços são notórios. Há, porém, ainda longo caminho a percorrer em busca da universalização do atendimento. O Plano Nacional da Educação

Comparação da evolução Brasil/Nordeste/Ceará

Crianças de 0 a 3 anos - Creches - Brasil, Nordeste e Ceará - 2013-2017 (%)



Faixa Etária de 4 e 5 anos - Pré Escola - Brasil, Nordeste e Ceará - 2013-2017 (%)



FONTE IBGE/Pnad Continua. Todos Pela Educação

(PNE) teve como meta universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e, até 2022, ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender pelo menos 50% das crianças de até 3 anos.

Em 2014, o Brasil contava com 87,9% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas na Educação Infantil (meta 100%), e 27,9% daquelas de zero a 3 anos (meta 50%) frequentando as creches existentes. No Ceará, o cenário não é diferente. Entretanto, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentam, em sua série, histórica crescimento acima da média nacional.

No Brasil, o Ceará tem a maior proporção de crianças com idade entre 4 e 5 anos frequentando escola ou creche .

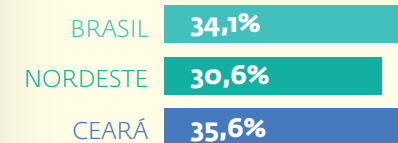
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 97,8% das crianças cearenses nessa faixa etária estão na pré-escola. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais – SIS 2018, com dados referentes a 2016 e 2017.

São percentuais que dão motivo a comemorar, mas jamais a acomodar-se. É preciso prosseguir caminhando, não apenas no que diz respeito ao aspecto quantitativo de estabelecimentos e números de crianças matriculadas, mas, primordialmente, na **qualidade** desses itens.

Crianças matriculadas na pré-escola e frequentando creches

Comparação Brasil/Nordeste/Ceará

CRECHES
DE 0 A 3 ANOS



PRÉ-ESCOLAS
DE 4 E 5 ANOS



FONTE IBGE/Pnad Continua. Todos Pela Educação



Por fim, vale a pena destacar que o **Programa Mais Infância Ceará** tem ciência do panorama local, regional e nacional. Por isso mesmo, continua empenhando todos os esforços na qualificação das ações já existentes, trabalhando todos os dias para ampliar o número de profissionais, famílias e crianças beneficiadas. O Programa tem a intenção de continuar promovendo o desenvolvimento integral e integrado das crianças cearenses, em todos os 184 municípios do Estado, garantindo a elas seus direitos no presente para formar um futuro digno e feliz.



TEMPO DE NASCER

UM NOVO TEMPO

Um novo pilar soma-se agora aos três pioneiros: além dos Tempos de Crescer, de Brincar e de Aprender, o Programa apoia-se agora em um quarto pilar, para um novo tempo: o Tempo de Nascer. Trata-se da reestruturação da linha de cuidado materno-infantil, a partir da atenção à gestação de alto risco, visando reduzir a morbimortalidade materna, perinatal, e o planejamento familiar e reprodutivo.

Considerando que as ações devem começar durante a gestação, o Ceará reconheceu a importância de voltar seu olhar para a figura da mãe ao longo da gravidez e do puerpério, fases primordiais dos mil dias que configuram a primeira infância.

A redução da mortalidade materna integra as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do Pacto Ceará Saudável, contando com a participação de todos os níveis de poder e da sociedade em sua íntegra. Nesse contexto, foi criado o programa Nascer no Ceará, parte das ações do Programa Mais Infância Ceará, tratando das condutas assistenciais para a linha de cuidado materno-infantil, identificando e cuidando das mães com gestação de alto risco.

“Desde recém-nascida, a criança é um aprendiz voraz. Os cem bilhões de neurônios de seu cérebro estão prontos a se conectar por meio das sinapses.”

Cartilha da Primeiríssima Infância
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Em parceria com a Sociedade Cearense de Ginecologia e Obstetrícia – Socego e com a Sociedade Cearense de Pediatria, o **Programa Mais Infância Ceará** viu ser estabelecido um conjunto de ações para fortalecer a rede materno-infantil, atuando nos processos de regionalização e descentralização da saúde, elaborando e implantando protocolos, qualificando profissionais e definindo os fluxos assistenciais, nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária) nas cinco macrorregiões do estado.

A Organização Mundial de Saúde – OMS admite uma mortalidade materna de até 20 para cada 100 mil bebês nascidos com vida. O Ceará, entre 1998 e 2015, registrou média de 75,6 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos: um índice elevado, tanto pelos parâmetros da OMS como pelo



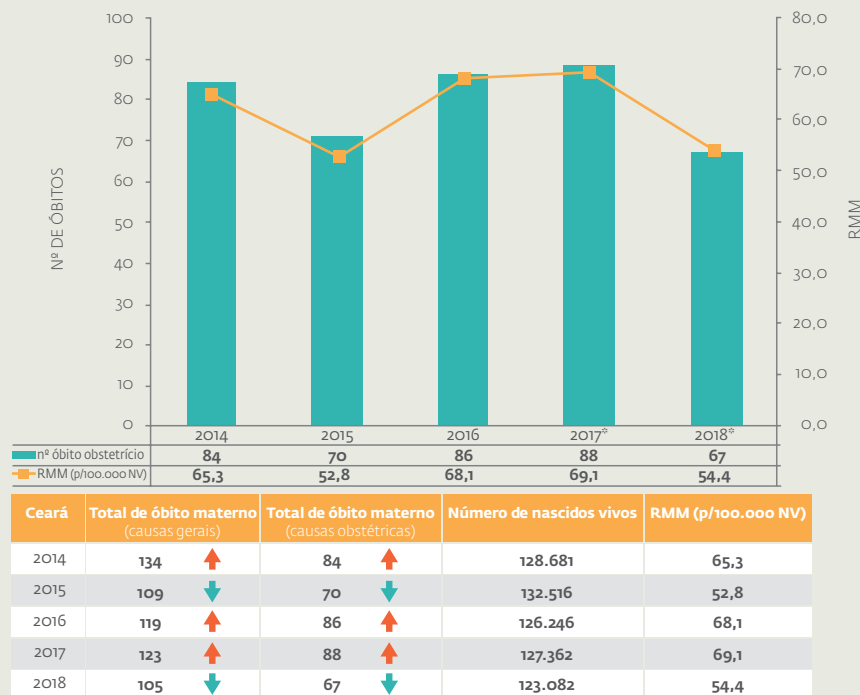
impacto familiar e social trazido por essas perdas de vida, com muita frequência, tristemente associadas à perda do recém-nascido.

A criação do Comitê de Mortalidade Materna, investigando as causas dos óbitos, identificando as gestantes de alto risco (hipertensas, diabéticas, idosas e adolescentes), intensificando as visitas domiciliares e acompanhando o pré-natal dessas gestantes com a prestação de um serviço de qualidade, permitiu a redução considerável de perdas maternas. Em 2017, os indicadores do Ceará mostravam a razão quantitativa de 69 para 100 mil nascidos vivos. No ano seguinte, esse valor havia caído para 54. Uma diferença a ser medida não apenas em números, mas em futuros.

As linhas de cuidado e os protocolos definidos com a experiente participa-



Número de óbitos e razão de mortalidade materna (RMM). Ceará, 2014 a 2018



1. Análise situacional da assistência materno-infantil das macrorregiões
2. Diagnóstico e análise das maternidades
3. Elaboração e publicação dos protocolos clínicos
4. Estratificação de risco da gestante
5. Qualificação dos profissionais
6. Oferta de métodos contraceptivos

FONTE: DATASUS/SESA/COVIG/NUIAS/ Sistema de informação sobre Mortalidade – SIM/ Sistemas de informação sobre nascidos vivos – SINASC
Nota: Dados de 2018 sujeitos a revisão, base de dados gerados em 07/01/2019 – SESA



ção da Sociedade Cearense de Ginecologia e Obstetrícia e da Sociedade de Pediatria determinaram fluxos e direcionaram as ações das instituições, dos profissionais e das gestantes, classificando as mães na condição de risco habitual, risco intermediário ou alto risco. No caso de alto

risco, a gestante é referenciada para uma unidade hospitalar capacitada e equipada para oferecer atendimento. A situação de vulnerabilidade socioeconômica, por si só, já configura o estado intermediário de risco.

Apesar de ter surgido no segundo semestre de 2018, o pilar Tempo de Nascer logo encontrou seu lugar na estrutura do Programa Mais Infância Ceará, a partir da certeza de que, para mudar de fato a sociedade, é preciso, antes de tudo, mudar o jeito de nascer, proporcionando a todos iguais oportunidades de começar a vida.

“A relação da entidade com as gestões municipais e estadual é um dos aspectos centrais para a melhoria dos cuidados maternos e perinatais.”

Luiduína Rocha
Presidente da Associação Cearense de Ginecologia e Obstetrícia - SOCEGO

1300
médicos e enfermeiros
capacitados



TEMPO DE NASCER

Nascer no Ceará

Capacitação de 1.300 médicos e enfermeiros com o objetivo de qualificar e reestruturar a linha de cuidado materno-infantil, a partir do cuidado à gestação de alto risco, para a redução da morbimortalidade materna e perinatal.

Elaboração e implantação de protocolos; Qualificação dos profissionais médico e enfermeiro; Oferta dos exames preconizados no protocolo de pré-natal de Alto Risco; Vinculação das gestantes estratificadas de alto risco às Policlínicas e Maternidades de Referência para Alto Risco na macrorregião; Oferta de métodos contraceptivos de longa duração às mães/mulheres que tiveram gravidez de alto risco; Aplicativo e sistema de informação para o acompanhamento e monitoramento das ações.

MAIS INFÂNCIA MAIS PRESENTE MAIS FUTURO

POLÍTICAS PARA TODOS OS TEMPOS

Em relação ao Programa Mais Infância Ceará, é fácil perceber que se trata de uma sequência de ações continuadas, permanentes, plantadas e colhidas nos momentos certos. Assim como se dá com as crianças, é um Programa que está sempre em crescimento. Os marcos temporais cumprem sua função de apresentar avaliações periódicas e prestar contas do que tem sido realizado. No entanto, os resultados propriamente ditos transcendem números e data: são percebidos no passar do tempo, no desenrolar do cotidiano, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos desde seus primeiros dias.

Aos poucos, os cearenses mais necessitados estão conseguindo sair da linha da sobrevivência, onde imperavam indicadores vergonhosos de mortalidade infantil, e vencendo o limite aceitável pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que é de 10 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. O indicador do Ceará até dezembro de 2018 chegou a 11/1000 NV, e o desafio que se posiciona para 2019 é atingir o único dígito. Cada vida conta.

Essa conquista abre novas demandas, e é aí que está o conceito correto do desenvolvimento, nessa sequência estimulante de atividades. Hoje, mais de 51 mil crianças e 9 mil gestantes recebem a visita dos agentes, em um processo de busca ativa para identificação de onde se localizam os pontos frágeis. As demandas são levadas aos gestores municipais, ou seja, chegam onde deveriam primeiramente chegar. A sensibilização destes é essencial para que o trabalho intersetorial e em rede seja constantemente estimulado.

A intersetorialidade estabelecida pelo estado é promovida nos municípios, que se fortalecem ao elaborar novos arranjos administrativos para trabalhar com a infância. Como no ensejo da formação oferecida pelo estado o profissional está no município, é preciso que este ofereça as condições para o profissional aplicar, na prática, o que foi ensinado. A pobreza rural ainda persiste e é preciso interromper o seu ciclo na origem.

No caso dos equipamentos construídos pelo Governo do Estado, como as 19 Policlínicas regionais, percebeu-se que muitos gestores foram além e aprimoraram ou mesmo ampliaram os serviços com iniciativas próprias. São ideias que vão brotando a partir das demandas, e que tra-

zem um diferencial para a comunidade. É o que se vê com a instalação de espaços para amamentação, ou para educação física, nas Policlínicas.

São atitudes positivas que impulsionam novas iniciativas, em um movimento natural de ondas, espalhando-se para todas as direções. Constituem parte da estratégia do *advocacy*, ferramenta que contribui para universalizar a compreensão sobre o desenvolvimento infantil, e através da qual cidadãos e organizações expõem suas demandas em defesa da criança, materializando "o direito à participação nos espaços institucionais e de tomada de decisão", nas palavras de Renato Godoy, do Instituto Alana.

Novas realidades demandaram novas ações, que foram conquistando seu próprio espaço, perpassando e fortalecendo todos os pilares do Programa. Para garantir a gestantes, crianças e suas famílias os direitos básicos a um desenvolvimento pleno, foram criados o **Cartão Mais Infância** e o programa Mais Nutrição. E, contribuindo para o amadurecimento cultural do indivíduo, tem-se o **Infância Cultura**, proposta inédita no País. Leis aprovadas no atual Governo darão perenidade a essas e outras políticas públicas que têm a criança como foco.

CARTÃO MAIS INFÂNCIA

Perpassando os três pilares, ressalte-se a presença do **Cartão Mais Infância**. Mais do que um programa de transferência de renda, o Cartão desempenha também o papel de um sistema de monitoramento no que se refere às políticas públicas voltadas às famílias mais dependentes.

A pesquisa do Instituto Abrinq divulgada em abril de 2018, com dados referentes ao ano de 2015, mostrou o quadro persistente da extrema pobreza no Ceará e corroborou o consenso local sobre a relevância do que já estava sendo executado a favor das crianças. A sensibilidade do gestor estadual e da Primeira-dama nortearam a administração a encontrar uma forma urgente de amparar essas famílias mais vulneráveis, com filhos entre zero e seis anos incompletos.



Deu-se assim a criação do **Cartão Mais Infância**, que, a exemplo do programa Bolsa Família, passou a auxiliar na renda desses cidadãos. A identificação das pessoas em situação de desamparo coube ao Instituto de Pesquisa do Ceará – IPECE. O recorte feito pelo IPECE trouxe o número de, aproximadamente, 51.000 famílias rurais e urbanas, nos 184 municípios do estado, identificadas a partir de três critérios: moradias com paredes em material inapropriado (taipa, palha, madeira aproveitada, no caso das famílias rurais), sem banheiro ou sanitário, e sem água canalizada em pelo menos um cômodo (moradias urbanas).

Inseridas no CadÚnico, essas famílias foram informadas sobre o atendimento que receberiam com o **Cartão Mais Infância**, sendo transferida a cada uma a quantia de R\$ 85,00 mensais, ao longo de dois anos consecutivos, com possibilidade de renovação por mais 1 ano. O Cartão permitiria ainda acesso preferencial aos programas financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza nas áreas de habitação, segurança alimentar, saúde, educação e inclusão produtiva, numa demonstração evidente de intersetorialidade.

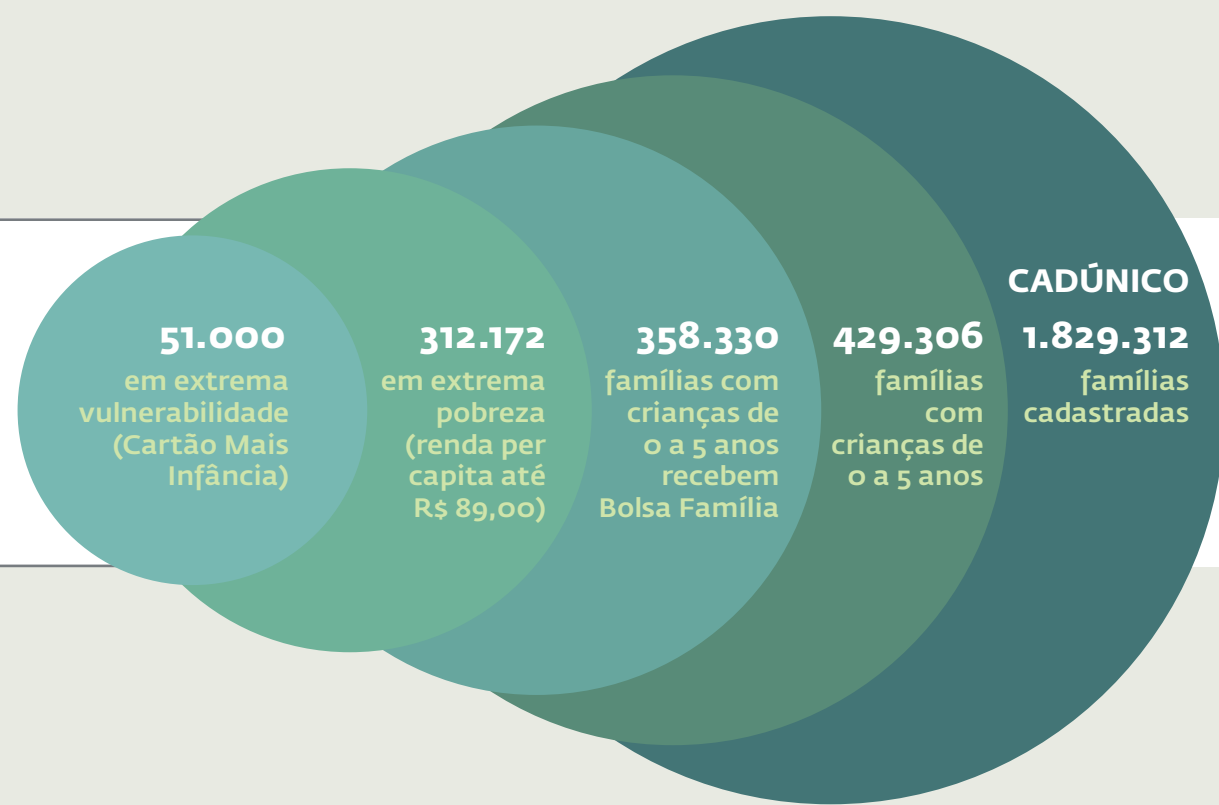
Foram também científicas de que havia uma necessária contrapartida, para integração delas ao sistema da rede estadual. Contando com a



orientação da Estratégia Saúde da Família, tendo à frente equipes da saúde e da assistência social, foi demandado das gestantes a realização de exames pré-natal; das lactantes, o acompanhamento de saúde; das crianças, a presença na creche ou na escola; dos pais, a manutenção em dia da carteira de vacinação e a participação em encontros comunitários com temáticas promotoras do desenvolvimento da parentalidade responsável, para o fortalecimento do vínculo.

O conjunto completo de apoio e chamamento à responsabilidade, em um esforço para evitar a dependência dessa renda, vem disponibilizando condições básicas para uma vida digna e mais oportunidades para as gerações em formação. Um trabalho de fôlego, que ganhará asas a partir de agora.

BENEFICIÁRIOS DO CARTÃO



CADÚNICO



MAIS NUTRIÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que, no Brasil, o desperdício de alimentos chegue a 26,3 milhões de toneladas, ou seja, quase 10% do que é produzido (dados de 2018). Não estão disponíveis valores exatos para o Ceará, mas, mantendo-se a mesma proporção, o estado pode estar apresentando os mesmos 10% de desperdício, o que é inaceitável em uma região com tantas ordens de carência.

Na Central de Abastecimento do Ceará – CEASA, calcula-se que o desperdício de alimentos chegue a 9 toneladas por dia. E não são alimentos impróprios para o consumo. São descartados, na maioria das vezes, simplesmente para dar lugar à chegada de produtos mais frescos, demandados pelos clientes.

O **Programa Mais Infância Ceará**, não poderia deixar passar a oportunidade de criar um banco de alimentos que aproveitasse esses produtos de ótima qualidade. Com seu poder de articulação, o Programa firmou parceria com a CEASA e seus permissionários, no sentido de receber alimento para industrialização imediata.

Está pronta a estrutura física da fábrica, ao lado da CEASA, em Maracanaú, equipada com máquinas e processadores nacionais e internacionais, com inauguração agendada para o primeiro semestre de 2019 e consultoria de uma empresa de Minas Gerais. Da mesma maneira que se dará quando em funcionamento, na fase experimental, o alimento é higienizado, processado, embalado e liberado para o consumo. Saem de lá polpa de frutas para sucos, frutas *in natura* e sopas desidratadas, com alto poder nutritivo e um rendimento excepcional: com 1 kg, de alimento é possível produzir 40 kg de sopa para instituições sem fins lucrativos que atendem crianças, gestantes e idosos.



Combatendo o desperdício e promovendo alimentação saudável desde a primeira infância, o **Mais Nutrição** contribui para dar a base indispensável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes do Ceará



MAIS CULTURA

Toda criança tem o direito à arte e à cultura. O direito de ir ao teatro, museu, biblioteca, cinema, centro cultural, parques e praças. Cabe ao Estado garantir o acesso aos bens e serviços culturais, fomentar processos artísticos, promover a memória e o patrimônio cultural, compreendendo a importância do acesso à cultura e às artes como dimensões de fruição, criação e formação na ampliação de seus repertórios artísticos e culturais. O Ceará estabeleceu os instrumentos para essa política, sendo pioneiro no país na criação do **Plano Estadual de Cultura Infância**, sancionado por lei pelo Governo em 2017. O documento está

dividido em quatro eixos de atuação: **cidadania e diversidade cultural**

ral, que considera a importância de elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento cidadão e toda a diversidade cultural e étnica; **patrimônio cultural e memória**, que trata da importância do conhecimento do que é patrimônio, do que é memória e a relação com o que é história, na perspectiva da infância e de como isso é fundamental para os processos de aprendizagem da criança; o eixo **educação e cultura**, que faz a relação entre essas duas políticas e, por fim, o eixo vinculado às **linguagens artísticas**, em que projetos de música, dança, teatro, literatura, entre outros, são voltados para a infância, pensando não só a relação direta com a criança, mas também na relação afetiva, social e cultural entre pais e filhos, entre adultos e crianças, entre professores e alunos, entre agentes culturais e crianças.



O Plano é um instrumento legal, pioneiro e inovador no Brasil, e nasceu de uma proposição da sociedade civil com atuação de diversos grupos de artistas, educadores, pesquisadores, gestores e instituições. Ele traça a política em metas, trazendo a cultura como uma dimensão importante para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o Plano está inserido nas ações do **Programa Mais Infância**, que atua de forma intersetorial, dialogando com diferentes pastas e áreas do Governo. Entre as metas, está a garantia de que os municípios terão espaços públicos, como praças, parques e outros, dotados de infraestrutura voltada para o acolhimento de atividades de Cultura Infância. O Plano traz ainda como meta a criação do **Programa Estadual Cultura Viva para a Infância**, por meio de ações como a instituição de Pontos de Cultura Infância para a promoção de intervenções culturais, em suas distintas manifestações e linguagens. Entre outras metas, estão: assegurar a transmissão dos saberes e fazeres dos Mestres da Cultura às crianças; realizar mapeamento das expressões e manifestações relacionadas à cultura e infância em 100% dos municípios cearenses; criar um programa de formação permanente de Cultura Infância para artistas, gestores, comunicadores, agentes culturais, professores, educadores e interessados; e apoiar instituições e espaços culturais que desenvolvam atividades com e para crianças.

Merece registro o **Edital Toda Banda de Música é Uma Escola**, destinado à seleção de 60 municípios do Estado que queiram implantar ou modernizar sua banda de música. O Programa se propõe ser um canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. Essa ação faz parte da política de ampliação e requalificação da infraestrutura cultural no interior do estado e, ao mesmo tempo, atende a uma das principais demandas levantadas por regentes, instrumentistas, gestores públicos, professores e demais agentes e instituições que compõem a rede de bandas de música do Ceará.

Destacamos ainda o lançamento do **Edital Cultural Infância**, também inédito no país, lançado em 2016, que selecionou 25 projetos de todo o Ceará, com um investimento total de R\$ 1 milhão de reais. O Edital teve como objetivo valorizar, promover, financiar e apoiar os projetos desenvolvidos para a infância, para o direito à cultura para as crianças. Os projetos apoiados se enquadravam em três categorias: criação, produção e circulação; pesquisa e formação; patrimônio cultural e memória.

Com essas políticas e ações voltadas para Cultura e Infância, o Ceará reconhece as crianças como indivíduos autônomos, detentoras de direitos e garante o respeito às peculiaridades das diferentes identidades, territórios e fases da infância.

SÍNTESE

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS DE 2015 A 2018 E PLANEJADOS PARA OS PRÓXIMOS 4 ANOS

Os números são muitos e múltiplos. Surgem e ressurgem aqui, ali e mais adiante, pontilhando todo o texto, tentando traduzir, em termos quantitativos, o que só se mensura, de fato, pela abstração qualitativa. Por si só, números e percentuais são secundários aos benefícios trazidos pelo Programa Mais Infância Ceará.

Embora as quantidades não traduzam qualidade de vida, impacto pessoal, desenvolvimento concreto e real, o conhecimento delas é um bom caminho para o gestor consciente. É a base para que se pautem a visualização do bem-estar a ser

disponibilizado no dia a dia, materializado nos serviços públicos de um município ou uma cidade, chegando à comunidade, às famílias e às pessoas, cada uma delas igualmente digna de consideração e de um futuro com mais oportunidades para suas crianças.

No Ceará, o otimismo prevalece. Com o envolvimento de todos em causa tão significativa, será cumprido o que foi traçado pelo governo Camilo Santana. A criança continuará sendo o foco das políticas públicas, a primeira infância manterá o protagonismo, e as próximas gerações demonstrarão que o empenho administrativo, a participação institucional em todos os níveis, a conscientização social e o envolvimento familiar são as chaves para o futuro do Ceará.

AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO 2015-2018

TEMPO DE CRESCER

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
VISITAS DOMICILIARES	47.208 crianças e 8.128 gestantes receberam visitas domiciliares no Ceará até dezembro de 2018.	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN	<p>Até dezembro de 2018, foram realizadas visitas domiciliares em 48 municípios, atendendo 4.120 famílias, sendo 4.232 crianças acompanhadas por 49 supervisores e 392 agentes do desenvolvimento infantil. Foram realizadas 47.365 visitas domiciliares e 4.603 encontros coletivos. Foram capacitados 767 profissionais, entre ADI, supervisores, técnicos das Secretarias de Educação, Crede e Seduc.</p> <p>Para 2019, está prevista a expansão do PADIN para mais 15 municípios, somando um total de 63 municípios e atingindo 5.120 crianças.</p>	<p>Programa criado para dar às famílias sem acesso aos Centros de Educação Infantil (CEIs) as condições de participar ativamente no desenvolvimento de suas crianças, fortalecendo os vínculos familiares e os cuidados na educação da criança de zero a três anos. Tem por objetivo visitas domiciliares e a integralidade das políticas públicas para famílias com crianças de zero a 3 anos do Bolsa Família, gestantes e crianças de zero a 6 anos que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada).</p>

<p>Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz</p>	<p>Até dezembro de 2018, o Programa acompanhou 42.400 beneficiados, dos quais 34.272 crianças (764 delas BPC) e 8.128 gestantes, totalizando 40.856 famílias. Foram realizadas 998.217 visitas domiciliares, e contratados 1.813 profissionais (1.522 visitantes e 291 supervisores).</p>	<p>Em 2018, o Ceará ganhou prêmio por melhor execução do programa, maior número de municípios proporcionalmente, por ter superado a meta, que era de 30 mil, e chegar a quase 40 mil. Foi o estado que atendeu o maior número de crianças.</p>
<p>Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental – PforR</p>	<p>5.014 famílias e 8.704 crianças atendidas pelo projeto com a participação de 760 profissionais capacitados para o acompanhamento familiar. Em média, foram realizadas 15.042 visitas.</p>	<p>Tem por objetivo contribuir para implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para crianças de até seis anos, por meio da formação de técnicos e orientadores sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.</p>
<p>Núcleos de Estimulação Precoce</p>	<p>19 entregues e 131 profissionais capacitados, além de 898 crianças em atendimento.</p>	<p>Espaços para atendimento aos bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, além de crianças com atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.</p>
<p>Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde</p>	<p>A meta é capacitar cerca de 15 mil profissionais. Mais 10 mil já foram capacitados (até dezembro de 2018 foram capacitados 7.756 em 116 municípios). Em Fortaleza, foi realizada CERES II e VI. A previsão é terminar em junho de 2019.</p>	<p>Formação em Desenvolvimento Infantil.</p>

<p>Prevenção em Família</p>	<p>Formações de profissionais da Saúde, Educação e Assistência dos 50 municípios selecionados para orientar famílias de crianças de 0 a 6 anos com ênfase no fortalecimento de vínculos para prevenção ao uso de álcool e outras drogas.</p>	<p>Projeto criado para atuar com as famílias como uma ferramenta de cuidado e prevenção ao uso de álcool e outras drogas.</p>
<p>Sementes do Amanhã</p>	<p>Formação de 150 profissionais da Saúde para atenção qualificada às mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de álcool e outras drogas em 75 municípios.</p>	<p>Tem como objetivo capacitar os profissionais da Saúde para atuarem de forma humanizada e com práticas transformadoras na perspectiva de reduzir riscos e promover a saúde da gestante e do bebê.</p>
<p>I Seminário Internacional Mais Infância Ceará: Criança é Prioridade</p>	<p>Realizado de 30 a 31 de março de 2017, no Centro de Eventos do Ceará.</p>	<p>O Seminário teve por objetivo sensibilizar os novos gestores municipais para a causa da Primeira Infância.</p>
<p>Documentário O Começo da Vida</p>	<p>7 mil DVDs entregues a todas as escolas públicas (municipais, estaduais e federais) do Estado.</p>	<p>Em uma volta nos quatro cantos do mundo, o documentário analisa de modo aprofundado e apaixonado os primeiros mil dias de vida, tempo para o desenvolvimento saudável da criança, da infância à vida adulta.</p>

TEMPO DE BRINCAR		
PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Brinquedopraças	69 entregues e 71 em execução e em licitação. Meta: 140 brinquedopraças nos próximos anos.	Revitalização de praças já existentes, por meio da instalação de kits de brinquedos adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil, buscando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral das crianças em suas capacidades emocionais, motoras e cognitivas.
Praças Mais Infância	5 entregues e 27 em execução e em licitação. O total é de 32 Praças Mais Infância .	Espaços compostos por <i>playgrounds</i> , quadras poliesportivas, áreas de convivência, bicicletário, dentre outros, nos quais poderão ser realizadas atividades artísticas, culturais, educacionais e de lazer, ampliando as dimensões coletivas favoráveis ao crescimento saudável.
Arte na Praça	Foram 131 edições realizadas em 88 municípios .	Ações que acontecem mensalmente na capital e em municípios do interior do Estado, visando transformar as praças em ambientes propícios para o desenvolvimento infantil, possibilitando o acesso às atividades de cultura e lazer, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e as relações intergeracionais.
Espaço Mais Infância	Aproximadamente, 125 mil crianças atendidas pelo projeto e 21 mil pais visitantes e participantes da escola de pais.	Espaço composto de brinquedoteca, biblioteca infantil, sala de multimídia, cozinha <i>gourmet</i> e cineminha. É um espaço para as crianças crescerem, brincarem e aprenderem, conforme os eixos do Programa Mais Infância Ceará. No local, são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde e educação, além de palestras para pais, profissionais e cuidadores.

Projeto Praia Acessível	Praia Acessível realizou mais de 5 mil atendimentos nas duas estações do projeto, Fortaleza e Caucaia. Na Capital, foram realizados cerca de 4.946 atendimentos desde abril de 2016, quando foi inaugurado, até janeiro de 2019. A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Hotel Sonata. Já em Caucaia, foram atendidas mais de 269 pessoas , de junho a dezembro de 2018, através da parceria com a Prefeitura do Município e do Cumbuco Beach.	Promove a acessibilidade de crianças, adultos e idosos com deficiência e mobilidade reduzida à praia. O local reservado para o acesso conta com piscina, frescobol e quadra de vôlei adaptados, além de esteiras e cadeiras anfíbias. O espaço também conta com vagas apropriadas para estacionamento e banheiro acessível.
Lançamento do primeiro Edital Cultura Infância, fruto do Plano Cultura Infância	O edital, lançado em 2016, selecionou 25 projetos de todo o Ceará com um investimento total de R\$ 1 milhão. Foi destinado especificamente ao apoio a projetos culturais voltados para a infância.	Ação pioneira no país com o objetivo de garantir o direito da criança à cultura, à arte para sua fruição, formação e ampliação dos seus repertórios artísticos e culturais.
Série “Tempo de Brincar”: produção de cinco documentários que falam das formas de brincar das crianças do Ceará	O material foi exibido pela TV Ceará e disponibilizado no site do Governo	A parceria é com a TVC, Instituto Dragão do Mar e o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os filmes foram inspirados nos cinco direitos fundamentais do brincar: brincar com todos, brincar o tempo todo, brincar com tudo, brincar em todo lugar e brincar criando.

TEMPO DE APRENDER

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Centros de Educação Infantil (CEIs)	O Ceará conta com 39 já inaugurados e em funcionamento.	Tem por objetivo ampliar a oferta de creches e estabelecimentos de pré-escola para a promoção do desenvolvimento integral das crianças cearenses nos municípios.

AÇÕES INICIADAS PARA O PERÍODO 2019-2022

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Aprovação da Lei do Programa Mais Infância Ceará	A Lei autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Mais Infância Ceará com o objetivo de promover e desenvolver ações intersetoriais para promoção do desenvolvimento infantil nos 184 municípios do Ceará .	O Programa Mais Infância Ceará tem a visão de desenvolver a criança para desenvolver a sociedade, com a missão de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.
II Seminário Internacional Mais Infância Ceará	Sensibilizar atores governamentais e da sociedade civil sobre a importância do trabalho em prol da criança para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.	O Seminário constitui uma estratégia de <i>advocacy</i> com a intenção de sensibilizar, comunicar e conquistar atores em prol do desenvolvimento da infância cearense.
Lançamento do Livro Mais Infância Ceará	Detalhar, com embasamento científico, a importância do investimento na infância e apresentar as ações realizadas através do Programa Mais Infância Ceará com o objetivo de inspirar ações que possam fazer a diferença na vida das crianças.	Livro com o detalhamento das ações realizadas em âmbito estadual através do Programa Mais Infância Ceará e a projeção de novas ações.
Cartão Mais Infância	Transferência de renda no valor de R\$ 85,00 para famílias em vulnerabilidade social, com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses , dos 184 municípios cearenses. Essas famílias serão público prioritário das políticas de Saúde, Educação e Assistência.	A SPS fez um levantamento de, aproximadamente, 51 mil famílias que serão beneficiadas pelo Cartão Mais Infância, totalizando um valor aproximado de R\$ 63 milhões. Em fevereiro de 2019, 39.774 famílias já foram contempladas com o cartão.

BANDAS MÚSICAIS E INSTRUMENTOS PARA MUNICÍPIOS CEARENSES

Edital Toda Banda de Música é Uma Escola (Secult)

Edital destinado a **60 municípios do Estado** que queiram implantar ou **modernizar suas bandas** de música. Serão cedidos para cada um dos selecionados um kit com **37 instrumentos musicais**. No total, serão **2.220 instrumentos** repassados às bandas municipais, já no início de 2019. O edital foi lançado e o resultado com os **60 municípios** selecionados saiu em outubro. Está acontecendo o repasse do dinheiro para os municípios.

O **Programa Toda Banda de Música é uma Escola** se propõe ser um canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. O programa visa apoiar, promover e fortalecer a Rede Estadual de Bandas de Música do Ceará.

Programa de Formação Musical (SPS)

Destinado a **33 municípios** do Estado que queiram implantar ou modernizar sua banda de música. Cada município, dependendo da necessidade, **investe em capacitação de maestros**, na **formação de bandas** e na **compra de instrumentos**, como violão, flautas, entre outros. O processo de licitação iniciará em 2019.

O projeto de educação musical será realizado através do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III), com um investimento de, aproximadamente, **R\$ 5.500.000,00**. Cada município vai investir **R\$ 165.836,00** para aplicar na capacitação de maestros, na formação de bandas e na compra de instrumentos. O investimento é de 80% através do Governo do Estado, sendo 70% através de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 10% do Tesouro, além de 20% de contrapartida do município.

Mais Nutrição

Implantação de um Banco de Alimentos e uma Fábrica de Sopa na sede da CEASA / Maracanaú – Fortaleza, para coletar, selecionar, recondicionar alimentos em condição de consumo, produzir sopa desidratada e, ainda, controlar sua distribuição junto a entidades da rede socioassistencial, cadastrada pelo banco de alimentos. Capacitação de profissionais manipuladores, permissionários da Ceasa, profissionais e pessoas assistidas pelas entidades, visando a melhor qualificação na oferta dos serviços oferecidos e melhoria dos hábitos alimentares.

Contribuir para a Redução da Insegurança Alimentar e Nutricional das pessoas atendidas em entidades da rede socioassistencial de Fortaleza, Maracanaú e adjacências, por meio do aproveitamento e repasse de alimentos excedentes e que se encontram em perfeitas condições de consumo.

Nas próximas páginas, uma sequência de textos técnicos, elaborados por especialistas em desenvolvimento infantil, expõe avaliações teóricas e experimentos fundamentais para quem busca informações detalhadas sobre o impacto de Programas e Projetos de intervenção junto à infância.

O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS

O **Programa Mais Infância Ceará** contou com a colaboração teórica de professores e pesquisadores de alto nível, discutindo os projetos a serem desenvolvidos, debatendo alternativas possíveis e buscando solução para as questões mais prementes no lidar com a criança. São profissionais respeitados, que discorrem sobre temas significativos, conferindo respaldo acadêmico aos eixos do **Programa Mais Infância Ceará**, confirmando a valiosa contribuição da Universidade na aplicação dos princípios definidos.

A presente publicação não estaria completa sem que se fosse reservado um espaço destacado para a palavra deles nas áreas referenciadas, quais sejam: Crescer, Brincar e Aprender. São apresentadas as contribuições de alguns desses especialistas, relacionadas, especificamente, a questões da Primeira Infância. Compete a eles levar ao leitor a visão própria sobre a temática apresentada, induzindo à possibilidade de uma reflexão do que representa cada um dos pilares constituintes do **Programa Mais Infância Ceará**.

Não se trata aqui, naturalmente, do estabelecimento de posições vinculadas ao Governo do Estado, mas sim da interpretação prática e teórica de pontos e aspectos que dizem respeito aos temas, discutidos à luz da Ciência e construídos a partir da vivência e da experiência desses especialistas que assinam os artigos.

TEMPO DE CRESCER: ATENÇÃO INTEGRAL DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

ÁLVARO J. MADEIRO LEITE

Professor Titular de Pediatria da Universidade Federal do Ceará – UFC; Coordenador das Disciplinas de Humanidades Médicas e Habilidades de Comunicação com Pacientes e Famílias – UFC; Coordenador Técnico-Científico do Instituto da Primeira Infância-IPREDE.

Introdução

Estamos sempre às voltas com o destino humano! Mais uma vez, a comunidade científica e as sociedades em geral estão interessadas em desvendar como se desenvolve e como se constitui o ser humano. Conhecemos bem os fundamentos biológicos da fecundação ao nascimento, mas apenas recentemente as pesquisas trouxeram informações importantes acerca das relações entre as capacidades desenvolvidas na primeira infância e as denominadas “habilidades essenciais da vida adulta”.

Sabemos também que o desenvolvimento de cada criança ocorre no contexto de complexas interações entre a bagagem genética herdada dos pais - dimensão biológica -, **a cultura em suas dimensões sociais, familiares e ancestralidade, bem como o acervo de experiências oriundas das interações com seus pais e cuidadores de referência. Para a psicanálise, também persiste um certo mistério a ideia do nascimento da vida psíquica do ser humano.** Quando e como

um bebê começa a pensar, a vincular-se com o outro, a entrar na vida de relação?

Ao nascer, as crianças apresentam dependência absoluta de cuidados. Precisam, portanto, ter suas necessidades essenciais atendidas por seus cuidadores de referência, para que tenham mais chances de alcançar um desenvolvimento integrado. Para a neurociência e as ciências comportamentais, isso significa desenvolver a arquitetura do cérebro, principal órgão do corpo humano, responsável por um conjunto de funções que regulam os pensamentos, as emoções e os comportamentos do ser humano, as denominadas funções executivas e de autorregulação, que serão detalhadas a seguir.

Tais funções não estão inscritas nos genes, não nascem com as crianças; elas precisam ser, e efetivamente são desenvolvidas durante a primeira infância, adolescência e nos primórdios da idade adulta; elas são essenciais para a convivência e o desempenho escolar, para a capacitação e adaptação ao trabalho, como também para evitar muitos problemas de saúde individual com impactos na saúde pública. Para a psicanálise, trata-se do nascimento psíquico do ser humano, numa dimensão que requer determinados tipos de cuidados que espelham interações intersubjetivas estruturantes.

Outra consequência direta desse campo de pesquisas foi expandir a compreensão dos nexos existentes entre a infância e o desenvolvimento humano ao longo da vida; sobre a importância de

formar uma base sólida desde os primeiros meses de vida, fato que exerce efeitos duradouros na constituição do ser humano e tem impacto positivo sobre o **desenvolvimento da sociedade**. Isso equivale também a perceber o impacto negativo para a criança e para a sociedade quando as necessidades essenciais das crianças não são atendidas e elas crescem em ambientes marcados por experiências adversas ou em lares com pais **imprevisíveis** nos cuidados que elas necessitam para crescer, aprender e se desenvolver.

Por necessidades essenciais, utilizamos aqui as conceituações desenvolvidas há cerca de 20 anos por T. Berry Brazelton e Stanley I. Greenspan, pediatra e psiquiatra infantil, respectivamente. Esses autores, preocupados com as necessidades não satisfeitas das crianças americanas, desenvolveram conceitos e intervenções práticas para ajudar as famílias a enfrentar as modificações na cultura, na sociedade e nos papéis parentais frente à instabilidade do mundo contemporâneo. As necessidades são:

- **Relacionamentos afetivos;**
- **Proteção física, segurança e regras;**
- **Experiências que respeitem as diferenças individuais;**
- **Experiências adequadas de desenvolvimento;**
- **Estabelecimento de limites, organização e expectativas;**
- **Comunidades estáveis, amparadoras e de continuidade cultural.**

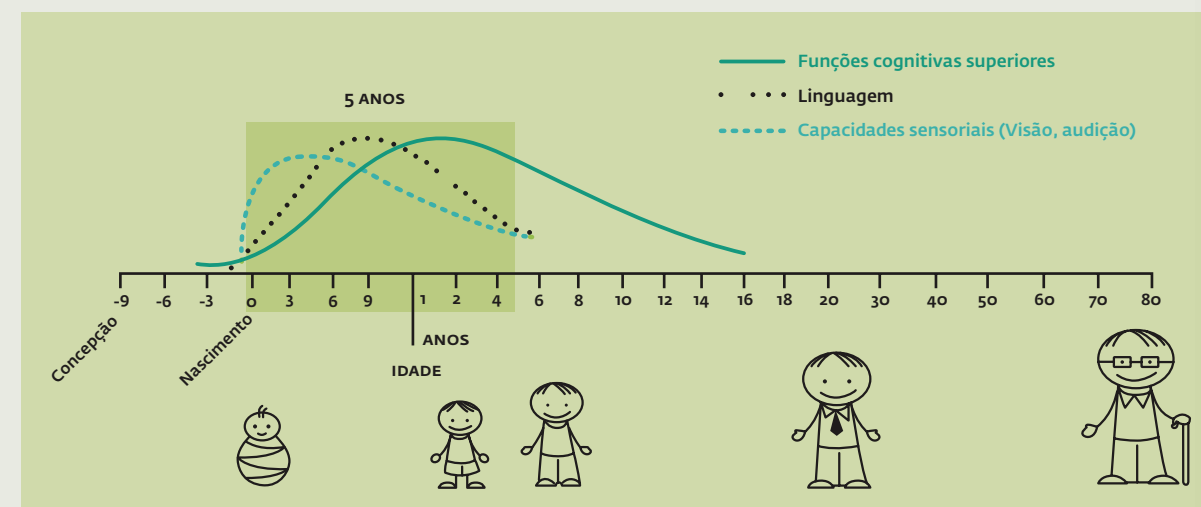
Vem desse acúmulo de experiências a ênfase nos primeiros anos de vida, que são, ao mesmo tempo, o período mais crítico e o mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança; essa etapa é constitutiva da vida humana e não apenas um rito de passagem. As pesquisas revelam que é nessa fase da vida que se encontram os ingredientes e as oportunidades mais valiosas para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do ser humano. Ainda que esses ingredientes pos-

sam ser adquiridos em outras fases da vida, o custo e as chances de sucesso diminuem a cada ano.

Na Figura 1, pode-se ver que a criança já nasce com seu sistema sensorial funcionando e se desenvolverá muito rapidamente na medida que, com, a chegada do primeiro ano de vida, tenha início a linguagem verbal, aquisição intimamente associada ao desenvolvimento do pensamento e da regulação do comportamento.

Figura 1
Desenvolvimento cerebral humano

FORMAÇÃO DE NOVAS SINAPSES



FONTE Modificado de Charles A. Nelson, *From Neurons to Neighborhoods*, 2000

Pode-se ilustrar aqui uma das diferenças que começam precocemente entre crianças oriundas de famílias de renda alta, renda média e renda baixa. Os pesquisadores descobriram que mais de 86% das palavras utilizadas pelas crianças aos 3 anos

de idade eram iguais às aquelas ouvidas de seus pais ou cuidadores; crianças que viviam em lares de baixa renda e/ou baixo nível educacional ouviam uma média de 616 palavras por hora. E as que viviam com famílias de classes sociais mais abasta-

das e/ou melhor nível educacional ouviam, pelo menos, o dobro de palavras por hora (de 1250 a 2150 palavras por hora, aproximadamente).

Concluíram que, ao longo dos primeiros quatro anos de idade, as crianças pobres ouvem 30 milhões de palavras a menos que as crianças de famílias com melhores recursos. A repercussão desvantajosa é enorme! Todos nós pensamos por meio de palavras; qualquer pensamento humano é formulado em palavras. Assim, quanto melhor for o nosso vocabulário, mais complexo e articulado com outros referenciais será o nosso pensamento.

Já foi identificada uma relação de defasagem relacionada com o número de palavras ouvidas na infância e o desempenho escolar do ensino médio, o que nos leva a pensar que diferenças no desenvolvimento infantil podem surgir precocemente na vida. Essas diferenças no crescimento do vocabulário já foram identificadas a partir de 18 meses entre as crianças de diferentes estratos sociais; essas mesmas diferenças crescem com as crianças em direção à idade escolar e tendem a aumentar se nenhuma intervenção vier a ocorrer.

Entre os 3 e 5 anos de idade, o desenvolvimento das denominadas "funções executivas e de autorregulação" inicia uma nova fase da vida da criança com repercussão direta nas "habilidades essenciais da vida adulta". Essas funções representam um conjunto de habilidades essenciais para gerenciar a vida, o trabalho e os relacionamentos. São recursos básicos e fundamentais para apoiar

nossa **capacidade de se concentrar, planejar e atingir objetivos, adaptar-se às situações em mudança e resistir a comportamentos impulsivos**. Ninguém nasce com essas habilidades. Elas são desenvolvidas ao longo do tempo através de nossas experiências de interação com os outros e com o ambiente que, por sua vez, se transmitem para as próximas gerações.

Funções executivas constituem um conjunto de habilidades fundamentais para o controle consciente e deliberado sobre pensamentos, emoções e comportamentos humanos. Essas funções possibilitam ao indivíduo gerenciar diferentes aspectos da vida com autonomia, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade. O cérebro necessita das duas primeiras décadas de vida para alcançar um patamar de desenvolvimento dessas funções que caracterizam a pessoa adulta.

É possível considerar três dimensões das funções executivas que, apesar de distintas, são interligadas. São elas: a memória de trabalho, o controle inibitório (autocontrole) e a flexibilidade mental e cognitiva.

Memória de trabalho: essa habilidade permite armazenar, relacionar e pensar informações no curto prazo. Ela é necessária para realizar tarefas cognitivas, tais como estabelecer uma relação entre dois assuntos, fazer cálculos apenas com a mente e estabelecer uma ordem de prioridade entre várias tarefas; também ajuda as crianças nas interações sociais, como planejar e atuar em uma cena, revezar em atividades de grupo ou

juntar-se a um jogo depois de curta interrupção para se dedicar a alguma outra atividade.

Controle inibitório: é a habilidade que usamos para controlar e filtrar nossos pensamentos; ter o domínio sobre a atenção e o comportamento; controlar os impulsos para resistir às tentações e poder fazer aquilo que é certo; parar e pensar antes de agir. Possibilita, ainda, uma atenção seletiva, focada e mantida. Essa capacidade impede-nos de agir como criaturas completamente impulsivas, que fazem qualquer coisa que venha à cabeça, ajuda as crianças a prestar atenção, agir menos impulsivamente e a manter a concentração numa tarefa.

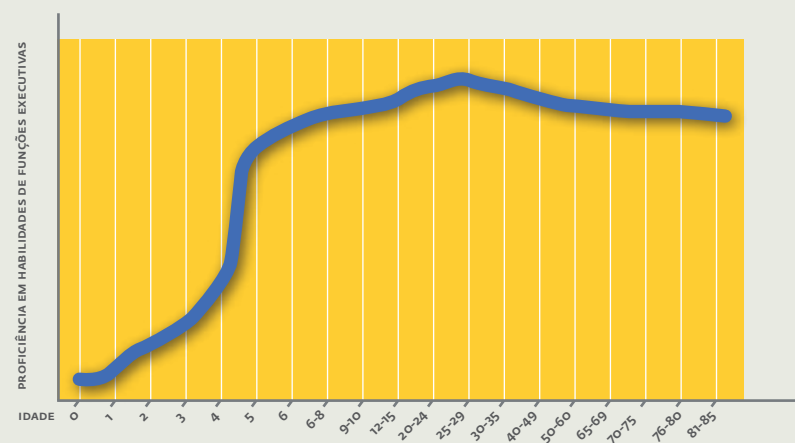
Flexibilidade mental e cognitiva: é a capacidade de usar o pensamento criativo e de fazer ajustes flexíveis para se adaptar às mudanças; permite mudar de perspectiva no momento de

pensar e agir, e considerar diferentes ângulos na tomada de decisão. É o que nos permite aplicar regras diferentes em diferentes contextos. Essa habilidade auxilia as crianças a utilizar sua imaginação e criatividade para resolver problemas, bem como perceber um erro e poder corrigi-lo.

As habilidades associadas às funções executivas são extremamente importantes para o desenvolvimento, tal como exemplificado pelo fato de que as diferenças iniciais nas funções executivas prognosticam, ao longo do tempo, resultados significativos no desenvolvimento, incluindo o desempenho escolar, os comportamentos relativos à saúde e o ajustamento social.

O desenvolvimento do potencial máximo das funções executivas é um processo que exige tempo e isso se explica, em parte, pela lentidão do amadurecimento do córtex pré-frontal (Figura 2).

Figura 2
Habilidades de funções constituídas ao longo da infância e da adolescência



Uma série de testes medem diferentes formas de habilidades de funções executivas e indica que elas começam a se desenvolver logo após o nascimento; as idades de 3 aos 5 anos fornecem uma janela de oportunidade para um incrível crescimento dessas habilidades. O crescimento continua durante a adolescência e o início da idade adulta; a proficiência começa a diminuir posteriormente.

FONTE
Weintraub et al.

Considera-se que um nível mais elevado de funcionamento executivo está vinculado a diversos aspectos positivos, tais como *competência nos domínios social, emocional e escolar, o êxito nos primeiros anos de escolaridade*, mais do que a inteligência, e a aprendizagem precoce de leitura e aritmética. As habilidades das funções executivas permitem que as crianças lidem melhor com seu ambiente em constante mudança, o que pode ser especialmente importante para aquelas em desenvolvimento em *ambientes de alto risco*. A eficiência das funções executivas prediz a saúde, a prosperidade econômica e um baixo número de atos criminosos posteriormente na vida.

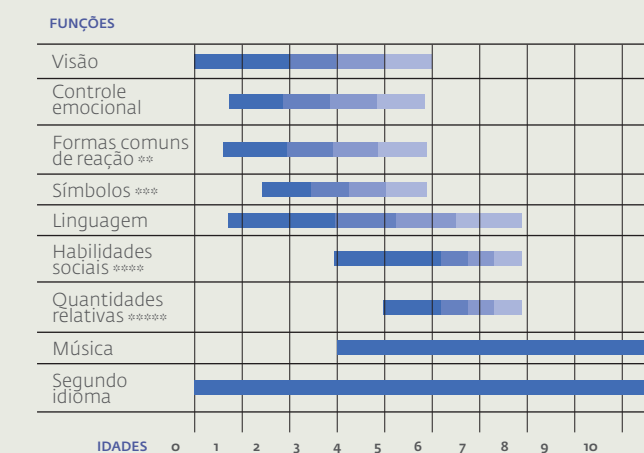
Janelas de oportunidades: a importância do momento oportuno

Em determinados períodos da vida, o cérebro é especialmente receptivo às experiências novas e está capacitado para aproveitá-las. Se estes períodos de sensibilidade passam sem que o cérebro receba os estímulos para os quais ele está preparado, pode ocorrer uma diminuição significativa das oportunidades específicas de aprendizagem (Figura 3).

Sabemos que o cérebro humano é maleável, que sua capacidade de reorganização dura ao longo da vida e pode ser aprimorada por meio de intervenções. No entanto, existe um amplo consenso

Figura 3
Tempo de Aprender

PERÍODOS DECISIVOS* PARA O DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO



* O período decisivo não significa que a criança deixará de aprender essas habilidades depois dessa idade. Apenas indica, segundo estudos, quando o cérebro da criança está mais propício a desenvolver determinadas habilidades.

** Capacidade de responder de forma positiva a novas experiências.

*** A criança entende, por exemplo, que o número 3 representa um grupo de três objetos.

**** Capacidade de se relacionar positivamente com colegas da mesma idade.

***** A criança entende, por exemplo, que 5 é maior que 4, que é maior que 3, e assim por diante.

FONTE

Banco Mundial, Margareth McCain e J. Fraser Mustard ("Reversing the Real Brain Drain: Early Years Study"), Gillian Doherty ("Zero to Six: The Basis for School Readiness") e Sharon Begley (artigo "Your Child's Brain", publicado na revista "Newsweek")

de que, durante a primeira infância, o cérebro é formado a uma velocidade que nunca se repetirá.

A maleabilidade do cérebro também pressupõe que, em certos momentos, as experiências negativas ou a falta de estímulos apropriados podem ocasionar sérios efeitos deletérios. Quando a criança não é o objeto do cuidado que necessita durante os períodos decisivos de desenvolvimento, ou quando está imersa em situações adversas, tais como fome, abuso ou abandono, é possível que o desenvolvimento do cérebro seja afetado. Muitas crianças que vivem em situações

de emergência sofrem traumas graves e tensões extremas que, se não podem ser resolvidas, enfraquecem o potencial de desenvolvimento delas.

Por exemplo, a pobreza na infância tem potencial para prejudicar o desenvolvimento das crianças, em parte, porque as expõe a ambientes estressantes. Crianças de baixa renda enfrentam uma série desconcertante de demandas psicossociais e físicas que colocam muita pressão sobre suas capacidades adaptativas e parecem ser lesivas para o cérebro em desenvolvimento.

Situações como as descritas acima frequentemente deixam as famílias sem ter à sua disposição todos os recursos (pessoais, sociais e econômicos) necessários a uma adequada adaptação da situação diante da maternidade e de tudo que esta condição implica. Assim, mulheres em condição de pobreza e com nível baixo de escolaridade vivem em condições de estresse crônico e têm uma rede social limitada de apoio. Além disso, algumas delas têm histórias de maus-tratos, tendendo a sofrer de depressão e a manifestar mais sintomas de distúrbios de conduta, o que representa fator de risco para maus-tratos.

Muitas vezes, vulnerabilidade e pobreza se associam com experiências de fome e miséria, tornando a vida familiar um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade, com altos graus de estresse. Nessas condições, muitas famílias têm dificuldade de oferecer aos filhos experiências e apoio

para que os mesmos alcancem seus potenciais de desenvolvimento. Cada vez mais se reconhece a influência da qualidade dessas experiências no desenvolvimento integral das crianças. Esse problema assume maiores proporções quando consideramos que tal situação ocorre nos primeiros anos e seus efeitos deletérios tendem a persistir com influências negativas por toda a vida.

O desenvolvimento da inteligência, das emoções, da capacidade de perceber os outros e de convivência empática são fortemente estruturados nesses anos iniciais. As condições estressantes a que muitas famílias estão submetidas – pobreza extrema, violência doméstica, problemas de saúde mental dos pais, dificuldade de acesso a serviços sociais e de saúde de qualidade – fazem com que muitas das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias dificultem o atendimento às necessidades essenciais dos filhos. No dizer da especialista em primeira infância do Banco Mundial, pediatra Mary Eming Young:

A POBREZA REDUZ OS RECURSOS ESPIRITUAIS DAS PESSOAS, SUA PAZ DE ESPÍRITO, SUA DIGNIDADE E SUA LIBERDADE PARA VIVER DE MANEIRA PLENA. E, INFELIZMENTE, A POBREZA É COMO UM GENE RUIM – É HERDADA. (YOUNG, org., 2010)

Os adultos que enfrentam a pobreza diária têm menos tempo, dinheiro e recursos emocionais e cognitivos para atender às necessidades dos fi-

lhos. A pobreza é um fator mediador que coloca em risco a oportunidade das crianças de alcançar seu potencial de desenvolvimento. E há muitos milhões de crianças no mundo e em nosso país sob risco! A pobreza de renda limita a capacidade da família de atender necessidades como alimentação, saúde ou boa nutrição. A pobreza de tempo reduz a frequência e a qualidade das oportunidades de brincadeiras e interação entre adultos e crianças, essenciais para a aprendizagem na primeira infância. E essas oportunidades de interação são fundamentais para moldar a arquitetura do cérebro humano.

Além disso, a economia comportamental demonstrou um desafio adicional enfrentado pelos pais e mães pobres. Resolver os problemas diários de subsistência de uma pessoa que vive na pobreza não é tarefa fácil. Nesse processo, os pobres esgotam muitos dos escassos recursos cognitivos com os quais contam. Isso significa que eles têm menos recursos cognitivos que permitam tomar as melhores decisões em outras áreas, como o bem-estar de seus filhos. Infelizmente, isso também estabelece outra coisa: **que os pais de baixa renda têm uma chance maior de fazer coisas que não deveriam ser feitas.** Sabemos que os resultados das crianças nascidas em lares pobres são, em média, piores.

No livro *Escassez* (Mullainathan & Shafir, 2017), demonstra-se que as pessoas que vivem na pobreza, tendo que ocupar grande parte de seus recursos psíquicos na solução dos problemas de

sobrevivência associados às suas necessidades concretas de sobrevivência, terminam por dispor de menos recursos para usar em outras tarefas, por exemplo, tomar decisões sobre criar seus filhos. O desafio de criar filhos requer bons recursos psíquicos. É o próprio UNICEF que reitera:

“ter um filho é um dos acontecimentos mais importantes de nossa vida, e pais que, por variadas motivações, não conseguem realizar a contento tais funções, sentem-se absolutamente frustrados.”

No que diz respeito aos programas e serviços de desenvolvimento infantil, as reflexões da economia comportamental também nos levam a pensar em como os currículos e modelos pedagógicos utilizados para trabalhar com os pais podem fazer o melhor uso dos recursos psíquicos escassos com que eles contam. Ou seja, não se trata apenas de transmitir conhecimento e informação, entregar material e folhetos, demonstrar jogos, ler histórias e ensinar músicas.

É igualmente importante **pensar cuidadosamente sobre como essas atividades são realizadas com as famílias e, em particular, considerar quais recursos (psíquicos e outros: tempo, dinheiro, deslocamento, trabalho etc.) exigem esses programas das famílias às quais são direcionados.** No dizer do Prof. Shonkoff: é necessário “construir as competências dos adultos para melhorar o desempenho das crianças”, pois “a família é o lugar natural de desenvolvimento das crianças” (UNICEF, 2017).

Chegamos assim ao patamar de estudos desses últimos 30 anos, em especial, com famílias e crianças vivendo em situações de vulnerabilidade e adversidades precoces: como apoiar e fortalecer a sensibilidade e os comportamentos dos pais para que eles consigam corresponder às necessidades essenciais de seus filhos, atendimento sem o qual eles não poderiam adequadamente crescer, se desenvolver e aprender?

Experiências adversas na infância

Informações oriundas de pesquisas sobre a biologia do estresse durante a primeira infância revelam como grandes adversidades, tais como extrema pobreza, abuso ou negligência, podem debilitar a arquitetura do cérebro em desenvolvimento e colocar o sistema de resposta ao estresse em permanente alerta. Como contraponto, as pesquisas também mostram que proporcionar relações estáveis, responsivas e enriquecedoras durante os primeiros anos de vida pode impedir ou mesmo reverter os efeitos prejudiciais do estresse precoce, com benefícios duradouros sobre a aprendizagem, o comportamento e a saúde.

Aprender a lidar com a adversidade é uma parte importante do desenvolvimento saudável da criança. Quando somos ameaçados, nossos corpos nos preparam para reagir aumentando o ritmo cardíaco, a pressão arterial, a reatividade inflamatória e os níveis glicêmicos. Essas mudanças são provocadas pela rápida circulação de hor-

mônios do estresse, como adrenalina e cortisol. Essa resposta de “lutar ou fugir” salva a vida diante de uma ameaça aguda, mas sua ativação contínua pode ter um efeito desgastante sobre uma série de funções biológicas importantes.

À medida que crescem, as crianças enfrentam, inevitavelmente, muitos desafios previsíveis – por exemplo, o primeiro dia na escola – e imprevisíveis – por exemplo, a perda de um ente querido. Esses desafios dão à criança a oportunidade de aprender como gerenciar o estresse com eficácia, e como regular as emoções e desenvolver recursos sociais, comportamentais e cognitivos de adaptação, necessários para superar esses obstáculos. Esse processo é facilitado pela presença de cuidadores sensíveis e responsivos.

Quando os sistemas de resposta ao estresse de uma criança pequena são ativados dentro de um ambiente de relacionamentos afetivos e protetores, esses efeitos fisiológicos podem ser bloqueados pela presença do adulto ou restaurados rapidamente para o nível normal. O resultado é o desenvolvimento de um sistema de resposta ao estresse que funciona bem. No entanto, se a resposta ao estresse for excessiva e de longa duração, e a criança não receber a proteção de um adulto afetivo, o resultado pode ser um sistema configurado para aprender a sentir medo rapidamente, alterar para o modo defensivo com pouca provocação (agir agora, pensar depois), reagir fortemente mesmo quando não for necessário, ou até desligar completamente em função do

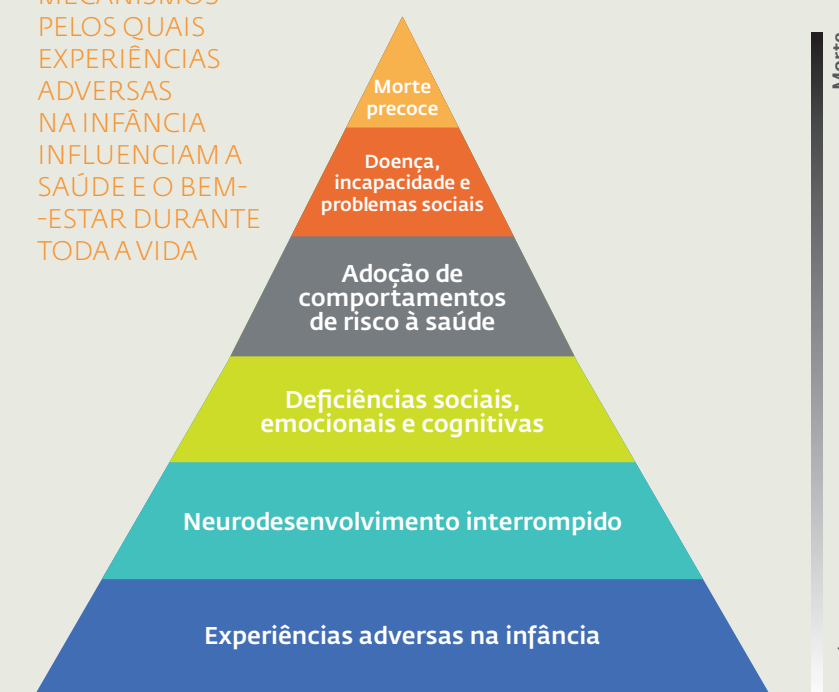
desgaste constante. Isso pode ter repercussões negativas ao longo da vida, exigindo soluções intensivas e dispendiosas no futuro.

Um número crescente de estudos tem associado essas condições de estresse no início da vida ao precário desenvolvimento cognitivo-emocional e social em idades posteriores, inclusive alcançando a idade adulta. **Pesquisas sugerem que eventos estressores graves e precoces – por exemplo, maus-tratos, negligência – podem resultar em alterações importantes da arquitetura cerebral, tais como: redução do volume cerebral, desregulação do sistema neuroendócrino de resposta ao estresse e disfunção límbica, envolvendo regiões como o hipocampo, o córtex pré-frontal medial e a amígdala. Os períodos sensíveis e as etapas de maior plasticidade do cérebro são particularmente vulneráveis aos efeitos de longo prazo causados por hormônios do estresse, e podem resultar em alteração das trajetórias normais e da organização do cérebro de crianças pequenas.**

Investigações têm mostrado que a exposição precoce e repetida à adversidade pode gerar problemas emocionais, bem como comprometer a memória de trabalho, a flexibilidade cognitiva e o controle inibitório. **Conhecimentos atuais revelam que o estresse tóxico pode ter consequências de ordem mental e física que se estendem da adolescência até a idade adulta, inclusive maior risco de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, síndrome metabólica e doenças cardiovasculares** (Figura 4).

Figura 4

MECANISMOS PELOS QUAIS EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA INFLUENCIAM A SAÚDE E O BEM-ESTAR DURANTE TODA A VIDA



FORNTE Centers for Disease Control and Prevention
CRÉDITO Charles Whitfield, M.D.

Problemas na saúde de pessoas adultas estão diretamente associados a adversidades vividas durante a infância. O estresse causado por uma situação adversa na infância é uma experiência subjetiva de experiências traumáticas, infelizes, desagradáveis ou dolorosas, cuja repercussão depende de uma série de fatores de vulnerabilidade (trauma anterior, predisposição genética), bem como de fatores de resiliência (suporte social e emocional) (AAP, 2017).

As experiências adversas na infância costumam incluir: abuso físico, sexual ou emocional; negligência física e emocional; e a disfunção familiar: mãe tratada com violência; doença mental e abuso de substância em algum membro da família; separação parental ou divórcio litigioso; algum membro da família encarcerado, dentre outras. Essas situações podem ocorrer em famílias de todas as classes sociais, mas, claramente, há uma maior prevalência nas classes mais pobres (AAP, 2017). Uma das classificações mais utilizadas em relação às experiências adversas na infância pode ser vista na Figura 5.

Figura 5
3 TIPOS DE EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA



FONTE Centers for Disease Control and Prevention
CRÉDITO Robert Wood Johnson Foundation

Em relação às experiências adversas, as pesquisas têm revelado três tipos de resposta ao estresse:

- Resposta positiva ao estresse tal como a que se pode observar em crianças pequenas, tipo **lidar com frustração, tomar uma vacina e a ansiedade causada pelo primeiro dia numa creche**. Quando esse **estresse** é contrabalançado por um ambiente de relacionamentos estáveis e que deem apoio, respostas positivas ao estresse são um elemento que promove o desenvolvimento normal; oportunidades para observar, aprender e praticar respostas saudáveis e de adaptação a experiências adversas.
- Resposta tolerável ao estresse, em contraste com o estresse positivo, está associada com exposição a experiências que apresentam uma maior magnitude de adversidade ou de ameaça. Agentes precipitantes podem incluir a **morte de um membro da família, uma doença ou ferimento grave, um divórcio contencioso ou um desastre natural**.
- **Estresse tóxico**: pode ocorrer quando uma criança passa por uma grande, frequente e/ou prolongada adversidade – como recorrentes abusos físicos ou emocionais, negligência crônica, uso de drogas ou doença mental do adulto de referência da criança, exposição repetida à violência e/ou carga acumulada de dificuldades econômicas da família – sem apoio adequado de adultos ou, pior, quando o adulto é ao mesmo tempo a fonte do apoio e do medo. A ativação excessiva e/ou prolongada dos sistemas de

resposta ao estresse pode afetar negativamente o desenvolvimento da arquitetura do cérebro e de outros órgãos. Imagens cerebrais de crianças submetidas a estresse tóxico exibem claramente conexões neurais subdesenvolvidas ou uma arquitetura cerebral mais fraca. Essa carga acumulada aumenta o risco de doenças relacionadas ao estresse e de comprometimento cognitivo, incluindo doenças cardíacas, diabetes, uso de drogas e depressão, avançando pela idade adulta. A pesquisa também indica que relações atenciosas e de apoio com adultos carinhosos, o mais cedo possível na vida da criança, podem evitar ou reverter os efeitos nocivos das respostas ao estresse tóxico.

Desenvolvimento de programas para a primeira infância

Novas descobertas da neurociência e das ciências comportamentais e sociais enfatizam a importância de dar às crianças uma oportunidade melhor na vida. No entanto, muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade e diversos graus de dificuldades que não conseguem satisfazer as necessidades essenciais de seus filhos. Muitas delas não conseguiriam enfrentar essas dificuldades sem algum tipo de apoio, seja de sua própria família ou apoio externo.

Para as crianças que vivem em situação de pauperização, educá-las em seus primeiros anos é vital para atacar os piores efeitos da pobreza e

pode ser uma maneira eficaz de romper o ciclo implacável e vicioso da pobreza que, muito frequentemente, atravessa gerações. As crianças que vivem na pobreza enfrentam obstáculos para ir à escola e, quando lá estão, nem sempre encontram condições favoráveis ao aprendizado. Assim, terão dificuldade em encontrar emprego e terão pouca esperança para o seu futuro e o futuro de seus filhos.

As razões pelas quais a sociedade e as famílias devem se concentrar nas crianças vão além das preocupações tradicionais e humanitárias, ainda mais pertinentes com aqueles menos capazes de cuidar de si, e no início da vida totalmente dependentes do cuidado de pessoas adultas. O economista e pesquisador Ricardo Paes e Barros em aula recente (*Sobre a inexorável necessidade de garantir atenção integral de qualidade à primeira infância*), por ocasião do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, realizado na Harvard Medical School, inicia sua apresentação com a seguinte pergunta: **“Existe sociedade próspera e justa sem pleno desenvolvimento na primeira infância?”**

Na aula, defende que:

“impactos da atenção e estimulação adequadas na primeira infância - fase da vida onde as respostas são rápidas, amplas e intensas - persistem por todo o ciclo de vida”, e que “quanto mais equitativa for a atenção e a estimulação recebidas nessa etapa da vida, menor será a desigualdade de resultados e realizações entre adultos”, como

também “melhor atenção e estímulos nessa fase da vida aumentam a capacidade de uma criança aproveitar oportunidades futuras ou reduz os custos das ações necessárias para que importantes realizações possam ser alcançadas”.

As pesquisas revelaram que o acesso da criança a cuidados que envolvem apoio, dedicação e sensibilidade por parte de adultos desempenha papel destacado para equilibrar a atividade do sistema HPA (hipotálamo-pituitário-adenal), e para proteger o cérebro em desenvolvimento contra efeitos potencialmente danosos de fatores de estresse. Crianças que têm um relacionamento seguro com os pais aprendem que, quando enfrentam um fator de estresse, podem ficar angustiadas, comunicar suas emoções negativas e conseguir ajuda de seus cuidadores. É provável que esse sentimento de segurança evite a ativação do eixo HPA e de outros sistemas essenciais de mediação de estresse.

Uma pequena parte da literatura emergente sugere que os efeitos negativos do estresse nem sempre são irreversíveis. Intervenções que melhoram o apoio econômico e emocional à criança submetida a estresse importante mostraram-se capazes de melhorar a adaptação comportamental e emocional, assim como a regulação normativa do eixo HPA. Pesquisas constataram também que terapia comportamental, assim como terapia medicamentosa, pode resultar em modificações neurobiológicas em indivíduos que sofrem de efeitos psicológicos causados por estresse.

Levando em conta as considerações apresentadas, uma conclusão se impõe: intervenções de

boa qualidade no desenvolvimento infantil têm o potencial de mudar o futuro das crianças nascidas em lares desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

BRAZELTON TB, GREENPAN SI. As necessidades essenciais das crianças. Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artmed, 2002. p.213.1. Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Disponível em <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em 27 abril 2019.

Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Disponível em <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em 09 maio 2019

Construindo o sistema de “Controle do Tráfego Aéreo” do cérebro. Tradução para o português realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. p.20. Disponível em: www.developingchild.harvard.edu. Acesso em 07 maio 2019.

Core Concepts in the Science of Early Childhood Development. Healthy Development Builds a Strong Foundation – For kids and for society. Disponível em www.developingchild.harvard.edu. Acesso em 09 maio 2019.

GUERRA, V. Mistério do nascimento da vida psíquica do ser humano. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre V.18, número 02 - novembro 2014.

MULLAINATHAN S, Shafrir E. Escassez. Ed. Best Business. 2016, 1a ed. p.381.

National Scientific Council on the Developing Child (2007). O período e a qualidade das experiências da primeira infância se combinam para moldar a arquitetura do cérebro: Documento de Trabalho nº 5. Disponível em <http://www.developingchild.net>. Acesso em 02 maio 2019.

SHONKOFF, Jack P. GARNER, Andrew S. The Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health Committee on Early Childhood, Adoption and Dependent Care, and Section on Developmental and Behavioral Pediatrics. The Lifelong Effects of Early Childhood Adversity and Toxic Stress. Disponível em www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2011-2663. Acesso em 18 abril 2019.

SHONKOFF, Jack P. Protecting Brains, Not Simply Stimulating Minds, Science, vol. 333, 2011.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para a autonomia: estudo III / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Redação: Joana Simões de Melo Costa et al. 1. ed. São Paulo: - FMCSV, 2016. Série Estudos do Comitê Científico – NCPI; 3.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I / 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, Núcleo Ciência pela Infância. 2016. p.16.

YOUNG, M. (org). Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças / tradução Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

TEMPO DE BRINCAR: O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

MARCOS TEODORICO PINHEIRO DE ALMEIDA

Doutor em Pedagogia pela Universidade de Barcelona (UB); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; graduado em Educação Física pela Universidade de Fortaleza – Unifor; professor do Instituto de Educação Física e Esportes – IEFES; Coordenador da Unidade Móvel Brincarmóvel da Universidade Federal do Ceará – UFC, do Laboratório de Brinquedos e Jogos (LABRINJO/IEFES) e do Centro de Estudo sobre Ludicidade e Lazer (CELULA/IEFES) da UFC.

LÚCIA MARIA GONÇALVES SIEBRA

Doutora pela Universidade de Barcelona (UB); psicóloga formada pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo – USP; professora do Departamento de Psicologia da UFC; cedida ao Governo do Estado do Ceará para exercer a função de Diretora da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGPCE, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Introdução

Brincar! Brinquem em diferentes espaços. Brinquem de diferentes formas. Brinquem com diferentes humanos. Brinquem em diferentes momentos da sua vida.

Brinquem pulando, subindo, rolando, saltando, correndo, gritando, cantando. Brinquem todos os dias da semana de segunda a domingo. Brinquem de manhã, de tarde e à noite. Brinquem com seu pensamento. Brinquem na água, na terra e no ar. Vamos brincar diferente e em situações diferentes. Brinquem com seu espírito lúdico. Brinquem de brincar. Brinquem de viver. Brinquem pelo prazer de brincar, mas brinquem!

(Marcos Teodorico)

A cidade é uma construção humana; portanto, sua prosperidade e seu sucesso vão depender de estratégias, inovações, planejamento e gestão política eficiente e honesta de pessoas. A cidade e seus espaços públicos têm uma força vibrante e poderosa para o desenvolvimento, exercendo impacto importante no bem-estar de todos, do nível global ao local. Temos que reafirmar a própria essência histórica das cidades como um local onde seres humanos encontram a satisfação das necessidades básicas e acesso aos bens públicos fundamentais. E o **lazer** e o **brincar** são importantes elementos desse cenário.

O espaço público é o lugar do pleno exercício da cidadania e do convívio intergeracional. Nele, crianças e adolescentes aprendem a brincar, repartir, disputar, desenvolvendo suas potencialidades físicas e emocionais. Os jovens se encontram, conversam, jogam, planejam a vida. Os adultos acompanham os filhos, criam laços com outros pais, convivem com vizinhos. Os idosos fazem suas caminhadas, tomam sol, encontram os amigos. O espaço público é o lugar de todos e de cada um. É onde se aprende a dividir e compartilhar, a respeitar as diferenças e necessidades, onde se aprende, enfim, a conviver.

Com as mudanças da sociedade, desde os homens primitivos até os dias atuais, o brincar também se transformou ou se adaptou aos novos contextos. Nos últimos anos, a industrialização e a urbanização modificaram os costumes, a maneira de viver, e até mesmo a estrutura familiar, contribuindo para que muitas atividades lúdicas não só se modificassem, mas até desaparecessem.

A interação lúdica depende e sempre dependeu do convívio social. São atividades aprendidas, pois não são inatas. As crianças só são capazes de realizá-las porque aprendem no contexto em que vivem, daí a importância de voltarmos a ensiná-las, além de resgatarmos os tempos, os espaços e os companheiros de brincar se quisermos ter crianças mais felizes, mais criativas e humanizadas. A importância de compreender o brincar das crianças surge no momento em que a infância vem sofrendo grandes transformações, com a brevidade de sua duração. A adolescência tem sido antecipada e, com isso, o brincar passa a ter diferentes significados para a sociedade atual.

O brincar não é apenas necessidade, e sim direito das crianças. A escola, a rua, a praça e o parque precisam organizar seus ambientes de acordo com as próprias características, valorizando o brincar em seus espaços e tempos. As diferentes mediações educativas realizadas pelo educador/adulto, a organização dos espaços e tempos da escola e dos jogos, brincadeiras, brinquedos e materiais que se encontram ao alcance das crianças durante o ato lúdico são fatores que podem fazer a diferença no brincar em distintos ambientes e na ampliação do repertório lúdico das mesmas.

Dessa forma, é imprescindível que os governantes tenham uma visão ampla das diversas questões que permeiam uma Nação – como educação, cultura, saúde, economia, urbanização (o espaço público), meio ambiente, lazer, o direito de brincar – enfim, questões que possam promover o desenvolvimento de todos, em forma plena. De acordo com Almeida, M.T.P. (2016), a partir

dos resultados obtidos em diferentes estudos já realizados, poderíamos verificar, por meio de pesquisas, informações como:

Detectar as necessidades básicas de mobilidade e jogo espontâneo das crianças nas praças públicas; descrever a oferta de organização do espaço e a função em espaços comuns das praças; identificar o uso coletivo dos espaços da praça por parte das crianças nos momentos lúdicos através do jogo livre ou brincar espontâneo; explicitar as necessidades educativas de uso dos espaços públicos no que diz respeito à segurança de equipamentos em espaços públicos, democratização dos equipamentos lúdicos e de espaços, oferecendo alternativas para os usuários (crianças, jovens, adultos e idosos) de educação lúdica; sugerir melhoras e facilitar a inovação de ambientes da praça pública para contribuir no desenvolvimento da cidadania, da motricidade, do lazer, da saúde psicológica, biológica e ambiental, da integração coletiva e de inclusão; desenhar propostas e projetos que fomentem o uso e a participação coletiva em espaços públicos em cidades brasileiras; identificar modelos de organização de espaços públicos que fomentem a inclusão social através do brincar e do lazer.

O presente artigo, portanto, tem como intenção refletir sobre a questão do brincar e do espaço público. É importante colocar que a relação entre *brincar-criança-escola-família-espaço* é não apenas possível, mas também desejável. Além disso, servirá para dialogar, clarificar e justificar a importância do brincar em espaço público de forma planejada, segura, qualificada e integrada nos

serviços à comunidade, como uma ação de política pública de lazer democraticamente inclusiva, educadora e inteligente.

A importância do brincar

O brincar foi focalizado como aquilo que não tem hora para acontecer e nem regras pré-estabelecidas, algo que "(...) é inerente às crianças e que delas emana, seja o que for que elas estejam fazendo" (NUNES, 2002, p. 69). Precisamos refletir sobre o que é a brincadeira, caracterizada principalmente pela possibilidade da criança ser um sujeito ativo, numa situação sem consequências e resultados imediatos.

O brincar pode ou não produzir uma construção mais humana e completa. Isso dependerá da atitude do sujeito envolvido na interação lúdica. A não obrigatoriedade com produção (resultado) é o que difere do trabalho produtivo (que busca um resultado).

"Brincar por brincar, simplesmente isso! Viver o jogo, participar da brincadeira e experimentar os brinquedos já justificam sua importância na vida da criança". Todas as maneiras de brincar podem ser transformadas, na forma e conteúdo, no sentido de atender às necessidades dos sujeitos que brincam (VASCONCELLOS, 2005, p.107).

É no lúdico que a criança apreende e incorpora muitos aspectos do seu mundo. Assim, precisamos pensar na criança como criança, com seu modo de imaginar, agir, viver e brincar. A compreensão contemporânea de infância como pro-

duora de culturas instiga novos olhares para o campo da educação, no sentido de passarmos a entender o jogo, a brincadeira e o brinquedo não como atividade imposta ou interventiva, e sim como legítima linguagem infantil. Além disso, segundo Müller (2007), para brincar é necessário muito mais do que a natureza biológica: é preciso que os adultos permitam e ofereçam condições para que as crianças brinquem.

Na escola não brincam, e se brincam, é rapidamente no recreio. De alguma forma, a criança acaba brincando, mas o tempo e o espaço estão restritos, e a parte de transmissão de cultura lúdica que devia passar de adulto para criança está praticamente desaparecida pela falta de convivência dos pais e mães com os seus filhos e, por outro lado, porque os espaços institucionais de frequência das crianças não potencializam o mundo da brincadeira e dos brinquedos. (MÜLLER et al., 2007, p. 3)

As brincadeiras são um patrimônio cultural material e imaterial da humanidade, e nesse sentido devem ser preservadas, aprimoradas e vividas. A demanda lúdica gerada pelo próprio brincar possibilita o surgimento da cultura lúdica que tem sua existência em espaços e tempos muito remotos. Através dos jogos, das brincadeiras e dos brinquedos, deixamos para as gerações futuras nosso legado lúdico de um determinado período e de determinada sociedade. Estudos sobre o brincar representam grandes possibilidades investigativas, que podem trazer contribuições

surpreendentes ao entendimento do ser humano em diferentes contextos sociais.

Diferentes pesquisas apresentam novas discussões, rompendo com a ideia de que a pessoa não faz nada enquanto joga, como se o jogo não fosse uma ação importante, merecedora da atenção de estudiosos. Muito pelo contrário, estudos dessa natureza apresentam descobrimentos teóricos significativos sobre o brincar: duração do envolvimento da criança em uma determinada ação lúdica; competências dos usuários envolvidos na ação lúdica; trajetória lúdica em um espaço público; grau de iniciativa, criatividade, autonomia e criticidade que o jogo proporciona ao participante; verbalização e linguagem que acompanham o brincar; grau de interesse, motivação, satisfação, tensão, emoções, afetividade em situações lúdicas; construção do conhecimento; evidências de comportamento social; comportamento de preservação e respeito aos equipamentos e materiais lúdicos e da democratização do uso dos mesmos; fatores de apropriação do espaço lúdico nos ambientes.

Sendo assim, o brincar em espaço público pode ser um campo potencialmente rico para diferentes investigações, reflexões e possibilidades no âmbito da gestão e políticas públicas.

Espaço público e o brincar

O espaço não é neutro. Sempre educa.

(VIÑAO FRAGO, 2001, p. 75)

Os espaços públicos assumem ou deveriam assumir um significado de iniciação da criança na vida social. A praça, o parque ou a rua afirmam-se como espaços de transição e de conexão entre o espaço privado doméstico – representado pela casa – e a cidade, com características mais amplas de espaços e esfera pública por excelência.

As diferentes relações das crianças com os espaços da cidade e seus singulares relacionamentos sociais remetem àquilo que pode ser apontado como uma das características da cidade: a diversidade cultural. Percebemos a pluralidade e diversidade de ações lúdicas realizadas e vividas pelas crianças nos ambientes públicos durante seu tempo livre na vivência do lazer. Nesses espaços públicos, as crianças demonstram-se criativas e livres, experimentando diferentes formas de brincar. A manifestação lúdica acontece ainda que não haja um espaço específico para que ela ocorra, mostrando a capacidade que as crianças têm de inventar e criar seus conteúdos e situações lúdicas.

Os espaços são cenários geradores de numerosas manifestações e intercâmbios sociais. Nas grandes cidades, as crianças contam com poucos espaços para interagir e brincar com seus iguais. Quando observamos a realidade dos espaços públicos lúdicos infantis, em diversos contextos

culturais, vemos que a oferta de equipamentos se concretiza em estruturas lúdicas nas quais raras vezes se levam em conta as condições de acessibilidade dos pequenos. É certo que os equipamentos de lazer têm ainda muitas questões pendentes, entre elas a manutenção adequada, a segurança dos equipamentos e do espaço. Não obstante, a mais urgente é criar espaços que toda população infantil possa ter acesso e utilizar de forma plena.

Há uma antítese de pontos de vista entre adultos e crianças em relação à utilização dos espaços públicos. Adultos temem aspectos como violência urbana, possível ameaça de outras pessoas, tráfego intenso, entre outros fatores. Rasmussen (2004), citada por Almeida, M.T.P. (2016), com base na observação de atividades infantis em espaços públicos diversificados, chamou de *“places for children aqueles planejados e estruturados pelos adultos, e de espaços das crianças (children’s places) aqueles apropriados por elas”*.

O planejamento e gestão do espaço público precisam incluir a preocupação com toda classe de usuários que habitualmente nele transita, conhecendo as aspirações dos grupos sociais que requerem atenção especial. Os espaços atualmente habitados pelas crianças – e não nos referimos somente aos lugares especializados ou aos destinados a “guardar ou cuidar de crianças”, mas ao espaço público urbano transitado por este segmento – deveriam ser pensados em função da atividade perceptiva e cognitiva característica desses períodos de desenvolvimento.

A participação é importante para o desenvolvimento das próprias crianças. Como método de aprendizagem pessoal, a experiência, a vivência de situações é melhor que a simples observação e uma atitude passiva. Esse fato aplica-se não só às suas aptidões sociais como a todo seu desenvolvimento de identidade e enquanto cidadãos. Participando, desenvolvem capacidades de comunicação, argumentação, ganham confiança e conhecimentos. Tudo isso, por sua vez, as torna mais aptas a participar. A participação é uma “*educação informal em cidadania*”, pois trata-se da aplicação de princípios democráticos. Assim, estarão mais aptos a participar ativamente na sociedade.

Se a participação dos principais protagonistas não for efetiva (autêntica), poderão surgir efeitos perversos, contrários aos anteriormente descritos: ressentimentos, cinismo, desconfiança em relação a todos os processos participativos e, até mesmo, afastamento em relação à cidadania democrática.

Os “bons” espaços de aprendizagem são necessariamente “desordenados”, fornecem ampla categoria de situações para realizar eleições e opções, e dão oportunidades de criar sua própria ordem entre uma variedade de elementos. As crianças necessitam de espaços onde se sintam competentes, onde haja um mistério; espaços que convidem e que “reajam” ao que lhes propõem; para agrupar-se e para estarem sós, espaços para estarem soltas e contidas. Existem pessoas que colocam essas condições de *design* ao se referir ao *design* de exposições em museus de ciências, de escolas e jardins de infância, de espaços de jogo e

parques urbanos. Nós colocamos com referência ao espaço urbano em geral. É importante reiterar que se trata tanto do *design* de espaços verdes, de praças, de ruas onde se possa circular com segurança, de terrenos baldios para o jogo, de centros esportivos bem equipados, como de espaços sociais, espaços de relação.

É fundamental que as administrações públicas enfrentem esses desafios e criem espaços lúdicos que não discriminem nenhum setor da população infantil, que favoreçam as relações interpessoais e o respeito pelas diferenças individuais. Compreendemos também como fundamental que a missão de um espaço lúdico, público ou não, possa se apresentar em duas perspectivas.

Na primeira perspectiva: que além de ser um espaço estruturado para brincar seja um espaço pleno de momentos especiais, ricos e transformadores, solo fértil e apropriado para o nascimento de um novo indivíduo, capaz de construir um mundo onde a afetividade é acolhida, a sensibilidade é cultivada, a criatividade é estimulada, a solidariedade é praticada, onde a humildade é uma virtude e os direitos da crianças são respeitados. São estes elementos indispensáveis na formação humana.

A segunda perspectiva está relacionada ao resgate e exercício da cultura popular, assim como à participação da comunidade e lideranças nos processos que envolvem a *ludicidade* e a relação de trocas de vivências, partilhando as experiências de ontem com as atuais. Essa perspectiva valoriza a história do lúdico da família e de suas

criações de jogos, brinquedos e brincadeiras, que podem ter na universidade, na escola, na praça pública, nas ruas, um local adequado para realizar tais vivências entre as gerações.

Há hoje uma tendência no sentido de redução das dimensões dos espaços privados, como a casa. Em tal modelo, não tem sido contemplado um lugar para que a criança brinque, o que restringe as possibilidades do lúdico. As alternativas são o brincar autônomo ou solitário e, em geral, silencioso. A criança brinca com máquinas e não com seus pares. O brincar nos espaços públicos também perde gradativamente seu lugar para os jogos virtuais, eletrônicos, e para espaços considerados mais seguros (casa, *shopping*, parques privados). Com o avanço da indústria tecnológica dos jogos e brinquedos, e de um mercado cada vez mais competitivo, colocando materiais lúdicos cada vez mais coloridos, atraentes, sofisticados, esses objetos passam a ter um papel importante nas interações sociais atuais.

Em cidades educadoras e inteligentes, em tal situação de ausência de espaço nas casas/apartamentos, a criança é compensada com espaços públicos planejados e de qualidade, favorecendo e estimulando as famílias ao convívio e uso coletivo de áreas destinadas ao lazer, melhorando a qualidade de vida e saúde dos usuários. Os espaços públicos são ambientes cheios de possibilidades, onde o brincar se manifesta em sua forma mais natural e espontânea. É neles que acontece a apropriação individual e coletiva de cada cidadão e, nesse sentido, o espaço público pode ser um ambiente agradável, de pertencimento e qualificado.

O brincar na cidade

Brincar significa estar junto, aprender, vivenciar, ceder, descobrir, dividir, construir, atuar, recriar e humanizar dentro de uma relação dinâmica e transformadora.

(ALMEIDA, M.T.P., 2016)

As mudanças urbanísticas, sociais, educacionais, econômicas, tecnológicas e políticas ocorridas no passado alteraram significativamente a estrutura de vida familiar. Conforme relatam as autoras Gomes & Gouvea (2008, p. 49), “o século XIX se destaca como um período histórico de afirmação da vida social, da demarcação das fronteiras entre os espaços públicos e privados e dos sujeitos que os habitam”. Brincar nos espaços públicos é, em muitas cidades do mundo, uma atividade em vias de extinção.

O tempo espontâneo, do imprevisível, da aventura, do risco, do confronto com o espaço físico natural, deu lugar ao tempo organizado, planejado, uniformizado e sincronizado. Do estímulo ocasional se passou à hegemonia do estímulo sistematizado, tendo como consequência a diminuição do nível de autonomia das crianças, trazendo implicações graves na esfera do desenvolvimento motor, emocional e social. Sem a imunidade que lhe é conferida pelo brincar espontâneo, pelo encontro com outras crianças em um espaço livre, onde se inventam jogos e brincadeiras, se vivem aventuras emocionantes, a criança desenvolve menos capacidade de defesa e adaptabilidade às novas circunstâncias do mundo cotidiano.

RESULTADOS NEGATIVOS

Indiferença da sociedade para com o direito de brincar; grande valorização dos estudos teóricos e acadêmicos nas escolas em detrimento de outras atividades também importantes como o brincar; aumento do número de crianças vivendo sem as condições mínimas para que se desenvolvam; planejamento ambiental inadequado, patente na proporção desumanizada das construções, formas de moradias impróprias e má gestão do tráfego; crescente exploração comercial das crianças por meio dos meios de comunicação social e de produção em série, conduzindo a uma deterioração dos valores morais e das tradições culturais; falta de acesso das mulheres em países do “Terceiro Mundo” a uma formação básica sobre cuidados com crianças e seu desenvolvimento; preparação inadequada das crianças para enfrentar com sucesso uma sociedade em constante mudança; crescente segregação das crianças pela comunidade; número crescente de crianças que trabalham em inaceitáveis condições; exposição constante das crianças à guerra, à violência, à exploração e à destruição; valorização da competição e do ganhar a todo custo no esporte infantil.

RESULTADOS POSITIVOS

Surgimento de jornais e revistas especializados sobre o jogo, livros temáticos, divulgação e informação sobre experiências realizadas em locais e regiões espalhadas pelo mundo; realização periódica de seminários, congressos e conferências relacionados ao brincar no desenvolvimento infantil; integração crescente do conhecimento disponível sobre o jogo no comportamento evolutivo dos homens, como área fundamental de formação de professores e outros técnicos ligados à criança, em cursos de graduação e pós-graduação; criação de centros de pesquisa e estudo da atividade lúdica relacionada a projetos sobre concepção de equipamentos e materiais, lista de comportamentos em contextos diversificados e o impacto do jogo e do brinquedo na educação e terapia em populações especiais; criação de museus dedicados ao brinquedo, jogos tradicionais e outras iniciativas ligadas ao patrimônio lúdico-cultural na sua dimensão histórica e antropológica; desenvolvimento de serviços e estruturas comunitárias, escolares e de assistência social dedicadas a equipamentos lúdicos, criação de espaços verdes, espaços de lazer e espaços lúdicos; aparição do fenômeno da indústria ligada à fabricação de brinquedos e equipamentos para brincar (criança consumidora), considerando concepção, produção, comercialização, consumo e segurança; mudanças progressivas dos estilos de vida familiar e alteração das rotinas de vida cotidiana dos filhos na gestão do espaço e tempo livre, aliadas a constrangimentos associados a uma diminuição de autonomia e independência de mobilidade no contexto de insegurança, crescimento das cidades, intensidade de tráfego e ausência de espaços de jogo.

Fonte: Adaptado por Almeida (2018).

Estudos realizados sobre a criança apresentaram alguns resultados negativos, provocados por fatores econômicos, educacionais, sociais e políticos, entre outros, e que afetam diretamente a vida dela como um todo. Para o UNICEF, esses impactos negativos na vida da criança podem ser minimizados com a vivência de manifestações lúdicas em espaços estruturados para brincar, onde elas possam expressar sua criatividade, sua autonomia, sua alegria, com segurança e prazer.

Almeida, M.T.P (2015, p.42-43), considerando outro ponto de vista, numa perspectiva mais positiva, mostra que estudos e pesquisas sobre o brincar apontam, nas últimas décadas, um interesse crescente na comunidade científica e uma mobilização internacional sobre a defesa do direito da criança ao brincar, materializado em múltiplos projetos de intervenção. Apresentamos, no quadro ao lado, razões negativas e positivas dos referidos impactos.

Nesse sentido, as interações lúdicas precisam ser ampliadas nos espaços públicos, promovendo uma relação entre pares e a apropriação de espaços possíveis para brincar. O lúdico não pode se restringir somente a espaços já institucionalizados, como o espaço de casa, da escola ou outros ambientes.

O brincar assume papel importante para as crianças“(...) por ser um espaço privilegiado de observação de uma variedade de fatores, contextualizados, das culturas infantis e de interação com as crianças” (TOMÁS, 2006, p. 55). Para Nascimento (2008), o brincar não pode ser um simples jogo de imi-

tação das crianças, uma vez que elas apreendem de forma criativa informações do universo adulto para produzir suas culturas. Durante o brincar, a criança constrói, destrói e reconstrói o mundo à sua volta, de forma ressignificada. Pensando da mesma forma, Coelho (2007) investigou os espaços para brincar das crianças que moram em favelas. O estudo apontou que a criança, como habitante de um determinado lugar, se identifica ou não com o mesmo, podendo construir sua identidade nele. Ainda segundo Coelho (2007), um dos elementos encontrados pelas crianças para se identificar com o espaço foi o brincar.

O espaço, como um dos agentes construtores, contribui nesse processo com as diversas possibilidades de apropriação vividas em brincadeiras, e que são despertadas no imaginário infantil. Criança e espaço unem-se no brincar para a construção de suas identidades. (COELHO, 2007, p. 178)

Em um espaço estruturado para brincar, as coisas materiais e imateriais são transformadas em representações de sentimentos genuínos e profundos, onde desejos e emoções escondidos ou guardados se desvelam, personalidades e atitudes se manifestam em diferentes possibilidades humanas. Percebemos a relevância e importância dos espaços construídos e legitimados por seus interlocutores lúdicos.

“O espaço do jogo é antes de tudo um espaço de criação simbólica. Um espaço de significado. A representação do lugar onde determinados sentimentos estão autorizados a vigorar sem cau-

sar qualquer constrangimento para os sujeitos envolvidos.” (RETONDAR, 2007, p.30)

Nicholson e Schreiner (1973) comentam que a criança deve ou deveria sugerir, participar, organizar e estruturar seus próprios espaços e ambientes para brincar. Para os autores, a manifestação lúdica está mais relacionada com o processo do que com o produto. O brincar é uma das interações habituais da infância, que transforma, por meio da imaginação, o espaço vivido como espaço afetivo. Vigotsky (2002, p.122-123) afirma que no brincar a criança cria uma situação imaginária “*presente no consciente e, como todas as funções da consciência, surge originalmente da ação com o outro*”. Imaginar o espaço ideal para brincar no lugar onde vivemos, seja ele na cidade, na escola ou em nossa própria casa, o lugar perfeito para viver momentos únicos de alegria, emoção, euforia e prazer é uma ideia que sempre dominou o simbolismo de cada criança.

Conclusão

As crianças percebem o brincar de uma forma diferente dos adultos. Quando partimos somente do olhar do adulto, afirmamos uma representação que associa a criança aos domínios do privado, representação que traduz num conjunto práticas sociais de retirada da criança dos domínios da vida pública (em especial dos espaços públicos), enquanto, para a criança, os espaços públicos constituem um poderoso atrativo. Nesses espaços, se exerce, com a maior força, a sociabilidade infantil que tem na atividade do brincar sua expressão máxima, no interior do grupo de pares.

É necessário rever o papel social, cultural e político dos espaços públicos na nossa sociedade e reconstruí-los como um espaço privilegiado da infância, da interação intergeracional e da cultura lúdica. É importante estimular estudos sobre o brincar na escola, na família, na cidade ou em qualquer outro espaço que permita observar o jogo espontâneo.

Quanto mais rica for a experiência ou interação lúdica, mais amplos serão os caminhos, possibilidades e alternativas que a criança terá para estruturar seu pensamento, criar estratégias de ação, potencializar seus recursos motrizes, alcançar objetivos e fortalecer vínculos afetivos e sociais enriquecedores e saudáveis. Para Gutton (2013, p.274), *“o ato lúdico é a dominação do ambiente; é posse do objeto. O agir lúdico pode se definir como a dominação de um mundo anteriormente dominador”*.

É no brincar que a criança vivencia os conflitos, a afetividade, atos de solidariedade, constrói o conhecimento, atende o valor da inclusão, compreende o valor da amizade e do rompimento, da dominação, da autoridade, da transgressão nas relações com os seus pares lúdicos. As crianças buscam entender e significar a ordem social dos adultos, representando seu mundo por meio do brincar. Portanto, é no espaço escolar, familiar e público que se torna possível o convívio com o outro e com os demais, existindo o encontro e o confronto, valorizando as crianças e sua força política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.T.P.; Brincar e o Espaço Público de Lazer. In: X Seminário Ócio e Contemporaneidade, 2016, Fortaleza. Anais do Seminário Ócio e Contemporaneidade 2016. Fortaleza, CE: OTIUM, 2016. v. VII. p. 1-22.
- ALMEIDA, M.T.P. & LIMA, L.C.M. O brincar na educação física infantil. In: ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Educação física em diferentes contextos: teoria e prática. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.
- ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, L.M.G. (Orgs.). Espaço público: diferen-

tes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. O lazer infanto-juvenil nos espaços públicos de Barcelona. Pedagogia Social. Revista Interuniversitária, 2015, 25, pp. 91-117. 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. Os direitos das crianças, adolescentes e jovens a um ambiente saudável e seus deveres quanto ao futuro. In: CORDEIRO, Andréa C. F. et al. NUCEPEC - 30 anos, 30 ideias: reflexões e práticas sobre infâncias, adolescências e juventudes. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, pp. 118-125. 2014.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). O jogo, o brinquedo e a criança. 1ª ed. Fortaleza-CE: Prontograf Editora, 2013.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Brincar, amar e viver. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2014.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Org.). Infância (in) visível. Araraquara: Junquera & Marin, 2007.

GOMES, Ana M. R. & GOUVEA, Maria C. S. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: José A. Oliveira. Martins, Maria de F. Almeida & Martins, Sérgio. (Org.). Infâncias na Metrópole. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 47-69. 2008.

GUTTON, Philippe. O brincar da criança: estudo sobre o desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

NASCIMENTO, A. M. Infância e cidade: crianças e adultos em um espaço urbano público. In: Reunião anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Recife, 2008.

NICHOLSON, S. and SCHREINER, B. K. Community participation in decision making. Social Sciences: a second level course. Urban development unit 22. Milton Keynes: Open University Press, 1973.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwê - Xavante. In: Silva, A. L. da. et al (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

RETONDAR, Jeferson José Moebus. Teoria do jogo: a dimensão lúdica da existência humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTINI, Rita C. Giralardi. Os espaços de lazer nas cidades inteligentes: uma discussão teórica. In: ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, Lúcia M. G. (Orgs.). Espaço público: diferentes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015, pp. 17-33.

SOARES, Cristina Façanha; SIEBRA, Lúcia Maria Gonçalves; ALMEIDA, M.T.P. & BATISTA, Vanessa Louise (Orgs.). Escola: lugar de brincadeira, cultura e diversidade. 1ª ed. Fortaleza – CE: Editora IMPRECE, 2018.

TOMÁS, C. A. Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. (Tese de Doutorado em educação e infância, Universidade do Minho, 2006). 380f. 2006.

VASCONCELLOS, T. de. Criança do lugar e lugar de criança: territorialidades infantis no noroeste fluminense. (Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói). 251f. 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

TEMPO DE APRENDER: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SELENE MARIA PENAFORTE SILVEIRA

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Educação Brasileira - UFC; Especialista em Psicomotricidade - Unifor; graduada em Pedagogia - UFC. Conselheira de Educação da Câmara de Educação Básica do Conselho de Educação do Ceará. Coordenou e lecionou no curso de Pedagogia da UNIF7 e foi professora do curso de pós-graduação em Gestão e Coordenação Pedagógica. Tem atuação na área de formação de professores com ênfase em Educação Inclusiva, Psicologia do Desenvolvimento, Psicomotricidade e Gestão Escolar. Assessorou o Programa Mais Infância Ceará e atualmente é Superintendente da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco.

Este artigo tem por objetivo tecer reflexões sobre os principais conceitos da teoria de Jean Piaget com a intenção de contribuir para o debate sobre a dinâmica do desenvolvimento infantil, acreditando na modernidade e na potência do pensamento desse autor. Queremos, neste ensaio, destacar alguns pontos presentes no quadro teórico da psicogenética para melhor entender como eles podem contribuir para o avanço de políticas favorecedoras do processo de ensino e de aprendizagem das crianças. Importante salientar que o trabalho de Piaget representa, ainda hoje, o que de mais importante se produziu na contemporaneidade no campo da psicologia do desenvolvimento infantil.

Daremos especial ênfase à abordagem dos principais conceitos por ele desenvolvidos, focando na descrição e caracterização dos estágios no desenvolvimento intelectual, para, em seguida, discorrer sobre a relevância da teoria no planejamento e organização da escola, nas possibilidades de intervenções dos educadores no ambiente de sala

de aula e na definição dos estímulos favoráveis ao desenvolvimento infantil. Esses estudos podem servir de balizadores da prática pedagógica, orientando o educador no planejamento e na oferta de estímulos ambientais para o desenvolvimento.

Durante toda sua obra, Piaget lançou mão de diversos conceitos extraídos da Biologia, da Matemática, da Física e da Filosofia, mas é na Psicologia que ele busca desvendar seu principal objetivo que era, essencialmente, compreender como o sujeito constrói o conhecimento. Assim, seus estudos e pesquisas nessa área permitiram que ele encontrasse a compreensão necessária para a formulação da sua teoria: a Epistemologia Genética, considerada como o estudo dos processos de transição das estruturas cognitivas menos acabadas para estruturas sempre mais acabadas, e das próprias leis que governam a organização das estruturas que se sucedem no conjunto dessa relação (Piaget, 1978).

Em síntese, podemos dizer que Epistemologia Genética é a ciência que explica como o conhecimento é adquirido, o que é, como se inicia e como se desenvolve, é o estudo da gênese e das estruturas cognitivas, da relação sujeito e objeto na aquisição do conhecimento. Como o próprio Piaget (1978:3) destaca em sua obra, o objetivo da Epistemologia Genética é:

(...) pôr a descoberto as raízes das diversas variedades do conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua

evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico.

O cientista explica o conhecimento a partir do conceito de estruturas que são construídas na interação entre o ser humano e o ambiente, ou, como ele mesmo destaca, entre sujeito e objeto. Seu maior desafio era entender como o ser humano passa de um estágio de menor conhecimento para um estágio mais avançado, de maior conhecimento. Concluiu que não existe maior ou menor grau de inteligência, mas sim estágios diferentes de desenvolvimento das estruturas cognitivas dos sujeitos.

Na teoria piagetiana, os sujeitos só são capazes de conhecer a realidade atuando sobre ela. Para tanto, ele desenvolve intercâmbio com o meio numa mediação proporcionada pelos esquemas de ação. Os esquemas são modelos de comportamentos repetíveis, generalizáveis e aperfeiçoáveis e estão em transformação constante ao longo dos estágios de desenvolvimento do sujeito.

Os processos responsáveis pelas mudanças dos esquemas são assimilação e acomodação. A assimilação resulta da integração de novos estímulos a esquemas já existentes, ou seja, da incorporação de experiências novas às estruturas anteriores. É o processo de entrada do conhecimento e não altera as estruturas, porém proporciona um desenvolvimento quantitativo.

Já na acomodação existe uma modificação de uma ação para receber novas situações ou ex-

periências. Quando as estruturas cognitivas não são suficientes para a compreensão de uma determinada situação é preciso construir novas estruturas para se ajustar às características do novo objeto. A acomodação refere-se à ação dos objetos do conhecimento sobre o sujeito. O indivíduo é impelido a se ajustar às demandas impostas pelo ambiente para alcançar o equilíbrio.

A equilibração constitui um mecanismo interno que regula os processos de assimilação e acomodação. Expressa a passagem de formas imperfeitas de equilíbrio para formas melhores, construções novas que levam a um equilíbrio superior.

Outro conceito fundamental na obra piagetiana diz respeito à adaptação, que é a passagem de um equilíbrio menos estável a um equilíbrio mais estável entre organismo e meio. A adaptação é o resultado do equilíbrio entre assimilação e acomodação decorrendo em ajustamento ao ambiente.

Ainda como forma de explicar e compreender o desenvolvimento cognitivo, Piaget propôs quatro fatores gerais que ele destaca como determinantes para a constituição do conhecimento. São eles: maturação biológica, experiências físicas e lógico-matemáticas, transmissões educativas e sociais, e equilibração.

A maturação orgânica ou biológica é o fator desencadeador do desenvolvimento, e desempenha importante papel na constituição das estruturas cognitivas, especialmente nos dois primeiros anos de vida do sujeito. A maturação abre possi-

bilidades e emerge, portanto, como uma condição necessária para a aparição de determinadas condutas, embora não seja, por si só, suficiente para determinar o grau de desenvolvimento dos sujeitos. A esse fator se somam as influências crescentes do meio físico e social (DOLLE, 1987).

O segundo fator tem uma relação direta com as ações do sujeito sobre o meio. São as experiências físicas e lógico-matemáticas que requerem uma ação mais direta com as pessoas e com os objetos para abstrair deles suas propriedades. Essa interação também proporciona a construção de relações lógicas entre ou dentre os objetos e permite ao sujeito desenvolver capacidades intelectuais que o levam a comparar, seriar, classificar, dentre outras, daí a importância de proporcionar às crianças o maior número de experiências com o meio físico e social (Pulaski, 1980). Esse fator é essencial e necessário, mas ainda não explica tudo.

O terceiro fator é o que Piaget chama de transmissões educativas e sociais, consideradas também como um fator exógeno. Em outras palavras, seriam as interações ou o intercâmbio de ideias entre as pessoas (Wadsworth, 1993). Essas interações podem ter um caráter mais sistematizado e formal, como as relações desenvolvidas na escola, ou ainda serem de caráter mais informal e assistemático, como as relações desenvolvidas com a família, os vizinhos, colegas etc. Ambas são condições necessárias para o desenvolvimento cognitivo, especialmente se o sujeito tem um papel atuante e não passivo no processo

de aprendizagem e nas relações desenvolvidas. Podemos dizer também que essas interações são causadoras de desequilíbrio e possibilitam à criança ou ao sujeito ir em busca de uma resposta que os leve a atingir um equilíbrio. Esse processo é o que Piaget denomina de conflito cognitivo.

Por fim, temos o último e mais importante fator de desenvolvimento, a equilibrção. Para Piaget, os três fatores anteriores destacados não bastam para determinar o desenvolvimento humano. Esse último fator atua como coordenador e autorregulador dos demais, levando o sujeito a um processo de estados progressivos de equilíbrio que, no entanto, não são permanentes e sim um sistema aberto onde sempre emergirão novos conflitos ou desequilíbrios (PULASKI, 1980). Para Piaget, embora todos os fatores sejam importantes e fundamentais para o desenvolvimento, é a equilibrção que leva à reflexão e à construção e reconstrução das estruturas superiores, ou seja, é ela que, em última instância, atua como fator determinante e expressa a passagem de estados inacabados ou imperfeitos de equilíbrio para estados melhores a partir da intervenção de novas construções. Age como uma coordenação necessária entre os outros fatores, que não são isolados, e é mais geral do que os outros três porque pode ser analisada de maneira relativamente autônoma (Piaget, 1997).

Os estágios de desenvolvimento

De acordo com Piaget, o desenvolvimento cognitivo se dá por meio de períodos dependentes e relacionados entre si, num processo contínuo, qualitativo e quantitativo, que se desenrola ao longo de quatro estágios:

Sensório-motor – Zero a 2 anos

Pré-operatório – 2 a 6 anos

Operatório concreto – 6 a 11 anos

Operações formais – 11 a 16 anos

Tendo o estágio sensório-motor como ponto de partida do desenvolvimento, cada estágio emerge do anterior a partir de uma reorganização das características consolidadas em cada uma das etapas. As idades indicadas servem de referência, porém, o mais importante e imutável é a ordem dos estágios. No estágio sensório-motor, localiza-se a raiz do desenvolvimento intelectual, seguindo-se uma sucessão de estágios constantes nos quais as idades cronológicas servem de referência e podem diferir de uma criança para outra, motivadas por um contexto social ou cultural diferenciado.

O período sensório-motor (0 a 2 anos) corresponde ao período mais primitivo do desenvolvimento. As primeiras manifestações do comportamento inteligente são percebidas nas percepções sensoriais e nas atividades motoras. A criança, através da interação física com seu

meio, constrói um conjunto de esquemas de ações que lhe permitem conhecer a realidade e a forma como esta funciona. Nessa fase, o comportamento é basicamente motor e as ações da criança sobre o meio são espontâneas, advindas de motivações internas.

A criança ainda não é capaz de pensar conceitualmente. Piaget denomina as conquistas intelectuais dessa fase de inteligência prática, que possibilitam à criança a capacidade de coordenar no plano da ação os esquemas sensório-motores que utiliza. Ao final desse período, a criança terá construído as primeiras representações mentais resultantes de suas experiências externas. Ela já poderá realizar e elaborar conhecimentos por critérios advindos de sua prática, dos seus esquemas de ação, ou seja, o estágio termina com as primeiras demonstrações de lógica nas ações.

A quantidade e a qualidade de estímulos experimentados, por meio de diferentes modalidades sensoriais, serão imprescindíveis para a evolução dos pequenos. Eles alimentarão seu repertório para a sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Em relação aos procedimentos da escola para com as crianças, Piaget assevera que:

Os professores podem guiá-las proporcionando-lhes os materiais apropriados, mas o essencial é que, para que uma criança entenda, deve construir ela mesma, deve reinventar. Cada vez que ensinamos algo a uma criança estamos impedindo que ela descubra por si mesma. Por outro lado, aquilo

que permitimos que descubra por si mesma permanecerá com ela. (PIAGET, 1997, p. 53)

No período pré-operatório (2 a 6 anos), a criança já é competente ao nível do pensamento representativo (aparecem a linguagem e outras formas de representações como a imitação, o jogo simbólico e o desenho), mas carece de operações mentais que ordenem e organizem esse pensamento. Assim, o desenvolvimento intelectual nessa fase é parcialmente lógico. Para Piaget, o pensamento pré-lógico significa que a criança ainda não desenvolveu a capacidade de pensar de forma reversível, ou seja, de compreender que uma ação pode ocorrer em uma direção inversa. Embora a criança já seja capaz de evocar e representar mentalmente os objetos do meio externo, o pensamento ainda é dominado pelas percepções aparentes.

Tem-se, como uma das principais características dessa fase, o egocentrismo, que é a ausência de recursos e estruturas cognitivas que lhe permitam sair do seu ponto de vista e se colocar sob o ponto de vista do outro, considerando e integrando os estados e as transformações das coisas (Macedo, 1994). Para avançar nessa fase, é imprescindível o desenvolvimento de ações e intervenções pedagógicas que proporcionem à criança em formação os conflitos e as descobertas necessárias para a sua reorganização cognitiva.

No estágio operatório concreto (6 a 11 anos), o desenvolvimento intelectual vai se consolidando conforme as experiências físicas e concretas so-

bre o meio vão se acumulando. A criança começa a conceituar criando estruturas lógicas para a explicação das suas experiências, mas ainda sem capacidade de abstração, ou seja, ela precisa do objeto para maior compreensão dos fenômenos físicos, sociais e lógico-matemáticos.

Nesse período, ela desenvolve a capacidade de aplicar pensamentos lógicos a problemas concretos. Desenvolveu o pensamento reversível e é capaz de prestar atenção a vários aspectos da realidade ao mesmo tempo. Ela já domina a maior parte dos problemas de conservação, classificação e seriação, entendendo os mecanismos de transformações e usando a lógica para chegar a conclusões e soluções da maioria dos problemas concretos.

Como resultado da estruturação progressiva do estágio anterior, o sujeito atinge o raciocínio abstrato e conceitual, conseguindo ter em conta as hipóteses possíveis, ou seja, já é competente para pensar científica e abstratamente. Assim, ele transforma esquemas concretos em esquemas que operam com base na realidade apenas imaginada como possíveis. Os conteúdos escolares já podem ser tratados livremente, sem artifícios concretos, através de símbolos. No final desse período, o sujeito está apto a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas.

Vale salientar que a trajetória de todas as fases é acompanhada pelo desenvolvimento da sociabilidade e afetividade do sujeito.

Implicações do pensamento piagetiano para a aprendizagem

São inegáveis as contribuições dos estudos de Piaget para a organização de projetos pedagógicos das escolas e das estratégias utilizadas em sala de aula. Elas podem ser de grande valia para o professor e servir como instrumento de melhorias da sua prática.

Destacaremos abaixo alguns elementos norteadores do construtivismo piagetiano.

- Na sala de aula, o professor deve viabilizar o progresso intelectual de seus alunos nas diferentes etapas de escolarização possibilitando o percurso de um estágio ao outro.
- Os conteúdos não devem ser concebidos como fins em si mesmos, mas como instrumentos que servem ao desenvolvimento evolutivo natural.
- Priorização de uma metodologia que leve ao descobrimento por parte do aluno em vez de receber passivamente através do professor.
- O professor deve entender que a aprendizagem é um processo construído internamente e depende do nível de desenvolvimento do sujeito.
- É importante conhecer os esquemas prévios dos alunos de modo que o planejamento das atividades esteja de acordo com esses esquemas.
- Os conflitos cognitivos são relevantes para o desenvolvimento da aprendizagem, assim o

professor deve proporcionar situações variadas de desequilíbrio objetivando favorecer esse desenvolvimento.

- Os trabalhos de grupos são fundamentais, pois a interação social favorece a aprendizagem e o desenvolvimento das estruturas mentais e da inteligência.
- A sala de aula deve ser um espaço dinâmico, diferenciado e de experimentação.
- O professor deve atentar para o processo que o aluno percorreu para alcançar as respostas e não só para as respostas em si.
- As experiências de aprendizagem necessitam estruturar-se de modo a privilegiar a colaboração, a cooperação e o intercâmbio de pontos de vista.
- A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

Concluímos destacando que as experiências escolares podem desempenhar um papel qualitativo fundamental no desenvolvimento das crianças, pelas funções sociais que cumprem e pela diversidade de aspectos envolvidos para a sua realização. As práticas de ensino devem ser coerentes com o modo de aprendizagem dos alunos e, nesse sentido, é grande a responsabilidade da escola como espaço estratégico de formação humana, e do professor, a partir da adoção de uma pedagogia que, de fato, permita às crianças serem sujeitos ativos nas suas ações.

Essas ideias contribuem sobremaneira para a construção de um novo conceito de infância e de escola, influenciando diretamente na organização dos sistemas de ensino e na definição das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- DOLLE, Jean Marie. Para compreender Jean Piaget: uma iniciação à psicologia genética piagetiana. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MACEDO, Lino. A perspectiva de Jean Piaget. Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 1994.
- PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- _____, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PULASKI, Mary Ann S. Compreendendo Piaget. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- WADSWORTH, Barry J. Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget. São Paulo: Pioneira, 1992.

Conheça como o Governo do Ceará editou e aprovou Leis, Decretos e Resoluções no decorrer do tempo, visando fornecer o embasamento jurídico necessário para a completa implementação do Programa Mais Infância Ceará como política pública estadual, o que se consolidou em março de 2019.

MARCOS LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

SÉRIE 3
Ano V - Nº143
Fortaleza,
02 de agosto de 2013.

DECRETO Nº 31.264
de 31 de julho de 2013.

Cria o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO V Nº143 FORTALEZA, 02 DE AGOSTO DE 2013 3

coordenadas N 9590320,91 e E 530878,24, segue com distância (m) 717,94 e azimute 173°33'41", e chega no vértice 6, de coordenadas N 9589607,50 e E 530958,75, segue com distância (m) 1276,26 e azimute 233°42'22", e chega no vértice 7, de coordenadas N 9588852,05 e E 529930,09, segue com distância (m) 732,39 e azimute 297°23'46", e chega no vértice 8, de coordenadas N 9589198,53 e E 529261,55, segue com distância (m) 319,61 e azimute 329°40'46", e chega no vértice 9, de coordenadas N 9589474,82 e E 529100,20, segue com distância (m) 1184,56 e azimute 290°28'01", e chega no vértice 10, de coordenadas N 9589888,62 e E 527990,42, segue com distância

ANEXO I
A QUE SE REFERE O DECRETO Nº31.264 DE 31.07.2013



DECRETO Nº31.264 de 31 de julho de 2013.

CRIA O COMITÊ CONSULTIVO INTERSECTORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art.88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 279 e 280 da Constituição Estadual, que dispõem sobre o dever prioritário do Estado de amparar e proteger as crianças e adolescentes em situação de risco, e sobre a prioridade das políticas governamentais para a redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde, respectivamente; CONSIDERANDO a Lei nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa, tendo como um dos eixos a educação infantil; CONSIDERANDO, ainda, a importância do fortalecimento de parcerias voltadas para a qualificação do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento infantil, DECRETA:

Art.1º Fica criado o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, com a coordenação executiva da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Art.2º O Comitê será formado pelos representantes dos seguintes Órgãos Estaduais:

- I – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- II – Secretaria da Educação – SEDUC;
- III – Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- IV – Secretaria da Saúde – SESA;
- V – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;
- VI – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Art.3º Fica facultado ao Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil, criado por este Decreto, convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

- I – Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;
- II – União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIMÉ;
- III – Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;
- III – Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.

§1º A convocação para as reuniões será feita pela Secretaria Executiva, por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data marcada, e encaminhada aos membros junto com a pauta da reunião.

§2º As reuniões do Comitê serão realizadas em primeira convocação com, no mínimo, a maioria simples de seus membros titulares ou suplentes, e em segunda convocação, quinze minutos mais tarde, com qualquer número de membros presentes.

§3º Das reuniões lavrar-se-ão atas que serão encaminhadas a todos os membros do Comitê, por meio eletrônico.

Art.8º O Comitê terá como Secretário Executivo o representante da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, que dará o suporte necessário ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Secretário, será indicado um substituto pelo Presidente do Comitê, cujo procedimento constará em ata.

Art.9º As reuniões do Comitê deverão obedecer a seguinte seqüência:

- I – Verificação do quorum;
- II – Aprovação da ata da sessão anterior;
- III – Ordem do dia;
- IV – Assuntos Gerais.

§1º Por requerimento de qualquer dos integrantes da reunião, desde que aprovado por maioria simples, a ordem do dia poderá ser invertida ou modificada.

Art.10. As matérias submetidas a discussão serão, quando for o caso, colocadas em votação pela Presidência.

§1º Terão direito a voto todos os titulares ou seus suplentes, quando estiverem representando os titulares, cabendo à Presidência, em caso de empate, além de seu respectivo voto, o voto de qualidade.

§2º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos.

§3º As principais decisões e encaminhamentos do Comitê serão adotados sob a forma de resolução.

§4º As atas das reuniões deverão ser publicadas em sítio eletrônico.

Art.11. Os casos omissos relacionados à periodicidade e sistemática de funcionamento das reuniões serão decididos pelo Presidente.

Seção II

Das Reuniões Virtuais

Art.12. Em caráter excepcional e havendo urgência, por determinação expressa do Presidente poderá ser convocada reunião extraordinária virtual para deliberação de assunto específico. As reuniões serão operacionalizadas por meio de envio de mensagens eletrônicas (e-mail) da Secretaria Executiva para os membros titulares e suplentes do Comitê.

I - A reunião extraordinária virtual terá o prazo de duração de 4 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de envio do e-mail de convocação. A manifestação dos membros será considerada válida dentro do período estabelecido e por meio de mensagem eletrônica (e-mail);

II - As reuniões serão utilizadas para aprovação de decisões e encaminhamentos no âmbito das atribuições deste Comitê.

§1º Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos dos membros do colegiado.

§2º Caso a maioria simples dos votos seja obtida antes do prazo final estabelecido, considerará-se encerrada a reunião.

Art.13. O resultado da deliberação será repassado na próxima reunião presencial dos Conselheiros para constar em ata.

Seção III

Da Presidência e sua Competência

Art.14. Compete ao Presidente do Comitê Consultivo das Políticas de Desenvolvimento Infantil:

- I – presidir as atividades do Comitê;
 - II – representar o Comitê em todos os seus atos ou delegar sua representação;
 - III – exercer o direito de voto e, no caso de empate, o de qualidade;
 - IV – resolver as questões de ordem suscitadas em reunião;
 - V – cumprir e fazer cumprir as normas legais, regulamentares e regimentais;
 - VI – convidar para as reuniões gestores, representantes de instituições governamentais e não governamentais e representantes da iniciativa privada com atribuições relacionadas ao tema do desenvolvimento infantil, com direito a voz e sem direito a voto, visando contribuir nas discussões com os membros do Comitê.
- Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do presidente, o Vice-Presidente assumirá as suas competências.

Seção IV

Dos Membros do Comitê e suas Competências

Art.15. São atribuições dos membros do Comitê:

I – participar das reuniões regular e ativamente, contribuindo de forma objetiva e concreta para o alcance dos objetivos do Comitê;

II – comunicar à Secretaria Executiva do Comitê em tempo hábil após convocação, casos de impedimentos de participação nas reuniões;

III – analisar, discutir e votar, quando for o caso, as matérias constantes na pauta das reuniões;

IV – apresentar subsídios sobre as matérias em discussão, visando facilitar as decisões do Comitê;

V – propor, quando julgar necessário, redimensionamento das ações do Comitê, observando a legislação pertinente.

Art.16. O membro, titular ou suplente, que não se fizer presente a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas no período de um ano, sem apresentar justificativa fundamentada por escrito, dará ensejo a pedido de substituição à instituição por ele representada.

Parágrafo único. Caso não haja manifestação da instituição respectiva, no prazo de trinta dias, o assunto será levado à discussão em reunião, que decidirá e proporá adequação dessa representação no Comitê.

Seção V

Da Secretaria Executiva do Comitê e suas Competências

Art.17. São atribuições do Secretário Executivo do Comitê:

- I- organizar a realização das reuniões do Comitê, expedindo convocações, pautas, atas, dentre outros documentos pertinentes;
- II- auxiliar, no que lhe competir, o Presidente e os membros nas atividades do Comitê;
- III- acompanhar as decisões do Comitê, subsidiando o Presidente com informações;
- IV- remeter ao Presidente, quando necessária a sua apreciação e decisão, informações sobre matéria da competência do Comitê;
- V- exercer outras atividades de sua competência ou que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art.18. Este regimento poderá ser alterado por deliberação de 2/3 dos membros do Comitê.

Art.19. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento serão solucionados por deliberação do Comitê, em qualquer de suas reuniões, por maioria simples dos presentes.

Art.20. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

PARECER SOBRE O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PADIN

O Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará - CPDI, em atendimento à sua regulamentação própria, notadamente o inciso I do Art.2º do Regimento Interno, que versa sobre a atribuição de “conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil”, opina pela aprovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN no modelo apresentado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015, registrando, entretanto, para fins de contribuição no alcance de seus resultados, as seguintes sugestões:

- I) Que o Programa revise as áreas de atuação na capital cearense, priorizando o bairro Vicente Pinzon, da Regional II, considerando os elevados índices de vulnerabilidade social existentes no referido bairro. Isso possibilitará, além dos benefícios diretos gerados pelo programa, a integração e consequente fortalecimento das diversas políticas sociais planejadas para aquele bairro no âmbito do Ceará Pacifico.
- II) Que na indicação do Supervisor do Programa, cuja função será exercida por um profissional de nível superior da Secretaria Municipal da Educação que atua no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), na área de Educação Infantil, sejam priorizados os que forem servidores públicos efetivos do município, a fim de que não haja prejuízo na continuidade das atividades e no desempenho do Programa.
- III) Que seja revista a metodologia de atuação junto às comunidades indígenas e quilombolas, considerando as demandas específicas manifestadas por cada um desses grupos. A adequação das ações do Programa às características culturais locais, sem alterar a essência de seu planejamento, são fundamentais para a garantia o alcance dos objetivos traçados.



- IV) Que o PADIN, cuja fase piloto prevê sua implantação nos 36 municípios cearenses com maior número de pessoas em situação de pobreza, seja expandido para os demais municípios do Estado, sem que para isso esteja concluída a avaliação que o Banco Mundial realizará sobre essa etapa, a fim ofertá-los, no menor tempo possível, a oportunidade de também serem contemplados com as ações do Programa.
- V) Que a coordenação do PADIN, cuja fase inicial prevê a sua implantação em 8 municípios, avale criteriosamente, ao término dessa primeira etapa, a formação e atuação dos JADI (Jovens Agentes do Desenvolvimento Infantil) e a aceitação das comunidades participantes a estes jovens, pois estes fatores podem constituir risco ao Programa, cabendo à coordenação reavaliar e ajustar, caso necessário, essa estratégia para a continuação nos demais municípios do Estado.

*** *** ***

SECRETARIADO TURISMO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº11/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, PIMENTA EVENTOS E SOCIEDADE ARTÍSTICA LTDA., doravante denominada simplesmente AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº11.994.252/0001-08 sediada na Av. Padre Antônio Tomás, nº850, Loja 01 e 02 B, Bairro: Aldeota, CEP: 60.140-160, Fortaleza/CE. Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento "FEIRA DE CIÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso segun-



do objeto segun-

do objeto segun-

do objeto segun-

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº11/2015

DAS PARTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada na Avenida Washington Soares, nº999, Edson Queiroz, CEP: 60.811-341, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; De outro lado, PIMENTA EVENTOS E SOCIEDADE ARTÍSTICA LTDA., doravante denominada simplesmente AUTORIZATÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº11.994.252/0001-08 sediada na Av. Padre Antônio Tomás, nº850, Loja 01 e 02 B, Bairro: Aldeota, CEP: 60.140-160, Fortaleza/CE. Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento "UNIVERSO CASUAL SHOW", conforme CLÁUSULA TERCEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará - CEC, instituído pelo Decreto nº31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº31.670, de 09 de fevereiro de 2015 e pelo Decreto nº31.674, de 12 de fevereiro de 2015. DO VALOR E DO PRAZO: O valor e o prazo da autorização de uso segun-

do objeto segun-

do objeto segun-

do objeto segun-

Como fazer? Como participar? Como replicar os modelos apresentados neste livro? A seguir, uma colaboração de ordem técnica direcionada aos gestores públicos interessados em contribuir a favor do desenvolvimento das crianças, implantando em seus municípios os equipamentos a seguir.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS



BRINQUEDOPRAÇA

As Brinquedopraças são espaços voltados para crianças de 2 a 12 anos e integram o pilar Tempo de Brincar. Cada Brinquedopraça possui um circuito de 8 brinquedos que estimulam o desenvolvimento da criança, oferecendo um estilo de vida mais ativo, através de atividades psicomotoras, treino de agilidade, força e coordenação.

1. PISO EMBORRACHADO ANTI-IMPACTO, ANTIDERRAPANTE E DRENANTE

Área de 230m², possibilitando livre circulação entre os brinquedos, com piso emborrachado nas cores azul, vermelho e verde, que proporciona a absorção de impactos e evita quedas mesmo quando a superfície está molhada.

2. DOIS BRINQUEDOS DE MOLA

3. DUAS GANGORRAS

4. DOIS ESCORREGADORES COM BALANÇO TRIPLO

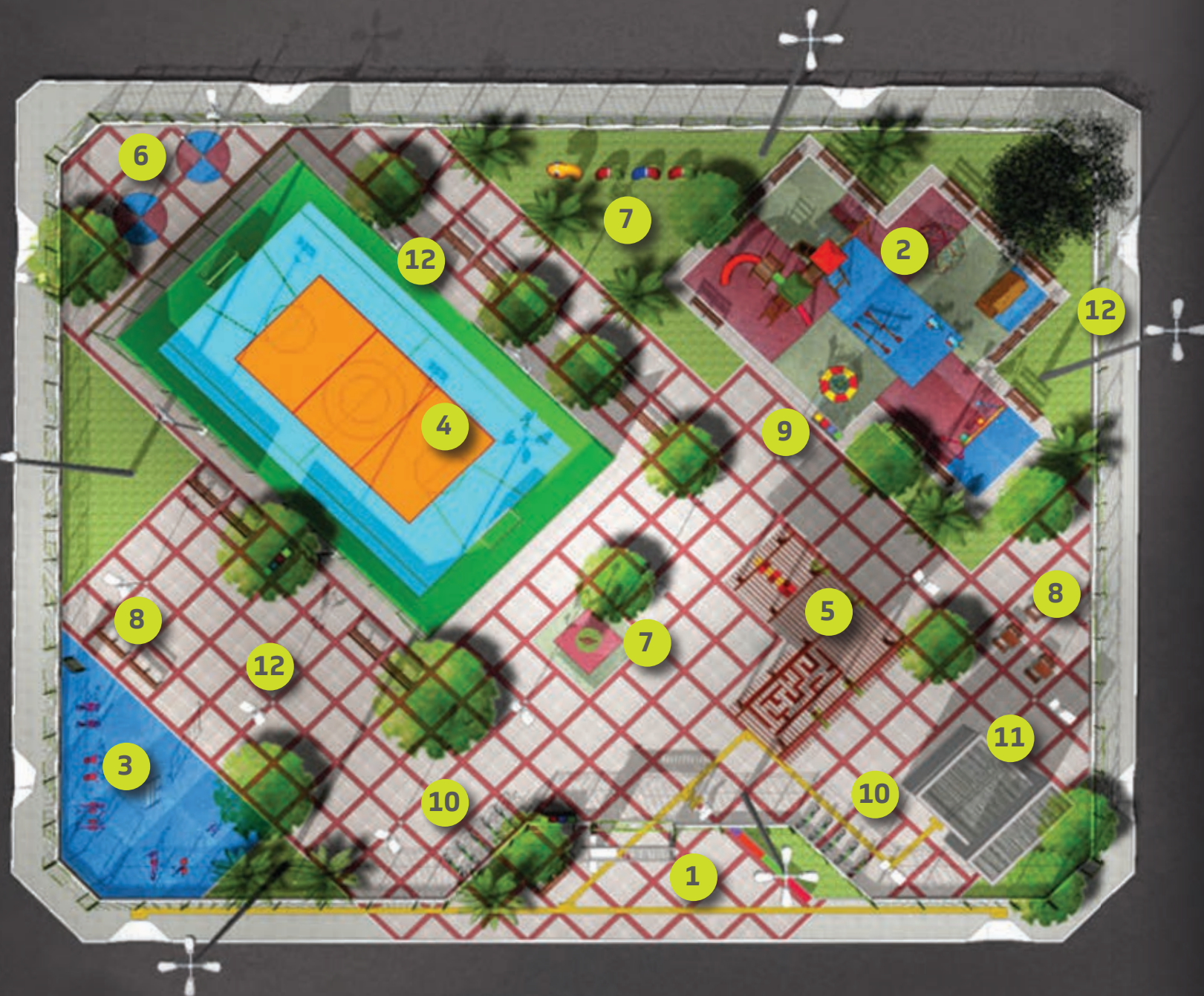
5. UMA CASINHA DUPLA COM PONTE DE PLAYGROUND

6. UMA CASINHA DUPLA COM PONTE DE EUCALIPTO

7. GRADIL METÁLICO

Cercado para garantir a segurança de todo o espaço, padrão nylofor cor verde bandeira ou equivalente, com montantes regulares de aço galvanizado com fechamento superior.

PRAÇA MAIS INFÂNCIA



1. PRAÇA DE ACOLHIDA

Área de chegada na praça antes do pórtico de entrada, espaço que funciona como um ponto de encontro, dispendo de bancos de alvenaria integrados ao jardim, com assentos pintados com tinta à base de resina acrílica para piso nas cores violeta, laranja, verde e vermelho.

2. PLAYGROUND

Área do *playground* é de cerca de 250m² e deve ser composta de 8 brinquedos que visam o desenvolvimento de crianças da faixa etária de 2 a 12 anos, sendo uma casinha dupla com ponte de *playground*, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, dois escorregadores com balanço triplo, duas gangorras e dois brinquedos em mola.

Esta área deve ter piso emborrachado anti-impacto, anti-derrapante e drenante nas cores azul, vermelho e verde, com espessura mínima de 3mm. Fixação através de pinos de travamento (sem cola), em contrapiso regularizado com inclinação de 1%.

3. ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE

A academia recebe 11 equipamentos, sendo: um surf lateral duplo, um alongador de 3 alturas, um aparelho de rotação diagonal dupla, dois simuladores de caminhada individual, um multiexercitador de 6 funções, dois esquis individuais, dois aparelhos de rotação vertical dupla e uma estação academia ao ar livre cadeirante, todos voltados para pessoas idosas, para fortalecer a musculatura e atuar na melhoria das perdas funcionais e favorecer a construção de círculos sociais.

Esta área deve ter piso emborrachado anti-impacto, anti-derrapante e drenante, que proporciona a absorção de impactos e evita quedas mesmo quando a superfície está molhada.

4. QUADRA POLIESPORTIVA

Área cercada com alambrado de estrutura em tubos de ferro galvanizado com tela de arame galvanizado e piso em granitina polida (piso industrial) cor cinza, em cimento comum com linhas de demarcação brancas e pintura à base de resina acrílica nas cores laranja para vôlei, azul para basquete, futsal e handebol, e verde para área de circulação.

5. PERGOLADO

Construído em madeira sintética, para maior durabilidade do equipamento, na cor cumaru, com paisagismo de trepadeiras floridas para minimizar a incidência solar.

Sob o pergolado, deverá ser construído um labirinto no piso de blocos de concreto, além de marcações de jogo de amarelinha, que estimula a concentração e interação social da criança.

6. ESPIROBOL

Área demarcada sobre o piso de bloco intertravado de concreto, com pintura circular em tinta acrílica nas cores vermelha e azul escuro, com mastro central de espirobol em aço galvanizado de Ø3" e pintura automotiva branca.

7. ESCULTURA INTERATIVA

Esculturas lúdicas para brincadeiras de estímulo cognitivo e social.

8. MESAS E BANCOS

Conjunto de mesa e bancos fixos em estrutura metálica, madeira sintética e bancos com encosto, confeccionados em concreto e madeira sintética para maior durabilidade.

9. LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA

Lixeiras de coleta seletiva – vidro, plástico, papel e orgânico – em estrutura de concreto.

10. BICICLETÁRIO FIXO

11. BLOCO DE APOIO

Área coberta composta de dois banheiros acessíveis – masculino e feminino, fraldário, sala de administração e almoxarifado.

12. ILUMINAÇÃO

A iluminação da praça é composta por três diferentes tipos: postes altos de 12m para iluminação geral, postes de 4m para iluminação pontual com efeito decorativo e postes de 12m para refletores da quadra poliesportiva.

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ

Débora Alencar Ribeiro
 Déborah Vanessa Ribeiro Barbosa Câmara
 Elane Mirela Tavares Macêdo
 Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
 Isabele Oliveira Cavalcante
 Maria Dagmar de Andrade Soares
 Maria Josete Andrade de Oliveira
 Rafaelle Oliveira Cavalcante Barbosa
 Rafaela Ibiapina Figueiredo
 Selene Maria Penaforte Silveira
 Silvana de Matos Brito Simões
 Silvana Leite Napoleão de Araújo
 Wiarlen Januário Maciel Ribeiro

**MEMBROS DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL
 DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
 DO ESTADO CEARÁ – CPDI**

Onélia Maria Moreira Leite Santana – Presidente
 Sebastião Lopes Araújo – Vice-presidente – STDS
 Lara Maria Silva Costa – Secretária Executiva - SEPLAG
 Carmem Sílvia de Castro Cavalcante – Membro Gabinete do Governador
 Maria Benildes Uchôa de Araújo - Membro SEDUC
 Maria Dagmar de Andrade Soares – Membro STDS
 Sandra Maria Bezerra Luna – Membro SESA
 Francisca Vilma de Oliveira – Membro SESA
 Gizeli Alves de Moraes – Membro SDA
 Mônica Maria Macêdo - Membro SDA
 Jimmy Lima de Oliveira – Membro IPECE
 Victor Hugo de Oliveira Silva – Membro IPECE
 Lúcia Maria Bertini – Membro SEJUS
 Andrea Autran do Nascimento - Membro SEJUS
 Rane Félix de Oliveira – Membro SECULT
 Antônia Norma Cássia Costa Santana- Membro SECULT
 Andreia Silvestre dos Santos – Membro SESPORTE
 Mayara Veras Gomes Lima - Membro SESPORTE
 Francisco Williams Cabral Filho – Membro SPD
 Lidiane Nogueira Rebouças - Membro SPD

ORGANIZAÇÃO

Onélia Leite de Santana
 Dagmar Soares
 Selene Penaforte

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Selene Penaforte

REDAÇÃO

Angela Barros Leal

ORGANIZAÇÃO DE IMAGENS E DADOS

Déborah Vanessa
 Wiarlen Ribeiro - Assistente

COORDENAÇÃO DE FOTOGRAFIA

José Wagner da Silva

FOTOGRAFIAS

Ariel Gomes
 Marcos Studart
 Nicolas Gondim
 Nivia Uchoa
 Thiara Montefusco
 Tiago Stille

IMPRESSÃO

Gráfica Santa Marta

Fortaleza, maio de 2019



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



PARCEIROS





A visão pragmática de um Estado eficiente é exemplificada pela maneira como o Estado do Ceará, nos últimos anos, tem encarado o desafio de inovar nas políticas públicas em primeira infância. [...] É uma política inovadora, não só no diagnóstico, mas também na sua abordagem, no seu escopo e no custo aos cofres públicos.

FLÁVIO CUNHA | Professor de Economia, Rice University, Houston, EUA

Definitivamente, precisamos de mais infância e cidadania, criando mais oportunidades de ser criança em todo tempo, em todo lugar, com todos, com tudo, criando novas formas de viver infâncias singulares e plurais.

RUI RODRIGUES AGUIAR | Chefe do Escritório do UNICEF em Fortaleza



HOME



GOVERNMENT OF THE
STATE OF CEARÁ

mais infância

CEARÁ PROGRAM



MAIS INFÂNCIA

RUI RODRIGUES AGUIAR
UNICEF (United Nations Children's Fund)
Head of Office in Fortaleza

Childhood is so short that to make it longer we count it in days at its beginning, valuing the first thousand days, when everything happens. Then, we count it in months, as children survive the challenges of life in increasingly complex societies. Then, we count it in years, when autonomy requires from them the learning of the first days and months to act independently, interacting with and integrating in the community of other adults and so many children.

Until they became a top priority in public policy, children had to overcome a series of errors and mistakes made by adults. This meant historical losses in social and economic development, only recently corrected after World War II, when human rights became more specific, generational, concerned with gender equality, and personal conditions.

For four decades, Ceará is a state concerned with childhood, and is implementing a series of social technologies that have induced the modern Brazilian public policy towards children.

Since the 1980s, when a generation of idealists became Community Health Agents – the key to overcoming child mortality and the door to family health –, the state has accumulated a number of significant victories around child development, learning, inclusion, reducing vulnerability and violence against children. These numbers indicate that school-age illiteracy is being overcome, the offer of integrated services for children with disability is growing, that the social protection network is in expansion, and that there is a significant drop in child labor.

These victories, however, do not mean that all children from Ceará were reached by the state. In rural and peripheral areas of 184 municipalities in Ceará, thanks to multidimensional poverty, human rights violations are recorded every day, many of which linked to chronic machismo and different forms of racism.

These violations suggest the urgency of new approaches to promoting family dynamics and protective communities, as well as access to goods and services in a society facing massive unemployment and reduced rights.

More to the point, we need to promote more rights and citizenship to the subjects, with fewer praise adjectives and more concrete action verbs for social protection. We need more childhood.

It is childhood that qualifies the child. The word childhood only makes sense in a human rights environment. Without childhood, children are only patients, students, clients, and beneficiaries of public policies designed without the care that the first and unforgettable phase of life demands.

We definitely need more childhood and citizenship, creating more opportunities for children to be children all the time, everywhere, with everyone, with everything, creating new ways of living singular and plural childhoods.



mais infância

PROGRAM **CEARÁ**



GOVERNMENT OF THE
STATE OF CEARÁ

GOVERNOR
Camilo Sobreira de Santana

VICE GOVERNOR
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

**FIRST LADY OF THE STATE AND CHAIRPERSON OF
THE INTER-SECTORIAL CONSULTATIVE COMMITTEE
ON CHILD DEVELOPMENT POLICIES**
Onélia Maria Moreira Leite de Santana

2015 - 2018

GOVERNOR'S OFFICE
José Elcio Batista

SECRETARIAT OF LABOR AND SOCIAL DEVELOPMENT
Josbertini Virgínio Clementino and Francisco José Ibiapina

SECRETARIAT OF EDUCATION
Antônio Idilvan de Lima Alencar

SECRETARIAT OF HEALTH
Henrique Jorge Javi de Sousa

SECRETARIAT OF CULTURE
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIAT OF AGRICULTURAL DEVELOPMENT
Francisco José Teixeira

SECRETARIAT OF PLANNING AND MANAGEMENT
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIAT OF JUSTICE AND CITIZENSHIP (SEJUS)
Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

SECRETARIAT OF SPORTS
José Euler de Oliveira Barbosa

SPECIAL SECRETARIAT OF POLICIES ON DRUGS
Francisco Williams Cabral Filho

INSTITUTE OF RESEARCH AND ECONOMIC STRATEGY OF CEARÁ
Flávio Atalíba Flexa Daltro Barreto

2019 - CURRENT DATE

CIVIL HOUSE SECRETARY
José Elcio Batista

**SECRETARIAT OF SOCIAL PROTECTION, JUSTICE,
WOMEN AND HUMAN RIGHTS**
Maria do Perpétuo Socorro França

SECRETARIAT OF EDUCATION
Eliana Nunes Estrela

SECRETARIAT OF HEALTH
Carlos Roberto Rodrigues Sobrinho

SECRETARIAT OF CULTURE
Fabiano dos Santos Piúba

SECRETARIAT OF LABOR AND DEVELOPMENT
Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETARIAT OF PLANNING AND MANAGEMENT
Carlos Mauro Benevides Filho

SECRETARIAT OF SPORTS AND YOUTH
Rogério Nogueira Pinheiro

ACKNOWLEDGMENT

Our thanks to all those who believe in the importance of investing in child-friendly public policies.

To those who know the potential that exists within each of our children and who contribute to broaden their development opportunities.

To the sensitivity of partners such as UNICEF, Maria Cecilia Vidigal Foundation, Children's Institute, Early Childhood Institute, SESC, Ceará Mayors Association, whose understanding regarding the protagonism of the child is unique.

To the professors, researchers and scholars who contributed with the scientific support for the structuring of the Program and the production of this book.

To the Legislative Assembly of the State of Ceará, for approving the necessary legislation that made the Mais Infância Ceará Program a state policy.

To the employees of the Departments of Education, Health, Culture, Labor and Social Development and other administrative bodies committed to the cause of child development.

And especially, to the women and mothers who make up the team of the Mais Infância Ceará Program, professionals dedicated to building the citizenship of so many inhabitants of Ceará, united in the struggles and achievements inherent to building a more dignified future for our people.



CAMILO SANTANA

GOVERNOR OF THE STATE OF CEARÁ

I often say that nothing makes me prouder than having received the trust and responsibility to lead the implementation of public policies that will decisively and definitively change the lives of millions of Ceará brothers and sisters. Responsibility goes through the delineation of flags that I consider immutable, a priority even in an environment marked by emergency demands, historical distortions to be remedied, and a national and international conjuncture that challenges management capacity at all times. Investing heavily in childhood is our choice regardless of any obstacles along the way.

Believing that no public policy in the state will be truly effective without the attentive and caring eye for children, in August 2015, our efforts triggered the launch of the Mais Infância Ceará Program, led by First Lady Onélia Santana. A series of debates, studies and field activities put the Program in motion. Since then, day after day, the Mais Infância proves to be a successful initiative, updating concepts, reinventing its "Timing" and aggregating partners of different shades in favor of a common goal: investing in children's protagonism.

This was how, amid cases of hitherto poorly understood microcephaly, the Program articulated, with the Federal University of Ceará, the training of professionals from the Secretariat of Health to work with newborns in Early Stimulation Nuclei, in polyclinics distributed all over Ceará. We were pioneers again, then. And what about the Mais Infância Card? Another life-changing innovation for 50 thousand Ceará families living in a situation of social vulnerability.

Coordinated with actions such as a literacy program at the right age, which is a national reference; the universalization of full-time education, in progress; investments in leisure areas that enable the playing and strengthening of family ties; dozens of small arenas, some already built and others under construction; and valuing the role of health agents, among dozens of other actions, the Mais Infância, recently transformed by us into a state policy, disseminates good practices not only in Ceará but throughout Brazil.

Today, I can undoubtedly state that Mais Infância Ceará is the most effective Brazilian government initiative, securing a path that aims at building a fair present and a more egalitarian future to our society.

Are we satisfied? Partially. We still have much to do. And we are in a hurry. The feeling is that the first steps have been taken firmly.

The Mais Infância Program is germinating a new time for Ceará.



RESEARCH AND DEVELOPMENT FOR PUBLIC POLICY INNOVATION: FIRST CHILDHOOD IN CEARÁ

FLÁVIO CUNHA

Professor of Economics, Rice University, Houston, USA

Founding Professor, Texas Policy Lab, Rice University, Houston, USA

Visiting Professor, briq, Bonn University, Bonn, Germany

Affiliate Researcher, National Bureau of Economic Research, Boston, USA

For people who study economics, the most important question is: what factors drive long-term growth? Why can some countries have their per capita income growing three percent per year, for many years, and other countries have growth rates close to (or even) zero, decade after decade? Romer (1990) argues that it is necessary to invest in research and development of new technologies for long-term economic growth. New technologies lead to economic growth because they make us more productive, that is, they allow us to produce more goods and services using less resources.

Sometimes it is hard to see how economic growth positively affects our lives. Let me illustrate the benefits with the following example: Imagine that we went back in time and it is 1969. More precisely, we arrive at a large hospital in Fortaleza and there we met Maria, a 65-year-old lady who is in the waiting room. In a few minutes, Maria will find out she has breast cancer. The hospitals of that time did not have the technology we have today. Doctors and nurses did not have the knowledge that health professionals currently have. For all these reasons, at that time, 63% of women diagnosed with breast cancer survived for at least five years. Today, the survival rate is over 99%.

Research and development of new technologies save lives. However, despite the technological advances in hospitals, inventions of new drugs, and the deepening of the understanding of diseases, there is one thing that is more or less the same as 50 years ago: the way we finance public health systems. In a way, it is surprising that public health policy is still the way it is despite the tremendous progress we have made in diagnosing and treating diseases.

Unfortunately, the lack of innovation in government programs does not only occur in healthcare. The lack of progress is also present in many other public policies that serve millions of Brazilians in our country every day and billions of citizens worldwide. The lack of progress is especially worrying in the current circumstances, where governments face increasingly tight budgets, and society expects quality education to our children, provision of a decent old age to our parents, and ensuring public safety for all.

There is only one way to balance both sides of this equation: it is essential to foster innovation in public policy so that we can better serve the Brazilian population and at the same time efficiently use the scarce public resources. This is not a defense of a minimal state or an interventionist state, but a view that the state must be efficient whatever its size.

This pragmatic view of an efficient state is exemplified by the way the state of Ceará has in recent years faced the challenge of innovating in early childhood public policies. The triple partnership between the State Government – represented by the First Lady's Office –, the State Department of Education, and the IPECE – with the World Bank and Rice University, has generated the Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), which is one of the initiatives of the Mais Infância Ceará Program. As described by Uchoa (2018), the PADIN promotes child development by working directly with the family and the community. It is an innovative policy, not only in diagnosis but also in its approach, scope and cost to public coffers.

In addition, PADIN is the first child development program in Brazil with a robust impact assessment protocol since its beginning. In each municipality in which PADIN was implemented, two regions were selected. One region of the municipality was chosen to receive the program in the first year of implementation. The second region, with characteristics similar to the first, was chosen to receive the program after the end of the first year. This implementation schedule for each region allows us to estimate the program impacts in an objective and unbiased manner. In addition to estimating Program impacts, the impact assessment team may report to the State of Ceará which family types benefit the most from the Program. This information is important for the state to efficiently allocate its scarce resources. The impact assessment will document to what dimensions of child development PADIN has the greatest or least impact. This type of information is important for PADIN to continue to improve, so that all children in the state of Ceará realize their full potential for human development.

Long term growth is a product of technological innovation. Technological innovation, in turn, requires a population that is educated and has a high level of human capital. And, as explained by Cunha and Heckman (2007), the process of human capital formation begins in early childhood and continues throughout life. In this regard, it will be important to objectively document not only the short-term impacts of the program, but also how it may affect the entire life trajectory of directly benefited children and the development trajectory of their communities.

BIBLIOGRAPHY

Cunha, Flavio e Heckman, James J. (2007). "The Technology of Skill Formation," *American Economic Review*, vol. 97(2), 37-41.
Romer, Paul M. (1990). "Endogenous Technological Change," *Journal of Political Economy*, 1990, vol. 98(5 pt. 2), 571-5102.
Uchoa, Benildes (2018). "Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Infantil – PADIN".

“If we change the beginning of
the story, we change the whole story”.

RAFFI CAVOUKIAN,
FOUNDER OF CHILD HONORING CENTER

SUMMARY

PRESENTATION	
IN CEARÁ, CHILD IS PRIORITY	10
INTRODUCTION	
CHILDHOOD AND SCIENCE	12
PILLARS OF THE PROGRAM	34
TIME TO GROW	36
TIME TO PLAY	62
TIME TO LEARN	76
TIME TO BE BORN	84
MAIS INFÂNCIA, MAIS PRESENTE, MAIS FUTURO	88
SYNTHESIS	96
WHAT EXPERTS SAY	104
LEGAL MILESTONES	136
TECHNICAL REFERENCES	144

IN CEARÁ, CHILD IS PRIORITY



ONÉLIA LEITE DE SANTANA

FIRST LADY OF THE STATE AND
CHAIRPERSON OF THE INTER-SECTORIAL
ADVISORY COMMITTEE OF
CHILD DEVELOPMENT POLICIES

It is with great joy and contentment that we deliver this publication whose purpose is to present the experiences developed during the

Camilo Santana government, based on the State Government's option to invest in the development and protagonism of the children of our Ceará. For us, it is a good news book, in which we intend to record a relevant collective work generated by listening to countless partner institutions, the belief and political consensus regarding the urgency of investing in childhood as a way to ensure a worthy present for the little ones and a prosperous future for society.

Investments in public policies focused on the needs of children – such as valuing and guaranteeing early childhood education as a fundamental right, the adoption of intervention policies that strengthen the family bond, the strengthening of training actions for child-related professionals, as well as actions that allow free playing as a trigger for psychomotor, socio-cognitive and emotional development – are some examples of consensual goals affirmed and repeated by childhood researchers. Understanding the importance of these precepts lead us to make the necessary changes, moving from superficial intentions and reshaping to real and concrete practices, based on innovative concepts and principles. Child development studies explained by neuroscience and other theories in the field of humanities, support from local research numbers, and national and international reference texts support our most immediate options.

In this context, the Mais Infância Ceará Program emerges, aimed at pregnant women, children and their families and created by the current Government precisely in order to encompass the various stages of child development, in a multidisciplinary approach

capable of bringing new impetus to areas with the largest number of children in socially vulnerable situations.

Readers will find here theoretical reflections accompanied by the description of the Program's actions, presenting results that demonstrate how the State has been facing the challenges related to childhood, social environment, health, education, and the ability of the government to act, in partnership with those who desire and strive to build a society in which human rights – in particular the rights of young children – are promoted and respected.

As it was structured, the Mais Infância is based on the Growing, Playing and Learning pillars. The Learning pillar includes the construction and qualification of day care centers, facilitating the reality of the working mother. The Playing pillar focuses on the creation of recreational spaces in public areas, offering Mais Infância Space, Day Care with Playing Spaces, Squares with Playing Areas and Mais Infância Leisure Areas, recovering municipal squares for educational leisure. Finally, in the Growing pillar, we address the training of professionals who work with childhood, services and home visits, with special emphasis on the age from zero to three years of life.

The Program brings important new challenges for the coming years. We will work tirelessly, with our partners, on the quality and strengthening of existing actions; we will also seek to institute new actions that contribute to the reduction of the huge social inequalities that still affect the children of our state.

By understanding the importance of Mais Infância for the people of Ceará, especially for families and children in social vulnerability, we express our joy and satisfaction in giving visibility to this publication and we wish this book to stimulate the debate and contribute to the proposition of child care public policies that guarantee the integral development of the child.

“We need to prioritize early childhood and focus on the most vulnerable. Only then will we have a less unequal society.”

ONÉLIA LEITE DE SANTANA

INTRODUCTION

CHILD AND SCIENCE

Learning, behavior and health. The structure for these factors, throughout the entire life cycle, is based on the experiences of the early childhood.

This is not a new concept. Two thousand years ago, Aristotle said that “the child is father of the man”. But not long ago, consensus has been established in a relevant part of the academic world that, among all social investments, the one that goes back to early childhood offers the greatest return.

Neuroscience has plunged into the deepest corners of the brain and brought to light an important realization: Everything that happens to the individual in early childhood – brain maturation, development of the learning ability, movement acquisition, physical growth, initiation of social contacts, affective formation – will exert a fundamental influence throughout one’s life.

Studies have shown the astonishing speed with which babies’ brains develop, in a unique, never-repeated conjuncture. By age 3, the 100 billion brain cells a child is born with multiply to 1 quadrillion connections – an unimaginable 15-zero number (UNICEF).

What used to be intuitively perceived was confirmed numerically by economists; ahead of the research was Professor James Heckman of the University of Chicago, one of the most respected names in the field and a Nobel Prize winner for his work relating to achievements and community gains.

Heckman proved that every dollar invested in education programs with children – involving parents as well – can bring a return of nine dollars or more to society. He further believed that when the child arrives at school already prepared, and with greater motivation, the performance of the education system, in general, will be much more effective.

“A QUALITY EARLY CHILDHOOD PROGRAM FOR THE POPULATION IS A PREREQUISITE FOR MOVING TOWARDS A MORE EDUCATED, EGALITARIAN AND ABOVE ALL, A LESS VIOLENT SOCIETY”

James Heckman (2009). Nobel Prize in Economics.

1,000,000,000,000,000 (one quadrillion) connections form in the baby’s brain until the age of 3.

The architecture of the brain is formed in the early years of life. The better the conditions for early childhood development, the greater the likelihood that the child will reach his or her full potential by becoming a balanced, productive, and accomplished adult.

Research and concrete experiments have evidenced that investing in this phase of life is the best way to obtain return on prevention and, from an economic point of view, to favor society as a whole.

Scientific research indicates that the productivity of any citizen is directly related to investments aimed at early childhood and that the quality of human capital is directly related to what is done during this period. Qualitative investments will give young people and adults better conditions to multi-dimensionally develop their socio-emotional and cognitive capacities, to take preventive measures against diseases and, especially, to establish emotional development and affective bonds. These are prevention factors, in a broad sense.

In short, scientists state that well-assisted children will become more productive, more creative individuals, better able to influence the formation of a fairer and more equitable society. These are certainties that have occupied an increasing space in the Government of Ceará, with the participation of many players and their policies, and are leading the state to new directions.

Children are entitled to special protection for their physical, mental and social development.

PRINCIPLE I
UNIVERSAL DECLARATION ON
THE RIGHTS OF THE CHILD – UNICEF

THE POWER OF INTERVENTIONS

Internationally, Harvard University was among the first institutions to take a position in the industry, creating the Center for Child Development, a valuable source of research, concepts and results for early childhood around the world. Today, ICD Director Jack Shonko is one of the strongest voices to say that adverse experiences in childhood result in a greater likelihood of delays in child development and the onset of health problems including heart disease, diabetes, substance abuse, and depression.

Similarly, there are indications that early relationships with attentive and caring parents or caregivers can prevent, or even reverse, the ill effects of early adversity.

A research conducted by the Center for Child Development (2011) concluded that in the relationship between present and future, *“socio-emotional skills developed during early childhood will determine a child’s ability to deal with his or her emotions in the next few steps, with more ease to build healthy relationships in adulthood”*.

From the same Center comes a list of eight relevant facts to know about early childhood:

1. Stressful situations in the family can affect even younger babies;
2. Genetic inheritance is important but does not influence everything as development is an interactive process;
3. Bonding with caregivers can be as beneficial as bonding with parents;
4. The window of opportunity in brain architecture does not close at thirty-six months;
5. Both physical abuse and neglect are threats to the child’s health and development;
6. There is no direct relationship between exposure to adversity or violence and the formation of violent adults;
7. Removing the child from a harmful context does not guarantee reversal of the negative impacts experienced; and
8. Resilience (ability to overcome difficulties) requires relationships.

THE QUALITY OF EARLY CHILDHOOD DEVELOPMENT PRODUCES THE FOLLOWING CHARACTERISTICS:

LONG TERM BENEFITS

↗ COGNITIVE SKILLS

↗ SOCIOEMOTIONAL SKILLS

↗ INCOME

↘ INEQUALITY

+ INVESTMENTS

To invest resources in the education for the development of socially vulnerable families, providing equitable and quality access to early childhood development.

+ DEVELOPMENT

To nurture early development of cognitive and social skills in children from birth to five years old.

+ SUPPORT

To sustain the development with effective education through adulthood.

= GAIN

To obtain skilled, productive and valuable workforce that pays dividends for a new generation to come

SOURCE:
James Heckman, Paul Gertler and others
www.heckmanequations.org

If, from the age of zero to two years old, instinct is the fundamental element for survival, from two to four years thinking is added to it. At age 4, children have already reached half of their intellectual potential. From the age of 6, they improve their movement, knowledge and communication skills, learn to read and write, expand their socialization environment, gain initiative and independence. It becomes, according to the experts, 100% strategy.

According to Piaget, for example, the more experiences and interactions the child builds with the environment and with others, the more they evolve in their development and expand their cognitive capacity, being able to create and recreate situations and solve problems with autonomy, thus boosting their development. In this sense, an organized environment, rich in interactive possibilities, especially in relation to language and physical and logical-mathematical experiences, is fundamental for the transformation of elementary structures into more qualified and balanced world knowledge structures.

There is a consensus in national and international thinking about the relevance of working with children. The prestigious Maria Cecília Souto Vidigal Foundation, a reference in child

development studies in Brazil and partner of **Mais Infância Ceará Program**, is yet another institution stating that *“a child’s learning level is three times higher when accompanied by a Program during early childhood”*. Also, *“less than half of these children have problems with drug involvement compared to unaccompanied children in the same environment”*.

Jack P. Shonko (Harvard, 2010) has the same opinion, noting that one of the ways to reduce poverty would be precisely the development of intervention programs that can provide social support to families, thus helping children exposed to the sad effects of poverty adverse environment.

“INVESTING IN EARLY CHILDHOOD IS A WAY FOR THE COUNTRY TO GROW”

James Heckman, Nobel Prize in Economics

Children with healthy development during the first few years of life are easier to adapt to different environments and acquire new knowledge, which later contributes to the achievement of good school performance, the achievement of personal, vocational and economic achievement, so they become responsible and productive citizens.

According to World Bank expert, pediatrician Mary Young, quoted by Professor Alvaro Madeiro in an

article at the end of this book, “Poverty reduces one’s spiritual resources. (...) And, unfortunately, poverty is like a bad gene - it’s inherited”.

While the case for intervention programs is based on the cold economic logic, taking into account that protecting early childhood development would reduce future expenses resulting from the toxic stress these children are subjected to, the human aspect of facilitating opportunity for new generations was significant in the structuring of the **Mais Infância Ceará Program**.

In confirming the relationship between the child’s social condition and brain development, studies and research translate a harsh reality:

The family’s availability of financial resources is associated with child stimulation, directly influencing the cognitive capacity of small children.

Brain structures responsible for learning, reading, and decision-making tend to be less developed in children in socially vulnerable situations than in those in a more privileged social situation, which, growing in a sphere of stable, stimulating and protective relationships, are more conducive to building a solid foundation for learning and life.

This is because the human organism reacts to external stimuli in a process of constant adaptation.

Young children subject to severe adversity have

excess activity in their stress response systems, which disrupts the maturing brain circuits, influences the regularity of metabolism and negatively affects organ development.

The result is an increased likelihood of delayed school performance, problems with behavior and damage to physical and mental health, indicative of low performance in future professional life. It is concluded that directing attention to integral child development, from pregnancy, is the only strategy capable of discontinuing the cycle of poverty, reducing violence and strengthening school performance, promoting a fairer and more equitable society. This is precisely what the current administration of the Government of Ceará seeks, assuming it as one of its major responsibilities.

IN THE DEVELOPMENT OF THE CHILD IS THE DEVELOPMENT OF A PEOPLE

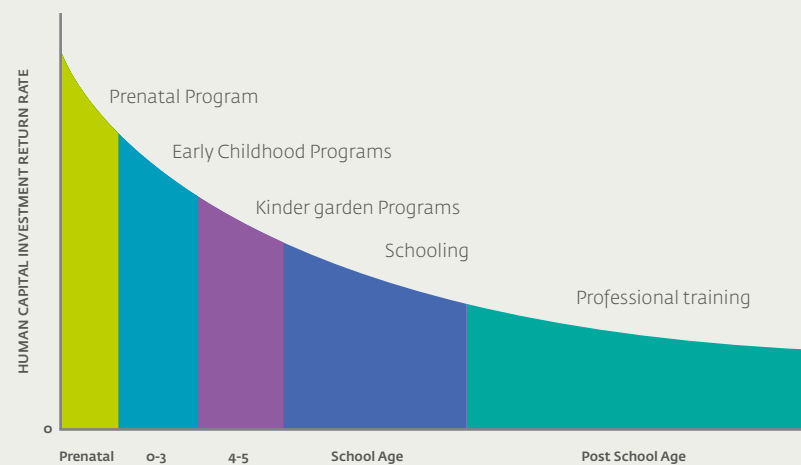
The process of establishing a global consensus involving researchers, scientists and public administrators at many levels began at the 1970s, at the epicenter of which was the certainty that it was necessary to articulate integrated public policies aimed at strengthening care for the first childhood. This appeal reached Brazil, without immediately getting the right answer.

It took the country a long time to answer to this call and the same happened with Ceará. Almost 15 years later, the state’s effort was still to reduce the devastating rates of child mortality, which reached 126 deaths per 1,000 live births. A growing awareness of public administrators led to a steady reduction in this indicator in Brazil and Ceará, so much so that, three decades later, in 2015, the national index had decreased to 12.9/1000, and that of Ceará, to commendable 12.1/1000; the 10/1000 accepted by the World Health Organization – WHO is 10/1000. As a result, the basic needs of Ceará children were still far from being met.

Although they were able to survive, the issue shifted its focus: the challenge was no longer just to fight for the lives of children, but to provide them with conditions for their development.

Early childhood development is a smart investment

THE SOONER, THE INVESTMENT, THE BIGGER THE RETURN



SOURCE
James Heckman, Nobel Prize in Economics
www.heckmanequations.org

Data from the Abrinq Foundation for the report Childhood and Adolescence Scenario in Brazil 2015 showed that almost 1.2 million children and adolescents lived in poverty in Ceará, and that 61% of people from zero to 14 lived in poverty-stricken households, that is, out of five children, three survived malnutrition, inadequate nutrition, preventable diseases and criminality.

This is where the public policy narrative begins and how the idea of the **Mais Infância Ceará Program** reached the State Government and Ceará municipalities on August 25, 2015, two months after the launch of the Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, an initiative of the Secretariat of Education, incorporated in one of the axes of **Mais Infância Ceará Program** and presented in more detail below.

The national visibility of the **Mais Infância Ceará Program** has attracted the attention of entities and institutions dedicated to the same goal. A visit by representatives of the Maria Cecília Souto Vidigal Foundation - FMCSV, interested in learning about the Program, opened new possibilities for work.

The state's First Lady, Onélia Leite de Santana, was invited to attend a Harvard University seminar, the theme of which was first childhood.

Researchers from the University also visited Ceará, establishing then a productive partnership to exchange experiences and proposals aimed at combating malnutrition and institutional investments that favored the use of the “*thousand days*” of life.

As one of the results of this partnership, in 2017 there was the successful holding of the First International **Childhood Seminar Ceará**, with the theme “*Child is Priority*”. Its objective was strategic, both in order to highlight the routing of local works and to sensitize municipal public administrators, elected in the previous year, to the cause of early childhood.

Representatives from Canada, Chile, Peru, China and the United States attended the event, which, in the final evaluation, was a watershed. The explanations, debates and discussions among the 1,500 participants gave rise to a new view that caring for children was not a small concern but a collective movement in favor of social achievements for the present and future of the community.

The continued appreciation of early intervention actions and initiatives must be placed at the heart of the state's public policies and its 184 municipalities, favoring the prevention and reduction of possible damage during this stage

of growth, especially focusing on children in situations of risk and vulnerability. Social. As First Lady Onélia Leite de Santana illustrated, in order to be successful, one must understand the state as one arm, and the municipality as the other arm: “*Everything will work out when the two hold hands*”.

In the context of a region deeply marked by socioeconomic inequality, such actions have been, from the outset, an important political provocation, especially when it is known that the formation of a people derives directly from the development of their children.

It was in their favor that the public administration of Ceará mobilized to act, prioritizing the range that goes from pregnancy to 6 years old, aware that this is one of the most valuable strategies to stop the cycle of poverty, reduce violence, prevent health problems and promote school performance, that is, to develop the child in promoting a fairer society.

Large steps had already been taken in this regard by previous state governments in the field of civil rights: the creation of the **Program: Saúde da Família (Family Health) – PSF**, root of the Family Health Strategy; of the **Childhood Pact**, which resulted in the State Fund for Childhood and Adolescence and in the implementation of the

STRATEGIES TO REDUCE INEQUALITY OF OPPORTUNITIES FOR THE ACCUMULATION OF HUMAN CAPITAL OF CHILDREN, ADOLESCENTS AND YOUNG PERSONS:

- I. Promoting the child development of children from families in extreme poverty by expanding and improving the quality of early childhood development programs;
- II. Improving the quality of learning at the right age;
- III. Reduction of dropout, promotion of professional qualification and productive inclusion of young people in situations of vulnerability and social risk.

PAIC: ALFABETIZAÇÃO TEM HORA

The Alfabetização na Idade Certa Program – PAIC was implemented in 2007 as the government’s priority public policy. By strengthening the state-municipal collaboration regime, the Program provided for continuing teacher training and support for school management to ensure the literacy of 6- and 7-year-old students from the public school system, up to the end of the second year of elementary school. Along with other experiences, PAIC contributed to the structuring of the Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, of the Ministry of Education.

Child and Adolescent Defense Councils; the **Poverty Alleviation Fund - FECOP**, financed by part of the state ICMS (tax on transactions relating to the movement of goods) collection; the Program: **Alfabetização na Idade Certa – PAIC; (Literacy at the Right Age - PAIC;)** and the establishment of Early **Childhood Education Centers** among other advances.

From the sum of these programs and projects, from the initiative of beneficial changes for the next generations, from the collective commitment, came the actions that would change the panorama of care for the children of Ceará. It was imperative to establish strategic planning and establish partnerships.

CEARÁ'S STRATEGIC DIFFERENTIALS

The proposal presented in Fortaleza to a public of Ceará mayors, in August 2015, directed maximum attention to children, in their different stages of development, in a multidisciplinary action. If to be a child is “to be full of the heaven above”, as the Angolan writer Mia Couto says, the Mais Infância Ceará Program aimed to help them develop under that sky, without limits to their dreams.

The Program had gone through a long time of discussion, which had matured and consolidated recognition of its importance and urgency. The seed had been planted two years earlier, with the publication of Decree No. 31,264 of July 31, 2013, which established, within the framework of the **Programa para Resultados do Estado do Ceará – PforR**, the Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil in Ceará. It was then time to act.

In fact, Ceará needed to prioritize a comprehensive policy to combat poverty and extreme poverty, especially the one still found in the countryside and in rural areas, reaching families with children from zero to six years of age. With the municipalities, and by interconnecting the State Secretaries in multidisciplinary actions, the government that started in 2015 placed child education as a priority on its public policy agenda

and prepared not only to follow up on what had been done before, but also to move forward by incorporating new elements and structuring the system for the best results.

The First Lady of the state firmly took over the management of the process and the mobilization around it. Her courses at Harvard on Executive Leadership in Early Childhood Development, as well as her background in Languages and Psychopedagogy, have accredited her for this

PforR: PROGRAMA PARA RESULTADOS

The Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – in short, Program for Results, is a partnership with the World Bank focusing on the local strengthening of public administration in the areas of Professional Training, Family Assistance and Water Quality (IPECE, 2013). With regard to the social area, the Program is intended to accompany and monitor families with children between zero and six years of age, which is done through the service of coexistence and strengthening of family and community ties. Higher and medium level technicians of the Reference Centers of Social Assistance – CRAS are trained, and the execution is in charge of the Secretariat of Education – SEDUC

Multidisciplinary Performance

COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ
STATE SECRETARIATS THAT MAKE UP THE CPDI



purpose and proved fundamental to the success of this mission.

In November 2014, shortly after the election results of that year, the Camilo Santana Government Action Plan (2015-2018) for the 2015-2016 biennium was presented, outlining the actions to be taken by the **Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI**, which can be considered the starting point of the structuring actions that would follow.

As a result of a planned and participatory collegiate decision, the Committee was responsible for proposing “the formulation of policies and guidelines for programs and projects focused on child development”, as well as for promoting “the articulation of policies, programs and projects aimed at improving the quality of life in early childhood”.

Its intersectorial composition included representatives of the Secretariats of Agrarian Development, Planning and Management, Health, Education and Labor and Social Development (the latter, in 2019, was renamed Secretariat of Social Protection, Justice, Women and Human Rights – SPS), in addition to the Ceará Research Institute – IPECE. In a second moment, the Secretariat of Culture, Sport, Justice and the Governor’s Office would participate in the CPDI.

What was needed in 2015 was to use the expertise of all of them, with the capillarity exercised throughout the state, in sectors linked to a fundamental issue: child development.

The CPDI’s competences were: “*to know and propose strategies for the integration of programs and projects focused on child development; to monitor and evaluate child development programs*

and projects; to define, monitor and disseminate the main outcome indicators in the area of child development; to propose and support the dissemination of studies and research on child development in the state of Ceará”.

This is because, despite all previous efforts, which led Ceará’s growth in recent years to present excellent macroeconomic indicators, the expected counterpart regarding the Ceará’s quality of life was not expected. The vulnerability imposed by poverty had diminished without achieving the desired reduction. The advance of science showed the importance of strengthening state public policies directed at child development, and decision-making in this direction could no longer wait.

Twelve actions were taken by the Board for the 2015-2016 biennium and described in its Internal Rules (see the following listing), based on the definition of measurable, verifiable goals. Achieving the goals established for each action would bring the accumulation of knowledge and experience necessary for the construction of the **Plano Estadual pela Primeira Infância**, which would include all programs, projects and actions of state agencies that work, directly or indirectly, with children from zero to six years of age. There

was a participatory construction, complemented and articulated with the **Plano Nacional pela Primeira Infância**.

The collective participation stimulated the elaboration of 140 Planos de Primeira Infância in Ceará municipalities, bringing together, under the same guidelines, the state administration, IFAN and UNICEF, in agreement with the Public Prosecution Service.

In terms of government decisions, there was a wide range of options that could have been taken by the Executive in the pursuit of building a public policy of valorization of people. However, the early loss of so many lives, the damage to children’s physical and motor development, the destruction

140 municipalities
of Ceará elaborated
their Planos de
Primeira Infância

The twelve actions taken by CPDI

Biennium 2015-2016

These are the actions proposed as attributions of the Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI, described in its Internal Regulations, from the definition of measurable, verifiable goals.

1. Support campaigns and other communication strategies on stimulating child development and other topics relevant to healthy life during early childhood, with reference to the Plano Nacional pela Primeira Infância.
2. Promote events related to child development.
3. Strengthen intersectoral articulations of child development support programs.
4. Monitor the application of public resources with the aim of reducing municipal inequalities and between different population groups.
5. Establish a methodology for monitoring family development programs and projects established under the PforR for child development.
6. Support the design and formulation of policies and guidelines for child development programs tailored to the needs of indigenous peoples, quilombolas and other isolated communities.
7. Undertake studies and research on child development diagnostics in partnership with universities and governmental and non-governmental organizations.
8. Create a Biblioteca Virtual da Primeira Infância that gathers information on child development programs and public policies.
9. Support the implementation of Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).
10. Follow up the indicators on violation of the rights of families with children from zero to five years of age.
11. Follow up the goals of early childhood education of the Plano Nacional de Educação (PNE) in the state of Ceará.
12. Support and strengthen discussions about the elaboration of a Plano Estadual pela Primeira Infância

of futures, the high cost paid by the society, all confirmed the relevance of listening to experts, improving processes and breaking paradigms when **setting childhood as a target**, prioritizing the care – literally – from the cradle.

For the state, it was vital to devise strategies aimed at sustainable poverty reduction, the attempt to correct or minimize inequalities of opportunity, and to build a satisfactory intervention on multiple fronts. Those responsible for the **Mais Infância Ceará Program** deepened the studies, seeking information from qualified sources from the entire network of early childhood, in a preliminary benchmark work necessary for the project design.

Firstly, it was very clear that the approach should focus primarily on children, viewed holistically. There were in Ceará a number of actions developed for them. Actions directed, for example, to growth, which was limited to evaluating weight and height; health actions, aimed only at monitoring immunizations; assistance actions, concerned with drug addiction in families. These were initiatives that used to see children from different angles, each restricted to their own specialty, but which could well be brought together under a common public policy.

Thus, it was decided that the **Ceará child would become the protagonist of its own history in an integral and integrated way**. **Integral** meaning it would be met in its fundamental needs. **Integrated** for being the focus of several childcare public policies.

It is important to highlight here the difference between the child's **growth**, the defining term of natural biological processes, and its **development**, a concept that refers to his personal construction. For this reason, the **second differential** of Ceará's strategy, which is the **reinforcement of training**, comes into play.

GROWTH

measurable physical aspect such as weight and height.

DEVELOPMENT

cognitive, psychomotor, emotional and social aspects.

While the federal regulation of public policies for children was being born, Ceará was already ahead.

Relevant component of the process, the **training** points to the creation of conditions conducive to the development, favorable environments, stimuli of all kinds, which naturally rests on **responsible parenting**. Parents would be given basic guidance and training on the relationship between child development and the impact on their child's future life, which is given through the word.

As stated by the Technical Coordinator of **Mais Infância Ceará**, speech therapist Dagmar Soares, it is "a simple and efficient technology, dependent only on the awareness transmitted to parents by professionals".

Professionals dealing directly with children make up another level of education, including home visitors: Child Development agents and Community Health agents, PADIN visitors, and the agents of the Programa Criança Feliz, originally dedicated to the social assistance area.

The agents' work has been formatted to reach even children who live far from school, who are not easily reached with public policies. In this case, families do not seek service: it is service that goes as far as they are. The thorough training of these professionals took place at a constant and growing pace, in the municipalities where they work, through courses, seminars, lectures and practical training.

This whole process of formation took into account the specificities of each area, with its own characteristics, adding to them the indispensable overview of development. Three axes were thus worked: the **importance of bonding**, language and playing with the child; **health care**, from pregnancy to 6 years of age; and **safety**, by intensifying attention to the risks of domestic accidents and awakening to the prevention of violence and a culture of peace.

As the early childhood public policy began to be exercised at the state agenda level, surpassing the traditional scope of specific Secretariats, all Government Secretariats, besides those already linked to the Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil in Ceará, were tasked with focusing on early childhood.

After the implementation of the **Mais Infância Program in Ceará**, all secretariats began to mobilize to work together, in an articulated manner, making their instruments of action available, reducing or avoiding duplication of initiatives and waste of efforts, harmonizing speeches and adding resources in favor of the common interest.

Such **intersectoriality** constitutes the third differential established by the Program, for which the expertise of all of them and their capillarity in the regions of the state was vital, given the fundamental issue of child development.

EXPERIENCING THE PRESENT WITH A LOOK TO THE FUTURE

Soon after being launched in 2015, the **Mais Infância** already needed to grow. If at first it was intended to cater only to children in the early childhood stage, residing in the 36 municipalities of the state with the lowest HDI, its action was soon extended to dozens of other municipalities,

opening its range to other stages of childhood and other actions indispensable for good-living: health, education, nutrition (the three pillars of human development, according to *Unicef's publication The State of the World's Children 1980-1981*), as well as art, sport, culture and leisure.

In 2016, Federal Law 13.257 – considered as the Legal Framework of Early Childhood – defined this as the stage of development that goes from pregnancy to the first six full years, or 72 months of existence, or the crucial "thousand days" capable to exert influence over the whole length of life.

Scientific research had based laws and public policies, and now it was shown that Ceará was on the right track: this was exactly the focus of the **Mais Infância Program in Ceará**, which anticipated the provisions of article 3 of such law, stipulating that the "State is responsible for establishing policies, plans, programs and services for early childhood that meet the specificities of this age group, aiming to ensure their integral development". Thus, while the federal regulation of public policies for children was born, Ceará was already ahead.

It was, in fact, compelling to recognize the urgency of actions directed at early childhood, taking maximum advantage of interdisciplinarity, identifying as the target audience of the **Mais Infância Ceará Program** opinion makers; public administrators (especially from municipalities); researchers; health, education, social assistance professionals; NGOs; communities and family structures; and the children themselves.

It is then concluded that the **Mais Infância Program** in Ceará has greatly contributed to the recognition that integral and healthy development during the first years of life equips children to broaden their ability to adapt to new environments as well as to accumulate a greater amount of knowledge, factors that contribute for the child to later present conditions of good school performance, reach their personal, vocational and economic achievement, remain inserted in the community and thus form their citizenship.

In the conception of a collective planning for the **Mais Infância Ceará Program**, goals were set, methods were debated, partnerships were established, and a **Vision of the Future and Mission** were defined.

The Vision of the Future – **Develop the child to develop the society** – has as relevant challenges the fight against inequality, the promotion of social justice and the equality of opportunities, from the first years of life, with the objective of expanding existing social insertion.

The Mission Challenges – **Generate possibilities for the integral development of the child** – arise as opportunities to offer truly transformative services to this audience.

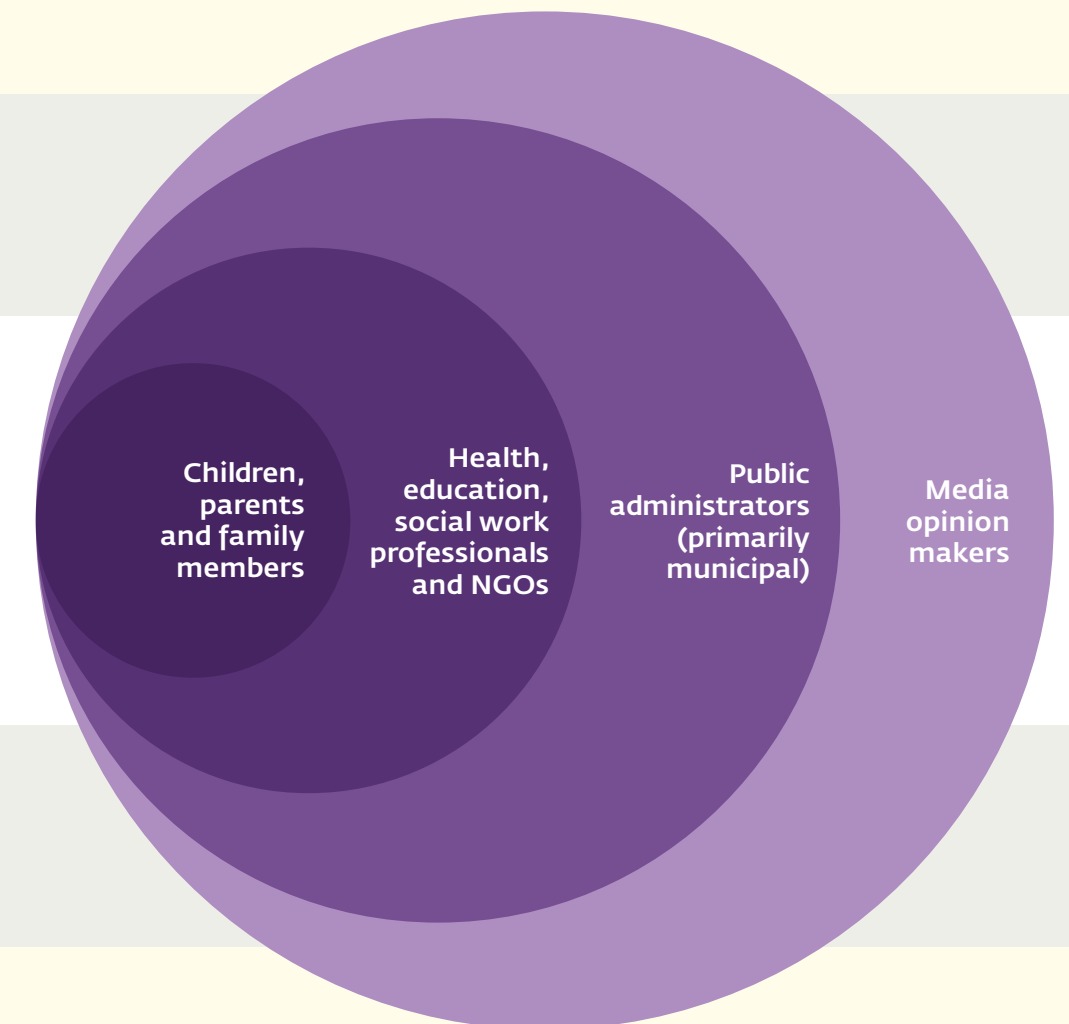
FUTURE VISION

To develop the child to develop society.

MISSION

To generate possibilities for the integral development of the child.

PROGRAM AUDIENCE



MOBILIZATION OF ALL, SUCCESS TO EACH PERSON

In Ceará, it is evident that the continued valorization of actions and strategies of early intervention is a fundamental point in public policies, favoring the prevention and reduction of possible damage during childhood, this delicate stage of development – especially when it comes to children inserted in situations of risk and social vulnerability, which are hundreds of thousands of small citizens of Ceará.

For knowing the situation of Ceará in relation to childhood, and for recognizing the adverse conditions still present in many homes in Ceará, where children reside in this special stage of life during which the future can be shaped by the interference of a transforming power, the Government of Ceará has called to itself the responsibility to modify this reality.

Whatever society does for the child, the child will give back to society.

Hence, it has defined as a priority action of the public administration the application of comprehensive child care policies, which is in line with what is most contemporary in terms of global scientific consensus. In the context not only of a state, but of a region secularly marked by socioeconomic inequality, this definition was an important political decision, by the official recognition that whatever society does for the child, the child will give back to society.

Survey indicators from the 2018 Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) confirm that Ceará, a northeastern state with an HDI of 0.682, occupying the seventeenth position among the 27 Brazilian states, has been able to reduce the numbers of child mortality and correct some indices that were outside the average accepted by the World Health Organization (WHO). The positive outcome is undoubtedly the result of the work that has been done with the union between all public spheres, with the cooperation of municipal governments and with the indispensable collaboration of external partners and the society as a whole.

In another front, Ceará has determined to establish an epistemological and political rupture, seeking to make it clear to society that it is no longer

.....
On February 28, 2019, the Ceará Legislative Assembly approved the Message from the State Government, establishing the Mais Infância Ceará Program. On March 22 of the same year, the Law of that Program was sanctioned as a state policy.

necessary to preserve old beliefs. It is also necessary for society to assume its role in breaking with a binary structural thinking, embedded in the core of the national unconscious, responsible to this day for the existence of a biased upper/lower logic, which has been unable to boost the country's growth potential.

These ideas no longer have space in today's world and urgently need to be replaced by an inclusive, less unequal development model led by education.

The actions were long thought out and discussed together with national child development experts. Ceará has qualified itself to show consistency in what it has already done and what it is still able to do, when supported by the strong foundations and solid processes of the **Mais Infância Program in Ceará**, thus proving, in an exemplary way, everything that can be done by the child, in favor of the future.

This is where the leading role of the state prides itself in transforming early childhood attention into an integrated, long-term public policy.

The Program brings noteworthy representations, which have not been executed so far, and which can be tangibly shaped by a simple example: when there are more than 15,000 health workers in the communities and it is brought to them the idea of the importance of child development and strengthening the bond is like putting an entire army on the street fighting for the children.

New projects continue to be debated, implemented or are being strengthened. This is the case of the **Cartão Mais Infância**, which aimed to transfer income to families in extreme poverty, with children under six years of age, together with social assistance actions. In all, more than 50,000 families will benefit. The Card was launched in 2018, was interrupted during the election period and was resumed in January 2019.

This is also the case of the **Projeto Mais Nutrição**, of enormous social relevance. Good nutrition is fundamental for child development, since pregnancy. Besides, it is known that a huge daily waste of food persists in the world, both in the production centers and in the commercialization

places. The project intends to participate in the local solution to this problem, taking advantage of these foods in a scientific manner and favoring healthy eating habits in selected entities of the social assistance network of the Metropolitan Region of Fortaleza, which will also receive food and nutrition education.

Nowadays we can see that the society of Ceará has matured to initiatives whose synergy is consolidated in a broad consensus. Everyone is invited to engage in child-friendly decisions – universities, entrepreneurs, city halls, NGOs, leaders, citizens – and everyone can play a relevant role that leaves positive marks on early childhood development.

The continued good performance of models of non-governmental organizations, such as the Institute of Childhood - IFAN and the Institute of Early Childhood - IPREDE, Ceará entities focused on caring for this age group, or the municipal plan of early childhood Cresça com Seu Filho, led by the Fortaleza city hall, or the Trevo de Quatro Folhas, implemented by the municipality of Sobral, proves the successful examples of public policy initiatives at the municipal level. Let us hope for others to come. The future will thank for this.

THE PILLARS OF THE PROGRAM

Since its inception, the Mais Infância Ceará Program has counted on the contribution of institutions recognized for their work on behalf of children, which was demonstrated through strategic planning involving representatives of the three authorities (federal, state and municipal), universities, community associations, Foundations and the United Nations Children's Fund – UNICEF.

The Mais Infância Ceará is responsible for bringing together the largest number of projects and programs aimed at the children from Ceará, organizing actions in search of meanings and unique social reach. Three pillars form its foundation: Time to Grow, Time to Play, and Time to Learn, summarized in the following topics and detailed below.

TIME TO GROW

It understands that child development requires, from conception, an integral and integrated approach, and that the physical and intellectual well-being of children, as well as their socio-emotional and cognitive development, are interrelated. In this pillar, it is proposed to build a network to strengthen family and community ties, through specialized services and training that include parents, professionals and others involved in child care processes.

TIME TO PLAY

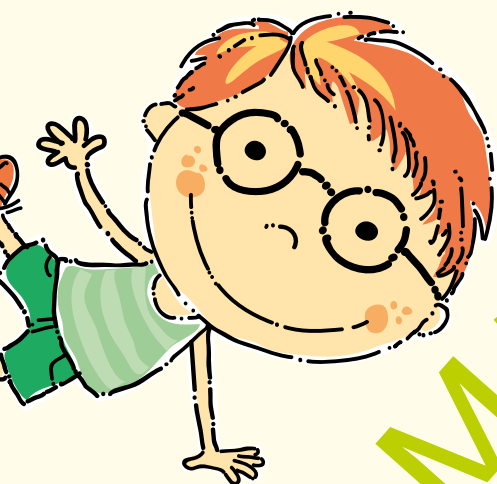
It focuses on the benefits of playing and games as favoring physical, cognitive, emotional development, integrated with family life; of socialization; and their inclusion in the culture of the community. The purpose of this pillar is to take advantage of public spaces to deploy and revitalize areas that guarantee the child's right to play and play.

TIME TO LEARN

It recognizes the school as a right of all, thus contributing to meeting the goals of universalizing the offer of pre-school and expanding the availability of day care centers, which are so necessary for working mothers. Support for the construction and qualification of the Early Childhood Education Centers - CEI, given by this pillar, contributes to the strengthening of families in the care and promotion of their children's development.



None of these actions would make sense if undertaken in isolation. Permanent and daily intersectoral articulations were established, adding to them programs and institutions capable of meeting also the most urgent situations. To develop the human being as a whole, with actions initiated in the cradle, and to facilitate the conditions for him to integrate into a balanced, fair and productive environment. A fourth pillar, Tempo de nascer, had its implementation started in 2018 and already has positive results to show. This is the contribution that the Mais Infância Ceará Program wishes to continue sharing with the people of Ceará.



STRENGTHENING DEVELOPMENT LINKS

Integrated actions to train professionals, educators and family members to promote child development, through holistic approaches that contemplate learning, growth and human development, that avoid isolated solutions and show that the interrelationship between the physical and intellectual well-being of children and their socio-emotional and cognitive development is indispensable. This is the essence of the Time to Grow pillar.

If the focus on vocational training predominates when it comes to actions related to aspects of qualification and qualification, such approach is different when it comes to child development: the primacy is assumed by parents and/or caregivers, as the family continues to be the first and most effective support system in ensuring essential child care.

Involvement, closeness, affection, the well-being that the family is capable of providing, are fundamental when facing the needs of children, especially in early childhood, when they are totally dependent on the home environment.

Respecting the importance of the family's role, the follow-up provided by health professionals through home visits is essential to child development at the moment when greater guidance is needed. Professionals are qualified to help reinforce the importance of responsible parenting and the proper care that young people need and deserve.



“We can't afford to delay investing in children until they become adults, nor can we wait until they get into school, because it may be too late to intervene”.

James Heckman,
Nobel Prize in Economics

The figures show PADIN's actions: from 2015 until December 2018, 47,365 home visits were made in 48 municipalities, and 4,603 collective meetings were held. About 4,120 families from these municipalities received the visits. In all, 4,232 children were assisted by 49 Supervisors and 392 Child Development Agents. 767 professionals were trained.

Recognizing early childhood development as one of the investments with the safest returns that the public administration and families can undertake, in the sense that it builds productive lives that can drive individual and social improvements, is the key to the future.

Within this pillar, the **Mais Infância Program** monitors, by means of intersectoral partnerships,

three programs that include vocational training and home visits for children and their families:

- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil PADIN**, executed by the State's Secretariat of Education – SEDUC and municipalities;
- **Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental - PforR**, executed by the Secretariat of Labor and Social Development – STDS.
- **Criança Feliz Project/SUAS**, nationwide, in which Ceará has shown increasing prominence.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADIN

With funding from the World Bank and a three-year term, PADIN was designed to serve 36 municipalities in Ceará and two regions in Fortaleza identified as having the highest percentage of families in socially vulnerable conditions and without access to Children's Education Centers – CIS.

Initially organized around three structuring axes – family, community and state – PADIN is a program that seeks to facilitate the conditions for a more active participation in the development of children, strengthening family bonds and caring for the education of children of zero, 3 and 11 months of age.

In its execution, it has enabled families to more actively participate in the integral development of their children, thanks to home visits. Due to this proximity, it has been shown to be an adequate instrument to strengthen the competence of the family nucleus, undoubtedly the first and most important institution responsible for the child in its early years of life.

Without intending to replace the structure of early childhood education, and without a welfare character, PADIN's actions assume

that the bond between parents, caregivers and children is fundamental for child development (SEDUC, 2016). To this end, it supports and guides families in establishing productive connections between the participants in the process – parents, caregivers and children – thus fostering their integral development and exploiting their full potential to become active, creative and dynamic subjects.

The many and intense physical and cognitive transformations that human beings undergo in early childhood will enable the acquisition of



ADDED VALUE OF HOME VISITING METHODOLOGY

To enter a family home means a lot to the family and the visitor. To receive is an act of the family's own will, it is a sharing of its identity, its conditions of family relationship, its culture...

The home visiting methodology is two- and intersecting way. On the one hand, the mother, the father or caregiver; in the other hand, the child. It is especially accentuated when the focus is on early childhood. The benefit is mutual.

The visit must always have clear objective and goals. It is not a visit paid by friends, godmothers or godfathers! It is a professional visit, within the clear paradigms of the methodology: to collaborate with the family to overcome their own challenges in the care and education of young children, helping it to better understand the importance of

its practices of affection and stimulation through play, conversation, attention and affection, storytelling, participatory listening to children, understanding that discipline is different from violence; and that health care is also a prevention that happens at home.

The challenges of parenting are paradoxical. If, on the one hand, being a father and mother is a natural process of life, this role often raises questions about how to exercise it. Having a visitor who listens to and clarifies the parent or caregiver's doubts and illuminates their ability to see and feel the potential of their son or daughter is to facilitate the integration of the child's development, allowing it to grow up and to be in a happier world.

LUZIA LAFFITE - Executive Superintendent of the Children's Institute – IFAN

GUIDING PRINCIPLES FOR THE DEVELOPMENT OF THE PADIN'S ACTIVITIES

THE PADIN'S GUIDELINES ARE: Respect, solidarity and autonomy, designed to build social relations involving fathers, mothers, caregivers and other children.



the skills that are necessary for the performance of progressively more qualified attitudes in the various fields of their development. These skills emerge from the models lived, relationships and bonds established with the people considered by the children as references.

Thus, the PADIN proposes to contribute to valuing the progressive and autonomous development of the little ones, valuing their existence and offering the security and proper care for each phase of this stage of life.

PADIN Audience

The criterion for selecting the public served by the PADIN actions was defined by identifying 36 municipalities in Ceará with a high percentage of families in vulnerable conditions with the lowest Human Development Index - HDI, an indicator that measures social advances taking into account income, health and education dimensions.

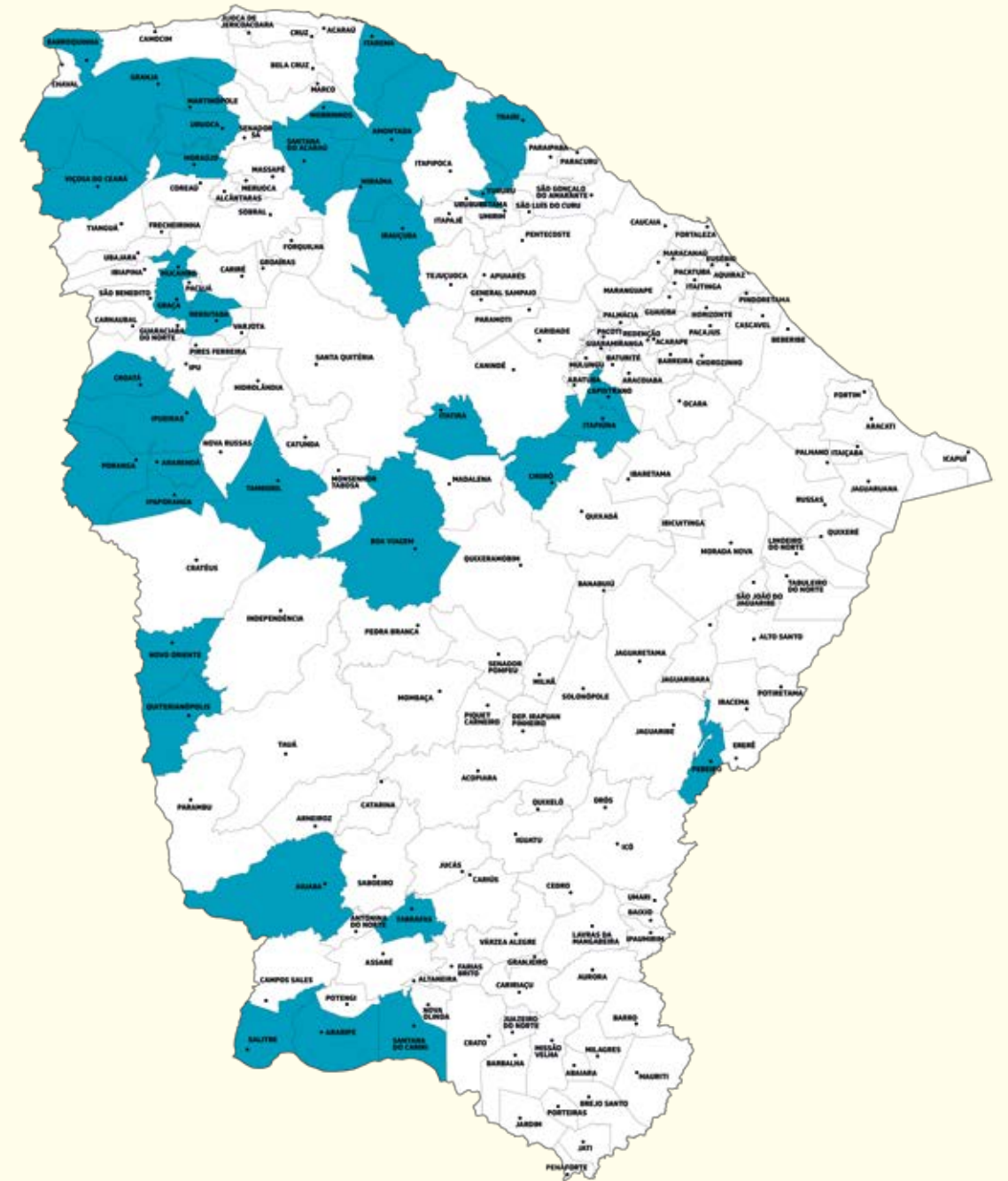
The selection process was conducted by the Institute of Research and Economic Strategy of Ceará - IPECE, State Government agency responsible for the generation of studies, research and socioeconomic and geographic information of the State. At the end of the survey, a total of 3,040 families living in the countryside. Social vulnerability and low HDI were the indicators taken into account to list the municipalities. In order to provide correct care, families who met two specific criteria were identified for participation:

with a greater number of children in the age group of those benefited by the Bolsa Família Program, and those who had babies between zero and 11 months old.

List of 36 municipalities with the lowest HDI

(Families with children from 0 to 6 years of age with per capita family income of R\$ 70.00)

- Aiuaba
- Amontada
- Ararendá
- Araripe
- Barroquinha
- Boa Viagem
- Capistrano
- Choró
- Croatá
- Graça
- Granja
- Ipaporanga
- Ipueiras
- Irauçuba
- Itarema
- Itatira
- Itapiúna
- Martinópolis
- Miraíma
- Moraújo
- Morrinhos
- Mucambo
- Novo Oriente
- Pereiro
- Poranga
- Quiterianópolis
- Reriutaba
- Salitre
- Santana do Acaraú
- Santana do Cariri
- Tamboril
- Tarrafas
- Trairi
- Tururu
- Uruoca
- Viçosa do Ceará



PADIN PRIORITIES

1. To strengthen the competence of the family nucleus as the first and most important child care and education institution in the first years of life;
2. To support educational actions aimed at the integral development of early childhood and, consequently, the reduction of learning inequalities;
3. To ensure the development of more efficient and effective public pre-school policies. (IPECE)

"PADIN has changed Giovana's life a lot. You can't imagine how happy I am as her mother! This is the piece of advice I can give: do not miss the chance to participate. I have only good things to say about PADIN. It's excellent!"

Ana Paula Alves Vasconcelos, Giovana's mother.
Monsenhor Tabosa

People who participate of PADIN

Home visits and community meetings to accompany and guide parents and/or caregivers – siblings, uncles, grandparents – are conducted by a team of qualified professionals: teachers called Child Development Agents (ADI) and Supervisors, in accordance with the age and level of development of the child.

ADI – CHILD DEVELOPMENT AGENTS

They are pre-school teachers, residents of the municipality or participating community who received initial training, were monitored through monthly technical supervision and participated in a permanent education program with teachers specialized in the subject.

General characteristics of PADIN

The ADIs are responsible for home visits, orientation meetings for parents, baby caregivers, development of play and social groups, and participation in community events. Each one receives from the Government a monthly financial support to accompany 20 families, fulfilling a workload of 20 hours per week.

SUPERVISOR

Local administrator of PADIN. The function is performed by a faculty professional, linked to the Municipal Secretariat of Education, acting in the **Alfabetização na Idade Certa Program – PAIC** in the area of early childhood education. The main activities are to participate in meetings held every two weeks with the ADI; supervise the activities of PADIN, ensuring the necessary conditions for its development; prepare program management reports; produce the Annual Report containing the results of the activities; and promote the articulation with the other Secretariats and partner institutions.

- The education area is responsible for coordination;
- The family is the central nucleus of actions directed at children;
- It works with the effective participation of the community, in activities that bring families together in their own spaces;
- It is intersectoral, involving several instances of state and municipal governments, as well as civil society entities;
- It builds community support networks, socializing and broadening experiences that enrich care and education strategies that are conducive to child learning and development;
- It offers the possibility of community experiences among children, a stimulating factor for development.



The program **Alfabetização na Idade Certa – PAIC** – was instituted as a **priority public policy of the Government of Ceará**, becoming later a model for structuring the **Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC**, implemented nationwide.



PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PforR

The long official name of the Program can be reduced to three words: Program for Results, or PforR, as the World Bank calls it. Its feature is the disbursement of funds directly to the achievement of specific outcomes.

In Ceará, the Program contributed to implement the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) for children up to six years of age, to train technicians and social advisors of the Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, and to qualify professionals, thus expanding knowledge and experiences.

Up to December 2018, 5,041 families were assisted, with 8,704 children, in a work in which 760 professionals trained to perform the valuable family accompaniment participated. On average, over the period, 15,042 home visits were made.

Target audience PforR

The Program defined as a criterion for the indication of the municipalities to be attended those with the highest percentage of families in socially vulnerable conditions. The selection was made by the Institute of Research and Economic Strategy of Ceará - IPECE, the body responsible for studies, research and socioeconomic and geographic information of the state, which maintained the same 36 municipalities previously mentioned, expanding a little more to include families with children from zero to five years and 11 months, from the urban area, as well as quilombola and indigenous communities.

The goal was to train 120 CRAS professionals (technicians and social advisors) from these 36 municipalities with the lowest HDI, and to accompany 5,000 families from urban and rural areas.

Goals of PforR

The main objective is that the service to children, families and communities in situations of social vulnerability be applied with quality, reaching the fundamentals of the Basic Social Protection Service. In addition, the development of some skills in social coaches and advisors can be referenced, working together with the decision-making authorities involved, so that they can:

Social Assistance Reference Centers are facilities that provide support and encouragement for basic social protection, social assistance and special social protection services for families with children aged from zero to 6 years.

- Complement the actions to protect children's development and strengthen family and social bonds;
- Ensure spaces for family and community life, as well as the development of relationships of affection and sociability;
- Contribute to the interaction between children of the same age range;
- Enhance the culture of families and local communities, by rescuing their toys and games, promoting recreational experiences;
- Develop strategies that enhance the resources of children with disabilities and stimulate the role of families and communities in the social protection process;
- Create spaces for reflection on the role of families in child protection and the child development process.

Characteristics of the PforR on the Family Assistance axis

The Program contributes with actions that structure new ways of being in the family and the community and reduces the incidence of risky situations in the territory – such as child

GUIDING PRINCIPLES FOR DEVELOPING PforR ACTIVITIES

To guarantee the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) for children in the **Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**, ensuring that the demands and difficulties of the families are received.



To prevent the triggering factors of vulnerability and risk in social and family life.

labor, neglect, abuse and mistreatment, physical or psychological domestic violence, and emotional and nutritional deprivation.

Thus, its characteristics are to be a complementary service, directly linked to the Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (BRAZIL, 2010); have its Coordination under the responsibility of the Social Assistance area; complement children's protection and development actions, strengthening family and social bonds; ensure spaces for family and community life, and the development of relationships of affection and sociability. It also strengthens bonds through play and interaction between children, between children and adolescents, between children and their families, between children and adults, and between families.



PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) IN CHILD DEVELOPMENT

At 4 a.m., Conceição de Sales Moreira was already awake, studying for the Community Health Agent course in Trairi, a municipality 129 km from Fortaleza. The course was difficult, tiring, as she herself acknowledges, but perhaps, for that very reason, the end result was "excellent". With no time to study during the day, she spent the early hours of the morning going through the contents of the classes and learning how to better perform the function of checking, from house to house, vaccination schedules, illnesses, cures, always ready to offer help.

Conceição is one of more than 10,000 professionals trained by the end of 2018 as a Community Health Agent, in a process conducted by the School of Public Health (ESP) and the State Secretariat of Health (SESA). The selection of the teachers and facilitators of the

training she received followed criteria set forth in the public notice by ESP. Among Conceição and her colleagues' multiple roles are home visits within the unit's area of coverage, strengthening links between the community and the health service, and the important collection of social, economic, health and cultural data that give the Government a clearer picture of the main local health problems.

Naturally, the training of these professionals was typified as an action of impact. Like Conceição, the Agents are friendly, trustworthy people, perceived as important mediators between the communities and the Family Health Team. They establish a permanent contact, maintained both in the development of preventive and educational actions and in the survey of health problems and risk situations that are faced.

In this context, and always alongside other professionals of the Family Health Strategy, the Community Health Agent stands as one of the professionals with the best conditions to perform preventive and guiding work regarding respect for basic health guarantees, at the beginning of the child's life, precisely because of their ability to promote joint follow-up actions for pregnant women and their children throughout early childhood.

The result of the implementation of the Family Health Strategy, the maintenance of the basic vaccination schedule, the mobilization to universalize vaccination coverage, the encouragement of breastfeeding, the humanized attention to pregnant women and the Bolsa Familia program was the significant reduction, in Ceará, of childhood mortality (under 5 years of age) at 77% in 22 years; child mortality (under 1 year of age) at 42% in 11 years; and neonatal mortality (up to 27 days) at 36% in 11 years.

Guiding principles for the development of the ACS activities

Among the guiding principles we can summarize the provision of comprehensive and integrated care since pregnancy, and throughout early childhood, favoring the development of children in Ceará through prevention and health promotion. In fact, the focus is on strengthening the family bond, responsible parenting and community support, according to the principles of neuroscience and the Política Nacional de Saúde Integral da Criança – PNAISC.

The goal is to train about 15,000 Community Health Agents.



THE PURPOSE OF TRAINING COMMUNITY HEALTH AGENTS

To promote mother-baby integral health, foster the strengthening of family and community ties, avoid violation of rights in the family environment and social context.

The improvement courses offered to agents are coordinated by the Health area, in partnership with the School of Public Health - ESP. In this sense, the joint training for nurses and Community Health Agents strengthens the Family Health Strategy in the territory, articulating the primary care network in ordering and coordinating the care.

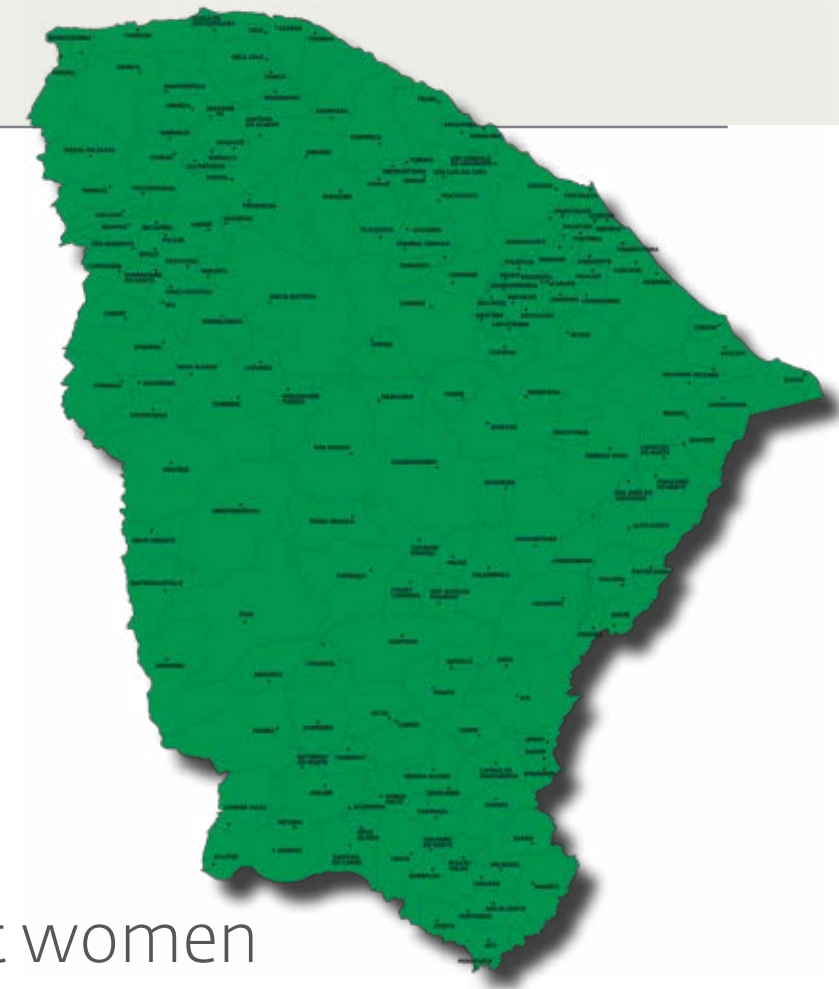
There is no doubt that investments in continuing education of professionals has been fundamental to guarantee the significant numbers and quality of care provided.

FROM HOME TO HOME

Home visits are invaluable in a large territory. They represent the government's performance at the end of the line and impact the people in need. PADIN, PforR and the Criança Feliz Program/SUAS – detailed in page 57 – are part of this extremely important social technology for childcare and family bonds. They all reach the remotest locations with the same message: that it is possible to build a new reality by opening the doors of one's home to skilled professionals.

Professional training	
TRAINING	NUMBER OF PROFESSIONALS
PADIN (ADI AND SUPERVISORS)	767
PRIMEIRA INFÂNCIA PROGRAM IN THE SUAS/PCF	1664
PFORR - TÉCNICOS DO CRAS	760
PROFISSIONAIS DO NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE	131
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	10.132
PREVENÇÃO EM FAMÍLIA	200
SEMENTES DO AMANHÃ	150
NASCER NO CEARÁ	1.300
FORMAÇÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.494
TOTAL	16.598

TIME TO GROW PROGRAM NUMBERS



51.000 children assisted
by PADIN, PforR and
Primeira Infância at SUAS/PCF

184 municipalities
running the programs

9.000 pregnant women

1 million home visits

SOURCE
SUAS Electronic Records - 15.02.2019

UNDERSTANDING CHILD DEVELOPMENT

The Seminar “**Understanding Child Development**” brought together health professionals from 184 municipalities in Ceará, including community health agents, primary care coordinators and health secretaries, with the aim of training these professionals and public administrators in the theme of early childhood. Child development topics were addressed at conferences, lectures and round tables conducted by experts in the field. The action was carried out by the Government of Ceará through the Ceará School of Public Health (ESP-CE) and had the partnership of the United Nations Children’s Fund (UNICEF) and the Institute of Early Childhood (Iprede).

The activity was part of the initial phase of trained community health agents in child development. In all, the course had a workload of 100 hours, being 60 hours online, oriented to the initiative “*Família Brasileira Fortalecida na Atenção à Primeira Infância*”, and 40 hours divided between face-to-face meetings and practical development activities of child care, health care, a culture of peace and early childhood education. The training consisted in the identification, by professionals, of aspects of physical, cognitive, affective and social development of early childhood, as well as the interested look at this theme in the territory. The training also included a situational diagnosis of the municipalities and an early childhood intervention plan in each of them.

TOPICS ADDRESSED

DEVELOPING WITH AFFECTION

- the importance of bonding
- the importance of playing
- the importance of language

DEVELOPING WITH HEALTH

- pregnancy, childbirth and the puerperium
- first childhood

DEVELOPMENT WITH SAFELY

- prevention of violence and culture of peace
- accidents prevention



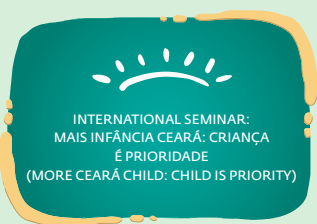
I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MAIS INFÂNCIA CEARÁ

In 2017, the **First International Childhood Seminar in Ceará** was successfully held, with the theme “*Child is Priority*”. Its objective was strategic, both in order to highlight the routing of local works and to sensitize municipal public administrators, elected in the previous year, to the cause of early childhood.

National and international partners and speakers, representatives from Canada, Chile, Peru, China and the United States attended the event which, in the final evaluation, was a true “watershed”. The explanations, debates and discussions among the 1,500 participants gave rise to a new view that caring for children was not a small concern but a collective movement in favor of social achievements for the present and future of the community.

The **I Seminar** acted as an advocacy strategy, sensitizing, communicating and mobilizing for the development of Ceará’s childhood and for a more just and humanized society.





The Seminar Mais Infância Ceará: Child is Priority aims to sensitize public administrators to a special look and more dedicated to childhood. The event is another action of the Mais Infância Ceará Program, an initiative of the First Lady's Office of the State, which seeks to promote child development throughout Ceará.

The Program is structured on three pillars: TIME TO GROW, which builds and revitalizes public spaces to guarantee the child's right to play and to games; Time to Learn, which understands the school as the right of all, seeking to meet the goal of universalizing pre-school offer and expanding the offer of day care; and Time to Learn, which aims to build a network to strengthen family and community ties through services and training that include professionals, parents and caregivers.

To believe in the development of children is to invest in the development of society.

INTERNATIONAL SPEAKERS

- DR. MARY YOUNG - pediatrician and global health and child development specialist with extensive experience in developed and developing countries.
MÁRCIA CASTRO - PhD in Developmental Psychology, Associate Professor at Harvard.
BEATRIZ SALAZAR - Executive Director of the Cuna Más National Program of the Peruvian Ministry of Development and Social Inclusion.

NATIONAL SPEAKERS

- LINO DE MACEDO - PhD Professor, Institute of Psychology, University of São Paulo.
DR. VITAL DIDONET - Professor, Degree in Philosophy and Pedagogy from the University of Brasília.
DR. ALVARO MADEIRO DE LEITE - PhD in Psychology, Federal University of Ceará.
DR. LUCIVAN MIRANDA - Master Professor in Neuropedagogy, Department of Mother and Child Health.
DR. HUGO MENDONÇA - Director of Ceará and Coordinator of Childhood, Youth and Education of IPREDE.
DRA. LUZIA LAFFITE - Graduated in Psychology from Universidade Paulista and postgraduate in Business Administration.

MODERATORS

- RUI AGUIAR - UNICEF Coordinator
TATI ANDRADE - UNICEF
EDUARDO QUEIROZ - Maria Cecília Souto Vidigal Foundation
LUZIA LAFFITE - IFAN
DR. SULIVAN MOTA - IPREDE
DR. ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA - Public Prosecutor of Labor
RITA ALMEIDA - World Bank Senior Economist
DR. MÁRCIA MACHADO - UFCE Extension Officer
MARCOS NITT - Alana Institute

PROGRAMMING 1º DAY

MAGNA CONFERENCE: WHY TO INVEST IN EARLY CHILDHOOD? MARY YOUNG - Director of the Center for Child Development at China Development Research Foundation

DIALOGUE EXPOSURE: THE IMPORTANCE OF MONITORING AND EVALUATION IN PUBLIC PROGRAMS AND POLICIES FLÁVIO CUNHA - Rice University

DIALOGUE EXPOSURE: THE IMPORTANCE OF LINK AND ADDICTION TO CHILD DEVELOPMENT ÁLVARO MADEIRO LEITE - UFC/IPREDE

ROUND TABLE: FIRST CHILD LEGAL FRAMEWORK AND FIRST CHILD NETWORK IN CEARÁ STATE VITAL DIDONET - UNB HUGO MENDONÇA - Federal Public Ministry LUZIA LAFFITE - IFAN

2º DAY

DIALOGUE EXPOSURE: FIRST CHILD DEVELOPMENT IN DIVERSITY AND VULNERABILITY CONTEXTS MÁRCIA CASTRO - Harvard University

ROUND TABLE: PUBLIC CHILD POLICIES IN CEARÁ: ADVANCES AND CHALLENGES IN EARLY CHILDHOOD.

- Theme 1 HEALTH HENRIQUE JAVI
Theme 2 EDUCATION WITH PAIC AND PADIN IDILVAN ALENCAR
Theme 3 SOCIAL ASSISTANCE JOSBERTINI CLEMENTINO
Theme 4 CULTURE FABIANO PIUBA

DIALOGUE EXPOSURE: NEUROSCIENCE LEARNING CONTRIBUTIONS FOR LEARNING LINO DE MACEDO - USP/Institute: Pensi

ROUND TABLE: INTERNATIONAL EXPERIENCES OF PUBLIC DEVELOPMENT POLICIES IN LATIN AMERICA AND INTERFACE WITH THE PADIN DEVELOPMENT SUPPORT PROGRAM.

PROGRAM: CHILE CRECE CONTIGO JEANET LEGUAS - National Coordinator of the program: Chile Crece Contigo
PROGRAM: CUNA MÁS DO PERU BEATRIZ SALAZAR

THE IMPORTANCE OF EARLY INTERVENTION IN NEUROPSICOMOTOR DISORDERS - NUEPS EXPERIENCE LUCIVAN MIRANDA - NUTEP/UFCE

ROUND TABLE: PROGRAMS FOR CHILD DEVELOPMENT - CEARÁ EXPERIENCES

Tema 1 PROGRAM: CRESÇA COM SEU FILHO (GROW WITH YOUR SON) - EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (EXPERIENCE OF THE CITY OF FORTALEZA) CAROLINA BEZERRA

Tema 2 PROGRAM: MAIS INFÂNCIA CEARÁ ONÉLIA LEITE DE SANTANA DAGMAR SOARES

ADVOCACY PELA INFÂNCIA Our Federal Constitution, in its Article 227, places children, adolescents and young people as the absolute priority of the Nation and determines that their rights are the responsibility of the State, the family and the society.

It is therefore up to society to demand the protection of the child in the public sector. A legitimate tool for citizens and organizations to voice their demands in defense of children is advocacy, which materializes the right to participate in institutional and decision-making spaces. This action can take place within the

scope of the Child and Adolescent Rights Councils as well as in the municipal, state and federal Executive, Legislative and Judicial Branches, which formulate public, regulatory or judicial policies.

The participation of society in meetings, public hearings, public consultations, in constant dialogue with their representatives, is fundamental for the protection and promotion of children's rights.

RENATO GODOY, Advisor for Government Relations at Instituto Alana: a non-profit socio-environmental organization, created in 1994, whose mission is to foster and promote social assistance, education, culture and the full experience of childhood.



The target audience was Mayors, First Ladies, Secretaries of Education, Health and Social Welfare of the State and municipalities; professionals and entities that work for children (Institute of Early Childhood - IPREDE, Early Treatment and Stimulation Center - NUTEP, Institute of Childhood - IFAN, Vital Didonet Education Center); representatives from the World Bank, local, national and international universities (UFC, UnB, USP/Pensi Institute, Harvard, Rice University); entities in China, Chile and Peru; the Ministry of Health; State Public Prosecution Service; Health Offices of other states, besides FIOCRUZ and UNICEF.

MATERNITY AND THE IMPORTANCE OF BREASTFEEDING

It has long been known that breast milk has all the nutrients needed for the baby to develop. In addition to the purely nutritional aspect, there is affection, the special moment of mother and child together, reinforcing the bond between them. The encouragement of exclusive breastfeeding up to six months of age is part of the policies for prevention and protection of child health and found shelter in various ways in the **Mais Infância Program Ceará**.

The holding of information campaigns on the importance of breastfeeding has its highlight in **the Breastfeeding week**. Topics such as promotion, support and protection for breastfeeding mothers are discussed – the wisest natural child bonding, affection and nutrition strategy, and the most sensitive, economical and effective intervention in reducing child mortality.

In 2015, the State Government launched the “Orgulho no peito” advertising campaign, which is broadcast in all media, including prime time. Also in 2015, there was the inauguration of the breastfeeding support room at the Secretariat of Health, with the First Lady as godmother.



The events of the Breastfeeding Week in Ceará, since 2015, involved conferences, lectures, video exhibition, experience reports and dialogued exhibitions with the following themes: “Breastfeeding and work. To be successful, the commitment belongs to everyone” (2015); “Breastfeeding, a key to sustainable development” (2016); and “Breastfeed. No one can do it for you. Everyone can do it with you” (2017).



“

BREASTFEEDING IN THE STATE OF CEARÁ

Decades ago, breastfeeding was rarely adopted among women. We had in our country a scenario of high infant mortality, a high rate of preventable diseases in early childhood, a scenario that scared us and made us angry, showing a system of poor maternal and child care.

From the determination of several public groups and institutions, strategies to guide the care of the puerperal breast and, most importantly, about resuming self-esteem and self-knowledge, began to be stimulated in prenatal outpatient clinics, maternity homes and home visits. Thus, milk production and breastfeeding – a natural practice that would save the lives of many children – would be stimulated.

Human milk contains all the nutritional, protein, energy and immunological components capable of providing the child

with everything it needs for proper growth and development. Breastfeeding reminds us of one of the greatest and best interactions between humans: skin-to-skin contact, bonding, and affection. With each touch, each look, delightful gestures and smiles, there is a connection capable of establishing the early stimulation necessary to broaden the relationships of care and affection. Public policies that support exclusive breastfeeding, respecting the decision of women, must be systematically encouraged so that we have a social setting permeated by healthy children and happy parents.

”

MARCIA MARIA TAVARES MACHADO
Extension Dean of the Federal University of Ceará. Nurse, Doctor in Public Health. Started the first bank of human milk in Ceará, Maternity School Assis Chateaubriand.

The state's nine Human Milk Banks received the **Gold Standard Seal** certification. The municipality of Farias Brito should be highlighted, as all the basic units were certified by the Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, which aim to qualify the actions to promote breastfeeding and healthy complementary feeding for children under 2 years of age, certifying the units that achieve these goals. And an unprecedented action mobilized the municipalities of Ceará: the holding of **Semana do Bebê**, offering lectures, workshops, marches, scientific events, cultural presentations and movie screening. Many municipalities instituted the granting of the title of Mayor Baby to the first child born in the municipality during the Week, representing the commitment to Early Childhood (Brazil, 2010).

IMPLEMENTATION OF NÚCLEOS DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE – NEP

Although it is not a program, but an equipment, the implementation of Núcleos de Estimulação Precoce (NEP) as part of **Mais Infância Ceará** brought major changes in the lives of those who need specialized care for their children.

It all began with the decentralization of health care, marking on the map of Ceará 19 municipalities that now have 19 state polyclinics, also intended to serve other municipalities in their area. All of them provide a Núcleo de Estimulação Precoce – NEP, prioritizing the families of infants and children with Congenital Zika Virus Syndrome (SCZV) or diagnosed with some delay in neuropsychomotor development.



“

THE IMPORTANCE OF EARLY STIMULATION *Human beings are born ready to learn and their brain develops through stimulation. There will be no increase in the number of brain cells, but an increase in their connections. For this to happen, an appropriate environment that is rich in attention and play is necessary. Today's adults have been molded in the experiences lived essentially in the first six years of life.*

Early stimulation in healthy children must not be viewed as a therapy or as a method of differentiated education. The goal is not to accelerate development by forcing the child to reach goals that he or she cannot meet.

Children with some neurodevelopmental disorder – motor, cognitive, language, autism, learning,

behavior – must be stimulated as early as possible, even without a definitive diagnosis, based on brain plasticity. Scientific data prove its effectiveness as long as it is performed properly.

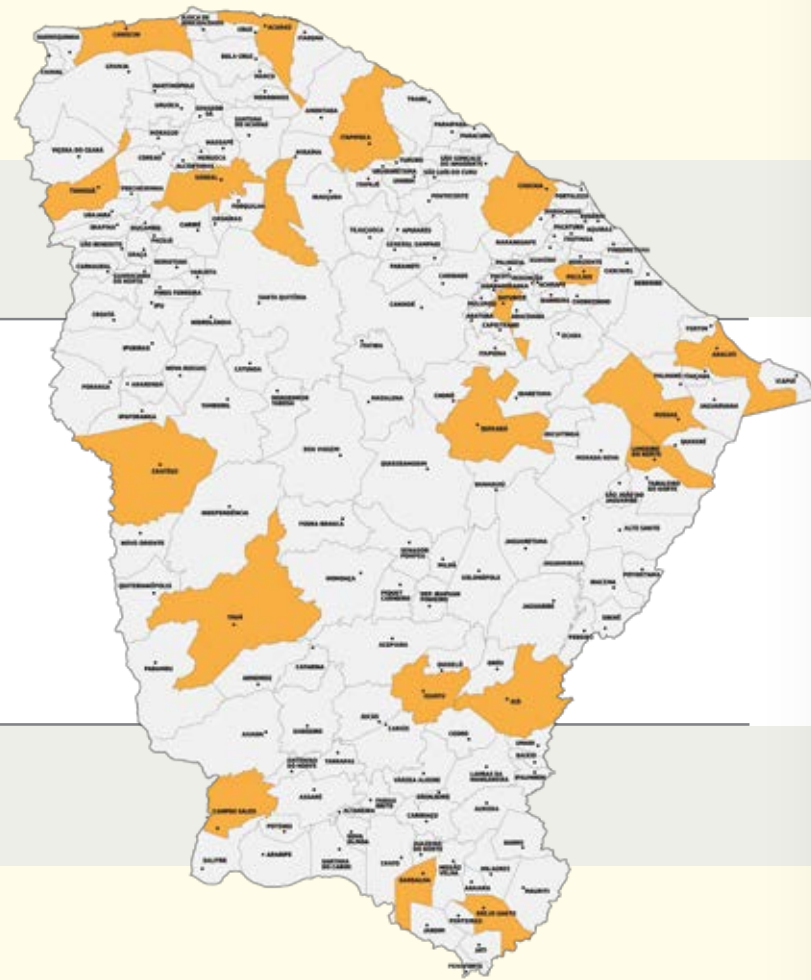
This is what we do in our daily work at NUTEP. And that's what we do for NEPs – deployed in the interior of Ceará by the State Government, in partnership with local governments – using our more than three decades of experience to empower multiprofessional teams in early stimulation, noting that the focus is not only on the child; it must be extended to the family and the child's surroundings.”

LUCIVAN MIRANDA, Neuropediatrician. Professor at the Federal University of Ceará. Director of the Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP.

19 Núcleos de Estimulação Precoce

Decentralized care

Faced with the epidemic of Congenital Zika Virus Syndrome, Early Stimulation centers were created in 19 State Polyclinics, with a team consisting of a speech therapist, physiotherapist, occupational therapist, psychologist and a fifth professional, who may be a social worker or nurse.



Municipal professionals and technicians received training for early stimulation care, and a total of 131 professionals qualified to know the potential of childhood brain plasticity, taking care of 898 children since 2016.

With polyclinics closer, treatment has become much simpler for parents and caregivers. This is the case of the family of little Marina Vitória, 1 year old, born with SCZV. A qualified and multi-professional team is dedicated to her and other babies and children in similar conditions, registering slow but significant improvements.

“My daughter undergoes physical therapy here, occupational therapy, speech therapy, all in one place. It is very good for us to have NEP here. The treatment is very good.”

Patrícia Cordeiro, housewife, mother of Marina Vitória. Russas.

PRIMEIRA INFÂNCIA PROGRAM AT SUAS/ CRIANÇA FELIZ

As it was noted on Page 46, in addition to PADIN and PforR, there is a third program that also has its strength in home visits: Criança Feliz/SUAS, established by the Federal Government in 2016. This program was born to promote the integral development of children in early childhood, taking into account the family and the context in which they live. Some of its goals are described below:

- To promote human development by supporting and accompanying integral child development in early childhood;
- To support pregnant women and families in preparing for birth and in perinatal care;



In late 2018, Ceará received national awards for best execution and performance of the Primeira Infância Program no SUAS/Criança Feliz.

It was the state with the largest number of municipalities, proportionally, and the

largest number of visits made, attending to the largest number of children and exceeding the established care goal.

In 2019, 90 municipalities managed to double the service target.

NEW CONDITIONS FOR NEW GENERATIONS

We were very impressed with the work that is being done in Ceará. It is one of the Brazilian states that works with most municipalities involved in early childhood programs and is a strong partner of the Criança Feliz Program. We are very pleased with Ceara and its First Lady's commitment to the development of children. We know that it is at the very beginning of life that human skills are formed, and the new generation will come to Ceará in better condition thanks to this work being done now by the Mais Infância Program.

OSMAR TERRA, Pediatrician, Minister of Citizenship.

- To collaborate in the exercise of parenting, strengthening the bonds and the role of families to perform the function of care, protection and education of children up to six years of age;
- To mediate the access of pregnant women, early childhood children and their families to public policies and services they need. Ceará integrated the effort into activities already being mobilized by the state government. The results of December 2018 show the Program present in 182 out of 184 municipalities in Ceará, having made almost 1 million visits to households subject to social vulnerability and risk.

One thousand six hundred and three program coordinators, supervisors, and visitors were trained to accompany the 42,400 beneficiaries



of its priority audience: pregnant women who receive Bolsa Familia and children aged from zero to six years of age and childcare services. 8,128 pregnant women and 34,272 children were assisted, of which 764 were recipients of BPC - Benefício de Prestação Continuada.

SEMENTES DO AMANHÃ

Another important project for the thousand days that compose the early childhood, Sementes do Amanhã is the training of health professionals from 75 municipalities in Ceará, aiming to provide qualified attention to pregnant women in situations of vulnerability regarding the use of alcohol and other drugs.

In August 2018, the Secretaries of Health of the referred municipalities were sensitized on the subject, in a meeting held at the Legislative Assembly of Ceará. It was demonstrated the importance of contributing to the Health Care Network, by training professionals in the area, for a humanized action, oriented in transformative practices and directed to everyday situations.



With a view to reducing risks and promoting the health of pregnant women and their babies, in 2018, the project reached about **3,500 pregnant women**, assisted by facilities of the Primary Health Care Network.

PREVENÇÃO DA FAMÍLIA

Training of health professionals, education and assistance to guide families of children from zero to 6 years of age, from 50 selected municipalities, with emphasis on strengthening ties to prevent the use of alcohol and other drugs. This project was created to work closely with families, acting as a preventive care tool. For this, 200 professionals were trained by 2018.



A ESTRELA É A CRIANÇA

In 2016, the exhibition hall of the traditional Cineteatro São Luiz, in Downtown Fortaleza, was filled with guests interested in watching the documentary *Começo da Vida* (The Beginning of Life), a production that shows parents and scientists from around the world investigating how early child care can take a new direction in human society.

The film documents the importance of those first thousand days of life, recognized as vital to healthy child development and adult training. By virtue of its message, the film was distributed in public schools and care units of the former Secretariat of Labor and Social Development, sensitizing parents, caregivers, public administrators and professionals who deal directly with children to an issue that is in everyone's interest.



A UNIVERSE IN MIND AND THE HANDS

According to French philosopher Gilles Brougère (2011), *“the child does not play on a desert island. They play with the material and immaterial substances proposed, they play with what they have in their hands and what is in their minds”*. Therefore, it is through a toy that the child becomes aware of the world around it, and the act of playing can be considered a conductive and determinative activity of human development. This scientific perspective on the relevance of playing was consolidated from the beginning of the twentieth century, gaining structuring strength with the investigations of educators and philosophers interested in establishing a possible relationship between childhood recreational activity and the evolutionary capacity of the mind of a being in the process of formation.

VYGOTSKI (1991), one of the most respected authors in this field, endorses this concept in a precise synthesis: *“A child’s greatest acquisitions are achieved in play,”* he writes, *“acquisitions that in the future will become his basic level of real action and morality”*.

The late twentieth century proved fruitful for actions and interventions in favor of children, receiving institutional endorsement and a solid legal base. *“States Parties recognize the right of the child to rest and leisure, to engage in play and recreational activities appropriate to the age of the child and to participate freely in cultural life and the arts”*. - this is assured in Article 31 of the UN Convention on the Rights of the Child, protecting the rights of this public.



“As in the focus of a magnifying glass, play contains all developmental tendencies in a condensed form; in play it is as though the child were trying to jump above the level of his normal behavior”

VYGOTSKI (2007)

In Brazil, the Plano Nacional para a Primeira Infância (PNP) describes playing as the best way to an integral education, as it provides the child with benefits such as physical, cognitive, emotional, cultural values development, socialization and family life.

When playing, children come into contact with their fantasies, desires and feelings. Know the strength and limits of one’s body. Establish trusting relationships with each other. While discovering the world, children, while playing, test skills and competences, learn rules of coexistence with other children and adults, develop different languages and forms of expression, broadening their vision about the surrounding environment (PNPI, 2010).

Playing favors various aspects of child development. The games provide irreplaceable interactions and lead children to different learning situations and the development of their cognitive abilities, also increasing their self-esteem, autonomy and problem-solving capacity (VYGOTSKI, 1986).

Through games and play, children expand their curiosity, creativity, skills and strategies to solve emotional conflicts, building a knowledge structure. To favor playing is to give the child fundamental, necessary and special attention. According to scholars Dahrouj and Paschoarelli (2017), playing is *“a productive activity involving children and toys, which must provide opportunities for developing their physical and emotional skills”*.

Any toy is important and enables the perception of reality. Toys in public spaces, such as squares, offer other experiences. They require different physical, mental and cognitive abilities and capacities, appropriate to these shared play spaces, in which there is more opportunity for children to interact with other children, from different cultures and ages, thus expanding their social repertoire.

Indeed, it is noteworthy that there are legal provisions guaranteeing the child the right to play in the public space with safety and quality, as shown in article 59, Chapter IV of the Statute of the Child and Adolescent - ECA: "The Municipalities, with support from the State and the Federal Government, will stimulate and facilitate the allocation of resources and spaces for cultural, sports and leisure programs aimed at children and young persons".

The direct relationship between leisure, people's living conditions and the possibility of reducing violence is confirmed. Children and young persons are the most affected by the absence of public spaces and the consequences brought by the lack of initiatives in the fields of arts, sports, culture and leisure.

By playing, children are able to fully develop the human's own motor, cognitive, intellectual and emotional skill set. However, for various reasons, most municipalities in Ceará experience the lack



of public spaces that enable community living and that offer children playing and recreational alternatives.

When they exist, the spaces do not favor the peripheral areas, being restricted to the central zone of the cities.

As it is emphasized in the publication of the collection *Primeiríssima Infância*, of Maria Cecília Souto Vidigal Foundation, "Recreation spaces have the power to bring families together".

This set of factors enabled the **Mais Infância Program Ceará** to establish the pillar Time to Play, which focuses on the implementation and revitalization of public spaces suitable for child development. In addition to favoring actions of art, culture and leisure in municipal squares, this action contributes to improve the quality of life and strengthen family and community bonds, providing the integral development of children in the regions where the spaces are implemented. More than a government project, this is a life project.

Praças Mais Infância are being implemented in 32 municipalities of Ceará

PRAÇAS MAIS INFÂNCIA

"The square belongs to the people", stated the poet Castro Alves, praising these special open places where there are no walls, receptive to encounters and community interaction, which constitute the most democratic space in cities and the first social cradle of children.

By interfering with the creation of these areas, the **Mais Infância Program Ceará** began to facilitate for the municipalities the awareness of an enriching contribution of systematically organized culture and leisure, a further alternative for the healthy collective living of their population.

The Praças Mais Infância, to be implemented in 32 municipalities, have the partnership of municipalities in the donation of the land, which must occupy more than 2,500 m², an area considered sufficient to receive multi-sport courts - basketball, volleyball, futsal and tetherball - thematic and interactive toys, living area, playground, bike rack and skate trails.



"This square will be great for young persons and children. We needed it. I even told my husband that I want to come often with my two young sons and my daughter, who is already a teenager, and have a great time".

Irenice Araújo, housewife. São Benedito



They also include an outdoor sports academy, accessible restrooms and a picnic area, offering multipurpose covered spaces for cultural, educational and leisure activities, even qualified to extend the collective dimensions of public health actions. Five of them were built, equipped and delivered

to the population until December 2018 – in Viçosa do Ceará, Acaraú, São Benedito, Amontada and Pentecoste. Another 27 are being built in Amontada, Acopiara, Aquiraz, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Granja, Icó, Iguatu, Itapipoca, Itarema, Juazeiro do Norte, Mauriti, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá and Trairi.



BRINQUEDOPRAÇAS

This action differs from the previous one in that the municipality already has a square, or a community living space, from which the best advantage is not obtained. It is in this territory that the **Mais Infância Program** will act, with a work aimed at revitalizing what was unused, requalifying that space for full use and differentiated insertion in community life.

The state investment in the implantation of a Brinquedopraça is of approximately R\$ 180 thousand. The 230 m² space is fenced, has anti-impact flooring and features a double playhouse with a playground bridge, a double playhouse with eucalyptus bridge, triple swing slides, seesaws and spring toys. It is up to the municipality to ensure the good condition of the toys.

140

Brinquedopraças are being deployed in the state.

A municipality may receive more than one Brinquedopraça. This is the case, for example, of Baturité and Redenção, which received two, or Fortaleza, with five Brinquedopraças. The installation model is the same, with proven efficiency in improving the quality of life and integral development of children: they are made up of toy kits made of eucalyptus wood, suitable for each stage of child development and the improvement of emotional, motor and cognitive skills of young users.

“Which mother wouldn't be happy to know that her children now have a space like this? The square is beautiful and I'm sure that the kids enjoy it. From now on, to come here it will be part of our routine”.

Adriângela Gadelha, mother of Pedro and Ana Luiza. Conjunto Ceará

In 2018, 84 Brinquedopraças were delivered. With the ones in the process of execution, the total of 140, the Program's goal, will be reached. In addition to the five Brinquedopraças installed in Fortaleza, others are operating in the following municipalities: Altaneira, Alto Santo, Aracati, Araripe, Assaré, Banabuiú, Barro, Baturité (2), Brejo Santo, Campos Sales, Caridade, Caririçu, Cedro, Chorozinho, Coreaú, Crato, Farias Brito, Fortim, Granjeiro, Guaramiranga, Ibiapina, Ibicuitinga, Independência, Ipueiras,

Iracema, Irauçuba, Itaitinga, Itatira, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Missão Velha, Mauriti, Marco, Milagres, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Ocara, Orós, Palmácia, Paraipaba, Pedra Branca, Porteiras, Quixadá, Redenção (2), Reriutaba, Russas, Santana do Cariri, Saboeiro, Senador Pompeu, Tamboril, Tarrafas, Tejuçuoca, Ubajara and Várzea Alegre.

BRINQUEDOCRECHES

Action aimed at reviving municipal day care centers, installing toy kits and other recreational resources appropriate to this special range of life, thus stimulating creativity, socialization, affectivity, self-esteem, logical reasoning, development of motor skills, memory, perception and imagination, also forming the sense of organization in children. Until December 2018, 35 brinquedocreches were opened.

35 brinquedocreches
were delivered
by the end of 2018





131 editions in
88 municipalities
by the end of 2018



"It was awesome. I liked it a lot, I was feeling as if I'm on an adventure, without destination!"

Otávio, 9 years old. Fortaleza

ARTE NA PRAÇA

If there are people in the square, it's easy to have a party. And if there's children around, then the party takes over the world. Transforming squares into an environment conducive to child development is the purpose of this project full of joy, aimed at expanding access to art, sports, culture and leisure in the municipalities.

Fine art shows, didactic art performances, theatrical exhibitions, painting, music and dance classes all take place in the monthly programming

of this action, which has been able to strengthen family and community ties, and has crossed barriers between generations. By the end of 2018, the **Mais Infância Program Ceará**, with SESC as a partner in the execution of activities, has already held 131 editions in 88 municipalities.



MAIS INFÂNCIA SPACE

One of the houses that surround Square Luíza Távora, in Fortaleza, was renovated and internally adapted as another space for the development of children between 3 and 12 years of age, according to the pillars Grow, Play and Learn of the **Mais Infância Program**. The Mais Infância Space exists exclusively in Fortaleza.

A toy library, library, multimedia room, gourmet kitchen and movie theater are fully operational on site, where art, culture, leisure, health, education and lectures on the children's universe are also presented to parents, caregivers and

professionals. The space aims to stimulate child development in the physical, cognitive and emotional aspects, as well as strengthen socialization, family life and cultural values.

As it is part of the script of students from municipal public schools, the return has shown the approval and adherence to the proposal: about 125,000 children have already participated in the project, who also served 21,000 parents on simple visits or as participants in the Parents' School.



125 thousand
children assisted

CINEMA ACTIONS

The Plano Cultura Infância developed by the State Secretariat of Culture, has given rise to a new project integrated with **Mais Infância Program Ceará**. A public notice launched in 2016 to specifically support cultural projects aimed at children, with an investment of R\$ 1 million, selected 25 projects from all regions of the state.

The pioneering action was – and still is – unprecedented in Brazil. As planned, it focused precisely on extending the children's guarantees to culture and art, forming and expanding their artistic and cultural repertoires, that is, expanding children's horizons for imagination and creativity.

From this effort came the series "Time to Play", producing five short documentaries, with about 5 minutes each, dealing with the various ways that children from Ceará play.

All films are inspired by the five fundamental rights to play: play with everyone, play all the time, play with everything, play everywhere, and play creating.

The films revolve around each of these rights, applied in real situations, showing how to play in different communities in Ceará. The production was sponsored by TV Ceará, the Dragão do Mar Institute of Art and Culture, and was supported by the United Nations Children's Fund - UNICEF. The videos were shown by TV Ceará and made available on the Government's website for general access.





PROJETO PRAIA ACESSÍVEL

It has great importance in a state with 573 kilometers of coastline, and where sea bathing is a special moment of leisure, this unprecedented project in Ceará allows children, adults and elderly with disabilities, or with reduced mobility, to enjoy all the best that a beach can offer. In a stretch of coast where the waves are gentle, the dream of many Ceará inhabitants, big and small, comes true.

Swimming pool, beach tennis, adapted volleyball court, amphibious mats and chairs adequate for use at the beach, accessible bathroom and adequate parking spaces are part of the project, nowadays with two stations: the capital, Fortaleza, and the municipality of Caucaia.

"I'm anxious, but they say there are things in life that we never forget, such as cycling and diving in the sea. Today is a happy day for me".

Marcelo Negreiros, basketball player in Caucaia

over
5000 participants
by the end of 2018



More than 4,900 people who did not have this option took advantage of the sea bath in Fortaleza, where the Praia

Acessível program started in

January 2016; and about 300

bathers from Caucaia, where the

launch took place in June 2018,

enjoyed the freedom of the

sun, sand and sea. In all,

5,000 people were

assisted until 2018.



"I've always loved the sea. But then, ten years ago, the injury [transverse myelitis] made it hard for me to go to the beach. Today, with the Praia Acessível program, I was able to remember the pleasure to return to the place I have always visited. We found a suitable space and professionals who speak our language".

Aline Martins, Paralympic swimming and basketball athlete in Caucaia

The Fortaleza City Hall and Hotel Sonata are partners of the Praia Acessível program, as well as the Caucaia City Hall with the Cumbuco Acqua Beach.



LEARN TIME TO LEARN

LIVING AND LEARNING

Education is a fundamental human right, whatever the weather, whatever the territory. It is a relevant factor for reducing poverty and child labor, for individual growth and for promoting a democratic culture of peace and tolerance, promoting personal and community development.

Early childhood education, the first stage of basic education, is particularly important to address the integral development of children up to five years old, "in their physical, psychological, intellectual and social aspects, complementing the action of family and community" (LDBE, art. 29).

LDBE - Law No. 9,394, of December 20, 1996.
Establishes the guidelines and bases for national education.

Article 29. Early childhood education, the first stage of basic education, aims at the integral development of children up to five (5) years old, in their physical, psychological, intellectual and social aspects, complementing the action of the family and the community. (Wording given by Law No. 12.796 of 2013).

For perceiving the school as a right of all and seeking to meet the goals of universalizing pre-schools for 4- and 5-year-olds and expanding the provision of day care for those from zero to 3 years old, the Time to Learn pillar is the third pillar of the Mais Infância Program Ceará. In its capacity of pedagogical space, the Program aims to support, build and qualify the Early Childhood Education Centers (CIS) in the municipalities.

"The duty of the state with education will be fulfilled by guaranteeing [...] IV) early childhood education, in day care and pre-schools, for children of up to 5 (five) years of age".

1988 Federal Constitution –

Article 208

"It is the duty of the State to assure children and adolescents: [...] IV) child care and pre-schools attendance.

(Wording given by Law No. 13.306 of 2016). Statute of the Child and Adolescent - Art. 54, Chapter IV

"The main goal of education is to create men who are capable of doing new things, not simply repeating what other generations have done. Men who are creators, inventors, discoverers.

The second goal of education is to form minds that are in a position to criticize, verify, and not to accept everything that is proposed to them".

PIAGET (1970)



INTEGRATED EDUCATION CENTERS

The goal is to deliver 167 CIS, of which 39 were inaugurated by December 2018. The works were conducted by the Secretariat of Education and the former Secretariat of Labor and Social Development (now the Secretariat of Social Protection, Justice, Women and Human Rights), which is responsible for day care centers, in partnership with the municipalities of Ceará.

One of the CIS recently delivered in the municipality of Horizonte, Fortaleza Metropolitan Region, illustrates the pattern of the others. These units have a reception, four classrooms, a computer lab, nursery, baby changing area and playground, as well as a kitchen, pantry, dining room and dormitory.

Ceará will have **167 new CEIs** (day care center). Among these ones, 39 have already been opened. SEDUC trained 1,494 early childhood education public administrators to assist the children.



Each unit is capable of serving up to 208 children between zero and 5 years of age. Financial resources for the construction, of approximately R\$ 70 million, are part of the Programa de Ampliação da Oferta Municipal de Educação Infantil, coming from the State Government, from a loan from the National Bank for Economic and Social Development – BNDES, and from necessary consideration from the benefited municipality.

The educational unit brings together learning and development opportunities for children in one place, as improving education for this audience is one of the commitments made by the **Mais Infância Program Ceará**.

“It’s great to have a place so that the children stay, while we work, they have fun. My two youngest children are already studying at the city school, but the small one is not yet. And by the way, to have this option is something great.”

Vanessa Araújo, manicure, mother of Davila, Sabrina and Samuel. Sao Goncalo do Amarante



Regarding day care centers, since 2015, nine day care centers have been delivered to the Ceará population, and another 30 units are planned. Day care centers provide adequate conditions for the promotion of quality early childhood education for up to 100 children from 2 to 6 years of age through a range of actions in the areas of stimulation, education and food, as well as providing support to families.

With the objective of expanding the supply of day care centers and pre-school establishments to promote the integral development of Ceará children in the municipalities, it was then that the option of a comprehensive treatment emerged, involving various aspects of child development and highlighting the inseparability between educating and caring for children.

In the Brazilian case, when talking about early childhood education, we can see, in its historical series, a considerable growth. The country moved from the almost nonexistent mode of education to almost 8 million enrollments in 2014. However, as education in this range is divided into two distinct moments – from zero to 3 years of age, day care, and from 4 to 6 years, pre-school – the biggest growth was verified in the second stage.

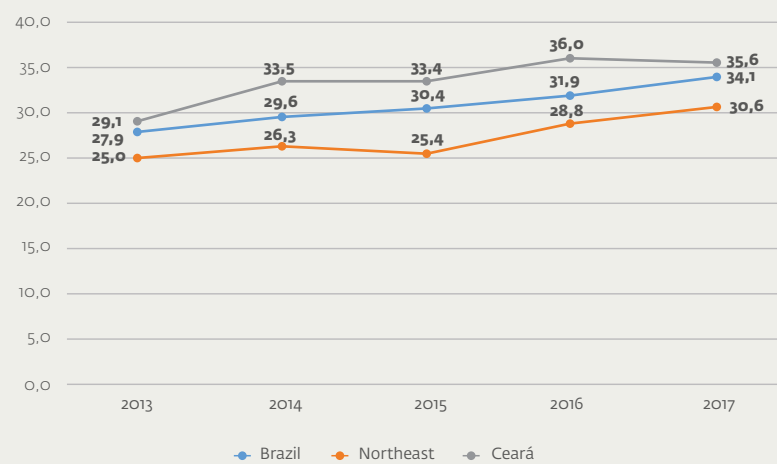
In Ceará,
97,8% of 4- and 5-year-olds are enrolled in pre-school.

These are changes whose benchmarks are found in the 1988 Federal Constitution, in which early childhood education is incorporated into the scope of the Right to Education, and the Statute of Child and Adolescent, 1990. In both documents, early childhood education is treated as **a duty of the state and a right of the child**, and no longer as a welfare service offered to poor populations.

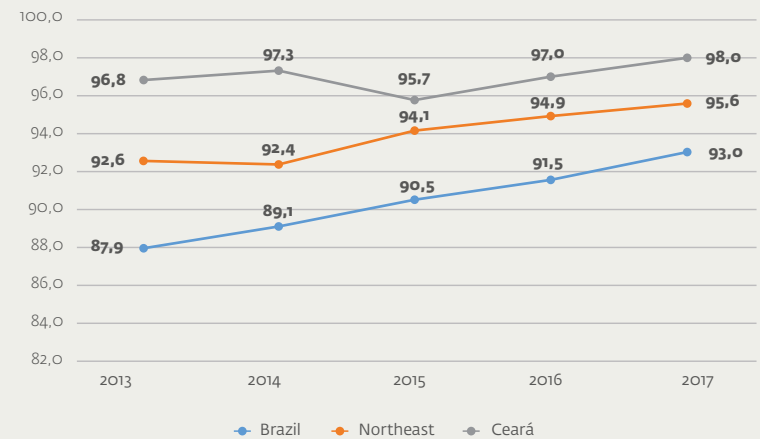
The advances are notorious. However, there is still a long way to go in search of universal service. The Plano Nacional de Educação (PNE) aimed to universalize, by 2016, pre-school early childhood

Evolution Comparison: Brazil/Northeast/Ceará

Children from 0 to 3 years old – pre-schools - Brazil, Northeast and Ceará - 2013-2017 (%)



Age Group 4 and 5 years – pre-school – Brazil, Northeast and Ceará - 2013-2017 (%)



SOURCE IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics)/Pnad Continua. Todos Pela Educação

In 2014, Brazil had 87.9% of children aged 4-5 years enrolled in early childhood education (100% target), and 27.9% of those aged zero to 3 years (target 50%) attending existing day care centers.

In Ceará, the scenario is no different. However, data from the Institute of Research and Economic Strategy of Ceará (IPECE) show, in its series, historical growth above the national average.

In Brazil, Ceará has the largest proportion of children aged 4-5 years attending school or day care centers.

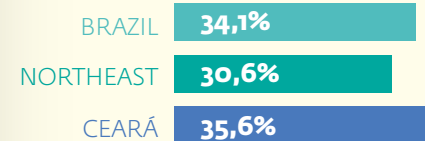
According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, 97.8% of Ceará children in this age group are in pre-school. Data are part of the Social Indicators Summary – SIS 2018, with data for 2016 and 2017.

These are percentages that give cause to celebrate, but never to accommodate. We need to keep moving, not only on the quantitative aspect of establishments and numbers of children enrolled, but primarily on the **quality** of these items.

Children enrolled in pre-schools and attending day care centers

Comparison: Brasil/Nordeste/Ceará

DAY CARE CENTER
FROM 0 TO 3 YEARS



PRE-SCHOOL
FROM 4 TO 5 YEARS



SOURCE IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics)/Pnad Continua.



Todos Pela Educação Program. Finally, it is worth noting that the **Mais Infância Program Ceará** is aware of the local, regional and national scenario. For this reason, it continues to make every effort to qualify existing actions, working every day to increase the number of professionals, families and children benefited. The Program intends to continue promoting the integral and integrated development of Ceará children in all 184 municipalities of the state, ensuring their rights in the present to form a worthy and happy future.



TIME TO BE BORN

A NEW ERA

A new pillar is now added to the three first ones: in addition to Time to Grow, Play and Learn, the Program now relies on a fourth pillar for a new time: Time to be Born. This is the restructuring of the maternal and child care line, based on the attention to high-risk pregnancy, aiming at reducing maternal, perinatal morbidity and mortality, and planning familial and reproductive issues.

Considering that the actions must begin during pregnancy, Ceará recognized the urgency of turning its eyes to the figure of the mother throughout pregnancy and the puerperium, the primordial phases of the thousand days that constitute early childhood.

Reducing maternal mortality is part of the goals of the Millennium Development Goals and the Healthy Ceará Pact, with the participation of all levels of power and society as a whole. In this context, the Nascir no Ceará program was created as part of the Mais Infância Program Ceará, dealing with care conducts for the mother and child care line, identifying and caring for mothers with high-risk pregnancies.

“Since is it born, the child is a voracious learner. The one hundred billion neurons in its brain are ready to connect through synapses”.

Cartilha da Primeiríssima Infância
Maria Cecília Souto Vidigal Foundation



In partnership with the Ceará Society of Gynecology and Obstetrics - Socego and the Ceará Society of Pediatrics, the **Mais Infância Program Ceará** accompanied the establishment of a set of actions to strengthen the maternal and child network, acting in the processes of regionalization and decentralization of health, developing and implementing protocols, qualifying professionals and defining the care flows at the three levels of care (primary, secondary and tertiary) in the five state macroregions.

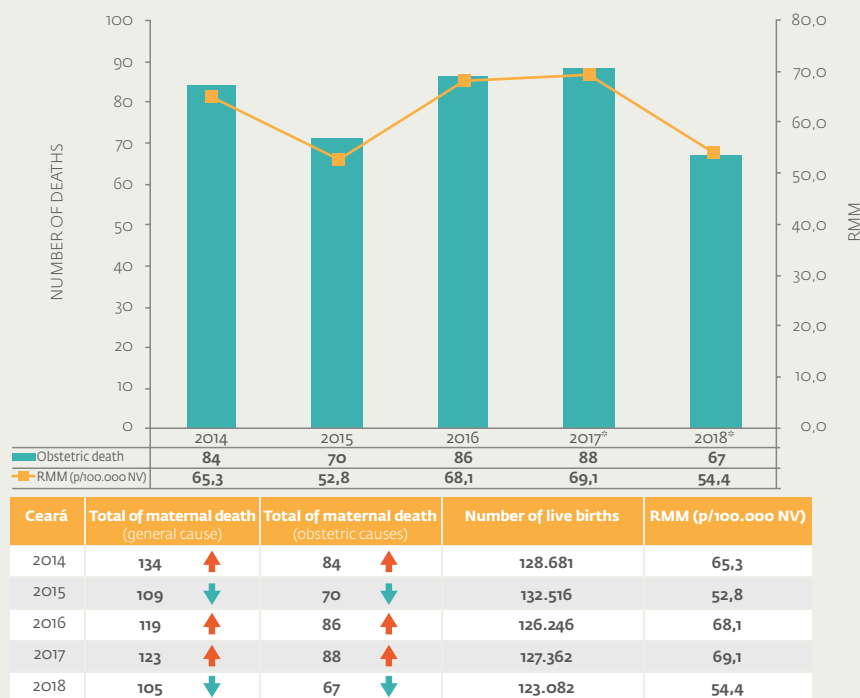
The World Health Organization (WHO) has a maternal mortality rate of up to 20 per 100,000 live births. Ceará, between 1998 and 2015, recorded an average of 75.6 deaths per 100,000 live births, a

high rate both by WHO parameters and the family and social impact brought by these life losses, very often sadly associated with the loss of the newborn.

The creation of the Maternal Mortality Committee, investigating the causes of death, identifying high-risk pregnant women (hypertensive, diabetic, elderly and adolescents), intensifying home visits and monitoring the prenatal care of these pregnant women with the provision of quality service, allowed the considerable reduction of maternal losses. In 2017, Ceará indicators showed a quantitative ratio of 69 to 100,000 live births. By the following year that figure had fallen to 54. A difference to be measured not just in numbers but in futures.



Number of deaths and maternal mortality ratio (RMM). Ceará, 2014 to 2018



SOURCE
 DATASUS / SESA / COVIG / NUIAS / MORTALITY INFORMATION SYSTEM - YES / LIVE BIRTH INFORMATION SYSTEMS - SINASC
 NOTE: 2018 DATA SUBJECT TO REVIEW, DATABASE GENERATED ON 01/07/2019 - SESA

1. Situational analysis of maternal assistance and child health of the macroregions
2. Diagnosis and analysis of maternities
3. Preparation and publication of clinical protocols
4. Risk stratification of pregnant women
5. Qualification of professionals
6. Offering contraceptive methods

The lines of care and the protocols defined with the experienced participation of Ceará Society of Gynecology and Obstetrics and the Society of Pediatrics determined flows and directed the actions of institutions, professionals and pregnant women, classifying mothers in usual risk condition, intermediate risk or high risk. In the case of high risk, the pregnant woman is referred to a hospital unit trained and equipped to provide care. The socioeconomic vulnerability situation is in itself an intermediate state of risk. Although it appeared in the second half of 2018, the Time to be Born program soon found its place in the structure of the Mais Infância Program Ceará, from the certainty that in order to really change society, we must first of all change the way people are born, giving everyone equal opportunities to start life.

“The entity’s relationship with municipal and state management is one of the central aspects for improving maternal and perinatal care”.

Luiduína Rocha
 President of the Ceará Association of Gynecology and Obstetrics - SOCEGO

1300
 trained doctors
 and nurses



TIME TO BE BORN

Nascer no Ceará

Training of 1,300 doctors and nurses in order to qualify and restructure the maternal and child care line, based on high-risk pregnancy care, to reduce maternal and perinatal morbidity and mortality.

Preparation and implementation of protocols; Qualification of medical and nurse professionals; Offer of the tests recommended in the High Risk Prenatal Protocol; Binding of high-risk stratified pregnant women to the Policlinics and High Risk Reference Maternities in the macroregion; Offering long-term contraceptive methods to mothers/women who have had high-risk pregnancies; Application and information system for monitoring and follow-up of actions.

MORE CHILDHOOD MORE PRESENT MORE FUTURE

ALL-TIME POLICIES

Regarding the Mais Infância Program Ceará, it is easy to see that this is a sequence of continuous, permanent actions, planted and harvested at the right times. Just like it happens with children, it is a program that is always growing. Timeframes fulfill their role of presenting periodic evaluations and reporting on what has been done. However, the results themselves transcend numbers and data: they are perceived over time, in the course of daily life, in improving the quality of life of citizens from their earliest days.

Gradually, the neediest Ceará people are managing to get out of the survival line, where shameful indicators of child mortality prevailed, and overcoming the acceptable limit by the World Health Organization (WHO), which is 10 deaths per thousand live births. Ceará's indicator until December 2018 reached 11/1000 NV, and the challenge for 2019 is to reach the single digit. Each life counts.

This achievement opens new demands, and this is where the right concept of development lies in this stimulating sequence of activities. Today, more than 51,000 children and 9,000 pregnant women are visited by agents, in an active search process to identify where fragile points are located. The demands are taken to the municipal public administrators, that is, they arrive where they must first arrive. Their awareness is essential so that intersectoral and networking work is constantly stimulated.

The intersectionality established by the state is promoted in the municipalities, which are strengthened by developing new administrative arrangements for working with children. As in the case of training offered by the state the professional is in the municipality, it must offer the conditions for the professional to apply, in practice, what was taught. Rural poverty still persists and its cycle must be interrupted at source.

In the case of the facilities built by the State Government, such as the 19 regional polyclinics, many public administrators were found to have gone beyond and improved or even expanded their services with their own initiatives. These are ideas that are springing from the demands, and that bring

a differential for the community. This is what is seen with the installation of spaces for breastfeeding, or for physical education, in the Polyclinics.

These are positive attitudes that drive new initiatives in a natural wave motion, spreading in all directions. They are part of the advocacy strategy, a tool that contributes to universal understanding of child development, and through which citizens and organizations expound their demands in defense of the child, materializing "the right to participate in institutional and decision-making spaces", in the words of Renato Godoy of the Alana Institute.

New realities demanded new actions, which were conquering their own space, passing through and strengthening all pillars of the Program.

To ensure to pregnant women, children and their families the basic rights to full development, the Mais Nutrição program and the **Mais Infância Card** were created. And contributing to the cultural development of the individual, there is the **Infância Cultural**, unprecedented proposal in the country. Laws approved in the current Government will give continuity to these and other public policies that focus on children.

MAIS INFÂNCIA CARD

Crossing the three pillars, there is the presence of the **Mais Infância Card**. More than just a cash transfer program, the Card also plays the role of a monitoring system for public policies targeting the most dependent families.

The Abrinq Institute survey released in April 2018, with data from 2015, showed the persistent picture of extreme poverty in Ceará and corroborated the local consensus on the relevance of what was already being done in favor of children. The sensitivity of the state government and the First Lady guided the administration to find an urgent way to support these most vulnerable families with children between zero and six years of age.



Thus, the **Mais Infância Card** was created similar to the Bolsa Familia program, that started to assist in the income of these citizens. The identification of people in need fell to the Ceará Research Institute - IPECE.

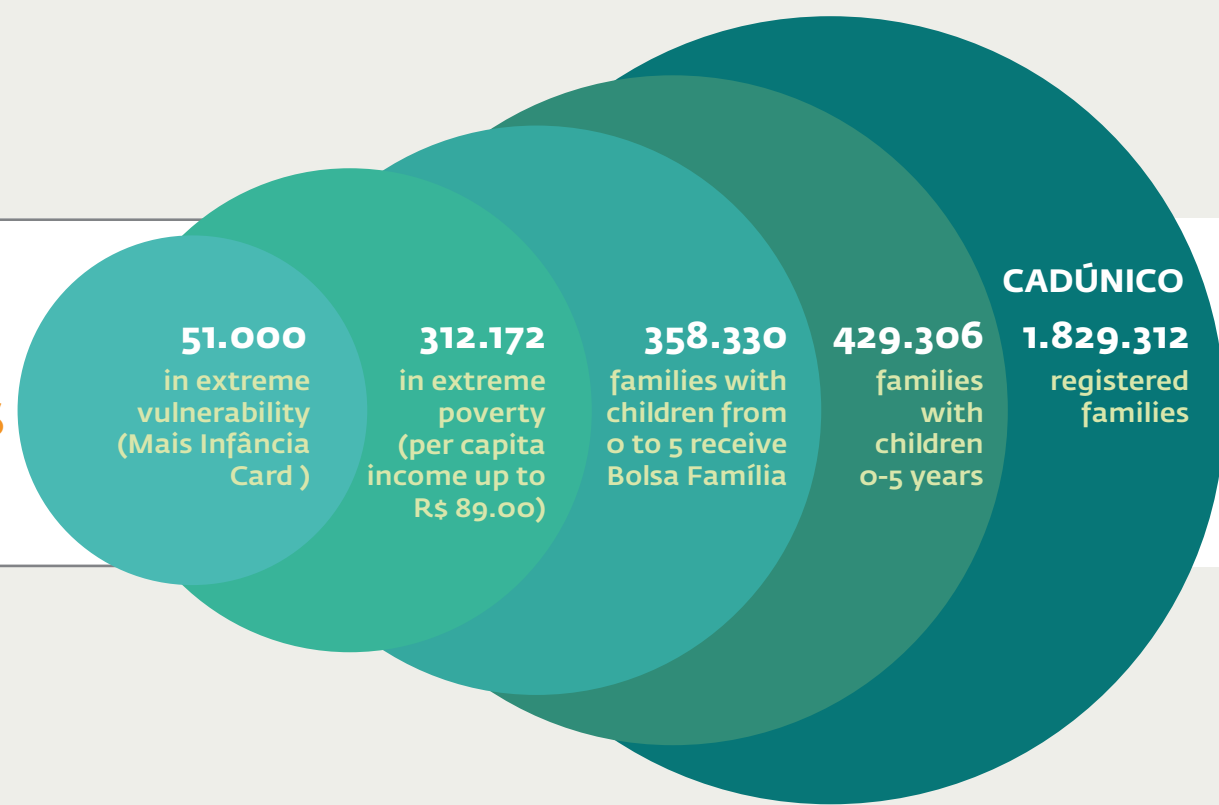
The cut made by IPECE brought the number of approximately 51,000 rural and urban families, in the 184 municipalities of the state, identified by three criteria: houses with walls in inappropriate material (mud, straw, used wood, in the case of rural families), without toilet or water closet, and without piped water in at least one room (houses in urban areas).

These families were Inserted in CadÚnico and were informed about the care they would receive with the **Mais Infância Card**, and an amount of R\$ 85.00 monthly was transferred to each family over two consecutive years, with possibility of renewal for another year. The Card would also give preferential access to programs funded by the State Poverty Alleviation Fund in the areas of housing, food security, health, education and productive inclusion, in a clear demonstration of intersectorality.



They were also made aware that there was a necessary counterpart to their integration into the state grid system. Counting on the orientation of the Family Health Strategy, led by health and social care teams, pregnant women were required to perform prenatal examinations; lactating women should have health checks; children should attend day care or school; parents should keep vaccination cards up to date and participate in community meetings with themes that promote the development of responsible parenting, in order to strengthen the bond.

CARD BENEFICIARIES



CADÚNICO

1.829.312 registered families



MAIS NUTRIÇÃO PROGRAM

The United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) estimates that, in Brazil, food waste amounts to 26.3 million tons, or almost 10% of what is produced (data from 2018). Exact values are not available for Ceará, but, keeping the same proportion, the state may be presenting the same 10% of waste, which is unacceptable in such a needy region.

At Ceará Supply Center - CEASA, it is estimated that food waste reaches 9 tons per day. And they are not foods unfit for consumption. They are mostly discarded simply to make room for fresh products demanded by customers.

The **Mais Infância Program Ceará** could not pass up the opportunity to create a food bank that would take advantage of these great products. With its power of articulation, the Program has established a partnership with CEASA and its authorized agents, in order to receive food for immediate industrialization.

The physical structure of the factory, next to CEASA, in Maracanaú, equipped with national and international machines and processors, is scheduled to be inaugurated for the first half of 2019 with consulting by a company from Minas Gerais. Just as it will happen when it is in operation, in the experimental phase, the food is sanitized, processed, packaged and released for consumption. Fruit pulp for juices, fresh fruits and dehydrated soups, with high nutritional power and exceptional yield: with 1 kg of food, 40 kg of soup can be produced for non-profit institutions that assist children, pregnant women and seniors.



By fighting waste and promoting healthy eating from early childhood, the **Mais Nutrição** program contributes to provide the indispensable basis for the development of children and adolescents of Ceará



MAIS CULTURA

Every child has the right to art and culture. The right to go to the theater, museum, library, cinema, cultural center, parks and squares. It is up to the State to guarantee access to cultural goods and services, foster artistic processes, promote memory and cultural heritage, understanding the importance of access to culture and the arts as dimensions of enjoyment, creation and formation in the expansion of its artistic and cultural repertoires. Ceará established the instruments for this policy, being a pioneer in the country in the creation of the **Plano Estadual de Cultura Infância**, sanctioned by law by the Government in 2017. The document is divided into four axes

of action: **citizenship and cultural diversity**, which considers

the importance of developing projects aimed at citizen development and cultural and ethnic diversity; cultural heritage and memory, that deals with the importance of knowing what is heritage, what is memory and the relationship with history, from the perspective of childhood and how it is fundamental to the child's learning processes; the education and culture axis, which makes the relationship between these two policies and, finally, the axis linked to the artistic languages, in which music, dance, theater, literature projects, among others, are aimed at childhood, thinking not only the direct relationship with the child but also in the affective, social and cultural relationship between parents and children, between adults and children, between teachers and students, between cultural agents and children.



The Plan is a legal, pioneering and innovative instrument in Brazil, and was born from a civil society proposition with the performance of various groups of artists, educators, researchers, public administrators and institutions. It sets policy in goals, bringing culture as an important dimension for child development. In this sense, the Plan is inserted in the actions of the **Mais Infância Program**, which acts intersectorally, dialoguing with different government departments and areas. Among the goals is the guarantee that municipalities will have public spaces, such as squares, parks and others, equipped with infrastructure aimed at hosting Childhood Culture activities. The Plan also has as its goal the creation of the State **Program Cultura Viva para a Infância**, through actions such as the institution of Childhood Culture Points for the promotion of cultural interventions, in their different manifestations and languages. Other goals include: ensuring the transmission of the knowledge and practices of the Masters of Culture to children; mapping the expressions and manifestations related to culture and childhood in 100% of Ceará's municipalities; creating a permanent Child Culture training program for artists, public administrators, communicators, cultural agents, teachers, educators and stakeholders; and support cultural institutions and spaces that develop activities with and for children.

The Public Notice **Toda Banda de Música é Uma Escola**, intended for the selection of 60 municipalities that want to deploy or modernize their music band should be highlighted. The Program aims to be a channel for the formation, diffusion and enjoyment of instrumental music, in an action articulated with the public schools of the selected municipalities.

This action is part of the policy of expansion and requalification of cultural infrastructure in the interior of the state and, at the same time, meets one of the main demands raised by conductors, instrumentalists, public administrators, teachers and other agents and institutions that make up Ceará's network of music bands.

We also highlight the launch of the **Public Notice Cultura Infância**, also unprecedented in the country, launched in 2016, which selected 25 projects from all over Ceará, with a total investment of R\$ 1 million. The purpose of the Notice was to value, promote, finance and support projects developed for children, for the right to culture for children. The projects supported fell under three categories: Creation, production and circulation; research and training; cultural heritage and memory.

With these policies and actions aimed at Culture and Childhood, Ceará recognizes children as autonomous individuals, holders of rights and ensures respect for the peculiarities of different identities, territories and stages of childhood.

SYNTHESIS

PROJECTS AND ACTIONS DEVELOPED FROM 2015 TO 2018 AND PLANNED FOR THE NEXT 4 YEARS

The numbers are many and multiple. They emerge and resurface here, there, everywhere, dotting the whole text, trying to translate, in quantitative terms, what is really measured by qualitative abstraction. By themselves, numbers and percentages are secondary to the benefits brought by the Mais Infância Ceará Program.

Although quantities do not translate quality of life, personal impact, concrete and real development, knowledge of them is a good way for the conscious administrator. It is the basis for guiding the visualization of the well-being to be made

available on a daily basis, materialized in the public services of a municipality or a city, reaching the community, families and people, each equally worthy of consideration and a future with more opportunities for the children.

In Ceará, optimism prevails. With the involvement of all concerned in so significant a cause, what was outlined by the Camilo Santana government will be fulfilled. The child will continue to be the focus of public policy, early childhood will continue to play a leading role, and future generations will demonstrate that administrative commitment, institutional participation at all levels, social awareness and family involvement are the keys to Ceará's future.

ACTIONS ACCOMPLISHED IN THE PERIOD 2015-2018

TIME DTO GROW

PROJECTS AND ACTIONS DEVELOPED	RESULTS / GOALS	DETAILS
HOME VISITS	47,208 children and 8,128 pregnant women received visits Ceará until December 2018.	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN	<p>Until December 2018, home visits were carried out in 48 municipalities, serving 4,120 families, of which 4,232 children were accompanied by 49 supervisors and 392 child development agents. There were 47,365 home visits and 4,603 collective meetings, 767 professionals were trained, including ADI, supervisors, technicians from the Departments of Education, Crede and Seduc.</p> <p>For 2019, it is expected to expand PADIN to 15 more municipalities, totaling 63 municipalities and reaching 5,120 children.</p>	<p>Program designed to give families without access to Centers Early Childhood Education (IEC) conditions to actively participate in the development of their children, strengthening family bonds and care in the education of children from zero to three years of age. This program aims at home visits and the comprehensiveness of public policies for families with children from zero to three years of age receiving the Bolsa Família, pregnant women and children from zero to six years of age who receive the BPC (Continuous Benefit).</p>

<p>Primeira Infância Program at the SUAS/ Criança Feliz</p>	<p>Until December 2018, the Program followed 42,400 beneficiaries, of which 34,272 children (764 of them BPC) and 8,128 pregnant women, totaling 40,856 families. 998,217 home visits were made, and 1,813 professionals were hired (1,522 visitors and 291 supervisors).</p>	<p>In 2018, Ceará won a prize for better execution of the program, larger number of municipalities proportionally, for having exceeded the goal of 30 thousand and reaching almost 40 thousand. It was the state that served the largest number of children.</p>
<p>Programa de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental – PforR</p>	<p>5,014 families and 8,704 children served by the project with the 760 professionals trained for family support. On average, 15,042 visits</p>	<p>Its purpose is to contribute to the implementation of the Coexistence and Strengthening of Bonds - SCFV, for children up to six years old, through the training of technicians and social advisors of the Reference Center for Social Assistance - CRAS.</p>
<p>Núcleos de Estimulação Precoce</p>	<p>19 delivered and 131 trained professionals, in addition to 898 children in attendance.</p>	<p>Spaces for the care of infants and children with Congenital Zika Virus Syndrome, as well as children with neuropsychomotor developmental delays.</p>
<p>Training of Community Health Agents</p>	<p>The goal is to train about 15 thousand professionals. Another 10,000 have already been trained (by December 2018 7,756 were trained in 116 municipalities). In Fortaleza, CERES II and VI were held. The forecast is to end in June 2019.</p>	<p>Child Development Training.</p>

<p>Prevenção em Família</p>	<p>Training of Health, Education and Care professionals from the 50 municipalities selected to guide families of children from 0 to 6 years old with an emphasis on strengthening ties to prevent the use of alcohol and other drugs.</p>	<p>Project created to work with families as a tool for care and prevention of the use of alcohol and other drugs.</p>
<p>Sementes do Amanhã</p>	<p>Training of 150 health professionals for qualified care of pregnant women who are vulnerable to alcohol and other drugs in 75 cities.</p>	<p>Its objective is to enable health professionals to act in a humane manner and with transformative practices in order to reduce risks and promote the health of babies and pregnant women.</p>
<p>I Seminário Internacional Mais Infância Ceará: Criança é Prioridade</p>	<p>It was held from March 30 to 31, 2017, at the Ceará Event Center.</p>	<p>The purpose of the seminar was to sensitize new public administrators for the cause of early childhood.</p>
<p>Documentary O Começo da Vida</p>	<p>7,000 DVDs delivered to all public schools (municipal, state and federal) in the state.</p>	<p>In a tour of the four corners of the world, the documentary analyzes in a deep and passionate manner the first thousand days of life, time for the healthy development of the child, from childhood to adulthood.</p>

TIME TO PLAY

PROJECTS AND ACTIONS DEVELOPED	RESULTS / GOALS	DETAILS
Brinquedopraças	69 delivered and 71 under execution and in bidding. Goal: 140 square with toys in the coming years.	Revitalization of existing squares through the installation of toy kits suitable for each stage of child development, seeking to improve the quality of life and the integral development of children in their emotional, motor and cognitive capacities.
Praças Mais Infância	5 delivered and 27 in execution and under bidding. The total is 32 Praças Mais Infância	Spaces consisting of playgrounds, sports courts, living areas, bike rack, among others, where one can perform artistic, cultural, educational and leisure activities, expanding the collective dimensions favorable to healthy growth.
Arte na Praça	There were 131 editions carried out in 88 municipalities .	Actions that take place monthly in the capital and in municipalities of the interior of the state, aiming to transform the squares into favorable environments for child development, allowing access to cultural and leisure activities, the strengthening of family and community bonds and intergenerational relations.
Mais Infância Space	Approximately 125,000 children served by the project and 21,000 visiting parents and parents' school participants.	Space composed of playroom, children's library, multimedia room, gourmet kitchen and cinema. It is a space for children to grow, play and learn, according to the axes of the Mais Infância Ceará Program. On site, art, culture, leisure, health and education activities are held, as well as lectures for parents, professionals and caregivers.

Praia Acessível Program

Accessible Beach made more than **5,000 assistances** at the two stations of the project, Fortaleza and Caucaia. In the Capital, about **4,946 assistances** have been made since April 2016, when it was inaugurated, until January 2019.

The initiative has the partnership of Fortaleza City Hall and Hotel Sonata. But in Caucaia, more than **269 people** were assisted, from June to December 2018, through a partnership with the City Hall and Cumbuco Beach.

It promotes accessibility for children, adults and seniors with disabilities and reduced mobility to the beach. The reserved place for access has an adapted swimming pool, a beach tennis and a volleyball courts, as well as amphibious mats and chairs. The space also has appropriate parking spaces and accessible bathroom.

Launch of the first Notice Cultura Infância, result of the Cultura Infância Plan

The public notice, launched in 2016, selected **25 projects** from all over Ceará with a total investment of R\$ 1 million. It was specifically intended to support cultural projects aimed at children.

Pioneering action in the country with the objective of guaranteeing the right of children to culture, art for their enjoyment, formation and expansion of their artistic and cultural repertoires.

Series "Tempo de Brincar": five documentaries that address the children of Ceará ways of playing

The material was aired by TV Ceará and made available on the Government's website.

Partnership with TVC, Instituto Dragão do Mar and support from the United Nations Children's Fund (UNICEF). The films were inspired by the five fundamental rights to play: play with everyone, play all the time, play with everything, play everywhere, and play creating.

TIME TO LEARN

PROJECTS AND ACTIONS DEVELOPED	RESULTS / GOALS	DETAILS
Early Childhood Education Centers (CEIs)	Ceará and it has 39 already opened and in operation.	Its objective is to expand the offer of pre-school and pre-school establishments to promote the integral development of Ceará children in the municipalities.

INITIATED ACTIONS

FOR THE PERIOD 2019-2022

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS / METAS	DETALHES
Approval of the Mais Infância Programa Ceará	The Law authorizes the State Government to institute the Mais Infância Program Ceará with the objective of promoting and developing intersectoral actions to promote child development in the 184 municipalities of Ceará .	The Mais Infância Program Ceará has the vision of developing the child to develop society, with the mission of generating possibilities for the integral development of the child.
2nd International Seminar Mais Infância Program Ceará	To sensitize governmental and civil society players on the importance working for children for the development of a fairer and more egalitarian society.	The Seminar is an advocacy strategy with the intention of sensitizing, communicating and conquering actors for the development of Ceará's childhood.
Book release: Mais Infância Ceará	To detail, with scientific basis, the importance of investment in childhood and present the actions carried out through the Mais Infância Program Ceará with the aim of inspiring actions that can make a difference in the lives of children.	Book detailing the actions carried out at the state level through the More Childhood Ceará Program and the projection of new actions.
Mais Infância Card	Income transfer of R\$ 85.00 to families in social vulnerability, with children from 0 to 5 years and 11 months , from 184 municipalities of Ceará. These families will be a priority public for Health, Education and Assistance policies.	SPS surveyed approximately 51,000 families which will benefit from the Mais Infância Card, totaling approximately R \$ 63 million. As of February 2019, 39.774 families have already been awarded the card.

MUSICAL BANDS AND INSTRUMENTS FOR CEARÁ MUNICIPALITIES

Public Notice Toda Banda de Música é Uma Escola (Secult)

Public Notice for **60 municipalities in the state** wishing to deploy or **modernize the music bands**. Will be assigned to each one of them selected a kit with **37 musical instruments**. In total, **2,220 instruments** will be passed on to the municipal bands as early as 2019. The announcement was launched and the result with the 60 selected municipalities came out in October. The transfer of money to the municipalities is happening.

The **Toda Banda de Música é uma Escola Program** aims to be a channel for the formation, broadcasting and enjoyment of instrumental music, in an action articulated with the public schools of the municipalities selected. The program aims to support, promote and strengthen Ceará's Musical Bands Network.

Project: Programa de treino de música (Music Training Program) (SPS)

Destined to **33 municipalities** of the state that want to deploy or modernize their music band. Each municipality, depending on the need, invests in the training of **conductors**, the **formation of bands** and the purchase of **instruments** such as guitar, flutes, among others. The bidding process will start in 2019.

The music education project will be carried out through the Social Reform Support Program (Proares III), with an investment of approximately **R\$ 5,500,000.00**. Each municipality will invest **R\$ 165,836.00** in the training of conductors, the formation of bands and the purchase of instruments. The investment is 80% through the State Government, of which 70% through a loan from the Inter-American Development Bank (IDB) and 10% from the Treasury, plus a 20% counterpart from the municipality.

Project: Mais nutrição (More nutrition)

Implementation of a Food Bank and a Soup Factory at the headquarters of CEASA/Maracanaú - Fortaleza, to collect, select, recondition food for consumption, produce dehydrated soup and also control its distribution with entities of the social assistance network, registered by the food bank. Training of professional manipulators, Ceasa permits, professionals and people assisted by the entities, aiming at better qualification in the offer of services offered and improvement of eating habits.

To contribute to Reducing Food and Nutrition Insecurity of people assisted in entities of the social assistance network of Fortaleza, Maracanaú and surrounding areas, through the use and transfer of surplus food and that are in perfect conditions of consumption.

In the following pages, a sequence of technical texts, prepared by child development specialists, exposes theoretical evaluations and fundamental experiments for those seeking detailed information on the impact of child intervention programs and projects.

WHAT EXPERTS SAY

The **Mais Infância Program Ceará** counted on the theoretical collaboration of professors and high level researchers, discussing the projects to be developed and possible alternatives and seeking solutions to the most pressing issues in dealing with the child. They are respected professionals who talk about significant topics, giving academic support to the axes of the **Mais Infância Program Ceará**, confirming the valuable contribution of the University in applying the defined principles.

This publication would not be complete without their opinion on the areas of reference, namely: Grow, Play and Learn. The contributions of some of these specialists, specifically related to early childhood issues, are presented.

It is up to them to bring the reader their own vision on the theme presented, leading to the possibility of a reflection of what represents each of the constituent pillars of the **Mais Infância Program Ceará**.

These are not, of course, the opinions of the State Government, but rather the practical and theoretical interpretation of points and aspects related to the themes, discussed in the light of science and built on the experience of these specialists who sign the articles.

TIME TO GROW: FULL QUALITY ATTENTION IN EARLY CHILDHOOD

ÁLVARO J. MADEIRO LEITE

Full Professor of Pediatrics, Federal University of Ceará - UFC;
Coordinator of the Disciplines of the Medical Humanities
and Communication Skills with Patients and Families - UFC;
Technical-Scientific Coordinator of the Institute of Early
Childhood-IPREDE.

Introduction

We are always dealing with human destiny! Once again, the scientific community and societies in general are interested in unraveling how it develops and what constitutes a human being. We are well aware of the biological grounds from fertility to birth, but only recently has research provided important information about the relationship between early childhood skills and the so-called "essential adult life skills".

We also know that each child's development occurs in the context of complex interactions between inherited genetic background from its parents – biological dimension –, **culture in its social, familial and ancestral dimensions, as well as the collection of experiences arising from interactions with its parents and caregivers of reference.**

For psychoanalysis, a certain mystery also persists regarding the idea of the birth of a human being's psychic life. When and how

does a baby begin to think, bonds with others, and enters into relationships?

At birth, children absolutely depend on care. They therefore need to have their essential needs met by their caregivers of reference, so that they are more likely to achieve integrated development. For neuroscience and behavioral sciences, this means developing the architecture of the brain, the main organ of the human body, responsible for a set of functions that regulate human thoughts, emotions and behaviors, the so-called executive and self-regulating functions, which will be detailed below.

Such functions are not inscribed in the genes, they are not born with children; they need to be, and they are, developed during early childhood, adolescence, and early adulthood; they are essential for coexistence and school performance, for training and adaptation to work, as well as for avoiding many individual health problems with impacts on public health.

For psychoanalysis, it is the psychic birth of the human being, in a dimension that requires certain types of care that mirror structuring intersubjective interactions.

Another direct consequence of this field of research was to expand understanding of the links between childhood and lifelong human development; of the importance of forming a solid foundation from the earliest months of life, a fact that has lasting effects on human

constitution and has a positive impact regarding the development of society.

This also means realizing the negative impact on the child and society when children's essential needs are not met, and they grow up in environments marked by adverse experiences or in homes with unpredictable parents in relation to the care they need to grow, learn, and to develop. For essential needs, we use here the conceptualizations developed about 20 years ago by T. Berry Brazelton and Stanley I. Greenspan, pediatrician and child psychiatrist, respectively. These authors, concerned with the unmet needs of American children, developed concepts and practical interventions to help families cope with changes in culture, society, and parental roles in the face of the instability of the contemporary world.

The needs are:

- **Affective relationships;**
- **Physical protection, safety and rules;**
- **Experiences that respect individual differences;**
- **Appropriate development experiences;**
- **Setting boundaries, organization and expectations;**
- **Stable, supportive and culturally continuing communities.**

It comes from this accumulation of experiences the emphasis on the early years of life, which are at the same time the most critical and most vulnerable period in the development of any child. This stage is constitutive of human life and not just a rite of passage. Research shows that it is at this stage of life that the most valuable ingredients and opportunities for human intellectual, emotional and moral development

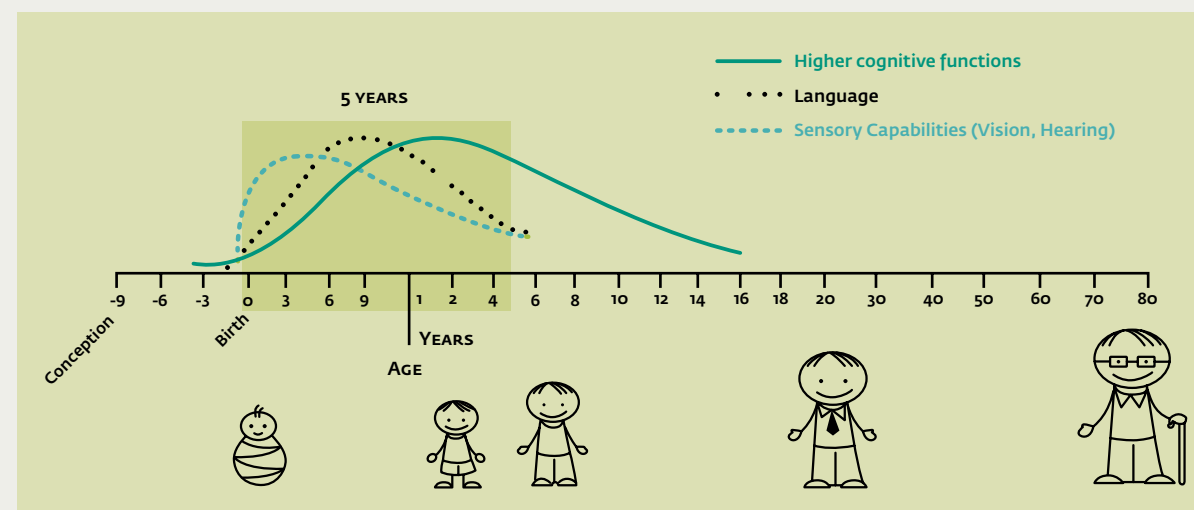
lie. Although these ingredients can be acquired at other stages of life, the cost of and the chances of success decrease every year.

Figure 1 shows that the child is already born with its sensory system working and will develop very rapidly as, with the arrival of the first year of life, verbal language begins, an acquisition closely associated with the development of thought and the regulation of behavior.

Figure 1

Human brain development

FORMATION OF NEW SYNAPSES



SOURCE Modified by Charles A. Nelson, From *Neurons to Neighborhoods*, 2000

Here it can be seen the early differences between children from high-income, middle-income, and low-income families. The researchers found that over 86% of the words used by children at the age of 3 were the same as those heard by

their parents or caregivers; children living in low-income and/or low-educated households hear an average of 616 words per hour. Those who lived with families from wealthier and/or better-educated classes hear at least twice as

many words per hour (approximately 1250 to 2150 words per hour).

It has been found that over the first four years of age, poor children hear 30 million words less than children from better-off families. The unfavorable repercussion is huge! We all think in words; any human thought is formulated in words. Thus, the better our vocabulary, the more complex and articulated with other references will be our thinking.

We have already identified a lag related to the number of words heard in childhood and high school performance, which leads us to think that differences in child development may arise early in life. These differences in vocabulary growth have already been identified from 18 months between children from different social strata. These differences grow when children enter school age and tend to widen if no intervention occurs.

Between the ages of 3 and 5, the development of so-called "executive and self-regulating functions" begins a new phase in the child's life with direct repercussions on "essential adult life skills". These roles represent an essential skill set for managing life, work, and relationships. They are basic and fundamental resources to support our **ability to focus, plan and achieve goals, adapt to changing situations, and resist impulsive behaviors**. No one is born with these

skills. They are developed over time through our experiences of interaction with others and the environment, which in turn are passed on to future generations.

The executive functions are a fundamental skill set for conscious and deliberate control of human thoughts, emotions, and behaviors. These functions enable the individual to manage different aspects of life with autonomy, that is, to make decisions with independence and responsibility. The brain needs the first two decades of life to reach a level of development of these functions that characterize the adult person.

It is possible to consider three dimensions of executive functions which, although distinct, are interconnected. They are: working memory, inhibitory control (self-control) and mental and cognitive flexibility.

Working memory: this ability allows storing, relating and thinking information in the short term. It is necessary to perform cognitive tasks, such as establishing a relationship between two subjects, doing calculations in the head, and establishing a priority order between various tasks; it also helps children in social interactions, such as planning and acting in a scene, taking turns in group activities, or joining a game after a short break to engage in some other activity.

Inhibitory Control: It is the ability we use to control and filter our thoughts; have mastery over attention and behavior; control impulses to resist temptation and do what is right; to stop and think before acting. It also enables selective, focused and sustained attention. This ability prevents us from acting as completely impulsive creatures that do anything that comes to mind, helps children pay attention, act less impulsively, and stay focused on a task.

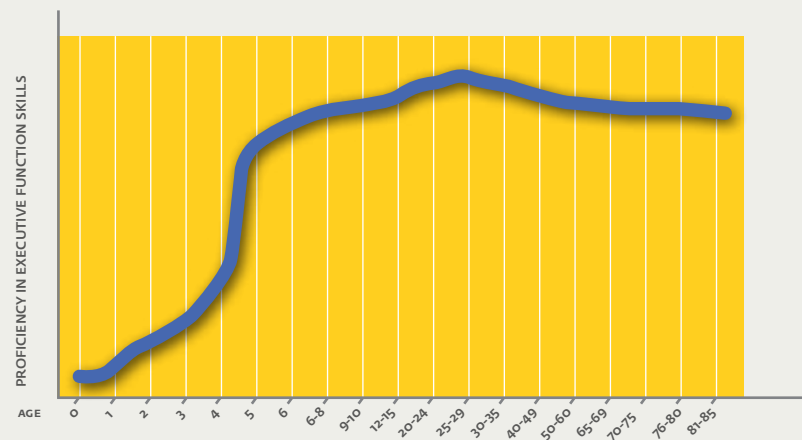
Mental and cognitive flexibility: This is the ability to use creative thinking and make flexible adjustments to adapt to change. It allows you to change your perspective when thinking and acting, and consider different angles in decision

making. This is what allows us to apply different rules in different contexts. This ability helps children use their imagination and creativity to solve problems, as well as noticing an error and being able to correct it.

Skills associated with executive functions are extremely important for development, as exemplified by the fact that early differences in executive functions predict significant developmental outcomes over time, including school performance, health behaviors and social adjustment.

Developing the full potential of executive functions is a time-consuming process. This is partly explained by the slow maturation of the prefrontal cortex (Figure 2).

Figure 2 Skills of functions constituted throughout childhood and adolescence



A series of tests measure different forms of executive function skills and indicate that they begin to develop soon after birth; ages from 3 to 5 provide a window of opportunity for incredible growth of these skills. Growth continues during adolescence and early adulthood; proficiency begins to decrease later.

SOURCE Weintraub et al.

A higher level of executive functioning is considered to be linked to a number of positive aspects such as social, emotional and school competence, success in the early years rather than intelligence, and early reading and learning of arithmetic. Executive function skills enable children to better cope with their changing environment, which can be especially important for those developing in high-risk environments. The efficiency of executive functions predicts health, economic prosperity and a low number of criminal acts later in life.

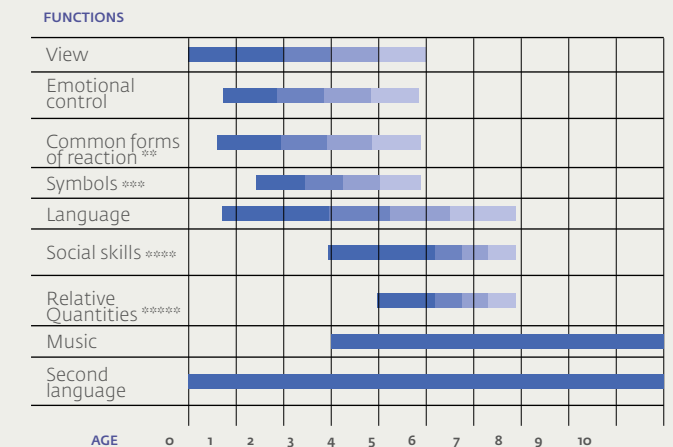
Opportunity windows: the importance of timing

At certain times in life, the brain is especially receptive to new experiences and able to take advantage of them. If these periods of sensitivity go by without the brain receiving the stimuli for which it is prepared, a significant decrease in specific learning opportunities may occur (Figure 3).

We know that the human brain is malleable, that its capacity for reorganization lasts throughout life and can be enhanced through intervention. However, there is a broad consensus that during early childhood the brain is formed at a speed that will never be repeated. The malleability of the brain also means that at times negative

Figure 3 Time to Learn

DECISIVE PERIODS* FOR BRAIN DEVELOPMENT



* The decisive period does not mean that the child will stop learning these skills after this age. It only indicates, according to studies, when a child's brain is most likely to develop certain skills.
 ** Ability to respond positively to new experiences.
 *** The child understands, for example, that the number 3 represents a group of three objects.
 **** Ability to relate positively with peers of the same age.
 ***** The child understands, for example, that 5 is greater than 4, that is greater than 3, and so on.

SOURCE Margaret McCain and J. Fraser Mustard ("Reversing the Real Brain Drain: Early Years Study"), Gillian Doherty ("Zero to Six: The Basis for School Readiness") and Sharon Begley ("Your Child's Brain" article), published in Newsweek magazine)

experiences or lack of appropriate stimuli can have serious deleterious effects. When the child is not the object of care he or she needs during critical developmental periods, or when immersed in adverse situations such as hunger, abuse, or abandonment, brain development may be affected. Many children live in emergency situations and suffer severe trauma and extreme tensions that, if they cannot be resolved, weaken their development potential.

For example, childhood poverty has the potential to undermine children's development, in part because it exposes them to stressful environments. Low-income children face a disconcerting array of psychosocial and physical demands that put a lot of strain on their adaptive abilities and appear to be detrimental to the developing brain.

Situations such as those described above often leave families without having at their disposal all the resources (personal, social and economic) necessary for an adequate adaptation of the situation to motherhood and all that this condition entails. Thus, women in poverty and low education live under conditions of chronic stress and have a limited social support network. In addition, some of them have histories of maltreatment, tending to depression and more symptoms of conduct disorder, which is a risk factor for maltreatment.

Vulnerability and poverty are often associated with experiences of hunger and misery, making family life a space of deprivation, instability and loosening of emotional bonds and solidarity, with high levels of stress. Under these conditions, many families find it difficult to offer their children experiences and support to reach their development potentials. The influence of the quality of these experiences on children's integral development

is increasingly recognized. This problem takes on greater proportions when we consider that such a situation occurs in the early years and its deleterious effects tend to persist with negative influences throughout life. The development of intelligence, emotions, the ability to perceive others and develop empathic coexistence are strongly structured in these early years. The stressful conditions to which many families are subjected – extreme poverty, domestic violence, parental mental health problems, difficulty in accessing quality health and social services – hinder many of the survival strategies used by families to meet the essential needs of children. In the words of the World Bank's early childhood specialist, pediatrician Mary Eming Young:

POVERTY REDUCES PEOPLE'S SPIRITUAL RESOURCES, THEIR PEACE OF MIND, THEIR DIGNITY, AND THEIR FREEDOM TO LIVE TO THE FULLEST. AND, UNFORTUNATELY, POVERTY IS LIKE A BAD GENE - IT'S INHERITED.
(YOUNG, org., 2010)

Adults who face daily poverty have less time, money, and emotional and cognitive resources to meet their children's needs.

Poverty is a mediating factor that jeopardizes children's opportunity to reach their development potential. And there are many millions of children

in the world and in our country at risk! Income poverty limits the family's ability to meet needs such as food, health or good nutrition. Poverty in time reduces the frequency and quality of opportunities for play and interaction between adults and children, essential for early childhood learning. And these opportunities for interaction are critical to shaping the architecture of the human brain.

In addition, behavioral economics has shown an additional challenge faced by poor parents. To solve the daily livelihood problems of a person living in poverty is no easy task. In the process, the poor deplete many of the scarce cognitive resources they rely on. This means they have fewer cognitive resources to make better decisions in other areas, such as their children's well-being. Unfortunately, this also establishes something else: **that low-income parents have a greater chance of doing things that should not be done.** We know that the outcomes of children born to poor households are, on average, worse.

The book *Escassez* (Mullainathan & Shafir, 2017) shows that people living in poverty, having to use a large part of their psychic resources to solve the survival problems associated with their concrete survival needs, end up with less resources to use for other tasks, such as making decisions about raising their children.

The challenge of raising children requires good psychic resources. UNICEF itself reiterates:

“To have a child is one of the most important events in our lives, and parents who, due to various motivations, are unable to fulfill these functions to their satisfaction, are utterly frustrated.”

With regard to child development programs and services, reflections on behavioral economics also lead us to think about how the curricula and pedagogical models used to work with parents can teach them how to better use the scarce psychic resources they have. That is, it is not just about transmitting knowledge and information, delivering material and leaflets, demonstrating games, reading stories and teaching music.

It is equally important **to think carefully about how these activities are carried out with families and, in particular, to consider which resources (psychic and others: time, money, commuting, work, etc.) these programs require from the families to which they are directed.** According to Professor Shonk, it is necessary to “build the adults' skills to improve children's performance” because “the family is the natural place of children's development” (UNICEF, 2017).

Thus, we have reached the level of studies of the last 30 years, especially with families and children living in situations of vulnerability and early adversity: how to support and strengthen the sensitivity and behavior of parents, so that they can meet the essential needs of their children, care without which they could not properly grow, develop and learn?

Adverse Experiences in Childhood

Information arising from research on early childhood stress biology reveals how major adversities such as extreme poverty, abuse or neglect can undermine the developing brain architecture and put the stress response system on permanent alert. In contrast, research also shows that providing stable, responsive, and enriching relationships during the early years of life can prevent or even reverse the detrimental effects of early stress, with lasting benefits on learning, behavior and health.

Learning to cope with adversity is an important part of a child's healthy development. When we are threatened, our bodies prepare us to respond by increasing heart rate, blood pressure, inflammatory reactivity, and blood glucose levels. These changes are caused by the rapid circulation of stress hormones such as adrenaline and cortisol. The "fight or flight" response saves lives

in the face of an acute threat, but its continued activation can have an exhausting effect on a number of important biological functions.

As they grow up, children will inevitably face many foreseeable challenges – for example, their first day at school – and unpredictable ones – for example, the loss of a loved one. These challenges give children the opportunity to learn how to manage stress effectively, and how to regulate their emotions, and develop the social, behavioral, and cognitive adaptive capabilities needed to overcome these obstacles. This process is facilitated by the presence of sensitive and responsive caregivers

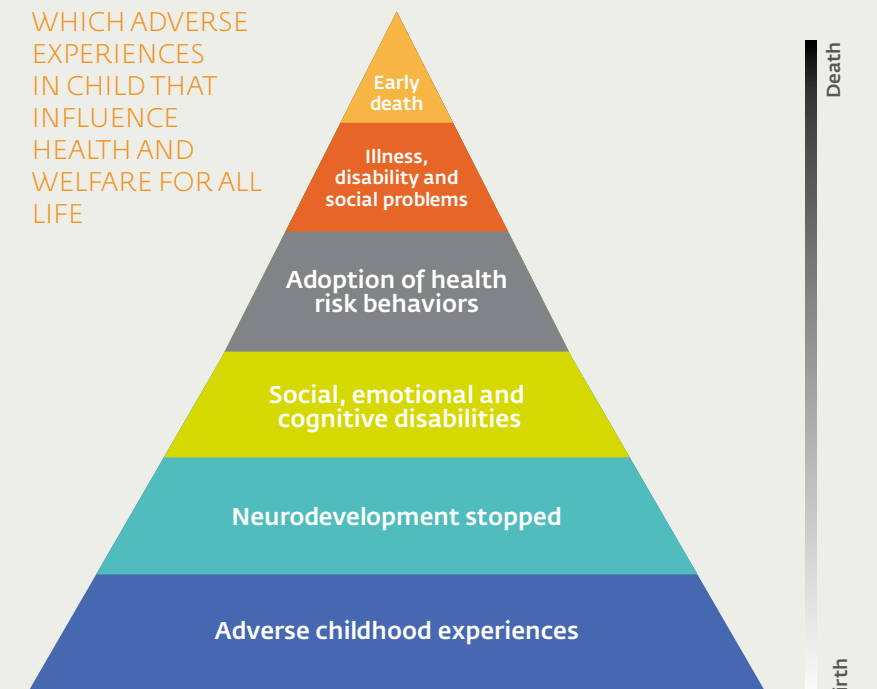
When a young child's stress response systems are activated within an environment of affective and protective relationships, these physiological effects can be blocked by the adult's presence or quickly restored to normal. The result is the development of a well-functioning stress response system. However, if the stress response is excessive and long lasting, and the child is not protected by an affective adult, the result may be a system set up to learn to fear quickly, switch to defensive mode with little provocation (to act now, to think later), react strongly even when not needed, or even shut down completely due to constant strain. This can have lifelong negative repercussions, requiring intensive and costly solutions in the future.

A growing number of studies have linked these early life stress conditions to poor cognitive-emotional and social development at later ages, including reaching adulthood. **Research suggests that severe and early stressful events – such as maltreatment, neglect – may result in major changes in brain architecture, such as reduced brain volume, dysregulation of the neuroendocrine stress response system and limbic dysfunction involving regions such as the hippocampus, the medial prefrontal cortex and the amygdala. Sensitive periods and stages of increased brain plasticity are particularly vulnerable to the long-term effects of stress hormones, and may result in altered brain pathways and brain organization in young children.**

Research has shown that early and repeated exposure to adversity can lead to emotional problems, as well as compromising working memory, cognitive flexibility and inhibitory control. Current **knowledge shows that toxic stress can have mental and physical consequences extending from adolescence to adulthood, including increased risk of depression, anxiety, posttraumatic stress disorder, metabolic syndrome, and cardiovascular disease** (Figure 4).

Health problems in adults are directly associated with adversity experienced during childhood.

Figure 4
MECHANISMS FOR WHICH ADVERSE EXPERIENCES IN CHILD THAT INFLUENCE HEALTH AND WELFARE FOR ALL LIFE

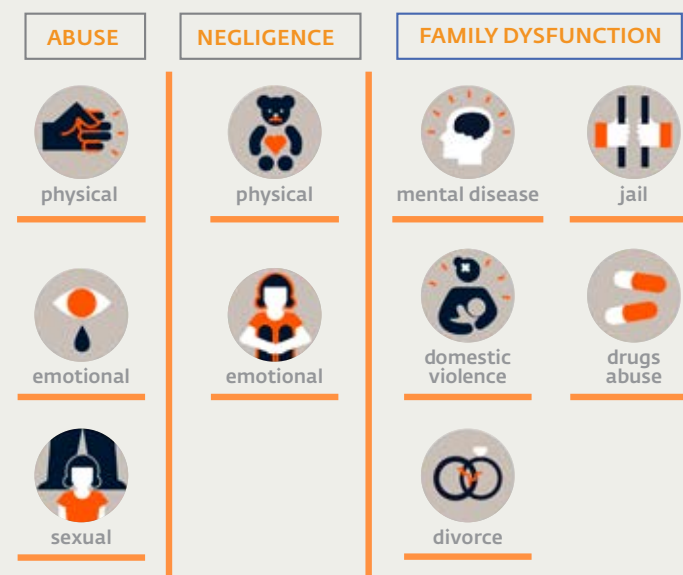


SOURCE Centers for Disease Control and Prevention
CREDIT Charles Whitfield, M.D.

Stress caused by an adverse childhood situation is a subjective experience of traumatic, unhappy, unpleasant or painful experiences, the repercussion of which depends on a number of vulnerability factors (previous trauma, genetic predisposition), as well as resilience factors (social and emotional support) (AAP, 2017).

Adverse childhood experiences often include: physical, sexual or emotional abuse; physical and emotional neglect; family dysfunction: mother treated with violence; mental illness and substance abuse in any family member; parental separation or litigious divorce; an incarcerated family member, among others. These situations may occur in families of all social classes, but clearly there is a higher prevalence in the poorer classes (AAP, 2017). One of the most commonly used classifications for adverse childhood experiences can be seen in figure 5.

Figure 5
3 TYPES OF ADVERSE EXPERIENCES IN CHILDHOOD



SOURCE Centers for Disease Control and Prevention
CREDIT Robert Wood Johnson Foundation

Regarding adverse experiences, research has revealed three types of stress response:

- Positive stress response such as can be seen in young children, such as **coping with frustration, getting a vaccine, and the anxiety caused by the first day of day care**. When this **stress** is counterbalanced by a supportive, stable relationship environment, positive stress responses are an element that promotes normal development; opportunities to observe, learn and practice healthy responses and adapt to adverse experiences.
- Tolerable stress response, compared to positive stress, is associated with exposure to experiences that present a greater magnitude of adversity or threat. Precipitating agents may include the **death of a family member, a serious illness or injury, a litigious divorce or a natural disaster**.
- **Toxic Stress**: It may occur when a child experiences severe, frequent and/or prolonged adversity – such as recurrent physical or emotional abuse, chronic neglect, drug use or mental illness of the child's reference adult, repeated exposure to violence and/or accumulated burden of family economic hardship – without adequate adult support or, worse, when the adult is both the source of support and fear. Excessive and/or prolonged activation of stress response systems can negatively affect the development of the brain and other organ's architecture.

Brain images of children subjected to toxic stress clearly exhibit underdeveloped neural connections or a weaker brain architecture. This accumulated burden increases the risk of stress-related illnesses and cognitive impairment, including heart disease, diabetes, drug use, and depression, advancing into adulthood. Research also indicates that caring and supportive relationships with caring adults as early as possible in a child's life can prevent or reverse the ill effects of toxic stress responses.

Development of programs for early childhood

New findings of neuroscience and the behavioral and social sciences emphasize the importance of giving children a better opportunity in life. However, many families live in vulnerable situations and varying degrees of difficulties that cannot meet the essential needs of their children.

Many of them would not be able to cope with these difficulties without some support from their own family or outside support.

For impoverished children, educating them in their early years is vital to tackling the worst effects of poverty and can be an effective way to break the relentless and vicious cycle of poverty that so often spans generations. Children who live in poverty face obstacles to school, and when

they are there they do not always find favorable conditions for learning.

Thus, they will have difficulty finding a job and have little hope for their future and the future of their children. The reasons why society and families must focus on children go beyond traditional and humanitarian concerns, even more pertinent to those less able to care for themselves, and in early life totally dependent on the care of adults. The economist and researcher Ricardo Paes and Barros in a recent class (On the inexorable need to ensure quality early childhood care) at the Harvard Medical School Executive Leadership Program in Early Childhood begins his presentation with the following question: **“Is there a prosperous and fair society without full development in early childhood?”**

In class, he states that:

“impacts of appropriate attention and stimulation in early childhood – the phase of life where responses are rapid, broad and intense – persist throughout the life cycle”, and that “the more equitable attention and the stimulation received at this stage of life, the lower the inequality of results and achievements among adults”; additionally, he says that “better attention and stimulation at this stage of life increases a child's ability to seize future opportunities or reduces the costs of actions needed to achieve important achievements”.

Research has shown that children's access to care involving support, dedication and sensitivity by adults plays a prominent role in balancing the activity of the HPA (hypothalamic-pituitary-adrenal) system, and in protecting the developing brain against potentially harmful effects of stressors.

Children who have a safe relationship with their parents learn that when faced with a stressor, they can be distressed, communicate their negative emotions, and get help from their caregivers. This sense of security is likely to prevent activation of the HPA axis and other essential stress mediation systems.

A small part of the emerging literature suggests that the negative effects of stress are not always irreversible. Interventions that improve economic and emotional support for children under severe stress have been shown to improve behavioral and emotional adaptation, as well as normative regulation of the HPA axis. Research has also found that behavioral therapy, as well as drug therapy, can result in neurobiological changes in individuals suffering from psychological effects caused by stress.

Given the above considerations, one conclusion is that good quality child development interventions have the potential to change the future of children born to disadvantaged homes.

REFERENCES

BRAZELTON TB, GREENPAN SI. As necessidades essenciais das crianças. Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artmed, 2002. Page 213.1. Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Available at <http://www.developingchild.harvard.edu>. Accessed on 27 April 2019.

Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. Available at <http://www.developingchild.harvard.edu>. Accessed on 09 May 2019. Construindo o sistema de "Controle do Tráfego Aéreo" do cérebro. Translation into Portuguese by Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. p.20. Available at www.developingchild.harvard.edu. Accessed on 07 May 2019.

Core Concepts in the Science of Early Childhood Development. Healthy Development Builds a Strong Foundation – For kids and for society. Available at www.developingchild.harvard.edu. Accessed on 09 May 2019.

GUERRA, V. Mistério do nascimento da vida psíquica do ser humano. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre V.18, Number 02 – November 2014.

MULLAINATHAN S, Shafrir E. Escassez. Ed. Best Business. 2016, 1a ed. Page 381. National Scientific Council on the Developing Child (2007). O período e a qualidade das experiências da primeira infância se combinam para moldar a arquitetura do cérebro: Documento de Trabalho number 5. Available at <http://www.developingchild.net>. Accessed on 02 May 2019.

SHONKOFF, Jack P. GARNER, Andrew S. The Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health Committee on Early Childhood, Adoption and Dependent Care, and Section on Developmental and Behavioral Pediatrics. The Lifelong Effects of Early Childhood Adversity and Toxic Stress. Available at www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2011-2663. Accessed on 18 April 2019.

SHONKOFF, Jack P. Protecting Brains, Not Simply Stimulating Minds, Science, vol. 333, 2011.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para a autonomia: estudo III/organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Redação: Joana Simões de Melo Costa et al. 1. ed. São Paulo: - FMCSV, 2016. Série Estudos do Comitê Científico – NCPI; 3.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I/1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, Núcleo Ciência pela Infância. 2016. p.16.

YOUNG, M. (org). Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças/ tradução Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

TIME TO PLAY: THE USE OF PUBLIC SPACES FOR CHILD DEVELOPMENT

MARCOS TEODORICO PINHEIRO DE ALMEIDA

PhD in Pedagogy from the University of Barcelona (UB); Master's in Education from the University of São Paulo - USP; degree in Physical Education from the University of Fortaleza - Unifor; Professor at the Institute of Physical Education and Sports - IEFES; Mobile Unit Coordinator: ``Brincarmóvel`` from the Federal University of Ceará - UFC, from the Toys and Games Laboratory (LABRINJO/IEFES) and from the UFC Study Center regarding Playfulness and Leisure (CELULA/IEFES).

LÚCIA MARIA GONÇALVES SIEBRA

PhD from the University of Barcelona (UB); psychologist graduated from the Federal University of Ceará - UFC; Master's in Business Administration from the University of São Paulo - USP; professor at the UFC Psychology Department; granted to the Government of the State of Ceará to act as Director of the School of Public Administration of the State of Ceará - EGPCE, linked to the Secretariat of Planning and Management - SEPLAG.

Introduction

Playing! Play in different spaces. Play in different ways. Play with different humans. Play at different times in your life. Play jumping, climbing, rolling, leaping, running, screaming, singing. Play every day of the week from Monday to Sunday. Play in the morning, afternoon and evening. Play with your thinking. Play in water, land and air. Let's play differently and in different situations. Play with a playful spirit. Play of playing. Play living. Play for the pleasure of playing. Just play!

(Marcos Teodorico)

The city is a human construction; therefore, its prosperity and success will depend on efficient and honest people's strategies, innovations, planning and political management. The city and its public spaces have a vibrant and powerful force for development, having a major impact on the well-being of everyone from global to local level. We have to reaffirm the very historical essence of cities as a place where human beings meet basic needs and access to fundamental public goods. And **leisure** and **play** are important elements of this scenario.

The public space is the place of full exercise of citizenship and intergenerational conviviality. In it, children and adolescents learn to play, share, compete, developing their physical and emotional potentialities. Young people meet, talk, play, plan life. Adults accompany their children, bond with other parents, live with neighbors. The elderly go for walks, sunbathe, meet friends. Public spaces are a place for each and every one. It is where one learns to share, to respect differences and needs, where one learns, finally, to live together.

With societal changes from primitive men to the present day, play has also changed or adapted to new contexts. In recent years, industrialization and urbanization have changed customs, ways of living, and even family structure, contributing for the change and even disappearance of many games. The recreational interaction depends and always depended on social interaction. These are

learned activities because they are not innate. Children are only able to do them because they learn in the context in which they live, hence the importance of re-teaching them, and rescuing times, spaces and playmates if we want happier, more creative and more humanized children. The importance of understanding children's play comes at a time when childhood has been undergoing major transformations, with its short duration. Adolescence has been anticipated and, thus, playing has different meanings for today's society.

To play is not just a necessity, but a children's right. The school, the street, the square and the park need to organize their environments according to their own characteristics, valuing the play in their spaces and times. The different educational mediations performed by the educator/adult, the organization of the spaces and times of the school and the games, toys and materials that are available to children during the play are factors that can make the difference in playing in different environments and in the expansion of their recreational repertoire.

Thus, it is essential that the public administrators have a broad view of the various issues that permeate a nation – such as education, culture, health, economy, urbanization (the public space), environment, leisure, the right to play – finally, issues that promote the full development of all. According to Almeida, M.T.P. (2016), from the results obtained in different studies already carried out,

we could verify, through research, information such as:

To detect the basic needs of mobility and spontaneous play of children in public squares; describe the offer of space organization and the function in common spaces of the squares; identify the collective use of the spaces of the square by the children in the recreational moments through free or spontaneous play; clarify the educational needs of the use of public spaces with regard to the safety of equipment in public spaces, democratization of play equipment and spaces, offering alternatives for users (children, young persons, adults and elderly) of recreational education; suggest improvements and facilitate the innovation of public square environments to contribute to the development of citizenship, motor skills, leisure, psychological, biological and environmental health, collective integration and inclusion; design proposals and projects that encourage the use and collective participation in public spaces in Brazilian cities; identify models of organization of public spaces that foster social inclusion through play and leisure.

This article therefore intends to reflect on the issue of play and public space. It is important to note that the relationship between play-child-school-family-space is not only possible but also desirable. In addition, it will serve to dialogue, clarify and justify the importance of playing in public spaces in a planned, safe, qualified and integrated service to the

community, as a democratically inclusive, educating and intelligent leisure public policy action.

The importance of playing.

Playing has been described as something that has no time to happen and no pre-established rules, something that "(...) is inherent to and emanating from children, whatever they are doing" (NUNES, 2002, page 69). We need to reflect on what play is, characterized mainly by the possibility of the child being an active subject, in a situation without consequences and immediate results.

Play may or may not produce a more humane and complete construction. This will depend on the attitude of the subject involved in the recreational interaction. Non-obligation with production (result) is what differs from productive work (which seeks a result).

"Playing for the sake of playing, as simple as that! Live the game, play and try the toys already justify their importance in the child's life". All forms of play can be transformed in form and content to meet the needs of the subjects who play (VASCONCELLOS, 2005, page 107).

It's while playing that the child grasps and incorporates many aspects of his world. Thus, we need to think of the child as a child, with its way of imagining, acting, living and playing. The contemporary understanding of childhood as a producer of cultures instigates new perspectives

on the field of education, in the sense that we come to understand the game, the play and the toy not as imposed or intervening activity, but as legitimate child language. Moreover, according to Müller (2007), to play requires much more than the biological nature: it is necessary that adults allow and offer conditions for children to play.

They do not play at school, and if they play, it's for a short time in the playground. Somehow, the child ends up playing, but time and space are restricted, and the part of the transmission of recreational culture that must pass from adult to child is practically gone by the lack of coexistence of parents with their children and, on the other hand, because the institutional spaces of children's frequency do not enhance the world of play and toys. (MÜLLER et al., 2007, page 3)

To play is a material and immaterial cultural heritage of humanity, and in this sense must be preserved, improved and lived.

The recreational demand generated by the play itself allows the emergence of the recreational culture that has its existence in very remote spaces and times. By means of games and toys, we leave for future generations the recreational legacy of a certain period and society. Studies about playing represent great investigative possibilities, which can make surprising contributions to the understanding the human being in different social contexts.

Different researches present new discussions, breaking with the idea that the person does nothing while playing, as if the game was not an important action, deserving the attention of scholars. Quite the contrary, studies of this nature present significant theoretical discoveries about play: duration of the child's involvement in a particular recreational action; competences of users involved in the recreational action; recreational trajectory in a public space; degree of initiative, creativity, autonomy and criticality that the game provides to the participant; verbalization and language that accompany play; degree of interest, motivation, satisfaction, tension, emotions, affectivity in recreational situations; knowledge building; evidence of social behavior;

Preservation behavior and respect for the equipment and play materials and the democratization of their use; factors of appropriation of the recreational space in the environments.

Thus, playing in public space can be a potentially rich field for different investigations, reflections and possibilities in the field of management and public policies.

Public space and playing

The space is not neutral. It always educates.

(VIÑAO FRAGO, 2001, p. 75)

Public spaces assume or should assume the meaning of initiating the child in social life. The square, the park or the street are transition and connection spaces between the domestic private space – represented by the house – and the city, with broader characteristics of spaces and the public sphere par excellence.

The different relationships of children with city spaces and their unique social relationships refer to what can be pointed out as one of the characteristics of the city: cultural diversity. We realize the plurality and diversity of recreational actions performed and lived by children in public environments during their free time in the experience of leisure. In these public spaces, children are creative and free, experimenting with different ways of playing. The recreational manifestation happens even if there is no specific space for it to occur, showing the ability of children to invent and create their content and recreational situations.

The spaces are scenarios that generate numerous manifestations and social exchanges. In big cities, children have few spaces to interact and play with their peers. When we look at the

reality of children's recreational public spaces, in various cultural contexts, we see that the supply of equipment is materialized in recreational structures in which the accessibility conditions of children are rarely taken into account. Admittedly, leisure equipment still has many outstanding issues, including proper maintenance, equipment and space safety. However, the most urgent is to create spaces that every child population can access and use to its fullest.

There is an antithesis of views between adults and children regarding the use of public spaces. Adults fear aspects such as urban violence, possible threat from other people, heavy traffic, among other factors. Rasmussen (2004), cited by Almeida, M.T.P. (2016), based on the observation of children's activities in different public spaces, called "*places for children those planned and structured by adults, and children's spaces those appropriated by them*".

The planning and management of public spaces must include concern for all types of users who routinely pass through it, knowing the aspirations of social groups that require special attention. The spaces currently inhabited by children – and we do not refer only to specialized places or those destined to "guard or care for children", but to the urban public space transited by this segment – must be thought in function of the perceptive and cognitive activity characteristic of these periods of development.

Participation is important for the development of the children themselves. As a method of personal learning, experience is better than the mere observation and a passive attitude. This applies not only to their social skills but to all their identity development and as citizens. By participating, they develop communication skills, argumentation, gain confidence and knowledge. All of this, in turn, makes them more able to participate. Participation is an "informal education in citizenship" because it is the application of democratic principles. This will enable them to participate more actively in society.

If the participation of the main protagonists is not effective (authentic), there may be perverse effects, contrary to those previously described: resentment, cynicism, distrust of all participatory processes and even withdrawal from democratic citizenship.

"Good" learning spaces are necessarily "cluttered", provide a broad category of situations for choosing and opting, and provide opportunities to create their own order among a variety of elements. Children need spaces where they feel competent, where there is a mystery; spaces that invite and "react" to what they propose to them; to group and to be alone, spaces to be loose and contained. There are people who place these design conditions when referring to the design of exhibitions in science museums, schools and day care centers, play spaces and urban parks. We use them as reference to urban space in general. It is

important to reiterate that it is both about the design of green spaces, squares, streets where you can move safely, vacant spaces for games, well-equipped sports centers, as well as about social spaces, relationship spaces.

It is essential that public administrations face these challenges and create recreational spaces that do not discriminate against any sector of the child population, that foster interpersonal relationships and respect for individual differences. It is also fundamental that the recreational space, public or not, can be presented in two perspectives.

In the first perspective: besides being a structured space for play, it is a space full of special, rich and transforming moments, fertile soil and suitable for the birth of a new individual, capable of building a world where affection is welcomed, sensitivity it is cultivated, creativity is stimulated, solidarity is practiced, where humility is a virtue and the rights of children are respected. These are indispensable elements in human formation.

The second perspective is related to the rescue and exercise of popular culture, as well as the participation of the community and leaders in the processes that involve recreation and the exchange of experiences, sharing yesterday's experiences with current ones. This perspective values the history of the family's recreational conducts and the toys and games it creates,

which may have in the university, school, public square, streets, a suitable place to carry out such experiences between generations.

Nowadays, there is a trend towards reducing the dimensions of private spaces such as the home. In such a model, a place has not been contemplated for the child to play, which restricts the possibilities of the recreation. Alternatives are autonomous or solitary play and generally silent. The child plays with machines and not with its peers. Playing in public spaces also gradually loses its place for virtual, electronic games, and for safer spaces (home, shopping, private parks). With the advancement of the technology industry of games and toys, and an increasingly competitive market, placing ever more colorful, attractive, sophisticated recreational materials, these objects play an important role in today's social interactions.

In educating and intelligent cities, in such a situation of lack of space in houses/apartments, the child is compensated with planned and quality public spaces, favoring and encouraging families to live and collectively use leisure areas, improving the quality of life and health of users. Public spaces are environments full of possibilities, where play manifests itself in its most natural and spontaneous form. It is in them that the individual and collective appropriation of each citizen happens and, in this sense, the public space can be a pleasant environment, of belonging and qualified.

To play in the city

To play means to be together, learn, experience, give in, discover, divide, build, act, recreate and humanize within a dynamic and transformative relationship.

(ALMEIDA, M.T.P., 2016)

Past urban, social, educational, economic, technological and political changes have significantly altered the structure of family life. According to authors Gomes & Gouvea (2008, p. 49), "the nineteenth century stands out as a historical period of affirmation of social life, of the demarcation of the boundaries between public and private spaces and the subjects who inhabit them". Playing in public spaces is, in many cities around the world, an endangered activity.

Spontaneous, unpredictable, adventurous, risky, confrontational time with the natural physical space has given way to organized, planned, uniformed and synchronized time. From the occasional stimulus came the hegemony of the systematized stimulus, resulting in the decrease of the children's autonomy level, bringing serious implications in the sphere of motor, emotional and social development. Without the immunity afforded by spontaneous play, by meeting other children in a free space, where games and play are invented, and thrilling adventures are lived, the child develops less defensive capacity and adaptability to the new circumstances of the everyday world.

NEGATIVE RESULTS

Society's indifference to the right to play; great appreciation of theoretical and academic studies in schools over other important activities such as play; increasing the number of children living without the minimum conditions for their development; inadequate environmental planning, evident in the dehumanized proportion of buildings, improper housing forms and poor management of trafficking; increasing commercial exploitation of children through mass media and mass production, leading to a deterioration of moral values and cultural traditions; women's lack of access in "Third World" countries to basic training in child care and their development; inadequate preparation of children to successfully cope with a constantly changing society; increasing segregation of children by the community; increasing number of children working in unacceptable conditions; constant exposure of children to war, violence, exploitation and destruction; appreciation of competition and winning at all costs in children's sport.

POSITIVE RESULTS

Emergence of newspapers and magazines about games, thematic books, dissemination and information about experiences in places and regions around the world; regular holding of seminars, congresses and conferences relating to play in child development; increasing integration of available knowledge about gambling in men's evolutionary behavior, as a fundamental area of teacher and other child-related training in undergraduate and graduate courses; creation of research centers and study of recreational activity related to projects on equipment and material design, list of behaviors in diverse contexts and the impact of games and toys on education and therapy in special populations; creation of toy museums, traditional games and other initiatives related to the cultural-recreational heritage in their historical and anthropological dimension; development of community, school and social assistance services and structures dedicated to play equipment, creation of green spaces, play spaces and play spaces; appearance of the industry phenomenon related to the manufacture of toys and play equipment (consumer child), considering conception, production, commercialization, consumption and safety; progressive changes in family lifestyles and changes in the daily life routines of children in the management of space and free time, coupled with constraints associated with decreased autonomy and independence of mobility in the context of insecurity, city growth, traffic intensity and absence of game spaces.

Source: Adapted by Almeida (2018).

Studies conducted with children have shown some negative results, caused by economic, educational, social and political factors, among others, and that directly affect their lives as a whole. For UNICEF, these negative impacts on a child's life can be minimized by experiencing recreational manifestations in structured play spaces where they can express their creativity, autonomy, joy, safety and pleasure.

Almeida, MTP (2015, p.42-43), considering another point of view, in a more positive perspective, shows that studies and research on playing have, in recent decades, shown a growing interest in the scientific community and an international mobilization on defending the child's right to play, materialized in multiple intervention projects. In the table below, we present negative and positive reasons for these impacts.

In this sense, recreational interactions need to be expanded in public spaces, promoting a relationship between peers and the appropriation of possible spaces for play. Play cannot be restricted to already institutionalized spaces, such as home, school or other environments.

Playing assumes an important role for children "(...) as it is a privileged space for observing a variety of contextualized factors of children's cultures and interaction with children" (TOMÁS, 2006, page 55). For Nascimento (2008), playing cannot be a simple imitation game of children, since they creatively grasp information from the adult universe to produce their cultures.

During play, the child builds, destroys and rebuilds the world around them in a resignified way. Thinking in the same way, Coelho (2007) investigated the play spaces of children living in slums. The study pointed out that the child, as inhabitant of a certain place, identifies or not with it, being able to build their identity in it. Moreover, according to Coelho (2007), one of the elements found by children to identify with space was playing.

Space, as one of the constructing agents, contributes in this process with the various possibilities of appropriation lived in games, which are awakened in the children's imagination. Child and space come together in play to build their identities. (RABBIT, 2007, page 178).

In a structured space for play, material and immaterial things are transformed into representations of genuine and deep feelings, where hidden or guarded desires and emotions unfold, personalities and attitudes manifest in different human possibilities. We realize the relevance and importance of the spaces built and legitimized by their recreational interlocutors.

"The game space is first and foremost a space of symbolic creation. A space of meaning. The representation of the place where certain feelings are allowed to apply without causing any embarrassment to the subjects involved". (RETONDAR, 2007, page 30).

Nicholson and Schreiner (1973) comment that children must or should suggest, participate, organize and structure their own spaces and environments for play. For the authors, the recreational manifestation is more related to the process than to the product. Playing is one of the usual interactions of childhood, which transforms, through imagination, the space lived as an affective space. Vygotsky (2002, p.122-123) states that in playing the child creates an imaginary situation "present in the conscious and, like all the functions of consciousness, originally arises from action with the other". Imagine the ideal place to play in the place where we live, be it in the city, at school or in our own home, the perfect place to live unique moments of joy, excitement, euphoria and pleasure is an idea that has always dominated the symbolism of each child.

Conclusion

Children perceive playing differently from adults. When we start from the eyes of the adult alone, we affirm a representation that associates the child with the private domain, a representation that represents a set of social practices of withdrawing the child from the domains of public life (especially from public spaces), while for the child, public spaces are a powerful draw. In these spaces, we exert, with the greatest force, the childish sociability that has in the activity of playing its maximum expression, within the peer group.

It is necessary to review the social, cultural and political role of public spaces in our society and to reconstruct them as privileged spaces for childhood, intergenerational interaction and recreational culture. It is important to stimulate studies on playing at school, in the family, in the city or in any other space that allows observing spontaneous play. The richer the experience or recreational interaction, the broader the paths, possibilities and alternatives the child will have to structure their thinking, create action strategies, enhance their driving resources, achieve goals and strengthen enriching and healthy affective and social bonds. For Gutton (2013, page 274), *“the recreational act is the domination of the environment; it is possession of the object. Recreation can be defined as the domination of a previously domineering world”*.

It is in play that the child experiences conflicts, affection, acts of solidarity, builds knowledge, attends the value of inclusion, understands the value of friendship and disruption, domination, authority, transgression in relationships with peers in a recreational manner. Children seek to understand and signify the social order of adults, representing their world through play. Therefore, it is at school, with family and in public spaces that it becomes possible to live with each other and with others, with encounter and confrontation, valuing the children and their political strength.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.T.P.; Brincar e o Espaço Público de Lazer. In: X Seminário Ócio e Contemporaneidade, 2016, Fortaleza. Anais do Seminário Ócio e Contemporaneidade 2016. Fortaleza, CE: OTIUM, 2016. v. VII. p. 1-22.

ALMEIDA, M.T.P. & LIMA, L.C.M. O brincar na educação física infantil. In: ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Educação física em diferentes contextos: teoria e prática. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.

ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, L.M.G. (Orgs.). Espaço público: diferentes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. O lazer infanto-juvenil nos espaços públicos de Barcelona. *Pedagogia Social. Revista Interuniversitária*, 2015, 25, pp. 91-117. 2015.

ALMEIDA, M.T.P. SIEBRA, L.M.G. Os direitos das crianças, adolescentes e jovens a um ambiente saudável e seus deveres quanto ao futuro. In: CORDEIRO, Andréa C. F. et al. NUCEPEC - 30 anos, 30 ideias: reflexões e práticas sobre infâncias, adolescências e juventudes. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, pp. 118-125. 2014.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). O jogo, o brinquedo e a criança. 1ª ed. Fortaleza-CE: Prontograf Editora, 2013.

ALMEIDA, M.T.P. (Org.). Brincar, amar e viver. 1ª ed. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2014.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Org.). Infância (in) visível. Araraquara: Junquera & Marin, 2007.

GOMES, Ana M. R. & GOUVEA, Maria C. S. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: José A. Oliveira. Martins, Maria de F. Almeida & Martins, Sérgio. (Org.). Infâncias na Metrópole. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 47-69. 2008.

GUTTON, Philippe. O brincar da criança: estudo sobre o desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

NASCIMENTO, A. M. Infância e cidade: crianças e adultos em um espaço urbano público. In: Reunião anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Recife, 2008.

NICHOLSON, S. and SCHREINER, B. K. Community participation in decision making. *Social Sciences: a second level course. Urban development unit 22. Milton Keynes: Open University Press, 1973.*

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwê - Xavante. In: Silva, A. L. da. et al (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

RETONDAR, Jeferson José Moebus. Teoria do jogo: a dimensão lúdica da existência humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTINI, Rita C. Giral di. Os espaços de lazer nas cidades inteligentes: uma discussão teórica. In: ALMEIDA, M.T.P. & SIEBRA, Lúcia M. G. (Orgs.). Espaço público: diferentes usos e possibilidades. Assis, SP: Storbem Gráfica e Editora, 2015, pp. 17-33.

SOARES, Cristina Façanha; SIEBRA, Lúcia Maria Gonçalves; ALMEIDA, M.T.P. & BATISTA, Vanessa Louise (Orgs). Escola: lugar de brincadeira, cultura e diversidade. 1ª ed. Fortaleza – CE: Editora IMPRECE, 2018.

TOMÁS, C. A. Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. (Tese de Doutorado em educação e infância, Universidade do Minho, 2006). 380f. 2006.

VASCONCELLOS, T. de. Criança do lugar e lugar de criança: territorialidades infantis no noroeste fluminense. (Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói). 251f. 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e Questões. In: Escolano, Agustín; Viñao Frago, Antonio. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

TIME TO LEARN: CONTRIBUTIONS FROM GENETIC EPISTEMOLOGY TO CHILD DEVELOPMENT

SELENE MARIA PENAFORTE SILVEIRA

PhD in Education from the Federal University of Ceará; Master in Brazilian Education - UFC; Psychomotricity Specialist – Unifor; graduated in Pedagogy – UFC. Counselor of Education of the Board of Basic Education of the Education Council of Ceará. She coordinated and taught at the UNI7 Pedagogy course and was a postgraduate teacher in Pedagogical Management and Coordination. She works in the area of teacher education with emphasis on Inclusive Education, Developmental Psychology, Psychomotricity and School Management. She advised the Mais Infância Ceará Program and is currently Superintendent of the School of Social Gastronomy Ivens Dias Branco.

This article aims to make reflections on the main concepts of Jean Piaget's theory with the intention of contributing to the debate on the dynamics of child development, believing in the modernity and the power of the author's thinking. In this essay we want to highlight some points in the theoretical framework of psychogenetics to better understand how they can contribute to the advancement of policies that favor the process of teaching and learning of children. It is important to point out that Piaget's work still represents the most important contemporary work in the field of child development psychology.

Special emphasis will be given to the approach of the main concepts developed by Piaget, focusing on the description and characterization of the stages in the intellectual development, and then on the relevance of the theory in the planning and organization of the school, on the possibilities of interventions of the educators in the learning environment. the definition of stimuli favorable to child development.

These studies can serve as beacons of pedagogical practice, guiding the educator in planning and offering environmental stimuli for development.

Throughout his work, Piaget has made use of various concepts drawn from Biology, Mathematics, Physics and Philosophy, but it is in Psychology that he seeks to unravel his main objective which was essentially to understand how the subject builds knowledge. Thus, his studies and research in this area allowed him to find the necessary understanding for the formulation of his theory: Genetic Epistemology, considered as the study of the transition processes from less finished cognitive structures to more finished structures and the very laws that govern the organization of structures that follow one another as a whole (Piaget, 1978).

In summary, we can say that Genetic Epistemology is the science that explains how knowledge is acquired, what it is, how it starts and how it develops, it is the study of genesis and cognitive structures, the subject and object relationship in the acquisition of knowledge. As Piaget himself (1978: 3) points out in his work, the goal of Genetic Epistemology is:

(...)to uncover the roots of the many varieties of knowledge, from their most elementary forms, and to follow their evolution to the next levels, even to scientific thinking.

The scientist explains knowledge from the concept of structures that are built in the interaction

between the human being and the environment or, as he points out, between subject and object.

His greatest challenge was to understand how human beings move from a lesser stage to a more advanced stage of greater knowledge. He concluded that there is no greater or lesser degree of intelligence, but different stages of development of cognitive structures of the subjects.

According to Piaget's theory, subjects are only able to know reality by acting on it. To this end, it develops exchanges with the environment in a mediation provided by the action schemes. Schemes are models of repeatable, generalizable and refined behaviors and are constantly changing throughout the developmental stages of the subject.

The processes responsible for schema changes are assimilation and accommodation. Assimilation results from the integration of new stimuli into existing schemes, that is, the incorporation of new experiences into previous structures. It is the process of entering knowledge and does not change structures, but it provides a quantitative development.

But in accommodation there is a modification of an action to receive new situations or experiences. When cognitive structures are not sufficient to understand a given situation, new structures must be constructed to fit the characteristics of the new object. Accommodation refers to the action of objects of knowledge upon the subject.

The individual is compelled to adjust to the demands imposed by the environment to achieve balance.

Balancing is an internal mechanism that regulates the processes of assimilation and accommodation. It expresses the shift from imperfect forms of balance to better forms, new constructions that lead to higher balance.

Another fundamental concept in Piaget's work concerns adaptation, which is the transition from a less stable balance to a more stable balance between organism and environment. Adaptation is the result of the balance between assimilation and accommodation resulting in adjustment to the environment.

Also as a way of explaining and understanding cognitive development, Piaget proposed four general factors that he highlights as determining for the constitution of knowledge, namely: biological maturation, physical and logical-mathematical experiences, educational and social transmissions, and balancing.

Organic or biological maturation is the triggering factor of development, and plays an important role in the constitution of cognitive structures, especially in the first two years of the subject's life. Maturation opens possibilities and emerges, therefore, as a necessary condition for the appearance of certain behaviors, although it is not, by itself, sufficient to determine the degree of development of the subjects. To this factor are

added the increasing influences of the physical and social environment (DOLLE, 1987).

The second factor has a direct relationship with the subject's actions on the environment. It is the physical and logical-mathematical experiences that require more direct action with people and objects to abstract their properties from them. This interaction also provides the construction of logical relationships among objects and allows the subject to develop intellectual skills that lead them to compare, grade, classify, among others, hence the importance of providing children with the largest number of experiences with the physical and social environment (Pulaski, 1980). This factor is essential and necessary, but it does not explain everything.

The third factor is what Piaget calls educational and social transmissions, also considered as an exogenous factor. In other words, they refer to interactions or the exchange of ideas between people (Wadsworth, 1993). These interactions may be more systematic and formal, such as relationships developed at school, or even more informal and unsystematic, such as relationships developed with family, neighbors, colleagues, etc. Both are necessary conditions for cognitive development, especially if the subject has an active and non-passive role in the learning process and in the developed relationships. Both are necessary conditions for cognitive development, especially if the subject has an active and non-passive role in the learning process and in the

developed relationships. We can also say that these interactions cause imbalance and enable the child or the subject to search for an answer that leads them to achieve a balance. This process is what Piaget calls cognitive conflict.

Finally, we have the last and most important development factor, balancing. According to Piaget, the three previous factors highlighted are not enough to determine human development. This last factor acts as a coordinator and self-regulator of the others, leading the subject to a process of progressive states of equilibrium that, however, are not permanent but an open system where new conflicts or imbalances will always emerge (PULASKI, 1980). For Piaget, although all factors are important and fundamental for development, it is the balance that leads to reflection and the construction and reconstruction of the upper structures, that is, it ultimately acts as a determining factor and expresses the passage from unfinished or imperfect equilibrium states to better states through the intervention of new constructions. It acts as a necessary coordination between the other factors, which are not isolated, and is more general than the other three because it can be analyzed relatively autonomously (Piaget, 1997).

The stages of development

According to Piaget, cognitive development occurs through dependent and interrelated periods in a continuous, qualitative and quantitative process that unfolds over four stages:

Sensory motor – Zero to 2 years

Pre-operational – 2 to 6 years

Concrete operational – 6 to 11 years

Formal operational – 11 to 16 years

With the sensorimotor stage as the starting point of development, each stage emerges from the previous one through a reorganization of the characteristics consolidated in each of the stages. The ages indicated are for reference, but the most important and unchanging is the order of the stages. In the sensorimotor stage, the origin of intellectual development is located, followed by a succession of constant stages in which chronological ages serve as references and may differ from one child to another, motivated by a different social or cultural context.

The sensorimotor period (0 to 2 years) corresponds to the earliest period of development. The first manifestations of intelligent behavior are perceived in sensory perceptions and motor activities. The child, through physical interaction with its environment, builds a set of action schemes that allow them to know the reality and the way it works. In this phase, the behavior

is basically motor and the child's actions on the environment are spontaneous, arising from internal motivations.

The child is not yet able to think conceptually. Piaget calls the intellectual achievements of this phase of practical intelligence, which enable the child the ability to coordinate on the plane of action the sensorimotor schemes it uses. By the end of this period, the child will have constructed the first mental representations resulting from its external experiences. It will already be able to realize and elaborate knowledge by criteria coming from its practice, its action schemes, that is, the stage ends with the first demonstrations of logic in actions.

The quantity and quality of stimuli experienced through different sensory modalities will be essential for the evolution of children. They will feed their repertoire for their learning and development. Regarding school procedures for children, Piaget asserts that:

Teachers can guide them by providing them with the appropriate materials, but the bottom line is that for a child to understand, it must build itself, it must reinvent itself. Each time we teach a child something we are preventing it from finding out for itself. On the other hand, what we allow them to discover for themselves will remain forever (PIAGET, 1997, page 53).

In the preoperational period (2 to 6 years), the child is already competent at the level of

representative thinking (language and other forms of representations such as imitation, symbolic play and drawing appear), but lacks mental operations that order and organize the thinking. Thus, intellectual development at this stage is partly logical. For Piaget, pre-logical thinking means that the child has not yet developed the ability to think reversibly, that is, to understand that an action can take place in the opposite direction.

Although the child is already able to mentally evoke and represent the objects of the external environment, thought is still dominated by apparent perceptions.

One of the main characteristics of this phase is egocentrism, which is the absence of resources and cognitive structures that allow it to leave its point of view and put itself under the point of view of another, considering and integrating the states and the transformations of things (Macedo, 1994). To advance in this phase, the development of pedagogical actions and interventions that provide the child in formation with the conflicts and discoveries necessary for their cognitive reorganization is essential.

In the Concrete operational stage (6 to 11 years), intellectual development is consolidating as the physical and concrete experiences on the environment accumulate. The child begins to conceptualize by creating logical structures for the explanation of its experiences, but not yet capable

of abstraction, that is, it needs the object for a better understanding of the physical, social and logical-mathematical phenomena.

During this time, it develops the ability to apply logical thoughts to concrete problems. The child has developed reversible thinking and is able to pay attention to various aspects of reality at the same time. The child already mastered most conservation, classification, and serialization problems, understanding the mechanisms of transformation and using logic to come to conclusions and solutions to most concrete problems.

As a result of the progressive structuring of the previous stage, the subject attains abstract and conceptual reasoning, and can take into account possible hypotheses, that is, is already competent to think scientifically and abstractly. Thus, it transforms concrete schemes into schemes that operate on the basis of reality only imagined as possible. School contents can now be treated freely, without concrete devices, through symbols. At the end of this period, the subject is able to apply logical reasoning to all classes of problems.

It is noteworthy that the trajectory of all phases is accompanied by the development of the subject's sociability and affection.

Implications of Piaget's Thinking for Learning

The contributions of Piaget's studies to the organization of school pedagogical projects and the strategies used in the classroom are undeniable. They can be of great value to the teacher and serve as an instrument for improving their practice.

We highlight below some guiding elements of Piagetian constructivism.

- In the classroom, the teacher must enable the intellectual progress of students in the different stages of schooling enabling the journey from one stage to another.
- Contents must not be conceived as ends in themselves, but as instruments that serve the natural evolutionary development.
- Prioritization of a methodology that leads to student discovery rather than passively receiving through the teacher.
- The teacher must understand that learning is an internally constructed process and depends on the subject's level of development.
- It is important to know the students' previous schedules so that the activity planning is in line with these schemes.
- Cognitive conflicts are relevant to the development of learning. Thus, the teacher must provide varied situations of imbalance aiming to favor this development.

- Group work is fundamental because social interaction favors learning and the development of mental structures and intelligence.
- The classroom must be a dynamic, differentiated and experimentation space.
- The teacher must pay attention to the process the student has gone through to achieve the answers and not just the answers themselves.
- Learning experiences need to be structured in such a way as to favor collaboration, cooperation and exchange of views.
- Education must aim at the full development of the human personality and the reinforcement of respect for human rights and fundamental freedoms.

We conclude by emphasizing that school experiences can play a fundamental qualitative role in the development of children, the social functions they fulfill and the diversity of aspects involved in their achievement.

Teaching practices must be coherent with the students' learning mode and, in this sense, the responsibility of the school as a strategic space for human formation, and of the teacher, is based on the adoption of a pedagogy that, in fact, allows children to be active subjects in their actions.

These ideas contribute greatly to the construction of a new concept of childhood and directly influence the organization of education systems and the definition of educational policies.

REFERENCES

- DOLLE, Jean Marie. Para compreender Jean Piaget: uma iniciação à psicologia genética piagetiana. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MACEDO, Lino. A perspectiva de Jean Piaget. Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 1994.
- PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- _____, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PULASKI, Mary Ann S. Compreendendo Piaget. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- WADSWORTH, Barry J. Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget. São Paulo: Pioneira, 1992.

Learn how the Government of Ceará edited and passed Laws, Decrees and Resolutions over time, aiming to provide the necessary legal basis for the full implementation of the Mais Infância Ceará Program as a state public policy, which was consolidated in March 2019.

LEGAL MILESTOMES

**OFFICIAL STATE
GAZETTE**
3RD SERIES
Year V - Number 143
Fortaleza, August 2,
2013.

**DECREE
Number 31,264**
of July 31, 2013.

**Creates the
Intersectoral
Advisory
Committee of
Ceará Development
Policies.**

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO V Nº143 FORTALEZA, 02 DE AGOSTO DE 2013 3

coordenadas N 9590320,91 e E 530878,24, segue com distância (m) 717,94 e azimute 173°33'41", e chega no vértice 6, de coordenadas N 9589607,50 e E 530958,75, segue com distância (m) 1276,26 e azimute 233°42'22", e chega no vértice 7, de coordenadas N 9588852,05 e E 529930,09, segue com distância (m) 732,39 e azimute 297°23'46", e chega no vértice 8, de coordenadas N 9589198,53 e E 529261,55, segue com distância (m) 319,61 e azimute 329°40'46", e chega no vértice 9, de coordenadas N 9589474,82 e E 529100,20, segue com distância (m) 1184,56 e azimute 290°28'01", e chega no vértice 10, de coordenadas N 9589888,62 e E 527990,42, segue com distância

ANEXO I
A QUE SE REFERE O DECRETO Nº31.264 DE 31.07.2013



*** **

DECRETO Nº31.264 de 31 de julho de 2013.

**CRIA O COMITÊ CONSULTIVO
INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
NO CEARÁ.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art.88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 279 e 280 da Constituição Estadual, que dispõem sobre o dever prioritário do Estado de amparar e proteger as crianças e adolescentes em situação de risco, e sobre a prioridade das políticas governamentais para a redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde, respectivamente; CONSIDERANDO a Lei nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa, tendo como um dos eixos a educação infantil; CONSIDERANDO, ainda, a importância do fortalecimento de parcerias voltadas para a qualificação do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento infantil, DECRETA:

Art.1º Fica criado o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, com a coordenação executiva da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Art.2º O Comitê será formado pelos representantes dos seguintes Órgãos Estaduais:

- I – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- II – Secretaria da Educação – SEDUC;
- III – Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- IV – Secretaria da Saúde – SESA;
- V – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;
- VI – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Art.3º Fica facultado ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil, criado por este Decreto, convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:

- I – Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE;
- II – União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIMÉ;
- III – Conselho das Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS;
- III – Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.

Art.4º O Comitê funcionará conforme regimento próprio, elaborado de forma participativa por seus membros.
Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.6º Revogam-se as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 31 de julho de 2013.
Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

DECRETO Nº31.265, de 01 de agosto de 2013.
ALTERA O DECRETO Nº24.569, DE 31 DE JULHO DE 1997, QUE REGULA A LEI Nº12.679, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE ACERCA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS), E O DECRETO Nº29.183, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE CONSOLIDA E REGULAMENTA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ (FDI).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do art.88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO a necessidade de atualização permanente das políticas de atração de investimentos para a economia cearense, DECRETA:
Art.1º O Decreto nº24.569, de 31 de julho de 1997, passa a vigorar com nova redação do §12 do art.13, nos seguintes termos:
"Art.13. (...)
§12. Inscreva-se a fase de diferimento do pagamento do ICMS, de que tratam os incisos II, III, V e VI do §1º deste artigo, no momento em que o importador destinar a mercadoria ou bem importado:
I - para outro contribuinte deste Estado, exceto na situação de que trata o inciso XV do caput deste artigo;
II - para outra unidade da Federação, a qualquer título. (...) " [NR]

Art.2º O Decreto nº29.183, de 8 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), instituído pela Lei nº19.367, de 7 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:
I - nova redação do inciso I do caput do art.4º e acréscimo do parágrafo único:
"Art.4º. (...)
I - garantia, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) meses consecutivos, dos incentivos do PCDM, com as seguintes redações do ICMS gerado:
a) saídas interestaduais de mercadorias, em até 75% (setenta e cinco por cento);
b) saídas internas de mercadorias sem similar produzido neste Estado, em até 50% (cinquenta por cento); (...)
Parágrafo único. Para usufruir do tratamento previsto na alínea "b" do inciso I do caput deste artigo, deverá o contribuinte comprovar a inexistência de similar produzido neste Estado, mediante atestado específico expedido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)." [NR]
II - acréscimo da alínea "d" ao inciso I do caput do art.42:
"Art.42. (...)
I - (...)
d) de aquisição interna de mercadoria realizada na forma do inciso XV do caput do art.13 do Decreto nº24.569, de 31 de julho de 1997; (...) " [NR]

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 01 de agosto de 2013.
Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
João Marcos Maia
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

DECRETO Nº31.266 de 01 de agosto de 2013.
ALTERA O ACRESCENTADO DISPOSTO AO REGULAMENTO DO PRÊMIO "CEARÁ DE CIDADANIA ELETRÔNICA" NA FORMA QUE ABAIXO SE DECLARA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art.88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO que a alteração do Decreto que regulamenta o Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", visa adequá-lo às novas diretrizes da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo, o que obriga que se proceda a sua publicação, DECRETA:

Art.1º O Regulamento Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", de que trata o Decreto nº31.065, de 28 de novembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:
"Art.1º O Prêmio "Ceará de Cidadania Eletrônica", regido por este Regulamento, é concedido anualmente pelo Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e tem por objetivo fomentar, divulgar e reconhecer a qualidade dos projetos públicos de Cidadania Eletrônica com os benefícios advindos da aplicação da TIC, incentivando os órgãos e entidades a automatizarem os seus serviços e processos, bem como disponibilizarem suas informações, para uma maior transparência das ações do Governo e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.
§1º Serão considerados projetos de Cidadania Eletrônica os sistemas de informações, processos ou ferramentas que utilizem necessariamente TIC, com o objetivo de automatizar, otimizar ou facilitar os serviços para o efetivo atendimento ao cidadão (física ou indiretamente);
§2º O prêmio é um reconhecimento público e o primeiro classificado em cada categoria será agraciado com troféu, e até quatro iniciativas em cada categoria serão premiadas com placas de menção honrosa.
§3º - A premiação instituída por este Decreto será entregue por personalidades escolhidas pelo Secretário da SEPLAG, em cerimônia de preferência pública, em data a ser estabelecida pela SEPLAG.

Art.2º Poderão inscrever-se e participar do prêmio os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal sediadas no Ceará, com projetos que atendam os seguintes requisitos:

OFFICIAL STATE GAZETTE
3RD SERIES
YEAR VII - NO.
235 FORTALEZA,
DECEMBER 16, 2015.

RESOLUTION
Number 01/2015.
Provides for the
appointment of
CPDI's President
and Vice-President,
revision of the bylaws
and the design of the
Child Development
Support Program -
PADIN.

47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josherini Virgínia Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Magno Miranda de Souza - Tapera das Artes.
Daniele Barbosa de Oliveira
COORDENADORA DA ACESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº128/2015 IG Nº876065
CONVENIENTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, inscrita no CNPJ sob o nº08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque nº230, Bairro Joaquim Távras, CEP. 60.130-160, Fortaleza/CE e OBRA SOCIAL LUMEN, inscrita no CNPJ sob o nº04.082.338/0001-90, com sede na Rua Conselheiro Estelita, nº255, Centro, Fortaleza/Ceará. OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio a execução do Projeto São Beato, que visa a reforma da estrutura física do anexo do Centro Social Lumen, na comunidade 31 de março, para garantir as atividades socioeducativas, culturais e esportivas desenvolvidas na comunidade para crianças e adolescentes, visando o resgate da dignidade e cidadania dessa população, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho selecionado/aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolvem firmar o presente Convênio, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Complementar Federal nº101/2000, da Lei Complementar Estadual nº119/2012 e suas alterações, da Lei nº15.674/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015), da Lei nº15.753/2014 (Lei Orçamentária Anual de 2015), da Lei nº15.857/2015 (Lei Autorizativa Específica), do Decreto nº31.406/2012, do Decreto nº31.621/2014, da Portaria nº911/2015, da Portaria nº. 130/2015, ambas da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, da Lei Federal nº8.666/1993, alterada e consolidada, no que couber por força de seu Art.116, do PPA 2012-2015 e do Processo Administrativo nº15460981/2015. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do presente instrumento. VALOR: A Concedente, por força deste Convênio, transferirá à Conveniente recursos financeiros no valor total de R\$36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47200001.08.243.050.14837.01.335041.70.1. DATA DA ASSINATURA: 16 de Novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Josherini Virgínia Clementino - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS e Edwain Igor Salvaor Schwartz Costa - Obra Social Lumen.
Daniele Barbosa de Oliveira
COORDENADORA DA ACESSORIA JURÍDICA



RESOLUÇÃO Nº01/2015.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CPDI, REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO E O DESENHO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PADIN).

O COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO DO CEARÁ (CPDI), instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art.1º. Declarar eleitos a Presidente do Comitê, Primeira-dama do Estado do Ceará, Sra. Onélia Maria Moreira Leite de Santana, e o Vice-presidente, Sr. Sebastião Lopes Araújo, a partir do processo eletivo realizado na 6ª Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, no dia 23 de julho de 2015.
Parágrafo Único. A Presidente e o Vice-Presidente do Comitê são eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, conforme determina o art.5º do Regimento Interno do CPDI.
Art.2º. Aprovar a versão revisada do Regimento Interno do Comitê (anexo I), adequada à nova composição estabelecida pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015. A revisão ocorreu na 8ª Reunião Ordinária de 2015 do CPDI, realizada no dia 28 de agosto de 2015.

Art.3º. Emitir parecer de caráter opinativo (anexo 2) sobre o desenho atual do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), apresentado para fins de conhecimento e considerações do Comitê na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015.
Fortaleza, 24 de novembro de 2015.
Onélia Leite de Santana
PRESIDENTE DO CPDI
Republicada por incorreção.

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CEARÁ - CPDI
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA
Art.1º O Comitê Consultivo Intersectorial, instituído pelo Decreto nº31.264, de 31 de julho de 2013, e alterado pelo Decreto nº31.739, de 03 de junho de 2015, é organizado na forma de colegiado, de natureza consultiva e tem como finalidade:
I - propor a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;
II - promover a articulação de políticas, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida na primeira infância.
Art.2º Compete ao Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil:
I - conhecer e propor estratégias de integração dos programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;
II - monitorar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento infantil;
III - definir, acompanhar e divulgar os principais indicadores de resultado na área de desenvolvimento infantil;
IV - propor a realização e apoiar a divulgação de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil no Estado do Ceará.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ
Art.3º O Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil terá a seguinte composição:
I - Secretária do Desenvolvimento Agrário - SDA;
II - Secretária da Educação - SEDUC;
III - Secretária do Planejamento e Gestão - SEPLAG;
IV - Secretária da Saúde - SESA;
V - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS;
VI - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE;
VII - Secretária da Cultura - SECULT;
VIII - Secretária da Justiça e Cidadania - SEJUS;
IX - Secretária do Esporte - SESPORTE;
X - Gabinete do Governador.
Art.4º Fica facultado ao Comitê convidar representantes das seguintes entidades representativas de gestores municipais para contribuir nas discussões e auxiliar em suas decisões:
I - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE;
II - União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIMÉ;
III - Conselho das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS;
IV - Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social - COGEMAS.

Parágrafo único. Outras entidades cujas atribuições envolvam temas relacionados ao desenvolvimento infantil poderão ser convidadas a contribuir.
Art.5º O Presidente e Vice-Presidente do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos, reelegíveis, contados a partir da data da eleição, devendo a nomeação ser publicada no Diário Oficial do Estado.
Art.6º Os membros titulares do Comitê e seus suplentes serão indicados pelo gestor de cada pasta, com publicação no Diário Oficial.
Parágrafo único. Na ausência do membro titular, o suplente poderá substituí-lo em sua plenitude.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO
Seção I
Das Reuniões
Art.7º As reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, a cada dois meses, e extraordinariamente, quando necessário, por decisão do Presidente do Comitê.

**OFFICIAL STATE
GAZETTE**

3RD SERIES
Year XI – Number 059
Notebook 1/2 Fortaleza,
March 28, 2019.

LAW NUMBER 16,856,
March 22, 2019.

Provides, within the
State of Ceará, for
the Mais Infância
Ceará Program for
the promotion of
Child Development.



Fortaleza, 28 de março de 2019 | SÉRIE 3 | ANO XI Nº059 | Caderno 1/2 | Preço: R\$ 17,04

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.849, 06 de março de 2019.

INSTITUI O PROJETO SAÚDE, BOMBEIROS E SOCIEDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, por meio desta Lei, o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade, a qual se provida à execução de atividades voltadas ao bem-estar, preferencialmente, de pessoas idosas, fornecendo-lhes amplo acesso a um programa de atividades de integração social por meio da prática de atividade física de baixo impacto, esportes, campanhas socioeducativas, eventos cívicos bem como de instruções relacionadas a conhecimentos elementares de prevenção de incêndios, prevenção de acidentes domésticos e conhecimento básico de emergência pré-hospitalar e primeiros socorros.

§ 1º É objetivo do Projeto de que trata o caput proporcionar a seu público-alvo o pleno desenvolvimento de sua saúde física e mental, além de ampliar o acesso à cultura, ao lazer, à convivência comunitária, direitos amplos da dignidade da pessoa humana.

§ 2º O ingresso de pessoas no Projeto será livre e gratuito, ficando condicionado, tão somente, à apresentação de atestado médico que demonstre, por parte do pretendente, capacidade de saúde para a realização das atividades moderadas de condicionamento físico, as quais integram o projeto em caráter primordial.

§ 3º Incumbe ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, por meio de seu Centro de Tratamento e Desenvolvimento Humano, o dever de viabilizar as necessárias atividades indispensáveis ao cumprimento desta Lei, atuando este órgão em núcleos descentralizados em bairros do Município de Fortaleza, da Região Metropolitana e de municípios do interior do Estado, os quais servirão como centros operativos do programa em relação ao seu público-alvo.



nos termos da Lei nº 12.098, de 5 de maio de 1993, podendo exercer, inclusive, aquelas funções previstas no art. 2º do Decreto nº 24.338, de 16 de janeiro de 1997.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

*** ***

LEI Nº16.856, 22 de março de 2019.

DISPÕE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ, SOBRE O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, objetivos, eixos e competências, para a formulação e implementação do Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios em atenção ao princípio da prioridade absoluta, da especificidade e da relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, entre outros.

Art. 2º O Programa Mais Infância Ceará constitui política pública do Estado que busca promover o desenvolvimento infantil e gerar as possibilidades para o desenvolvimento integral da criança de forma intersetorial no âmbito do Estado e dos municípios.

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E EIXOS

Seção I
Dos Princípios

Art. 3º O Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios, todos voltados ao atendimento dos direitos da criança, obedecerá aos seguintes princípios e às diretrizes seguintes:

I – a criança enquanto titular de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral e integrada de que trata esta Lei, sendo asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

II – a promoção do integral e integrado de suas potencialidades considerando todas as especificidades da criança desde o período gestacional;

III – o fortalecimento do vínculo e do pertencimento familiar e comunitário;

IV – a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito de acordo com o seu estágio de desenvolvimento;

V – a responsabilização da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público a garantia, com absoluta prioridade, da efetivação dos direitos da criança.

Seção II
Dos Objetivos e Eixos

Art. 4º O Programa Mais Infância Ceará será implementado pela abordagem e coordenação intersetorial, em articulação com as diversas políticas setoriais numa visão abrangente de todos os direitos da criança, constituindo-se num instrumento por meio do qual o Estado e os Municípios assegurem o atendimento dos direitos da criança de forma integral e integrada de acordo com suas características biopsicossociais, culturais e seu contexto, familiar, comunitário e ambiental.

Parágrafo único. Considera-se criança para os fins desta Lei, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Art. 5º São objetivos do Programa oferecer inovações, estratégias e ações para o desenvolvimento integral e integrado da infância e o fortalecer o vínculo familiar, comunitário e ambiental.

Art. 6º O Programa Mais Infância Ceará é estruturado nos seguintes eixos:

I – Tempo de Crescer, que compreende a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de serviços, assistência, acompanhamento, formações e visitas domiciliares que contemplem profissionais, pais e cuidadores;

II – Tempo de Brincar, que compreende o brincar como ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além do convívio familiar, da socialização e da sua integração com a cultura de sua

2 | DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO | SÉRIE 3 | ANO XI Nº059 | FORTALEZA, 28 DE MARÇO DE 2019

Governador	Secretaria do Esporte e Juventude
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO
Vice - Governadora	Secretaria da Fazenda
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO	FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO
Casa Civil	PACOBAYHA
JOSÉ ÉLCIO BATISTA	Secretaria da Infraestrutura
Procuradoria Geral do Estado	LÚCIO FERREIRA GOMES
JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA	Secretaria do Meio Ambiente
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO
ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO	Secretaria do Planejamento e Gestão
Secretaria da Administração Penitenciária	JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO
LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO	(RESPONDENDO)
Secretaria das Cidades	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos
JOSÉ JACOME CARNEIRO ALBUQUERQUE	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Secretaria dos Recursos Hídricos
INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA
Secretaria da Cultura	Secretaria da Saúde
FABIANO DOS SANTOS	CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
FRANCISCO DE ASSIS DINIZ	ANDRÉ SANTOS COSTA
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Secretaria do Turismo
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR	ARIALDO DE MELLO PINHO
Secretaria da Educação	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
ELIANA NUNES ESTRELA	CÂNDIDA MARIA TORRES DE MELO BEZERRA

comunidade com a construção e revitalização de espaços públicos.

III – Tempo de Aprender, que compreende o acesso à educação infantil como direito e garantia para o desenvolvimento integral da criança por meio da construção de espaços e qualificação de profissionais.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Caberá ao Estado, por meio da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da população infantil em situação de vulnerabilidade social em articulação com as secretarias afins, os municípios e as organizações representativas da sociedade civil.

Art. 8º A Sociedade Civil participará da proteção e promoção do desenvolvimento integral à criança, por meio dos Conselhos, Comitês, das Redes Intersetoriais, Fundações e organizações da sociedade civil, executando ações complementares nas comunidades ou em parceria com o Poder Público, respeitada a primazia do Estado na condução das políticas públicas que competem à infância.

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO

Art. 9º O Programa Mais Infância Ceará terá suas ações prioritariamente assumidas pelo Poder Público de forma direta, podendo a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, para implementá-lo, firmar convênios com órgãos da administração direta ou indireta de outras esferas de governo bem como celebrar parcerias com o setor privado, na forma da lei.

Art. 10 A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos e outros órgãos responsáveis pelo atendimento da criança, no âmbito de suas competências elaborarão proposta orçamentária para financiamento dos planos, projetos, serviços e benefícios de que trata o Programa.

Art. 11. Caberá ao Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI instituído pelo Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013 e alterado pelo Decreto nº 31.739, de 3 de junho de 2015:

I – propor a formulação de políticas e diretrizes de programas e projetos com foco no desenvolvimento infantil;

II – promover a articulação de políticas, programas e projetos voltados para melhoria da qualidade de vida na primeira infância.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Caberá ao Secretário de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos nomear o responsável pela coordenação do Programa Mais Infância Ceará, o qual ocupará o cargo de provimento em comissão de Assessor

Especial II (GAS-2), na forma da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e terá como atribuição coordenar, executar e monitorar as ações do Programa.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 22 de março de 2019.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

*** ***

DECRETO Nº33.024, de 27 de março de 2019.

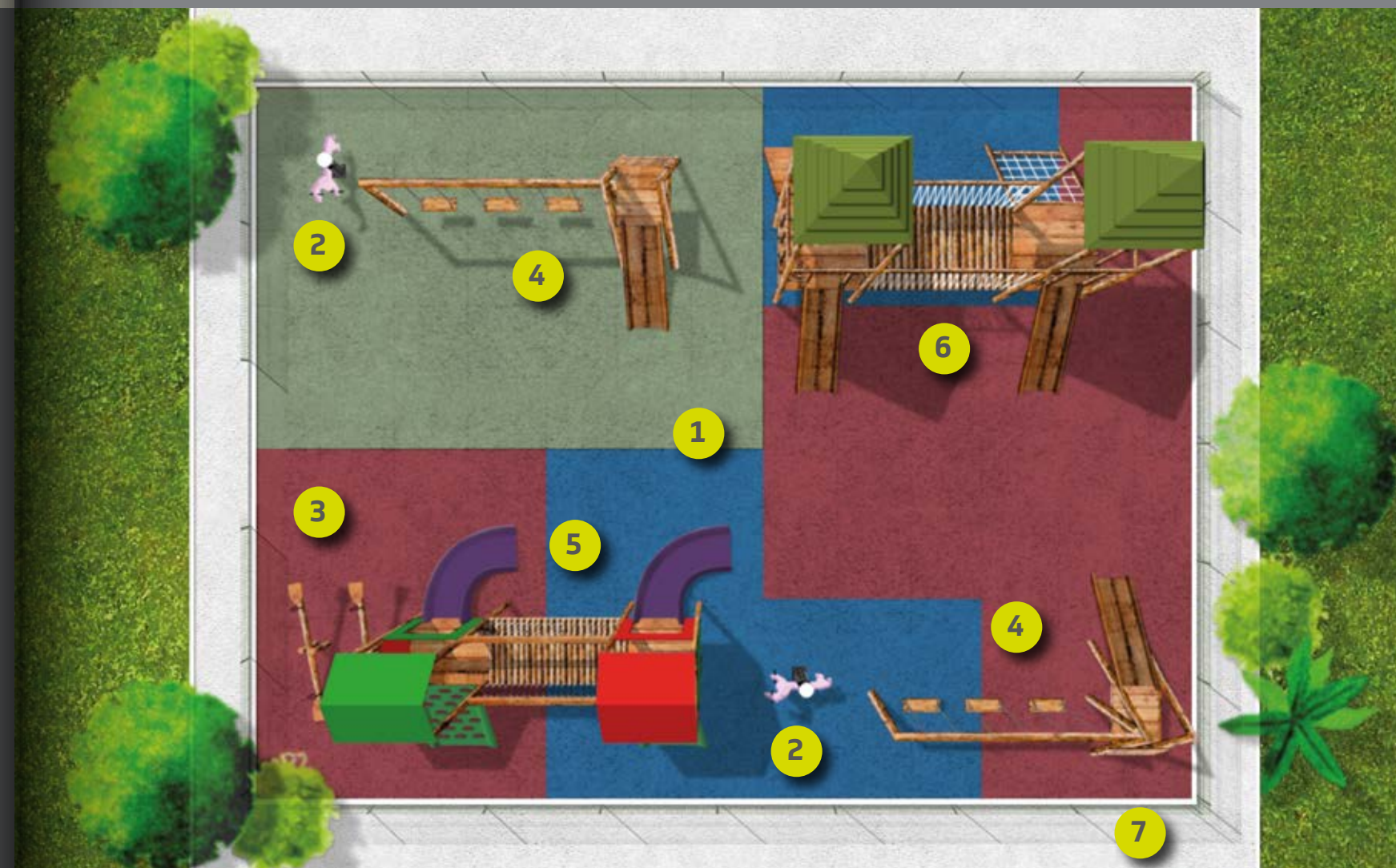
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO CEARÁ OU DA UNIÃO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, incisos IV a VI da Constituição Estadual, CONSIDERANDO que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado ou da União por delegação de competência, objetiva viabilizar recursos para as atividades de gestão dos recursos hídricos, das obras de infraestrutura operacional do sistema de oferta hídrica, bem como incentivar a racionalização do uso da água; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o valor da tarifa e os critérios de cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado do Ceará, em face do estudo de tarifas realizado no âmbito do Programa Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - PROGERHIL, e atualizado inicialmente pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH; CONSIDERANDO que o sistema de preço estabelecido no referido estudo está fundamentado no custo marginal do gerenciamento dos recursos hídricos e na capacidade de pagamento da demanda de água nas várias modalidades de uso, cuja metodologia aplicada permite a definição de um modelo tarifário de água bruta para o Ceará e a proposição de uma nova matriz de preços, necessitando, assim, de regulamentação; CONSIDERANDO que o modelo apresenta a forma bimodal envolvendo um componente referente ao consumo (tarifa de consumo) e outro equivalente à demanda outorgada (tarifa de demanda), nos em decorrência da necessidade de estruturação do órgão de gerenciamento, da universalização da outorga, assim como uma maior compreensão e aceitação dos usuários, a cobrança deverá ser implementada de forma monotônica, adotando tarifas apenas definidas com base na água consumida (tarifa de consumo); CONSIDERANDO o estabelecido no art.13 e art.16, da Lei Estadual nº 14.844, de



How to do it? How to participate? How to replicate the models presented in this book? Next, a technical collaboration directed to public administrators interested in contributing to the development of children, implementing in their municipalities the following equipment.

TECHNICAL REFERENCES



BRINQUEDOPRAÇAS

The Brinquedopraças are spaces aimed at children from 2 to 12 years of age and are part of the Time to Play pillar. Each Brinquedopraça has a circuit of 8 toys that stimulate the child's development, offering a more active lifestyle through psychomotor activities, agility training, strength and coordination.

1. RUBBER ANTI-IMPACT, ANTI-SLIP AND DRAINING FLOOR

230m² area, allowing free movement among toys, with rubber floor in blue, red and green, which provides shock absorption and prevents falls even when the surface is wet.

2. TWO SPRING TOYS

3. TWO SEESAWS

4. TWO SLIDES WITH TRIPLE SWINGS

5. DOUBLE HOUSE WITH PLAYGROUND BRIDGE

6. DOUBLE SMALL HOUSE WITH EUCALYPTUS BRIDGE

7. METAL FENCE

Surrounded to ensure the safety, standard nylofor flag green or equivalent color swing gates, with regular amounts of galvanized steel with top closure.

PRAÇA MAIS INFÂNCIA



1. WELCOMING SQUARE

Arrival area in the square before the entrance porch, a space that serves as a meeting place, with integrated garden benches with seats painted with violet, orange, green and red floor acrylic resin.

2. PLAYGROUND

The playground area is about 250m² and must consist of 8 toys aimed at the development of children from 2 to 12 years old, with a double house with playground bridge, a double house with eucalyptus bridge, two slides with triple swing, two seesaws and two spring toys.

This area must have a blue, red and green anti-impact, non-slip and draining rubberized floor with a minimum thickness of 3mm. Fixation using locking pins (without glue), in regularized subfloor with 1% inclination.

3. GYMS FOR SENIOR CITIZENS

The gym is equipped with 11 equipments: a double lateral surf, a 3-height stretcher, a double diagonal rotation device, two individual walking simulators, a 6-function multi-exerciser, two individual skis, two double vertical rotation devices and a wheelchair-accessible outdoor gym station, all aimed at the elderly, to strengthen muscles and improve functional losses and to build social circles.

This area must have a non-slip, rubberized floor. that provides shock absorption and prevents falls even when the surface is wet.

4. MULTISPORT COURT

Fenced area with galvanized iron tube frame fence with galvanized wire mesh and polished granite floor (industrial floor) in gray, common cement with white demarcation lines and orange based acrylic resin paint for volleyball, blue for basketball, futsal and handball, and green for circulation area.

5. PERGOLATED

Constructed of synthetic wood, for greater durability of the equipment, in cumaru color, with landscaping of flowering vines to minimize sunlight. Under the pergola, a maze must be built on the concrete block floor, as well as hopscotch markings, which stimulate the child's concentration and social interaction.

6. TETHERBALL

Demarcated area on the floor of interlocking concrete block with circular painting in red and dark blue acrylic paint, with central tetherball mast in galvanized steel of Ø3" and white automotive paint.

7. INTERACTIVE SCULPTURE

Recreational sculptures for cognitive and social stimulus games.

8. TABLES AND BENCHES

Set of table and benches fixed in metal frame, synthetic wood and benches with back, made of concrete and synthetic wood for greater durability.

9. TRASH CANS FOR SELECTIVE WASTE COLLECTION

Separate collection bins – glass, plastic, paper and organic – in concrete structure.

10. FIXED BIKE RACK

11. SUPPORT AREA

Covered area consisting of two accessible toilets – male and female, changing room, administration room and storeroom.

12. LIGHTING

The illumination of the square consists of three different types: 12m high poles for general lighting, 4m poles for spot lighting with decorative effect and 12m poles for sports court reflectors.

TECHNICAL TEAM OF THE MAIS INFÂNCIA PROGRAM CEARÁ

Débora Alencar Ribeiro
 Déborah Vanessa Ribeiro Barbosa Câmara
 Elane Mirela Tavares Macêdo
 Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
 Isabele Oliveira Cavalcante
 Maria Dagmar de Andrade Soares
 Maria Josete Andrade de Oliveira
 Rafaelle Oliveira Cavalcante Barbosa
 Rafaela Ibiapina Figueiredo
 Selene Maria Penaforte Silveira
 Silvana de Matos Brito Simões
 Silvana Leite Napoleão de Araújo
 Wiarlen Januário Maciel Ribeiro

MEMBERS OF THE INTER-SECTOR ADVISORY COMMITTEE OF THE CHILD DEVELOPMENT POLICIES OF THE STATE OF CEARÁ – CPDI

Onélia Maria Moreira Leite Santana – President
 Sebastião Lopes Araújo – Vice-president – STDS
 Lara Maria Silva Costa – Executive Secretary – SEPLAG
 Carmem Sílvia de Castro Cavalcante – Member Governor's Office
 Maria Benildes Uchôa de Araújo – SEDUC Member
 Maria Dagmar de Andrade Soares – STDS Member
 Sandra Maria Bezerra Luna – SESA Member
 Francisca Vilma de Oliveira – SESA Member
 Gizeli Alves de Moraes – DAS Member
 Mônica Maria Macêdo – DAS Member
 Jimmy Lima de Oliveira – IPECE Member
 Víctor Hugo de Oliveira Silva IPECE Member
 Lúcia Maria Bertini – SEJUS Member
 Andrea Autran do Nascimento – SEJUS Member
 Rane Félix de Oliveira – SECULT Member
 Antônia Norma Cássia Costa Santana – SECULT Member
 Andreia Silvestre dos Santos – SESPORTE Member
 Mayara Veras Gomes Lima – SESPORTE Member
 Francisco Williams Cabral Filho – SPD Member
 Lidiane Nogueira Rebouças – SPD Member

ORGANIZATION

Onélia Leite de Santana
 Dagmar Soares
 Selene Penaforte

EDITORIAL COORDINATION

Selene Penaforte

EDITORIAL STAFF

Angela Barros Leal

IMAGE AND DATA ORGANIZATION

Déborah Vanessa
 Wiarlen Ribeiro - Assistente

PHOTOGRAPHY COORDINATION

José Wagner da Silva

PHOTOGRAPHS

Ariel Gomes
 Marcos Studart
 Nicolas Gondim
 Nivia Uchoa
 Thiara Montefusco
 Tiago Stille

PRINTING

Gráfica Santa Marta

Fortaleza, may / 2019



GOVERNMENT OF THE STATE OF CEARÁ



PARTNERS





The pragmatic view of an efficient state is exemplified by the way the state of Ceará, in recent years, has faced the challenge of innovating its early childhood public policies. [...] It is an innovative policy, not only in terms of diagnosis, but also in its approach, scope and cost to public coffers.

FLÁVIO CUNHA | Professor of Economics, Rice University, Houston, USA

We definitely need more childhood and citizenship, creating more opportunities for the child to be a child all the time, everywhere, with everyone, creating new ways of living singular and plural childhoods.

RUI RODRIGUES AGUIAR | Head of UNICEF Office in Fortaleza



HOME